

Relatório de Gestão 2008



Sureg Mato Grosso

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
REINHOLD STEPHANES

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SILAS BRASILEIRO

President e

WAGNER GONÇALVES ROSSI

JOSÉ MENEZES NETO

MARIA DAS GRAÇAS FONTES

EDILSON GUIMARÃES

GUILHERME COSTA DELGADO

Membros

CONSELHO FISCAL

LUCIA AIDA ASSIS DE LIMA

Presidente

LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS

MARCUS VINICIUS SÓCIO MAGALHÃES

Membros

Diretoria Colegiada

WAGNER GONÇALVES ROSSI

Presidente

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR

Diretor de Recursos Humanos e Modernização

LUIZ HENRIQUE T. BALDEZ

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE

Diretor de Gestão de Estoques

SILVIO ISOPO PORTO

Diretor de Logística e Gestão Empresarial

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO

OVÍDIO COSTA MIRANDA

Superintendente

ELIEZER TRAJANO DE OLIVEIRA

Gerente Financeiro e Administrativo

CHARLLES CORDOVA NICOLAU

Gerente de Operações

JACIR LOPES DA SILVEIRA

Gerente de Desenvolvimento e Gestão de Estoques

CHARLLES CORDOVA NICOLAU

FRANCIELLE TONIETTI C. GUEDES

CLAUDIA APARECIDA RODRIGUES DINERO COELHO

JOÃO BATISTA DE SOUZA REIS

MOZART SILVA COELHO

Elaboração

BETTI ISABEL BORGMANN

Apoio-Capa

Superintendência Regional de Mato Grosso

Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Edifício Everest – Bairro Dom Aquino – Cuiabá-MT – CEP78.015.115

Fax. (65) 3624-5280

Fone: (65) 3616-3800 / 3616-3803

Apresentação

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Mato Grosso (Sureg-MT), relativo ao exercício de 2008, foi elaborado na forma prescrita na Norma de Execução/CGU/nº 3, de 19 de dezembro de 2008 (Portaria CGU nº 2.238/08 – Dou 22/12/2008), em consonância com as Decisões Normativas TCU nº 93, de 03 de dezembro de 2008, e 93, de 04 de março de 2009, que regulam o cumprimento da Instrução Normativa TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-MT, para cumprir sua missão institucional que é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

Ovídio Costa Miranda
Superintendência Regional do Mato Grosso
Superintendente

Wagner Gonçalves Rossi
Presidente

Apresentação	01
1 – Identificação	04
2 - Objetivos e metas institucionais	07
2.1 – Responsabilidades Institucionais	07
2.1.1 – Papel da Conab na Execução das Políticas Públicas.....	07
2.1.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização.....	08
2.1.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.....	10
2.1.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento	12
2.1.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas.....	12
2.1.1.5 – Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários.....	14
2.2 – Estratégia de Atuação	17
2.3 – Gestão de Programas e Ações.....	20
2.3.1 – Programas	20
2.3.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar.....	20
2.3.1.2 – (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária.....	21
2.3.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	21
2.3.2 – Principais Ações dos Programas.....	21
2.3.2.1 – (2130) Formação de Estoques Públicos	22
2.3.2.1.1 – Resultados	23
a) Preços Mínimos.....	23
b) Aquisição de Produtos Agrícolas.....	24
c) Contrato Público de Opção de Venda.....	24
d) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos	25
e) Posição dos Estoques Públicos.....	26
2.3.2.2 – (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos	27
2.3.2.2.1 - Resultados	27
2.3.2.3 - (2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares.....	28
2.3.2.3.1 – Resultados.....	28
a) Fiscalização dos Estoques Públicos.....	29
b) Fiscalização dos Instrumentos de Apoio à Comercialização.....	30
2.3.2.4 – (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização.....	30
2.3.2.4.1 – Resultados	31
2.3.2.5 – (2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador.....	31
2.3.2.5.1 – Resultados.....	32
2.3.2.6 – (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	32
2.3.2.6.1 – Resultados.....	33
2.3.2.7 – (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	34
2.3.2.7.1 – Resultados.....	35
2.3.2.8 – (0299) Equalização de Preços nas Aquisições do Gov. Fed. e na Formação de Est. Reg. e Estratégicos– AGF.....	36
2.3.2.8.1 - Resultados.....	36
2.3.2.9 – (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários. .	37
2.3.2.9.1 – Resultados	37
2.3.2.9.2 – Prêmio Equalizador pago ao Produtor - PEPRO.....	38
2.3.2.9.3 – Prêmio de Risco de Opção Privada –PROP.....	38
a) Prêmio de Risco.....	38
b) Contrato Privado de Opção de Venda.....	39
2.3.2.9.4 – Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP.....	40
2.3.2.10 - (8579) - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	40
2.3.2.11 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	42
2.3.2.12 – (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	43
2.3.2.13 – (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	44
2.3.2.14 – (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	45
2.3.2.15 – (2272) Gestão e Administração do Programa.....	46
2.3.2.15.1 – Resultados.....	48
1 - Gestão de Pessoas.....	49
a) Quadro de Pessoal.....	49
b) Serviço de Apoio à Educação.....	51

c) Gastos com Remuneração/Manutenção.	51
d) Benefícios Complementares.	52
2 - Despesas Correntes e Investimentos.	52
a) Processos Licitatórios.	52
b) Contratos Administrativos.	54
2.3.2.16 – (0110) Contribuição à Previdência Privada.	54
2.3.2.17 – (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.	55
2.3.2.18 – (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.	57
2.3.2.19 – (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;	59
2.3.2.20 – (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	60
2.3.3 - Outras Ações.	61
2.3.3.1 - Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos.	61
a) Venda em Leilão Público.	61
b) Subvenção à Comercialização-Valor de Escoamento do Produto-VEP.	62
2.3.3.2 – Serviços de Armazenagem.	63
2.3.3.3 – Remoção de Produtos.	63
2.3.3.3.1 – Remoção de Produtos da Agricultura Familiar.	63
2.3.3.3.2 – Remoção de Produtos para Distribuição Gratuita.	64
2.3.3.4 – Prêmios de Contrato de Opção de Venda.	64
2.3.3.5 – Participação na Execução do Fome Zero.	64
2.3.3.6 – Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar.	65
2.3.4 - Recursos Recebidos.	66
2.3.4.1 – Cooperação Técnica com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à FomeMDS.	66
2.3.4.2 – Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.	67
a) Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF).	68
b) Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque.	68
2.3.4.3 – Distribuição de Alimentos – Ministério da Integração Nacional -MI.	68
2.3.4.4 – Distribuição de Alimentos – MDS.	71
2.4 – Desempenho Operacional.	75
2.4.1 – Evolução de Gastos Gerais.	75
2.4.2 – Indicadores de Desempenho.	75
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.	82
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	82
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.	82
6 – Previdência Complementar Patrocinado.	83
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos.	87
8. Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal-MT.	87
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.	87
10. Operações de Fundos MT.	87
11. Despesas com cartão de crédito.	88
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.	89
13. Determinações e recomendações do TCU.	90
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.	91
15. Dispensas de Instauração de TCE eTCE cujo envio ao TCU foi dispensado.	92
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.	93
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes.	94
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.	97
18.1.1 Atas de reuniões do Conselho de Administração.	98
18.1.2 Atas de reuniões do Conselho Fiscal.	125
18.1.3 Órgãos e Entidades Patrocinadores de Entidade Fechada de Previdência Complementar.	195
19. Informações Contábeis - Sureg-MT.	200
20. Informações Contábeis – Conab.	212
21. Parecer dos Auditores Independentes.	221

1 – Identificação

Nome completo da unidade e sigla:

Companhia Nacional de Abastecimento - Superintendência Regional de Mato Grosso – Conab/Sureg-MT

CNPJ: 26.461.699/0003-42

Natureza jurídica Empresa pública

Vinculação Ministerial: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Endereço completo da sede: Rua Padre Jerônimo Botelho, 510 – Ed. Everest – Dom Aquino-Cuiabá - MT CEP: 78015-115-Telefone: (65) 3616-3803/ 3838 e Fax: (65) 3624-5280

Endereço da página institucional na internet: www.conab.gov.br

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:

Criação:

A Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto 99.994, em 26/12/1990, com alterações nas seguintes datas.

Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1. ^a Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2. ^a Versão	369	19/12/91	20/12/91
3. ^a Versão	s.n.º	03/07/95	04/07/95
4. ^a Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5. ^a Versão	s/n.º	19/12/96	20/12/96
6. ^a Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7. ^a Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8. ^a Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9. ^a Versão	6.407	24/03/08	25/03/08

As atividades tiveram início em 1º de janeiro de 1991, com os seguintes objetivos:

- **Objetivos:**

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal;
- Implementar a execução de instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Participar da formulação da política agrícola e executar políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, obedecendo diretrizes baixadas pelo MAPA e pelo Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências;

- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

A Superintendência Regional de Mato Grosso – **Sureg-MT** é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 05 de 11 de maio de 1998, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 62.^a Reunião Ordinária realizada em 8/5/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social e considerando os Arts. 11, §1º e 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno da Companhia.

Com sede em Cuiabá, está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e
- Buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

- I – Procuradoria Regional - PRORE
- II – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico - GEDES
 - a) Setor de Desenvolvimento Empresarial - SEDEM
 - b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO
- III – Gerência de Operações - GEOPE
 - a) Setor de Operações de Estoques - SEOPE
 - b) Setor de Operações Comerciais – SECOM
 - c) Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB
- IV – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD
 - a) Setor de Recursos Humanos - SEREH
 - b) Setor Administrativo – SETAD
 - c) Setor Contábil e Financeiro – SECOF
- V – Unidades Operacionais
 - a) Unidade de Comercialização – UC
 - b) Unidade Armazenadora – UA

Código da UJ titular do relatório: 255

Código da UJ abrangidas : Não consolida outras Unidades

Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em Funcionamento

Função de governo predominante: 20 -Agricultura

Tipo de atividade: Abastecimento Agroalimentar

Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI:

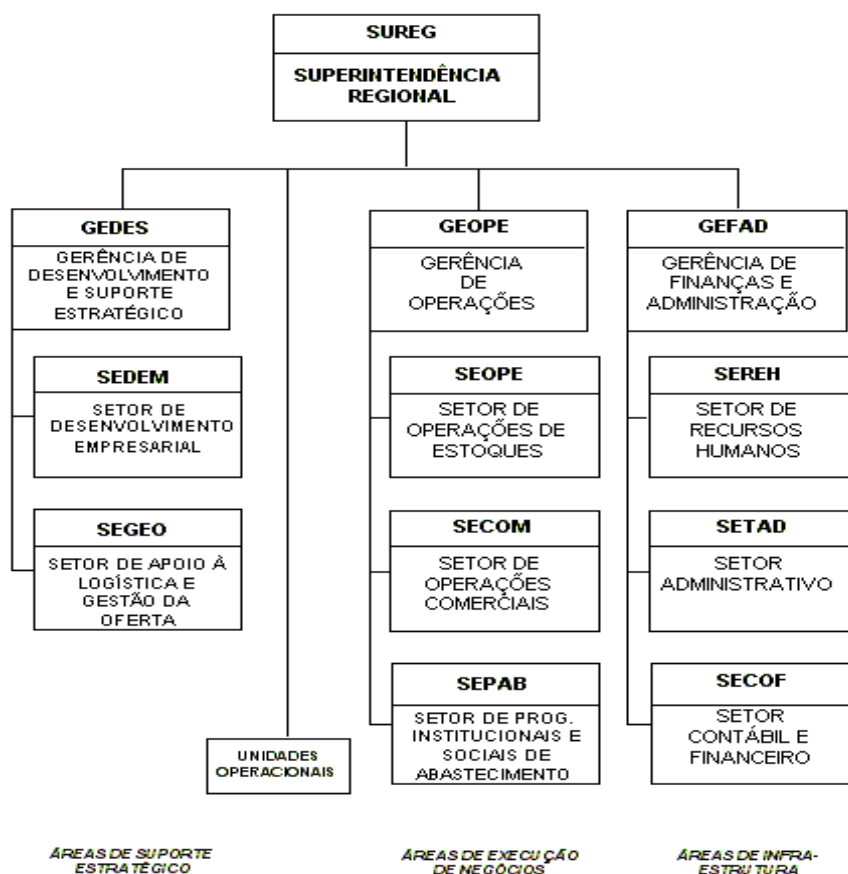
Subórgão	UG	Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	UF	Função	Situação
2216	135209	Conab Sede Sureg MT	MT	Executora	ON LINE
2216	135214	UA – Cuiabá (2)	MT	Executora	OFF LINE
2216	135215	UA-Diamantino	MT	Executora	OFF LINE
2216	135216	UA-Rondonópolis	MT	Executora	OFF LINE
2216	135218	UA-Sorriso	MT	Executora	OFF LINE
2216	135221	UA-Chap. dos Guimarães(1)	MT	Executora	OFF LINE
2216	135224	UA-Sinop	MT	Executora	OFF LINE
2216	135446	UA-Alta Floresta	MT	Executora	OFF LINE
2227	135210	Unid. Estoque Estratégico/ MT	MT	Executora	OFF LINE
2228	135211	Núcleo Estoque Regulador/ MT - PGPM	MT	Executora	OFF LINE
2242	135539	Unidade Conab PAA Mato Grosso	MT	Executora	OFF LINE
2234	135043	Mercado de Opções-MT	MT	Executora	OFF LINE

Fonte: SIAFI

(1) Solicitada à STN a exclusão da Unidade

(2) Proposta à Diretoria da Conab desativação da UA-Cuiabá

Organograma Atual



2. Objetivos e metas institucionais

2.1 - Responsabilidades institucionais

2.1.1 - Papel da Conab na execução das políticas públicas

Para a execução de seus objetivos, a Conab poderá:

- Comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Poderá, ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais;
- Executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária;
- Participar de programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências;
- Firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público e privado;
- Efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor;
- Aceitar, emitir e endossar títulos;
- Receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca;
- Aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia;
- Promover análise e acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção.
- Promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia.
- Prestar apoio técnico e administrativo ao MAPA, a outros órgãos e entidades públicas, mediante remuneração, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

Para cumprir a sua missão, “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**”, a Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em quatro grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Esses subsídios possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Fiscalizar e administrar atividades de armazenamento, movimentação e destinação dos produtos dos estoques públicos (venda ou doação aos programas sociais). A Conab participa, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem a remoção de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.

- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

2.1.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab é a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado.

Atuando em todo o território nacional, por meio de suas Superintendências Regionais, a Companhia responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce um papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola, contribuindo, desta forma, para a formação de renda dos produtores rurais.

Os preços mínimos são elaborados anualmente, utilizando-se como parâmetros os preços observados (ao produtor, no atacado, no mercado internacional e de paridade), os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto para cada safra, sendo propostos pela Conab, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e fixados por Decreto, a fim de serem praticados nas operações a serem realizadas durante o exercício, mediante instrumentos concebidos para a operacionalização da PGPM.

Citada Política foi criada para dar suporte ao produtor naquelas situações em que os preços de mercado caem a níveis que induzam a prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha, contudo, a monopolizar a comercialização agrícola, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades, saindo do mercado sempre que as condições estiverem recuperadas. A atuação governamental inicia quando o preço de mercado está abaixo do mínimo nas regiões de produção. Por outro lado, todo produto adquirido pelo governo deve retornar ao mercado oportunamente e com os preços de compra compatíveis com os do mercado normal.

O Decreto-Lei nº. 79/1966 institui normas para a fixação de preços mínimos; a execução das operações de financiamento; aquisição de produtos agropecuários e, adota outras providências. Criou dois instrumentos básicos para atuação da PGPM: a Aquisição do Governo Federal (AGF) e o Empréstimo do Governo Federal (EGF), sendo que este é um instrumento financeiro, cujo risco econômico foi transferido para os bancos. Posteriormente, com a abertura da economia brasileira e a necessidade de modernizar o sistema de apoio à agropecuária, foram lançados outros mecanismos, como a seguir descritos.

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** permite ao governo garantir o preço mínimo ao produtor rural e/ou sua cooperativa, mediante a aquisição direta, ou seja, com a compra direta e pagamento à vista, de produto constante da pauta da PGPM. Esta operação é realizada quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, condicionada ao repasse, pelo Tesouro Nacional, dos recursos para a operacionalização da aquisição. Os beneficiários devem atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento, quando manifestada a intenção de vender sua produção.

- **Contrato de Opção:** possibilita ao Governo Federal fazer aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que quer comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Tem como objetivo proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no

período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra. Objetiva também melhorar a execução das políticas oficiais de sustentação e regulação dos preços agrícolas no mercado interno.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito - mas não a obrigação - de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

A confirmação da Opção de Venda pelo produtor ou cooperativa é interessante quando o preço de exercício, que é o preço definido pelo Governo para compra de sua produção, situar-se acima da expectativa de mercado para a época de vencimento do contrato.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** possibilita ao governo garantir o preço mínimo ao produtor ou cooperativa sem que haja necessidade de adquirir o produto. Consiste em uma subvenção econômica concedida ao segmento definido no Aviso específico, a ser arrematado em leilão público, para aquisição de produtos pelo valor de referência garantido pelo Governo Federal, que é utilizada posteriormente pelo arrematante o qual compromete-se a promover o escoamento para as regiões de consumo previamente estabelecidas, conforme as condições previstas em Regulamento e Avisos específicos. Mediante os leilões realizados ocorre o pagamento da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado, decomposto a partir do preço de paridade de importação até a unidade federativa de produção. Esse instrumento pode ser utilizado complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.
- **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** valor pago a um segmento definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral do seu valor (valor do produto mais a subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

Este tipo de operação é utilizado quando o Governo Federal tem estoques em locais longe dos centros de consumo e necessita fazer com que haja o deslocamento até as regiões consumidoras. Se o Governo fizesse uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam condições de adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.
- **Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP):** trata-se de uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor (comerciantes ou indústrias de beneficiamento, por exemplo) que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda. Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP. No entanto, quem lança os contratos é o setor privado. No caso do PROP, primeiramente há interesse na garantia de renda ao produtor rural ou sua cooperativa e que a mercadoria migre da zona de produção para a de consumo. É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.
- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** É uma subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

- **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento .
- **Vendas em Balcão:** esse programa, implantado em 1991 com a perspectiva de apoiar e estimular a pequena produção rural, principalmente a de pequenos animais, objetiva garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em pregões públicos.

Trata-se de um programa destinado aos pequenos criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte, voltado à comercialização de produtos agrícolas, e que permite o acesso dos beneficiários, por meio de venda direta, aos estoques governamentais, tendo em vista que essa clientela dificilmente teria condições de participar de leilões públicos. Embora de abrangência nacional, o maior volume de negócios tem ocorrido no Nordeste e no Sul do país, não ocorrendo nenhuma operação sob responsabilidade da Sureg/MT.

Por fim, vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.1.2 - Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA**, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente não alcançada pelas políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apóia a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de

donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

Considerado uma das ações estruturantes do Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo de política pública que, em conjunto com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), embasa o suporte de apoio à produção e à comercialização voltado para os agricultores familiares. O PAA é executado mediante convênios/acordos firmados com os detentores dos recursos orçamentários, originados do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e regulamentado pela Lei Complementar nº 11/2001, e também de orçamento advindo do Tesouro Nacional, por meio dos ministérios envolvidos.

O Programa é interministerial, coordenado pelos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab.

Os Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, que resultaram na transferência de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$336.953.966,00, nesse ano de 2008, foram essenciais para a implementação da política de fortalecimento do Agricultor familiar por meio dos seguintes instrumentos:

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque.** Visa a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos desses agricultores, objetivando a sustentação de preços e agregação de valor. As associações e/ou cooperativas de agricultores familiares recebem antecipadamente até 100% dos recursos para compra de matéria-prima, embalagens e rótulos, pagamento de produtor/fornecedor e despesas com beneficiamento. As normas operacionais do instrumento constam no Título 33 do Manual de Operações da Conab (MOC).

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR-Doação.** Tem por finalidade incentivar o aumento da produção e a sustentação dos preços pagos aos pequenos produtores organizados em associação e/ou cooperativas, que entregam sua produção diretamente na instituição beneficiada. Os produtos adquiridos são destinados a atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação. As normas operacionais do instrumento constam no Título 30 do Manual de Operações da Conab (MOC).

- **Compra Direta da Agricultura Familiar- CDAF.** Tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. As normas operacionais do instrumento e os preços de referência constam nos Títulos 27 e 31 do Manual de Operações da Conab (MOC).

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

2.1.1.3- Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitem viabilizar a distribuição de produtos, suplementando as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas.

Para a composição das cestas, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero. Estas cestas são geralmente compostas por produtos tais como arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo, açúcar, depositados em unidades armazenadoras da Conab.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias de grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

2.1.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato de Opção, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente, a partir de 2006, passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mediante os **Levantamentos de Safras Agrícolas** realizados pela Conab, são de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos

agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. A pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam no segmento agroprodutivo, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra, a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto **GeoSafras**, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos. A unificação, estabelecida mediante acordo

firmado entre a Conab e aquele Instituto, teve início em novembro, com o trabalho conjunto de campo para a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc).

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão-de-obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.1.5 - Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Sureg-MT atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no estado de Mato Grosso.

De forma direta, mantém uma **Rede Armazenadora** destinada a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando torna-la mais competitiva, a Companhia tem envidado esforços objetivando a capacitação dos empregados e a manutenção/modernização de suas unidades focando-se nas exigências das normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Sureg-MT participa na manutenção do **Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras**, assim como a sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em âmbito nacional. Em 2008 ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais, objetivando o aumento da capacidade estática cadastrada, para apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop e da capacidade credenciada para atendimento dos Contratos de Opção de Venda.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as condições técnicas para abrigar os estoques governamentais, os quais poderão ser credenciados, a depender do interesse dos seus proprietários.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na **Movimentação dos Estoques Públicos**.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a **Fiscalização dos Produtos Agroalimentares**.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, a avaliação das condições técnico-operacionais das Unidades Armazenadoras; o acompanhamento e a avaliação da integridade quantqualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios e governamentais, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento. São relacionadas também às fiscalizações especiais do agronegócio, objetivando o acompanhamento da correta aplicação dos instrumentos de apoio a comercialização (PEP, PROP, PEPRO).

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos

de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contam com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura empresarial quanto a familiar, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 - Estratégia de Atuação

Considerando a missão institucional da Conab que é: “**Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/2011, que buscam contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo, além de formar estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

- Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos;
- Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; e
- Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar.

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e propiciar a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou aplicação de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

O ano de 2008 foi marcado por crescentes custos de produção, decréscimo no preços de venda do grão e dificuldades de captação de recursos para financiar a safra, fatores estes que influenciaram na dimensão de área de cultivo. Objetivando reduzir os impactos gerados pela crescente crise internacional, o Governo Federal tem aumentado continuamente o crédito, reduzido taxas de juros, investindo em infra-estrutura e estimulado a criação e a utilização de instrumentos que incentivem a comercialização de produtos agrícolas.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2008, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões. Esses recursos, caso o mercado o exigisse, seriam suficientes para a aquisição de 4,9 milhões de toneladas de produtos agrícolas em todo país. Entretanto, embora as indicações de que as operações de apoio seriam em grande escala, o que agregaria aos estoques um grande volume de produtos, o governo adquiriu apenas 1.214.138 toneladas.

As intervenções, via aquisições do Governo Federal, no Estado do Mato Grosso, concentraram-se em leilões eletrônicos voltados para a compra de milho em grãos, através dos quais a Conab negociou 1,73 milhão toneladas, incluindo Opção de Venda, tendo sido efetivamente recebido, até 31/12/2008, aproximadamente 969,5 mil toneladas sendo o restante passível de confirmação em princípio de 2009.

Com este volume de ofertas de leilões, o Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação. Dentre os instrumentos

praticados, utilizaram-se PEP, PEPRO, PROP que propiciaram o escoamento de estoques privados e o VEP, de estoques públicos.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela variação cambial e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e carregamento no tempo e no espaço de grande volume de estoques públicos. Em 2008, por meio do PEP, PEPRO e do VEP, foi incentivado o escoamento de mais de 1,38 milhão de toneladas de diversos produtos do Estado de Mato Grosso para outras regiões do país.

Além desses instrumentos o Governo, sempre que possível, tenta atrair a iniciativa privada a participar diretamente do processo de estabilização da renda dos produtores. Para tanto, no âmbito de ação da Conab, tem-se utilizado do lançamento de Contratos Privados de Opção de Venda - PROP, sendo que em 2008 foram ofertadas 1.263.816 toneladas e negociadas 477.981 toneladas de milho, na área sob jurisdição da Sureg-MT.

Se, por um lado, a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro, a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes devem entregar nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

Como a origem dos produtos está concentrada em poucos estados, principalmente no Estado do Mato Grosso, tem-se a abertura de milhares de processos com prazo de análise e pagamento de dez dias, o que exige constante requisição, por parte da Sureg-MT, de reforço de pessoal. Tal situação teve grande melhoria em 2008, porém ainda exigiu o deslocamento de empregados de outras Regionais e das unidades operativas da Sureg-MT, para a realização do trabalho, elevando-se os custos com diárias, passagens, locomoção e horas-extras.

Na execução do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem aumentado o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Esses são repassados à Companhia por meio de convênios e/ou termos de cooperação com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. Além das metas estabelecidas nesses instrumentos, em 2008 foram desenvolvidas ações pontuais para solução de problemas emergenciais para o atendimento a famílias em estado de carência alimentar e nutricional.

Mediante o instrumento de **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar** denominado **CPR-Estoque**, as operações movimentaram aproximadamente 495 toneladas de diversos produtos agrícolas e extrativistas, beneficiando 163 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 09 municípios, no estado de Mato Grosso.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação**, atingiu, nesse ano, a quantidade de 3.535 toneladas, contemplando 1.848 agricultores familiares e 42 municípios atendidos. Esses produtos foram doados a 594 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 208,5 mil pessoas.

A operacionalização do Programa exigiu grande esforço da Sureg-MT, seja na fase de divulgação dos instrumentos de ação, seja nas aquisições, na distribuição dos produtos e supervisão dos projetos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Em 2008 a Sureg realizou 48 supervisões nos projetos de CPR-Doação e 18 palestras em eventos e seminários. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados

no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não conta com estruturas adequadas à armazenagem e conservação dos produtos. Além das despesas com o deslocamento de empregados, o número de atendimentos tem gerado grande quantidade de notas fiscais, dificuldades no controle das operações e na consolidação dos resultados e, conseqüentemente, na prestação de contas.

A Conab atua também na formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional. Na Sureg-MT, ao final do exercício, estavam estocados 540 toneladas de produtos básicos para esse fim.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos convênios, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria, realiza diversos leilões de compra, providencia a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Em 2008, foram distribuídas 39.658 cestas básicas.

Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorrem com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

2.3 Gestão de Programas e Ações

O Plano Plurianual – 2008/2011, elaborado durante o exercício de 2007 e aprovado pela Lei n.º 11.653, de 7 de abril de 2008, deu continuidade ao Programa Abastecimento Agroalimentar, com alteração de sua composição, ou seja: foram incluídas novas Ações coordenadas pela Conab, transferidas Ações para o Programa Agricultura Familiar – PRONAF, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, e incluídas Ações sob a responsabilidade dos Bancos da Amazônia e do Nordeste.

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Sureg-MT estão inseridas em 3 programas do PPA, distribuindo-se em 19 Ações. São realizadas, também, atividades em atendimento a convênios e outros tipos de transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item 2.3.4.

2.3.1 - Programas

2.3.1.1 – Programa 0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar

- Tipo de Programa: Finalístico
- Objetivo Geral: contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- Gerente do Programa: Wagner Gonçalves Rossi
- Gerente Executivo: Norival Onofre Kwiatkowski
- Indicadores ou parâmetros utilizados:
 - a) Produção Nacional de Grãos:
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.
 - b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários
Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos instrumentos de comercialização: Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).
 - c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.
 - d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.
 - e) Margem de Disponibilidade de Trigo
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.
 - g) Margem de Disponibilidade de Milho
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos - PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções - BB Garantia de Preços].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

- Público-Alvo (beneficiários): O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.

2.3.1.2 Programa 0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária

- Tipo de Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- Objetivo Geral: coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando à garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- Gerente do Programa: Edilson Guimarães
- Gerente Executivo: José Maria dos Anjos
- Indicadores ou parâmetros utilizados: Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícolas e pecuárias, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

2.3.1.3 Programa 0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- Tipo de Programa: Operações Especiais
- Objetivo Geral: cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- Gerente do Programa: Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2 – Principais Ações dos Programas

- **0352 - Programa Abastecimento Agroalimentar**
 - 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
 - 2010 - Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
 - 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
 - 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
 - 2130 - Formação de Estoques Públicos-PGPM;
 - 2133 - Operacionalização da Comercialização de Produtos;
 - 2137 - Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares;
 - 2138 - Aquisição de Produtos para Comercialização;

- 2272 - Gestão e Administração do Programa; e
 - 2808 - Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador;
 - 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
 - 4641 - Publicidade de Utilidade Pública;
 - 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras;
 - 8579 - Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar;
 - 0299 - Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF;
 - 0300 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;
 - 0110 - Contribuição à Previdência Privada.
-
- **0360 - Programa Gestão da Política Agropecuária**
 - 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; e
 - 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras.
 - **0901 - Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**
 - 002F - Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista; e
 - 0022 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado, Devida por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

2.3.2.1 – (2130) - Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA/Conab
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Suarm/Suoep/Sufis; Diafi/Sucon/Sufin e Digem/Sugof
- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Responsável regional da Ação:** GEOPE/SECOM
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Compete ao **Setor de Operações Comerciais – SECOM**, subordinado à Gerência de Operações:
 - I - executar as operações de aquisição dos pequenos produtores;
 - II - acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;

III - proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento, de acordo com as demandas da Matriz e da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta, emitindo os respectivos documentos fiscais;

VII - controlar e supervisionar as operações de entrega de produtos comercializados em Bolsas de Mercadorias.

2.3.2.1.1 – Resultados

(2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM			
Controle: SIAFI – PTRES 001678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	2.300.000.000,00	801.000.000,00	34,83
Execução Orçamentária	650.794.970,06	284.194.473,48	43,67
Índice	28,30	35,48	-
Meta Física – produto adquirido (ton)	4.925.000	1.920.000	38,98
Execução Física	1.214.138	969.554	79,86
Índice	24,65	50,50	-

Para a realização das diversas atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2008 consignou, para a Conab, dotação de R\$2.300.000.000,00 (fonte 160) e meta física de 4.925.000 toneladas de produtos agrícolas,

Em 2008, foram adquiridas 969.554 toneladas de milho pela Sureg-MT apresentando ao final do exercício uma despesa financeira total para a Ação no montante de R\$284 milhões, o que representou 35,48% do previsto da dotação orçamentária de R\$801.000.000,00.

As aquisições de milho, realizadas em Leilões de Compra direta e Opções de Venda, objetivaram regular os preços de mercado, dando apoio aos produtores da região, e recompor os níveis de estoque do Governo Federal

O algodão, cujos preços de comercialização atingiram patamares inferiores ao mínimo fixado pelo Governo, exigiu intervenção da Conab por meio da negociação de contratos de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO para escoamento do produto.

a) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto presidencial. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas de parâmetros para a decisão de plantio.

Funciona ainda como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

Nos quadros a seguir estão detalhados os preços mínimos vigentes durante o exercício de 2008 para as safras de verão, inverno, produtos regionais e sementes e para as operações amparadas por AGF.

Preços Mínimos – Safras de Verão e de Produtos Regionais

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	2007		2008	
			Início de Vigência	Valor(R\$)	Início de Vigência	Valor(R\$)
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	15 kg	Fev/07	44,60	Jan/08	44,60
	Centro-Oeste e MG		Abr/07	44,60	-	-
Arroz longo fino em casca	Norte e MT	60 kg	Fev/07	20,70	Jan/08	23,34
Arroz longo em casca	Norte (exceto RR) e MT	60 kg	-	-	Jan/08	13,14
	Norte e MT		-	-	Set/08	16,12
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	50 kg	Jan/07	15,00	Jan/08	18,40
Fécula de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste	kg	Jan/07	0,44	Jan/08	0,54
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	60 kg	Jan/07	47,00	Jan/08	48,42
	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul		Nov/07	48,42	Nov/08	80,00
Juta/malva embonecada	Todo o território nacional	kg	Fev/07	0,97	Jan/08	1,01
Juta/malva prensada	Todo o território nacional	kg	Fev/07	1,13	Jan/08	1,19
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	60 kg	Jul/07	33,56	Jul/08	38,59
Milho	MT, AC e RO	60 kg	Fev/07	11,00	Jan/08	11,00
Sorgo	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	60 kg	Fev/07	9,80	Jan/08	9,80

Fonte: Decreto n.º 6.266, de 22/11/2007 e Decreto n.º 6.557 de 08/09/2008

b) Aquisições de Produtos Agrícolas

A meta física estabelecida para 2008 previa a aquisição consolidada para a Companhia de 4.925.000 toneladas de produtos agrícolas, tendo sido adquiridas durante o exercício 1.214.138 toneladas de diversos produtos, representando cerca de 24,65% da meta nacional. No âmbito da Sureg-MT foram compradas 969.554 toneladas de milho em grãos, ao custo de aquisição de R\$249,5 milhões.

O quadro a seguir detalha as aquisições efetivadas durante o exercício.

Demonstrativo das Aquisições

Aquisições - PGPM (por ano)							
Ano	Produto	AGF		Contrato de Opção		Em kg	Em R\$
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Total	
						Quantidade	Valor
2008	Milho em grão	148.480.000	36.073.158,31	821.074.000	213.452.333,86	969.554.000	249.525.492,17
	Total-Produto	148.480.000	36.073.158,31	821.074.000	213.452.333,86	969.554.000	249.525.492,17
2007	Milho em grão	220.168.412	40.529.677,32			220.168.412	40.529.677,32
	Total-Produto	220.168.412	40.529.677,32	0	0,00	220.168.412	40.529.677,32
2006	Arroz	5.287.254	1.715.918,97			5.287.254	1.715.918,97
	Milho em grão	1.321.912.729	242.540.224,16			1.321.912.729	242.540.224,16
	Sorgo	16.811.039	2.787.764,90			16.811.039	2.787.764,90
	Total-Produto	1.344.011.022	247.043.908,03	0	0,00	1.767.536.807	325.315.497,77
2005	Arroz	203.022.689	51.530.035,79			203.022.689	51.530.035,79
	Total-Produto	537.977.300	112.937.155,88	0	0,00	537.977.300	112.937.155,88

Fonte: Conab/Diges/Suope/Gerep e Conab/Diafi/Sucon/Gedoc

c) – Contrato Público de Opção de Venda

Em decorrência da queda nos preços recebidos pelos produtores de feijão, milho e trigo e com o objetivo de assegurar a manutenção da rede dos produtores, a Conab realizou durante o segundo semestre leilões de lançamento de Contratos de Opção de Venda, obtendo os seguintes resultados:

- milho – os preços tiveram significativa queda no período de pós-colheita e com tendência de manutenção das baixas cotações no Estado do Mato Grosso, a Conab realizou durante todo o segundo semestre leilões de lançamento de Contratos Públicos de Opção de Venda. Foram oferecidos 104.801 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 58.913, representando 1,59 milhão de toneladas.

Demonstrativo Leilões de Opção de Venda - Sureg-MT

Operações de Opção de Venda de Milho						
Aviso	Número de Processo	Qtde ofertada	Negociada	data	Lim. Opção	entrega produto
279	21212.000400/2008-65	200.016.000	73.116.000	27/08/08	30/09/08	15/10/08
293	21212.000423/2008-70	130.005.000	130.005.000	03/09/08	30/09/08	15/10/08
310	21212.000442/2008-04	199.800.000	199.800.000	19/09/08	31/10/08	1 a 14/11
336	21212.000443/2008-41	199.800.000	199.800.000	25/09/08	31/10/08	1 a 14/11
344	21212.000453/2008-86	299.997.000	199.098.000	02/10/08	28/11/08	1 a 15/12
364	21212.000463/2008-11	299.997.000	63.234.000	09/10/08	28/11/08	1 a 15/12
378	21212.000477/2008-35	299.997.000	100.548.000	16/10/08	29/12/08	2 a 15/01
383	21212.000479/2008-24	299.997.000	103.896.000	22/10/08	29/12/08	2 a 15/01
397	21212.000541/2008-88	299.997.000	116.019.000	30/10/08	29/12/08	2 a 15/01
406	21212.000545/2008-66	299.997.000	105.111.000	06/11/08	29/12/08	2 a 15/01
427	21212.000598/2008-87	150.012.000	150.012.000	20/11/08	29/12/08	2 a 15/01
450	21212.000628/2008-55	150.012.000	150.012.000	04/12/08	15/01/09	16 a 30/01
TOTALIS		2.829.627.000	1.590.651.000			

d) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2008 foi contratada a remoção 115.592 toneladas de milho na região sob jurisdição da Sureg-MT, vinculado a Contrato de Opção e à PGPM. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

A realização das remoções teve como motivo principal a necessidade de abertura de espaço para o recebimento de produtos da safra 2008/09 e o atendimento do Programa Vendas em Balcão nas Regiões Norte e Nordeste. As quantidades contratadas e removidas estão detalhadas no quadro a seguir.

Remoções de Produtos dos Estoques Públicos - PGPM

Origem	Destino	Valores (sem ICMS)		Quantidades (kg)						% Recebido/Removido
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
MT	AC	65.198,00	65.198,00	350.000	350.000	-	-	-	349.862	99,96
	AL	667.005,00	603.848,31	1.500.000	1.500.000	-	-	-	1.499.620	99,97
	AM	1.340.034,69	1.296.107,09	5.000.000	4.817.230	-	-	182.770	1.690.028	35,08
	BA	61.940,00	57.187,87	200.000	200.000	-	-	-	199.370	99,69
	CE	7.560.160,00	7.343.965,19	19.000.000	19.043.799	-	43.799	-	18.993.687	99,74
	ES	1.971.596,77	1.819.106,08	6.402.997	7.407.395	-	3.678.740	2.674.342	6.763.910	91,31
	MA	1.337.271,61	1.190.858,76	4.500.000	4.500.000	-	-	-	3.996.720	88,82
	MT	1.777.473,00	1.370.112,16	17.997.904	10.497.904	7.500.000	-	-	-	0,00
	PA	1.066.899,09	1.012.818,61	2.500.000	2.500.000	-	-	-	1.536.690	61,47
	PB	136.533,17	106.037,95	334.755	334.755	-	-	-	334.605	99,96
	PB	407.860,00	316.759,35	1.000.000	2.696.862	-	1.696.862	-	2.499.630	92,69
	PB	603.698,40	603.698,40	1.140.000	1.411.780	-	271.780	-	1.361.350	96,43
	PB	79.434,00	79.434,00	150.000	247.688	-	97.688	-	247.620	99,97
	PB	81.572,00	50.560,73	200.000	200.000	-	-	-	-	0,00
	PB	1.239.896,22	1.239.896,22	3.303.138	2.689.479	-	-	613.659	-	0,00
	PB	988.975,00	613.047,48	2.500.000	2.496.010	3.990	-	-	1.536.650	61,56
	PB	231.426,76	231.426,76	603.651	441.890	-	-	161.761	-	0,00
	PB	202.011,10	202.011,10	526.881	526.881	-	-	-	-	0,00
	PB	3.971.406,65	3.442.871,99	9.758.425	11.045.345	3.990	2.066.330	775.420	5.979.855	54,14
	PE	3.352.995,46	2.889.623,82	7.500.000	7.500.000	-	746.770	746.770	7.000.000	93,33
	PI	2.074.677,45	1.672.274,95	6.000.000	5.932.560	12.080	-	55.360	2.277.980	38,40
	RN	9.598.797,03	8.247.557,10	20.375.245	20.375.245	-	-	-	20.321.143	99,73
	SE	1.260.987,24	1.070.407,34	3.500.000	1.500.000	-	-	2.000.000	1.499.550	99,97
	TO	326.884,97	313.663,49	1.250.000	1.250.000	-	-	-	985.320	78,83
Total		40.404.733,61	35.838.472,75	115.592.996	109.464.823	7.520.060	8.601.969	7.210.082	79.073.590	75,24

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gemov

As despesas contabilizadas durante o período, no valor de R\$284.194.473,48 referem-se, principalmente, ao pagamento de armazenagem a terceiros e a aquisição de produtos, preço do produto mais ICMS, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Demonstrativo da Execução Financeira

NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	MT	Conab
ANALISES LABORATORIAIS	1.088.736,11	1.134.882,26
ARMAZENAGEM	10.112.913,63	124.922.328,55
CAPATAZIA, ESTIVA, BRACAGEM E PESAGEM	65.080,41	1.290.625,39
COFINS	-	8.860,76
COMISSOES E CORRETAGENS	606.727,42	7.566.187,02
DESCARTE DE PRODUTOS	-	439,04
EDITAIS E PUBLICACOES	-	29.543,91
EMBALAGENS	-	996.871,43
ENCARGOS FINANCEIROS	-	316,67
ENSAQUE E REENSAQUE	-	3.120,00
IMP.CIRC.MERCADORIAS E SERVICOS-ICMS	37.037.260,78	50.300.838,32
IMPOSTO SOBRE SERVICOS-ISS	-	16.063,21
INSS - ARMAZENAGEM	-	5.211,52
INSS - PRODUTOR RURAL	4.830.490,48	7.049.753,55
AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS P/REVENDA-ESTOQUES ESTRATEGICOS	230.258.769,59	417.793.852,27
PASEP	-	1.919,83
SEGUROS EM GERAL	-	2.668.170,65
SERVICOS DE TERCEIROS	75.203,98	2.409.037,87
SERVICOS GRAFICOS	4.373,00	22.893,90
TAXAS E PEDAGIOS	24,56	297,83
TRANSPORTES, ENCOMENDAS, CARRETOS E FRETES	114.893,52	34.573.756,08
TOTAL	284.194.473,48	650.794.970,06

Fonte: Siafi

e) Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM, na área sob jurisdição da Sureg/MT, registravam um volume de 540,8 toneladas de arroz, sendo 164,4 toneladas vinculados a PGPM e 376,4 vinculados a Contrato de Opção, e 960.579,6 toneladas de milho, sendo 155.573,8 (AGF) e 804.465,0 toneladas vinculados à Contrato de Opção.

Produto	Vínculo	Estoque (t)		Variação (%)
		2007	2008	
Arroz	AGF	5.252,9	164,4	-96,87
	Contrato de Opção	773,3	376,4	-51,33
Milho	AGF	586.225,7	155.573,8	-73,46
	Contrato de Opção	8.282,7	804.465,0	9.612,59
Sacaria(1)		68.767,0	1.187,0	-98,27
Total	Produto	600.534,6	960.579,6	59,95
	Sacaria	68.767,0	1.187,0	-98,27

2.3.2.2 - (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Esta Ação visa operacionalizar a comercialização de produtos agropecuários e do agroextrativismo, em conformidade com as parcerias firmadas, disponibilizando-os para as comunidades demandantes.

- **Descrição:** São executados procedimentos operacionais tais como: contratação de serviços de transportes, classificação, braçagem e acondicionamento, incluindo as despesas administrativas, financeiras e tributárias decorrentes da operação de comercialização da empresa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Supab
- **Coordenador nacional da Ação:** João Cláudio Dalla Costa
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEPAB
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Compete ao Setor de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEPAB, subordinado à Gerência de Operações:
 - I - dar suporte técnico aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
 - II - efetuar o levantamento das necessidades e executar as vendas programadas relativas aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;
 - III - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades de comercialização.

2.3.2.2.1– Resultados

(2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos			
Controle: SIAFI – PTRES 1698 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2133.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	R\$ 2.000.000,00	R\$ 304.000,00	15,2
Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Índice	0	0	-
Meta Física (serviços prestados)	27	1	3,70
Execução Física	0	0	3,70
Índice	0,00	0,00	-

Foi aprovada na LOA para 2008 dotação orçamentária de R\$2.000.000,00 para cobertura das despesas relacionadas à operacionalização da comercialização dos produtos definidos nas parcerias firmadas.

Em 2008, na área de abrangência da Sureg/MT, não foram celebrados convênios com vistas à aquisição de produtos de agricultores familiares para composição da merenda escolar em escolas municipais.

Em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na celebração de convênios com prefeituras municipais e outras instituições, sendo que para o LOA 2009 esta Ação continuará existindo, porém com dotação orçamentária e meta física zero.

Dessa forma, não houve necessidade de pagamento de outras despesas, sendo, portanto, solicitado o cancelamento da dotação orçamentária e seu remanejamento para outras Ações do Programa.

2.3.2.3 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa a promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias; a realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** A realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sufis/Gefis
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEOPE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Compete ao **Setor de Operações de Estoques – SEOPE**, subordinado à Gerência de Operações, conforme definido no Regimento Interno:
 I - controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;
 IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
 X - acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques.

2.3.2.3.1 – Resultados

(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares			
Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária (R\$)	2.000.000,00	150.000,00	7,50
a) Despesas Correntes	1.900.000,00	150.000,00	7,89
b) Despesas de Capital	100.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária (R\$)	1.495.735,38	113.368,45	7,58
a) Despesas Correntes	1.420.101,38	113.368,45	7,98
b) Despesas de Capital	75.634,00	0,00	0,00
Índice (%)	74,79	75,58	-
Meta Física – fiscalização realizada (unid)	2.850	647	22,70
Execução Física	4.799	671	13,98
Índice (%)	168,39	103,71	-

Para o exercício de 2008 a meta para esta ação mudou de toneladas fiscalizadas para unidades fiscalizadas (produtor, unidade armazenadora, cooperativa etc). A meta física global aprovada na LOA/2008 previa a fiscalização de 2.850 unidades, sendo consignada dotação orçamentária de R\$2.000.000,00.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

Durante o exercício foram realizadas na Sureg-MT nove etapas previstas no programa de fiscalização anual, tendo sido visitados 671 unidades, correspondentes a 103,71% da meta estabelecida (647 unidades).

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-MT nos meses de fevereiro, abril/maio, julho, setembro e novembro/dezembro.

Durante o exercício foram fiscalizados produtos dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda, agricultura familiar, Fome Zero e Terceiros). O custo total foi de R\$113.368,45 (75,58% da meta). Comparativamente ao total executado, a participação da Sureg-MT representa cerca de 13,98% da meta nacional prevista para a Conab.

Nas unidades armazenadoras vistoriadas foram fiscalizadas cumulativamente 1.890.533 toneladas de produtos conforme detalhado no quadro seguinte.

Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Vínculo	Conab			Sureg-MT			Participação (%)
	Estoque		%	Estoque		%	
	Contábil	Fiscalizado		Contábil	Fiscalizado		
AGF	4.614.862	4.601.950	99,72	1.119.012	1.114.114	99,56	24,21
Contrato de Opção	4.274.369	4.270.614	99,91	691.981	691.521	99,93	16,19
Agricultura Familiar	173.825	173.310	99,70	7.285	7.286	100,01	4,20
Fome Zero	36.343	36.342	100,00	1.460	1.460	100,00	4,02
Estoque Próprio	31.076	31.076	100,00	30.964	30.964	100,00	99,64
Varreduras	296	296	100,00	-	-	-	0,00
Terceiros	622.830	621.042	99,71	46.904	45.188	96,34	7,28
Total	9.753.601	9.734.630	99,81	1.897.606	1.890.533	99,63	19,42

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis

Nos armazéns do Estado de Mato Grosso foram registradas as ocorrências de desclassificação de 1.510 toneladas de produtos; o desvio de 4.589 t e perdas em armazenagem de 13.535 toneladas.

Sureg	Produto	Quantidades (Em t)				Total
		Abaixo do Padrão	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem	
MT	Arroz	-	284	83	446	813
	Milho	-	1.226	4.506	13.089	18.821
	Totais	0	1.510	4.589	13.535	19.634

Relativamente às perdas qualitativas foram emitidas comunicações à SUOPE com vistas à venda do produto, à SUARM para impedimento do agente armazenador enquanto houver pendência financeira, e finalmente à SUFIN, para as providências relativas à cobrança.

b) Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização foram realizadas durante o exercício 2 operações de fiscalização envolvendo cadastro de 125 clientes de instrumentos de apoio à comercialização - PEPRO e 25 apólices de seguro rural, conforme detalhado no quadro a seguir.

UF	Discriminação	Exercício		Variação (%)
		2007	2008	
MT	Prêmio do Seguro Rural	24	25	4,17
	PEPRO	-	125	-
Total		24	150	525,00

Na execução da Ação a Conab gastou R\$684.832,04. Em relação ao valor total gasto na Ação, os pagamentos realizados pela Sureg-MT representaram 19,86%. Nesses custos não estão incluídas despesas com deslocamento de fiscais de outras Suregs, cujos custos são contabilizados na origem do empregado.

Demonstrativo de Despesas - Fiscalização

Sureg	Elemento de Despesa (R\$)							Total	
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipament o e Material Permanente		Indenizaçõe s e Restituições
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
MT	60.530,00	9.372,26	43.217,59	-	248,60	-	-	-	113.368,45

Fonte: SIAFI

2.3.2.4 - (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização

- **Tipo:** Atividade.
- **Finalidade:** Tem por finalidade apoiar os programas institucionais de abastecimento social, promovidos ou coordenados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, e por entidades privadas.
- **Descrição:** Aquisição de produtos oriundos da agropecuária e do agroextrativismo, prioritariamente vinculados à agricultura familiar, para tender contratos, ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades públicas e/ou privadas, responsáveis pela promoção, coordenação e execução de programas sociais na área de suplementação alimentar.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Supab/Gepri
- **Coordenador nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SECOM
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Operações Comerciais – SECOM**, subordinado à Gerência de Operações, compete:

I - executar as operações de aquisição dos pequenos produtores.

2.3.2.4.1 – Resultados

(2138) Aquisição de Produtos para Comercialização			
Controle: SIAFI – PTRES 001.679 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2138.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	R\$ 99.597.977,00	R\$ 3.688.814,00	3,70
Execução Orçamentária	R\$ 99.855,23	-	0,00
Índice	0,10	0,00	-
Meta Física – Produto Adquirido (ton)	104.456	3.870	3,70
Execução Física	36	-	0,00
Índice	0,03	0,00	-

A meta física estabelecida para a Conab em 2008 previa a aquisição de 104.456 toneladas de diversos produtos para atendimento às parcerias firmadas, tendo sido aprovado na LOA R\$99.597.977,00 para esse fim.

Em 2008, a Conab, na área de abrangência da Sureg/MT, não celebrou convênios com vistas à aquisição de produtos de agricultores familiares para composição da merenda escolar em escolas municipais devido a necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes.

Dessa forma, não houve necessidade de pagamento de outras despesas, sendo, portanto, solicitado o cancelamento da dotação orçamentária e seu remanejamento para outras Ações do Programa.

2.3.2.5 - (2808) Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Treinar e qualificar a mão-de-obra que atua no segmento armazenador, visando à redução das perdas, à melhoria da qualidade dos produtos armazenados, à diminuição da rotatividade da mão-de-obra e à geração de empregos no setor.
- **Descrição:** Realização de seminários, cursos e treinamento em recepção, tratamento fitossanitário, guarda e conservação, expedição de produtos agrícolas, operação e manutenção de máquinas e equipamentos, para posterior disseminação, especialmente nas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm
- **Coordenador nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH

2.3.2.5.1 – Resultados

(2808) Capacitação de Mão de Obra do Setor Armazenador			
Controle: SIAFI – PTRES 001.693 – Programa de Trabalho 20.128.0352.2808.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	200.000,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	0,00	0,00	-
Índice	0,00	-	-
Meta Física	800	100	12,50
Execução Física	285	79	27,72
Índice	35,63	79,00	-

Em 2008, no Estado de Mato Grosso houve a realização de três cursos voltados ao treinamento de mão-de-obra do setor armazenador nas regiões de Sorriso, Sapezal e Rondonópolis, sem lançamento de despesa regional.

UF	Título do Curso	N.º Participantes	Local	Período	Carga Horária
MT	Classificação e Análise de Grãos	28	Sorriso	09 a 11/01/2008	24
MT	Classificação e Análise de Grãos	24	Sapezal	15 a 17/01/2008	24
MT	Classificação e Análise de Grãos	27	Rondonópolis	21 a 23/01/2008	24
Total	-	79	-	-	72

2.3.2.6 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad
- **Coordenador nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEOPE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Compete ao **Setor de Operações de Estoques – SEOPE**, subordinado à Gerência de Operações, conforme definido no Regimento Interno:

IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;

VI - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração;

VII - subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas.

2.3.2.6.1 – Resultados

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	8.650.000,00	160.000,00	1,85
Despesas Correntes	2.800.000,00	60.000,00	2,14
Despesas de Capital	5.850.000,00	100.000,00	1,71
Execução Orçamentária	7.983.358,02	140.596,85	1,76
Despesas Correntes	2.619.248,45	50.580,20	1,93
Despesas de Capital	5.364.109,57	90.016,65	1,68
Índice	92,29	87,87	-
Meta Física – unidade modernizada	80	5	6,25
Execução Física	73	3	4,11
Índice	91,25	60,00	-

A meta global aprovada na LOA/2008 previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 80 unidades armazenadoras, ao custo total de R\$8,65 milhões. Durante o exercício foram atendidas 73 unidades (91,25% da meta) com a realização de pequenas obras/aquisições, ao custo total de R\$7.983.358,02 (92,29% da dotação). Para a Sureg-MT estava previsto o atendimento a cinco Unidades, tendo sido atendidas três, representando 60% da meta física.

Na Rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Sureg-MT estão em operação cinco unidades armazenadoras, compostas por 23 armazéns, com capacidade estática total 204.200 toneladas, em ambientes natural, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Demonstrativo de Armazéns por UA

Unidade Armazenadora	Quantidade Armazéns	Cap.(t)	Tipo	Endereço
Alta Floresta	1	6.200	Convencional	Rod. MT-208, Km 145 s/nº
Cuiabá	1	2.400	Convencional	Av. A Quadra 03, n.º 4.360
	1	2.400	Convencional	Av. A Quadra 03, n.º 4.360
Diamantino	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. MT-121, Km 02 – Setor Aeroporto
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. MT-121, Km 02 – Setor Aeroporto
Rondonópolis	1	10.000	Silo Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	2.400	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	2.400	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	2.400	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	3.600	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
	1	2.300	Convencional	Rod. BR-364, Km 217 s/nº Dist. Industrial
Sinop	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. Das Mangueiras, n.º 832 B. Jd. Celeste
	1	13.800	Graneleiro Plano	Rod. Das Mangueiras, n.º 832 B. Jd. Celeste
Sorriso	1	4.900	Graneleiro	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial
	1	4.900	Graneleiro	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial
	1	13.800	Graneleiro Plano	Av. Idemar Riedi, n.º 742 Setor Industrial
Total	23	204.200	-	-

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gerap

Em 2008, a UA-Cuiabá foi paralisada após avaliação da necessidade e importância estratégica da mesma para a Sureg-MT, visto que as condições estruturais apresentavam graves

problemas devido ao tempo em desuso da Unidade, que já havia sido desativada em 2002 e reativada em outubro/2006. Some-se a isto o fato de não ter sido possível adequar a Unidade com o mínimo de pessoal necessário e capacitado. Ambos os problemas apresentados foram avaliados e optou-se por priorizar, em face dos sempre restritos recursos orçamentário-financeiros, as adequações das demais Unidades da Sureg-MT que permitissem melhor operacionalização das mesmas e, por consequência, melhor atendimento à clientela.

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores.

A Sureg-MT executou R\$50.580,20 em despesas correntes e R\$90.016,65 em investimentos, somando R\$140.596,85, representando cerca de 1,76% do total de R\$7.983.358,02 executados pela Companhia e 45,35% do total previsto para a Regional.

Demonstrativo de Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Aquisição	Valor		
			Corrente	Capital	Total
MT	Sede Sureg	Aquisição de materiais para manutenção e de uma empilhadeira a gás	3.564,90	80.121,25	83.686,15
	Diamantino	Serviços de impermeabilização dos rodapés; aquisição de uma bomba de água; aquisição de motor elétrico e peças para recuperação do tatu carregador ;	15.283,00	8.601,40	23.884,40
	Rondonópolis	Revisão da impermeabilização das calçadas e da intersecção das paredes com as calçadas; revisão e manutenção da rede elétrica.	27.232,30	0,00	27.232,30
	Sinop	Conserto do sistema de termometria central e aquisição de motor de indução.	4.500,00	1.294,00	5.794,00
TOTAL			50.580,20	90.016,65	140.596,85

Fonte: Siafi

2.3.2.7 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad
- **Coordenador nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SEOPE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Compete ao **Setor de Operações de Estoques – SEOPE**, subordinado à Gerência de Operações, conforme definido no Regimento Interno:
 - IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;
 - VI - fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração.

2.3.2.7.1 – Resultados

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras			
Controle: SIAFI – PTRES 001.692 – Programa de Trabalho 20.126.0352.4702.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	R\$ 360.000,00	R\$ 8.000,00	2,22
Execução Orçamentária	R\$ 350.015,96	R\$ 7.236,40	2,07
Índice	97,23	90,46	-
Meta Física – Unidade Cadastrada	4.170	-	0,00
Execução Física	6.276	144	2,29
Índice	150,50	-	-

A meta física consolidada da Companhia, aprovada na LOA/2008, previa o cadastramento/recadastramento de 4.170 unidades armazenadoras, tendo sido executado 6.276 armazéns, representando 145,47% da meta física. Da meta financeira foram gastos R\$350.015,96, cerca de 97,23% da dotação global de R\$360.000,00.

No âmbito da Sureg-MT não estava previsto atividade para esta Ação. A execução financeira ocorreu devido as despesas com empregados cedidos para execução de atividades da Ação na Sureg-RS e da necessidade de cadastramento/recadastramento de 144 unidades armazenadoras para apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP, o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop e para as operações de aquisição de milho decorrente dos Contratos de Opções de Venda.

Um fator positivo foi a criação do Sistema de Cadastro de Armazéns-SICARM, em substituição ao Sistema de Cadastro de Armazenagem -SCA, sendo postergado para 2009 a descentralização da atualização do cadastro para as Suregs.

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

Na área sob jurisdição da Sureg-MT, estavam cadastrados 2.071 armazéns com capacidade estática para 24,52 milhões de toneladas, representando cerca de 19,08% da oferta nacional. Desses, apenas 155 unidades (capacidade de 2.760.644 toneladas) estavam credenciados para trabalhar com estoques e programas do Governo Federal. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme a seguir detalhado.

Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada

Sureg	Situação	2007		2008						Variação	
		N.UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.UA. (c/a)	Capac. (d/b)
				N.UA	Capac. (t)	N.UA	Capac. (t)	N.UA (c)	Capac. (t) (d)		
MT	Credenciados	105	1.504.370	32	209.092	123	2.551.552	155	2.760.644	47,62	83,51
	Descredenciados	71	639.920	37	178.412	46	773.804	83	952.216	16,90	48,80
	Aptos s/ Contrato	85	1.116.650	38	281.515	40	986.110	78	1.267.625	-8,24	13,52
	Impedidos	1.599	17.793.040	410	2.228.451	1.024	13.221.365	1.434	15.449.816	-10,32	-13,17
	Impedidos no SICAF	165	2.006.850	117	561.849	204	3.534.866	321	4.096.715	94,55	104,14
	Cadastrados	2.025	23.060.830	634	3.459.319	1.437	21.067.697	2.071	24.527.016	2,27	6,36
Total Nacional	Credenciados	955	13.303.810	219	1.336.941	404	7.282.201	623	8.619.142	-34,76	-35,21
	Descredenciados	499	4.271.960	219	833.567	304	3.885.178	523	4.718.745	4,81	10,46
	Aptos s/ Contrato	1.601	10.155.740	647	2.043.009	529	5.843.586	1.176	7.886.595	-26,55	-22,34
	Impedidos	12.519	84.502.690	5.014	17.328.388	6.180	59.326.137	11.194	76.654.525	-10,58	-9,29
	Impedidos no SICAF	987	11.167.330	1.266	4.777.683	1.841	25.860.279	3.107	30.637.962	214,79	174,35
	Cadastrados	16.561	123.401.530	7.365	26.319.588	9.258	102.197.381	16.623	128.516.969	0,37	4,15
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		10,99	11,31	14,61	15,64	30,45	35,04	24,88	32,03	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		12,23	18,69	8,61	13,14	15,52	20,61	12,46	19,08	-	-

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gecad

As despesas liquidadas somaram R\$7.236,40, distribuídas conforme quadro seguinte.

(4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras				
Elemento de Despesa(R\$)				Total
Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
3.000,00	3.033,71	1.143,45	59,24	7.236,40

2.3.2.8 - (0299) Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir o abastecimento e o preço, no mercado primário interno, dos produtos agropecuários amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, mediante a formação de estoques reguladores e estratégicos.
- **Descrição:** Concessão de equalização, pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, referente à diferença entre os valores de venda e compra dos produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Coordenador nacional da Ação:** Antônio Carlos Pinho de Argolo
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SECOM
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Não há definição formalizada pelo Regimento Interno, de competência regional na Sureg-MT. A parte operacionalizada pela regional é desenvolvida sob responsabilidade da GEOPE/SECOM

2.3.2.8.1 – Resultados

As despesas com equalização geradas nas Regionais são contabilizadas na Matriz.

Apesar de pertencer ao Programa Abastecimento Agroalimentar, essa Ação é de responsabilidade do Ministério da Fazenda, sendo incluída no Relatório de Gestão da Conab por solicitação da CGU-Brasília.

2.3.2.9 - (0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Conab/ MF(STN)
- **Coordenador nacional da Ação:** Antônio Carlos Pinho de Argolo
- **Responsável Regional da Ação:** GEOPE/SECOM
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Operações Comerciais – SECOM** subordinado à Gerência de Operações, compete:

II - acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;

V - acompanhar e controlar, sob orientação da Matriz, as operações de PEP, VEP, PEB e outros instrumentos de incentivo à comercialização que forem criados pela Companhia;

2.3.2.9.1 – Resultados

(0300) Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários		
Controle: SIAFI – PTRES 1691 – Programa de Trabalho 20.125.0352.4706.0001		
Discriminação	Valor Nacional	Sureg -MT
Dotação Orçamentária	R\$ 1.274.000.000,00	-
Execução Orçamentária	R\$ 184.461.329,00	-
Índice	14,48	-

Fonte: SIAFI

Atualmente, para esse fim, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e sua origem e destino são de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab apenas a operacionalização, que envolvem a elaboração de editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, após análise da documentação pela Sureg e comunicação de liberação, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

2.3.2.9.2 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

Até o fim do exercício, na área de abrangência da Sureg-MT, foram ofertadas 527,7 mil toneladas de algodão em pluma, com previsão de pagamento de subvenção no valor máximo de R\$288.578.918,67. Até o final do exercício foram pagos R\$71.8 milhões em prêmios.

Demonstrativo de Comercialização pelo PEPRO

Operações de PEPRO Algodão – Sureg/MT				
Aviso	Qtde. Ofertada	Negociada	Data limite até	Valor Prêmio
160	175.919.848	175.919.848	15/04/09	96.192.972,89
186	175.919.848	175.919.848	15/04/09	96.192.972,89
194	175.919.848	175.919.848	15/04/09	96.192.972,89
Totais	527.759.544	527.759.544		288.578.918,67

O preço médio do produto para fins de preenchimento do DCO é de R\$ 2,9733/kg

Fonte: GEOPE/SECOM

2.3.2.9.3 - Prêmio de Risco de Opção Privada - PROP

É uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir (em data futura) determinado produto diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão, de Contrato Privado de Opção de Venda.

As operações com o PROP obedecerão ao Regulamento para Oferta de Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP nº 001/05, publicado no Diário Oficial da União, na sua edição de 03.02.2005 e aos Avisos específicos divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, disponíveis para consulta no portal na internet (www.Conab.gov.br).

As operações de PROP ocorrem em duas etapas:

a) Prêmio de Risco

O Governo estabelece o valor máximo do prêmio de risco, devendo o arrematante disputar esse valor em leilão. Os vencedores serão aqueles que cotarem o menor valor. Além disso, o valor do prêmio de risco será ajustado de acordo com as oscilações do mercado, tendo como teto o valor de fechamento do leilão, sendo que as cotações são ofertadas de forma percentual decrescente (prêmio máximo igual a 100 %).

Objetivando o escoamento da produção de milho no Estado do Mato Grosso, foram ofertados no primeiro leilão 46.808 contratos e negociados 24.086, totalizando 650.322 toneladas, com subvenção prevista no valor de R\$43.419.955,18.

b) Contrato Privado de Opção de Venda

O Contrato Privado de Opção de Venda é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo Governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em um momento de baixa nas cotações.

Este Contrato dá o direito, mas não a obrigação, do detentor da opção (produtor ou cooperativa) vender o produto para o lançador da opção de venda (comerciantes ou indústrias de beneficiamento). O exercício da opção somente ocorrerá se, na data do vencimento da opção, o preço de mercado estiver abaixo do preço de exercício do contrato; caso contrário, o detentor da opção pode vender o produto no mercado e, neste caso, perder o prêmio pago no ato da aquisição do contrato.

Após a realização dos leilões de Prêmio, a Conab realiza uma nova operação (2.º leilão) com lançamento dos Contratos Privados de Opção de Venda.

No segundo leilão foram negociados 17.703 contratos representando 477.981 toneladas de produto, com escoamento obrigatório para o Nordeste ou Norte do Estado de Minas Gerais ou para o Estado do Espírito Santo..

Até o fim do exercício foi comprovado o exercício de 11.084 contratos, representando o escoamento de 299.268 toneladas para os estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Espírito Santo, de Minas Gerais, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte, de Sergipe.

Demonstrativo de Leilões de Prêmio de Risco e Contrato Privado de Opção de Venda

Operações de PROP								
1º Aviso	Número de Processo	Ofertado	Edital	Qtde ofertada	Negociada	Data	Total prêmio	Valor produto s/ICMS
214	21212.000343/2008-14	49.977.000	1	49.977.000	41.256.000	15/07/08	2.021.544,00	9.818.928,00
233	21212.000335/2008-78	49.977.000	2	19.170.000	15.390.000	22/07/08	754.110,00	3.662.820,00
242	21212.000353/2008-50	49.977.000	3	22.302.000	17.658.000	28/07/08	865.242,00	4.202.604,00
254	21212.000352/2008-13	49.977.000	4	15.228.000	14.013.000	05/08/08	686.637,00	3.335.094,00
258	21212.000359/2008-27	49.977.000	5	19.116.000	14.121.000	12/08/08	691.929,00	3.360.798,00
262	21212.000374/2008-75	49.977.000	6	13.608.000	5.292.000	19/08/08	259.308,00	1.259.496,00
267	21212.000375/2008-10	49.977.000	7	25.758.000	9.153.000	26/08/08	448.497,00	2.178.414,00
271	21212.000399/2008-79	49.977.000	8	49.977.000	45.225.000	02/09/08	3.301.425,00	10.763.550,00
288	21212.000408/2008-21	54.000.000	9	50.112.000	39.393.000	09/09/08	2.875.689,00	9.375.534,00
295	21212.000422/2008-25	54.000.000	10	33.237.000	31.455.000	17/09/08	2.296.215,00	7.486.290,00
300	21212.000435/2008-02	54.000.000	11	25.407.000	22.194.000	24/09/08	1.620.162,00	5.282.172,00
309	21212.000439/2008-82	54.000.000	12	24.705.000	18.225.000	30/09/08	1.403.325,00	4.337.550,00
335	21212.000444/2008-95	54.000.000	13	35.100.000	32.400.000	07/10/08	2.462.400,00	7.711.200,00
343	21212.000452/2008-31	54.000.000	14	30.834.000	23.571.000	14/10/08	1.791.396,00	5.609.898,00
363	21212.000464/2008-66	54.000.000	15	30.996.000	10.989.000	21/10/08	791.208,00	2.615.382,00
377	21212.000476/2008-91	54.000.000	16	19.035.000	10.719.000	28/10/08	793.206,00	2.551.122,00
382	21212.000480/2008-59	54.000.000	17	19.737.000	9.882.000	03/11/08	731.268,00	2.351.916,00
396	21212.000540/2008-33	54.000.000	18	13.986.000	8.640.000	11/11/08	639.360,00	2.056.320,00
405	21212.000544/2008-11	54.000.000	19	26.568.000	22.923.000	18/11/08	1.696.302,00	5.455.674,00
421	21212.000561/2008-59	54.000.000	20	25.596.000	19.737.000	26/11/08	1.381.590,00	4.697.406,00
428	21212.000599/2008-21	54.000.000	21	30.105.000	22.761.000	02/12/08	1.593.270,00	5.417.118,00
443	21212.000602/2008-15	54.000.000	22	23.733.000	17.064.000	09/12/08	1.194.480,00	4.061.232,00
456	21212.000629/2008-08	54.000.000	23	26.730.000	16.308.000	17/12/08	1.141.560,00	3.881.304,00
467	21212.000680/2008-10	54.000.000	24	19.305.000	9.612.000	23/12/08	644.004,00	2.287.656,00
		1.263.816.000	opção priv.	650.322.000	477.981.000		32.084.127,00	113.759.478,00

Fonte: GEOPE/SECOM

Por meio do instrumento PROP de apoio a comercialização, a Conab propiciou negócios entre comprador/consumidor e produtor na ordem de 477.981 toneladas de milho, importando em R\$113,7 milhões.

2.3.2.9.4 - Prêmio para o Escoamento de Produto-PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando-se assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

No âmbito da Sureg-MT foram ofertadas 550.000 toneladas de milho, das quais foram negociadas 514.448 toneladas, envolvendo recursos previstos da ordem de R\$23.090.532,00, após comprovação de escoamento para qualquer localidade exceto para as Unidades da Federação (UF) que compõem as Regiões Centro-Oeste, Sul, Sudeste os Estados de Pará, Rondônia, Piauí e Maranhão.

Demonstrativo das Vendas de Prêmio de Escoamento do Produto

Operações de PEP Milho – Sureg/MT							
Aviso	Número de Processo	Data do leilão	Preço /saca	Qtde. Ofertada	Negociada	Data limite formalização	Valor Prêmio
420	21212.000596/2008-98	14/11/08	11,04	50.000.000	50.000.000	29/12/08	2.300.000,00
438	21212.000601/2008-62	27/11/08	11,04	100.000.000	97.048.000	15/01/09	4.512.732,00
449	21212.000627/2008-19	04/12/08	11,04	100.000.000	100.000.000	22/01/09	3.710.000,00
464	21212.000679/2008-87	11/12/08	11,04	150.000.000	150.000.000	29/01/09	7.050.000,00
474	21212.000681/2008-56	18/12/08	11,04	150.000.000	117.400.000	05/02/09	5.517.800,00
Totais				550.000.000	514.448.000		23.090.532,00

Fonte: GEOPE/SECOM

Até o fim do exercício havia sido comprovado o escoamento de 9.000 toneladas de milho, em diversos Estados de destino, conforme informado pela SUOPE/GECOM..

2.3.2.10 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada através da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas e implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização, etc.
 - **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem/Suinf
 - **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf
 - **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Responsável Regional da Ação:** GEDES/SEGEO
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO**, subordinado à Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, compete:

I - coletar os preços dos produtos agrícolas regionais, dos insumos e dos fretes, repassando-os sistematicamente à área de Logística e Gestão Empresarial da Matriz;

II - acompanhar e analisar sistematicamente os níveis de estoques de produtos agrícolas, para subsidiar as possíveis intervenções no mercado pela Companhia;

III - acompanhar os mercados dos complexos agropecuários, fornecendo informações gerenciais, para subsidiar os estudos desenvolvidos pela Matriz;

IV - prestar informações, ao público externo, sobre as normas específicas de produtos agrícolas e outros assuntos do Manual de Operações da Conab – MOC;

VI - participar de estudos relativos à composição e decomposição de preços, aos preços mínimos e à fixação de margens de comercialização, com a participação da área de Operações Comerciais;

VII - manter banco de dados com informações de preços, produção, produtividade e outros indicadores da agropecuária, com vistas a subsidiar a área de Logística e de Gestão Empresarial da Matriz.

2.3.2.10.1– Resultados

(8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar			
Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.8579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	350.000,00	7.250,00	2,07
Execução Orçamentária	215.093,60	1.383,50	0,64
Índice	61,46	19,08	-
Meta Física	7.676	-	0,00
Execução Física	6.552	-	0,00
Índice	85,36	-	-

Esta Ação foi criada no PPA 2008/11 cujas atividades já vinham sendo desenvolvidas pela Conab com recursos da Ação: Gestão e Administração do Programa. Com a criação da Ação pretende-se ampliar os estudos visando o desenvolvimento de novos módulos para o banco de dados, buscando, também, a implementação de melhorias nos relatórios, modificação nos procedimentos, adaptações de rotinas, manutenção em geral, treinamento de operadores e a contratação de especialistas em Tecnologia de Informação. Os dados gerados ou coletados de outras fontes são publicados na Revista Indicadores da Agropecuária e disponibilizados por meio de sistema denominado SIAGRO. Para o desenvolvimento da Ação, a área responsável programou a coleta de dados em campo e a visita de empregados aos principais fornecedores de informações, objetivando a criação de um cadastro de fornecedores, visando a melhoria da qualidade e confiabilidade dos dados. Para tanto, contou com dotação orçamentária aprovada na LOA/2008 de R\$350.000,00 e meta física de 7.676 informações divulgadas. Durante o exercício foram pagas despesas no valor de R\$215.093,60 (61,50% da dotação orçamentária) e disponibilização de 6.552 informações (85,4% da meta física). Na execução das despesas, destacam-se: a contratação por meio do PNUD, de dois especialistas em tecnologia da informação, no valor de R\$168.000,0, para melhoria do SIAGRO e criação de novos módulos no banco de dados, e a concessão de diárias e pagamento de passagens e despesas com locomoção de empregados lotados nas Suregs, no valor total de R\$36.718,12 (cerca de 17,07% das despesas para o deslocamento para o interior, objetivando o levantamento de informações e a realização do cadastro de informantes, visando a melhoria da qualidade e da confiabilidade das informações.

Para elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres previstas na meta física da Conab Matriz, técnicos da Sureg-MT participaram de levantamentos e pesquisas, gerando custos que somaram R\$1.383,50.

2.3.2.11- (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador Nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Ao Setor de Recursos Humanos – SEREH, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
 - VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;
 - VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde.

2.3.2.11.1 Resultados

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Controle: SIAFI – PTRES 1701 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	14.666.772,00	512.000,00	3,49
Execução Orçamentária	14.630.333,19	511.796,83	3,50
Índice	99,75	99,96	-
Meta Física	20.497	689	3,36
Execução Física	13.698	442	3,23
Índice	66,83	64,14	-

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da CONAB e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2008+Creditos/Cancelamentos dotação orçamentária de R\$14.666.722,00 e para a Sureg-MT foi descentralizado o crédito de R\$ 512.000,00. Durante o exercício de 2008 foram gastos R\$511.796,83, perfazendo 99,96% da meta financeira.

No acumulado de 2008, a média mensal global de beneficiários foi de 442, isto é, 64,14% da meta física de 689 beneficiários mensais.

Apesar do aumento de 27% no número de empregados em relação ao exercício anterior, a execução física de atendimentos teve uma variação de apenas 5,22%. Com relação ao gasto por atendimento, houve um aumento motivado por procedimentos mais complexos e de maior custo.

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	420	442	5,22
Execução Financeira	407.477,31	511.796,83	25,60
Gasto <i>Per Capita</i>	970,18	1.158,13	19,37

O Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Sétima, do Acordo Coletivo de Trabalho-2007/2009.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

2.3.2.12 - (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3.º do Decreto n.º 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Ao Setor de Recursos Humanos – SEREH, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:

VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia.

2.3.2.12.1 – Resultados

(2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1696 – Programa de Trabalho 20.365.0352.2010.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	2.543.447,00	114.000,00	4,48
Execução Orçamentária	2.529.532,44	113.495,00	4,49
Índice	99,45	99,56	-
Meta Física	550	28	5,09
Execução Física	368	24	6,52
Índice	66,91	85,71	-

Para o exercício de 2008, foi aprovado crédito orçamentário global no valor de R\$2.543.447,00 e prevista a concessão do benefício a 550 criança/mês, tendo sido executados 99,45% da dotação orçamentária e 66,91% da meta física (média mensal de 550 atendimentos).

O valor mensal, conforme Acordo Coletivo biênio 2007/2009 Clausula 15ª e 16ª, creditado diretamente no contra-cheque é de R\$280,00 por dependentes em idade pré-escolar, e R\$595,00 para dependente portador de necessidades especiais.

Especificamente para a Sureg-MT, a meta física previa a concessão do benefício a 28 crianças, com um desembolso total de R\$114.000,00. Até o fim do exercício a média mensal de

atendimento foi de 24 crianças, representando 85,71% da meta física, com dispêndio total de R\$113.495,00.

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	22	24	9,09
Execução Financeira	87.206,70	113.495,00	30,14
Gasto <i>Per Capta</i>	3.963,94	4.728,96	19,30

São beneficiários desta Ação:

- Auxílio-Creche: dependentes típicos com idade entre quatro meses até o fim do ano letivo em que completar sete anos, e
- Auxílio-deficiente: dependentes típicos portadores de necessidades especiais, sejam físicas ou mentais (deficiência motora, cognitiva e/ou comportamental), cujas lesões comprometam sobremaneira o desenvolvimento das atividades de vida diária, tornando-os dependentes de terceiros, ou empregados e dependentes portadores de diabetes crônica Tipo I, sem limite de idade.

2.3.2.13 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - Ao Setor de Recursos Humanos – SEREH, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
 - VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

2.3.2.13.1 – Resultados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	5.656.353,00	160.000,00	2,83
Execução Orçamentária	5.589.901,76	155.926,62	2,79
Índice	98,83	97,45	-
Meta Física	3.161	106	3,35
Execução Física	3.535	105	2,97
Índice	111,84	99,14	-

A dotação aprovada na LOA/2008+Creditos/Cancelamentos foi de R\$5.656.353,00, tendo sido gastos R\$5.589.901,76, perfazendo 98,83% do programado e a meta física estabelecida de beneficiar 3.161 empregados/mês foi cumprida em 111,84%, atendendo uma média mensal de 3.535 servidores.

A Sureg MT teve como meta física atender uma média de 106 beneficiários/mês durante o ano de 2008, tendo beneficiado 105 e atingido 99,14% do previsto . As despesas lançadas pela Regional nessa Ação foram de R\$155.926,62 representando 97,45% da meta financeira de R\$160.000,00.

Discriminação	2007	2008	Varição (%)
Execução Física	96	105	9,46
Execução Financeira	145.642,42	155.926,62	7,06
Gasto <i>Per Capta</i>	1.517,11	1.483,84	-2,19

2.3.2.14 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Coordenador Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
Ao Setor de Recursos Humanos – SEREH, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:

VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

2.3.2.14.1 – Resultados

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	16.744.022,00	610.000,00	3,64
Execução Orçamentária	16.470.695,37	599.121,51	3,64
Índice	98,37	98,22	-
Meta Física	3.425	115	3,36
Execução Física	3.763	120	3,19
Índice	109,87	104,35	-

No exercício de 2008, o crédito orçamentário foi de R\$16.744.022,00 dos quais foram gastos R\$16.470.695,37, perfazendo 98,37% do previsto.

A meta física nacional de beneficiar 3.425 servidores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$17,00/dia, foi executada em 109%, perfazendo uma média mensal de 3763 empregados.

A Sureg-MT previa o atendimento a 115 empregados e beneficiou 120 (104,35% da meta). Esse aumento de atendimentos é decorrente da readmissão de empregados beneficiados com a Lei de anistia. Com relação à meta financeira, a Regional previa uma dotação orçamentária de R\$610.000,00 e executou R\$599.121,51 (98,22%), o que equivale a 3,64% da execução orçamentária nacional.

Discriminação	2007	2008	Varição (%)
Execução Física	101	120	18,81
Execução Financeira	452.602,11	599.121,51	32,37
Gasto <i>Per Capita</i>	4.481,21	4.992,68	11,41

2.3.2.15 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH/SETAD
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 - a) Ao **Setor Administrativo – SETAD**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
 - I - proceder à aquisição, ao recebimento, à conferência, guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo;
 - II - examinar e preparar a documentação para formação de processos de pagamento das aquisições de materiais permanentes e de consumo, e de serviços;
 - III - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de bens patrimoniais, realizando os respectivos inventários físicos, providenciando sua regularização e propondo sua destinação;
 - IV - executar, controlar e acompanhar as atividades de apoio administrativo relacionadas à reprografia, ao protocolo, ao arquivo, às telecomunicações e a outros de natureza análoga;
 - V - adotar as providências necessárias à publicação de extratos de contratos, convênios e outros instrumentos legais;
 - VI - executar, controlar e acompanhar as atividades de segurança, limpeza, conservação e jardinagem;
 - VII - controlar a utilização, manutenção, o licenciamento e os custos operacionais dos veículos próprios, propondo aquisição e alienação, quando for o caso;
 - VIII - promover a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações das áreas da Sede;
 - IX - executar e acompanhar as atividades relacionadas a deslocamentos a serviço;
 - X - elaborar os contratos advindos da Comissão de Licitação;
 - XI - executar e acompanhar os contratos de prestação de serviços relativos à sua área de atuação, emitindo a documentação pertinente, e avaliar sistematicamente as bases contratuais, sobretudo nos aspectos de preço, qualidade e prazo, propondo, quando necessário, a renegociação ou o cancelamento dos instrumentos;
 - XII - executar e controlar as atividades relativas aos seguros contratados, acompanhando os casos de sinistros e instruindo os processos decorrentes.
 - b) Ao **Setor de Recursos Humanos – SETAD**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:
 - I - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual e outros de natureza similar;
 - II - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;
 - III - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;
 - IV - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;
 - V - manter o controle do registro de frequência, escala de férias e licenças de qualquer natureza, e cessão dos empregados;
 - VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;
 - VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

- VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;
- IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;
- X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;
- XI - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;
- XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

2.3.2.15.1 – Resultados

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	334.100.950,00	10.290.000,00	3,08
Pessoal	259.415.765,00	6.830.000,00	2,63
Custeio	67.690.185,00	3.290.000,00	4,86
Investimentos	6.995.000,00	170.000,00	2,43
Execução Orçamentária	332.544.626,54	10.279.181,59	3,09
Pessoal	258.233.553,22	6.824.163,55	2,64
Custeio	67.402.723,07	3.288.561,08	4,88
Investimentos	6.908.350,25	166.456,96	2,41
Índice	99,53	99,89	-

A dotação aprovada para a Conab foi de R\$334.100.950,00, sendo R\$259.415.765,00 para despesas de pessoal e encargos sociais, R\$67.690.185,00 para custeio e R\$6.995.000,00 para investimentos.

A meta prevista para a Sureg-MT era de R\$10.290.000,00, sendo liquidado no período R\$10.279.181,59, representando 99,89% da dotação e 3,09% do gasto total. Dos pagamentos realizados pela Sureg, as despesas de pessoal representaram 66,4%, o custeio 32% e os investimentos 1,6%, conforme detalhado a seguir.

Demonstrativo da Execução de Despesas

Discriminação	Exercício		Var. (%)
	2007	2008	
Pessoal	5.864.211,87	6.824.163,55	16,37
Outros benefícios assistenciais	3.350,00	13.400,00	300,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.145.010,38	4.809.578,88	16,03
Obrigações patronais	1.501.241,89	1.768.297,52	17,79
Outras despesas variáveis	213.026,82	229.264,78	7,62
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	-
Sentenças judiciais	0,00	0,00	-
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	-
Indenizações e restituições trabalhistas	1.582,78	3.622,37	128,86
Ressarcimento de despesas de pessoal terceirizado	0,00	0,00	-
Custeio	3.841.700,99	3.288.561,08	-14,40
Outros benefícios assistenciais	0,00	2.460,00	-
Diárias	116.688,00	137.022,50	17,43
Material de consumo	704.948,75	398.219,65	-43,51
Passagens e Despesas com locomoção	61.779,85	85.618,81	38,59
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	-
Outros serviços de terceiros – pessoa física	129.702,69	136.625,95	5,34
Locação de mão-de-obra	542.840,32	536.134,76	-1,24
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.990.927,39	1.760.364,04	-11,58
Obrigações tributárias e contributivas	204.253,32	139.895,94	-31,51
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	-
Sentenças judiciais	0,00	0,00	-
Indenizações e restituições	90.560,67	92.219,43	1,83
Investimentos	155.197,51	166.456,96	7,25
Obras e instalações	0,00	0,00	-
Equipamento e material permanente	155.197,51	166.456,96	7,25
Total	9.861.110,37	10.279.181,59	4,24

Fonte: Siafi

Por ser uma área de vital importância no desenvolvimento das atividades, a Conab dedica especial atenção à administração de recursos humanos cujos principais resultados destacamos a seguir.

1 - Gestão de Pessoas

Para alcançar uma equipe continuamente capacitada e compatível com suas necessidades em ambiente interno participativo, integrado e motivado, conforme preconizado no Mapa Estratégico Corporativo, a Conab continuou investindo em capacitação e renovação do quadro de pessoal. Em 2008, na Sureg-MT, foram convocados 3 aprovados no concurso de 2005, para cargos de TNS. Além destes, 31 anistiados passaram a integrar o quadro de empregados.

a) Quadro de Pessoal

Na Sureg-MT, 61 empregados apresentam situação contratual oriunda de readmissão por anistia, o que equivale a 46,56% do total. Os empregados com contrato padrão e os novos concursados representam 53,44% (70 empregados).

Efetivo, por Situação Contratual da Sureg-MT e Total Conab

Discriminação	Quantidade de Empregados						Participação (%) (d)/(b)
	Conab		Variação (b)-(a)	MT		Variação (d)-(c)	
	31/12/2007(a)	31/12/2008(b)		31/12/2007(c)	31/12/2008(d)		
Contrato Padrão	1.694	1.706	12	59	56	(3)	3,28
Contrato Padrão – Concursado	241	343	102	14	14	-	4,08
Reintegrado (Transitado)	358	356	(2)	0	0	-	0
Reintegrado Liminar	75	77	2	0	0	-	0
Anistiado (Transitado)	245	255	10	0	0	-	0
Anistiado (Liminar)	113	108	(5)	0	0	-	0
Anistiado (Lei 8878/94)	613	1.397	784	30	61	31	4,37
Total	3.339	4.242	903	103	131	28	3,09

Fonte: Conab/Diafi/Sureh

O quadro de pessoal da Sureg/MT encerrou o exercício com 131 empregados. Comparativamente ao mesmo período do exercício anterior o quadro teve aumento de 27,84% (28 empregados).

As duas pensões vitalícias referem-se a pensões judiciais para beneficiários sem vínculo empregatício com a Companhia. A relação da quantidade de empregados da Sureg comparada com o total de empregados da Companhia representa 3,09% do total de 4.242 empregados, conforme demonstrativo seguinte.

Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados da Sureg-MT

Discriminação	Quantidade de Empregados		Variação (b)-(a)
	31/12/2007 (a)	31/12/2008 (b)	
Em efetivo exercício na Sureg	92	113	21
Cedidos a outros órgãos			-
Com ônus p/Conab	8	14	6
Sem ônus p/Conab	-	-	0
Licenciados(*)	2	1	-1
Contratos Suspensos(**)	1	1	0
Pensão Vitalícia	2	2	0
Total da Sureg-MT	103	131	28
Total Conab	3.339	4.242	903
Participação da Sureg x Conab	3,08%	3,09%	

Fonte: Conab/Diafi/Sureh

Obs.: (*) INSS/acidente de trabalho/maternidade, p/cargo eletivo com ou sem vencimentos etc.

(**) licença por motivos particulares etc.

O perfil da estrutura de pessoal na Sureg apresenta as seguintes características: 21 técnicos de nível superior (16,3% do total da regional) e 108 (83,7%) empregados de nível médio e auxiliar. No quadro abaixo não foram considerados os dois pensionistas, visto que os mesmos não são empregados da Conab.

Demonstrativo do Número de Empregados, por nível de cargo

Discriminação	2007					2008				
	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	Total	Auxiliar	Médio	Superior	Contrato Especial	Total
Contrato Padrão	32	20	19	-	71	33	17	18	-	68
Reintegrado (Transitado)	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
Reintegrado Liminar	-	-	-	-	0	-	-	-	-	0
Anistiados	-	-	-	-	0	49	9	3	-	61
Total	32	20	19	-	71	82	26	21	-	129

Fonte: Conab/Diafi/Sureh

b) Serviço de Apoio à Educação

Ao término do exercício, a Sureg contava com 28 estagiários, o que representa um acréscimo de 12% em relação ao exercício anterior.

Distribuição dos Estagiários

Unidades	Posição em 31/12/2008						Variação 2007/2008
	2007			2008			
	Nível Superior	Nível Médio	Total	Nível Superior	Nível Médio	Total	
Conab	225	63	288	342	63	405	40,6%
Sureg MT	24	1	25	28	-	28	12,0%
Participação	10.7%	-	8.7%	8.2%	0.0%	6.9%	

Fonte: Conab/Diafi/Sureh

c) Gastos com Remuneração/Manutenção

Tomando como base os números do Demonstrativo de Resultados - DRE, acumulado até 31/12/08, o valor global despendido diretamente com Pessoal na Sureg-MT (despesa bruta de pessoal) correspondeu a R\$6,82 milhões, mais R\$680,8 mil (sentenças judiciais, adiantamentos, provisões e outras), o que gerou um total de R\$7,5 milhões, representando um aumento de 17,39% em relação ao gasto do mesmo período de 2007.

Tal incremento decorreu principalmente do aumento de empregados ocorrido com o retorno dos anistiados

Comparativo das Despesas Acumuladas com Pessoal

Discriminação	Sureg-MT		
	2007	2008	Variação (%)
Outros benefícios assistenciais	3.350,00	13.400,00	300,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	4.145.010,38	4.809.578,88	16,03
Obrigações patronais	1.501.241,89	1.768.297,52	17,79
Outras despesas variáveis	213.026,82	229.264,78	7,62
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	-
Sentenças judiciais	0,00	0,00	-
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	-
Indenizações e restituições trabalhistas	1.582,78	3.622,37	128,86
Ressarcimento de despesas de pessoal terceirizado	0,00	0,00	-
Total-GAP	5.864.211,87	6.824.163,55	16,37
Provisões, créditos e adiantamentos	30.413,43	-173.417,68	-670,20
Encargos sociais sobre provisões	9.951,58	20.329,20	104,28
Outras despesas variáveis	248.780,22	269.563,72	8,35
Outras sentenças judiciais	239.995,74	564.403,79	135,17
Total-Outras Ações	529.140,97	680.879,03	28,68
Total Geral	6.393.352,84	7.505.042,58	17,39

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

A despesa média mensal por empregado teve redução na ordem de 7,7%, quando comparado com as despesas do exercício de 2007.

Despesa de Pessoal – Média Mensal

Unidade Orgânica	2007			2008			Var % Qtde de Empregados
	Despesa R\$ Mil	Qtde de Empregados	Média Mensal (R\$)	Despesa R\$ Mil	Qtde de Empregados	Média Mensal (R\$)	
Mato Grosso	6.393,35	103	5.172,62	7.505,04	131	4.774,20	27,2

d) Benefícios Complementares

Auxílio Funeral - valor em pecúnia correspondente a R\$3.350,00 pago ao empregado por meio da folha de pagamento, destinado à realização de despesas com o funeral de dependentes típicos e de genitores, nos termos da Cláusula Décima do ACT 2007/2009.

Demonstrativo de Benefícios Complementares pagos até 31/12/2008

Benefícios complementares Sureg-MT		
Benefício	Quantidade de Benefícios	Custo Total (R\$)
Auxílio Funeral Sureg	4	13.400,00

Fonte: Conab/Diafi/Sureh e Sucon//Gecon/Dre

2 - Despesas Correntes e Investimentos

As principais despesas relativas a esta Ação foram realizadas por meio de licitações dando maior transparência às operações. Durante o exercício de 2008 ocorreram as seguintes licitações.

a) Processos Licitatórios

No exercício de 2008 foram realizados 08 procedimentos licitatórios, 06 na modalidade de pregão eletrônico, 01 na modalidade de concorrência e 01 na modalidade de tomada de preços, da seguinte forma:

PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº	OBJETO	PROCESSO
001/2008	Aquisição de material de expediente	21.212-044/2008-80
002/2008	Manutenção dos Aparelhos de Ar Condicionado da Sede da SUREG-MT	21.212-687/2007-42
006/2008	Locação de Veículos Automotores	21.212-068/2008-39
007/2008	Aquisição de Combustível para Abastecimento dos veículos da frota de apoio da SUREG-MT	21.212-217/2008-60
008/2008	Contratação dos serviços de limpeza e conservação da Sede da SUREG-MT	21.212.253/2008-23
010/2008	Aquisição de passagens aéreas nacionais no âmbito da SUREG-MT	21.212-456/2008-10
CONCORRÊNCIA		
001/2008	Contratação de Escritório para prestação de serviços jurídicos para a SUREG-MT	21.212-798/2007-59
TOMADA DE PREÇOS		
001/2008	Construção do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio - PCI e Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas da UA de Sinop.	21212-286/2008-73

Os resultados obtidos nos processos licitatórios realizados foram os seguintes.

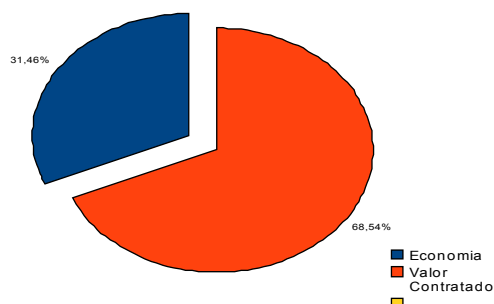
PREGÕES ELETRONICOS 2008				
Nº	OBJETO	Vir de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia (%)
001/2008	Aquisição de Material de Expediente	13.654,20	10.309,45	-24,50
002/2008	Manutenção de Ar Condicionado para sede sureg-mt	14.400,00	9.599,88	-33,33
003/2008	Cancelado			
004/2008	Locação de Veículo para Sede Sureg-MT	204.550,20	173.218,80	-15,32
005/2008	cancelado			
006/2008	cancelado			
007/2008	Aquisição de combustível para SEDE SUREG-MT	25.151,40	24.749,02	-1,60
008/2008	Contratação de Limpeza p/Sede	46.019,88	30.848,49	-32,97
009/2008	Aquisição Lenha	alterada num. para realização em 2009		
010/2008	Cont. Emp. Forn. Passagem Aérea	30.000,00	27.000,00	-10,00
SUBTOTAL		333.775,68	275.725,64	-17,39

OUTRAS MODALIDADES

Nº	OBJETO	MODALIDADE	Vir de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia(R\$)
001/2008	Contratação Escritório Advocatício	concorrência	360.000,00	199.800,00	-44,50
001/2008	Sist. Prevenção Incêndio UA SINOP	T. Preços	cancelada		
SUBTOTAL			360.000,00	199.800,00	-44,50
TOTAL GERAL			693.775,68	475.525,64	-31,46

Os trabalhos da Comissão de Licitação Permanente resultaram em economia na aquisição/contratação de serviços e produtos no montante de R\$218.250,04, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico Demonstrativo de Licitações



Valor de Referência	Valor Contratado	Economia	Percentual
693.755,68	475.525,64	218.250,04	31,46%

b) Contratos Administrativos

No quadro seguinte estão relacionados os contratos administrativos vigentes durante o exercício de 2008.

razão social	processo administrativo	nº do contrato/a no	nº da licitação/ano	base legal	objeto do contrato	vigência do contrato (início e término)	valor mensal
f.rocha & cia	21.212.691/2007-19	001/2008	001/2008	pregão eletrônico	locação de equipamentos reprográficos	14.01.2008 a 13.01.2009	2.400,00
fortesul -serv.esp.de vigilância e segurança	12359	002/2007	0001/2007	pregão eletrônico	vigilância	01.03.2007 a 28.02.2008	43.288,91
mega business	12295	001/2005	001/2004	concorrência	braçagem	18.04.2005 a 17.04.2006	60.000,00
castilho advogado associados	21.212.798/2007-59	007/2008	001/2008	concorrência	prestação de serviços advocatício	26.12.2008 a 25.12.2009	14.650,00
castoldi auto posto 10 ltda	21.212.217/2008-60	006/2006	007/2008	pregão eletrônico	combustível e lubrificante	10.09.2008 a 09.09.2009	2.062,41
sul américa prest. de serviços ltda	21.212.253/2008-23	005/2008	008/2008	pregão eletrônico	limpeza e conservação	17.11.2008 a 16.11.2009	2.570,70
get agências turismo ltda	21.212.456/2008-10	008/2008	010/2008	pregão eletrônico	aquisição de passagens aéreas	22.12.2008 a 21.12.2009	2.250,00
eliseu shuring e outros	21.212.109/2008-97	004/2008	dispensa	dispensa	locação de 02 imóveis	04.07.2008 a 03.07.2009	8.382,00
pacheco & cia me	21.212.687/2008	002/2008	002/2008	pregão eletrônico	assistência técnica de aparelho de ar condicionado	29.07.2008 a 28.07.2009	799,99
cunha , queiroz & garafalo ltda	21.212.068/2008-39	003/2008	006/2008	pregão eletrônico	locação de veículo	13.08.2008 a 12.08.2009	14.434,90

2.3.2.16 - (0110) Contribuição à Previdência Privada

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir, como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada, nos termos da Lei Complementar n.º 108/01, de 29.05.2001 e alterações.
- **Descrição:** Trata-se de atividade contínua onde o pagamento da patrocinadora (contribuição) é realizado em conformidade com o plano de custeio (custo do plano de benefícios), Lei Complementar n.º 108 e 109/01 e contrato firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social-Cibrius.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** DIRHU - Diretoria de Recursos Humanos e Modernização
- **Coordenador nacional da ação:** Thiago Alexandre Ribeiro Lima
- **Unidades executoras:** Sumoc/Sureh/Sufin
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc (Matriz).
- **Responsável Regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Recursos Humanos – SEREH**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, conforme definido no Regimento Interno:

VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia.

2.3.2.16.1 – Resultados

(0110) Contribuição à Previdência Privada			
Controle: SIAFI – PTRES 001.683 – Programa de Trabalho 20.273.0352.0110.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	22.932.360,00	264.196,54	1,15
Execução Orçamentária	22.931.919,11	264.166,54	1,15
Índice	99,998	99,989	-

Comparativamente a igual período do exercício anterior, cujo valor liquidado foi de R\$21.832.360,00, houve aumento da ordem de 5,04%. Tal aumento decorreu do crescimento da folha de pagamento, promoções por antiguidade e aumento do teto da previdência.

Do valor total executado de R\$22.931.919,11, o montante de R\$12.786.273,98 refere-se à amortização de parcelas da dotação, realizada nos moldes dos exercícios anteriores, observado o termo aditivo n.º 1, de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994 entre a Conab e o Cibrius, que promoveu a retificação do valor do convênio e das condições de pagamento pactuadas, inclusa uma amortização extra no valor de R\$1.133.258,30. No acumulado do exercício, as contribuições paritárias patronais mensais realizadas pela Conab alcançaram R\$10.145.645,13, contemplando uma massa de 1.605 participantes ativos.

A Sureg-MT, cuja meta financeira foi de R\$264.196,54, liquidou R\$264.166,54 representando 99,98% da dotação e 1,15% da despesa total nessa Ação. Os empregados participantes contribuíram com igual valor, conforme quadro abaixo.

Demonstrativo de Execução Física e Financeira

Sureg	Total da Folha	Quantidade de Participantes			Valor das Contribuições	
	Participantes	Ativos	Assistidos	Total	Patrocinadora	Empregados
MT	3.542.702,17	50	29	79	264.166,54	264.166,54
Total Geral	140.320.649,57	1.649	1.307	2.956	10.145.645,13	10.145.645,13

Fonte: Conab/Sucon/DRE/Sureh - Cibrius

2.3.2.17 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões do setor público e privado, de forma ágil, transparente e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf/Geasa
- **Coordenador nacional da Ação:** Eledon Pereira de Oliveira
- **Responsável Regional da Ação:** GEDES/SEGEO
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**
 Ao Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – SEGEO, subordinado à Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, compete:
 V - proceder a levantamentos de safras agrícolas e de informações acerca de estoques privados, conforme orientação da Matriz;

2.3.2.17.1 – Resultados

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	47.329,61	4,73
Execução Orçamentária	596.496,81	28.231,96	4,73
Índice	59,65	59,65	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	6	50,00
Execução Física	12	6	50,00
Índice	100,00	100,00	-

No último trimestre de 2007 a Conab e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE firmaram acordo para a realização conjunta das pesquisas de plantio, produção e produtividade de grãos, café e cana-de-açúcar. A unificação das estimativas de produção era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva, e os dados do IBGE atendiam a fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano-safra, a segunda, o ano civil, o que causava pequenas diferenças entre os resultados. Com a unificação dos trabalhos, o calendário dos levantamentos e da divulgação das pesquisas não mudou, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses. O primeiro trabalho conjunto de campo começou no mês de novembro, com a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08.

O modelo de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2008 previa a realização de seis pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. Além das viagens programadas e por determinação da Diretoria da Companhia, nos meses em que não fossem realizadas as pesquisas deveriam ser procedidos levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc. Especificamente no Estado de Mato Grosso foram realizados 12 levantamentos de safra.

No comparativo entre as safras 2007/8 e 2008/09, prevê-se uma redução de 3,3% da área plantada no Estado de Mato Grosso; passando de 8.603,5 mil hectares cultivados, para 8.319,9 mil hectares (estimado), o que representará uma redução de 283,6 mil hectares. A quantidade produzida na safra de grãos 2008/09 poderá ser 8,2% inferior à anterior, caindo de 27,7 milhões de toneladas para 25,46 milhões, conforme detalhado no quadro abaixo.

Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2007/08 e 2008/09

PRODUTO	Área (em 1000ha)				Produção (em 1000 ton.)			
	SAFRA		VARIACÃO		SAFRA		VARIACÃO	
	2007/08 (a)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2007/08 (a)	2008/09 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	541,8	379,2	(30,0)	-162,6	830,4	581,2	(30,0)	-249,2
Amendoim	2,5	2,5	-	0,0	8,0	6,2	(22,5)	-1,8
Arroz	239,8	243,1	1,4	3,3	683,4	722,5	5,7	39,1
Feijão Total	89,7	92,8	3,5	3,1	144,8	147,5	1,9	2,7
Feijão 1.ª safra	2,4	5,5	129,2	3,1	4,3	9,7	125,6	5,4
Feijão 2.ª safra	73,8	73,8	-	0,0	109,1	103,3	(5,3)	-5,8
Feijão 3.ª safra	13,5	13,5	-	-	31,4	34,5	9,9	3,1
Girassol	60,4	60,4	-	0,0	81,4	88,6	8,8	7,2
Milho Total	1.834,6	1.784,0	(2,8)	-50,6	7.806,9	6.803,0	(12,9)	-1.003,9
Milho 1ª safra	178,6	128,0	(28,3)	-50,6	790,4	563,2	(28,7)	-227,2
Milho 2ª safra	1.656,0	1.656,0	-	0,0	7.016,5	6.239,8	(11,1)	-776,7
Soja	5.675,0	5.595,6	(1,4)	-79,4	17.847,9	16.786,8	(5,9)	-1.061,1
Sorgo	159,7	162,3	1,6	2,6	323,9	328,5	1,4	4,6
Total da Sureg MT	8.603,5	8.319,9	-3,3	-283,6	27.726,7	25.464,3	-8,2	-2.262,4
Total Brasil	47.421,3	47.850,0	0,9	428,7	144.113,6	134.684,9	(6,5)	-9.428,7
Participação	18,14%	17,39%			19,24%	18,91%		

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Em 2008, a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1,0 milhão, porém durante o exercício foi realizada revisão e reduzida a dotação em R\$140.000,00, ficando ao final uma dotação de R\$860.000,00. Na Sureg-MT foram liquidados R\$28.231,96.

2.3.2.18 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gecap
- **Coordenador nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Responsável regional da Ação:** GEFAD/SEREH
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao **Setor de Recursos Humanos – SEREH**, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

VI - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;

XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

2.3.2.18.1 – Resultados

(4572)Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
Controle: SIAFI – PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	1.680.000,00	45.000,00	2,68
Execução Orçamentária	1.620.336,57	40.571,79	2,50
Índice	96,45	90,16	-
Meta Física	5.129	297	5,79
Execução Física – pessoas treinadas	6.012	128	2,13
Índice	117,22	43,10	-

A dotação orçamentária global para a Ação aprovada na LOA/2008 foi de R\$1.680.000,00 e a meta física previa o treinamento de 5.129 empregados. Durante o exercício foram treinados 6.012 empregados, 17,22% acima da meta, ao custo total de R\$1.620.336,57, representando 96,45% da previsão.

Para a Sureg-MT, a meta previa o treinamento de 297 empregados com dotação orçamentária de R\$40.571,79, tendo sido capacitados 128 empregados, representando 2,13% do total de participantes da Conab e 43,10% da meta estabelecida para a Sureg.

Em 2008, foi dada ênfase a eventos nas áreas Educ/Desenvolvimento (42 treinandos), administrativa (35 treinandos) e de Informática (28 treinandos).

Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento, Número de Treinandos e Carga Horária na Sureg-MT

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Planejamento	9	146	16,22
Operacional	12	340	28,33
Administrativa	35	828	23,66
Financeira	0	0	0
Gerencial	0	0	0
Informática	28	954	34,07
Qualidade	0	0	0
Jurídica	2	400	200
Auditoria	0	0	0
Comunicação Social	0	0	0
Educ/Desenvolvimento	42	1.473	35,07
Total	128	4.141	32,35

Fonte: Conab/Dirhu/Sumoc

Comparativamente ao exercício de 2007, o número de horas de treinamento apresentou aumento de 105,4%, passando de 2.016 horas para 4.141 enquanto a média de horas por treinando aumentou em 4,28%, passando de 31,02 horas/treinando para 32,35.

As despesas financeiras com a referida Ação apresentaram os maiores gastos em Diárias e Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Pessoa Jurídica, referentes à participação de empregados em treinamentos sobre Sistemas Corporativos, desenvolvidos por técnicos da Matriz, realizados no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, em Brasília, tais como: Operação do SIGEST (Sistema de Gestão de Estoques), Operação do xFAC (Sistema de Faturamento e Controle de Estoques) e Sistema de Auditoria Interna (SIAUDI). A participação da Sureg em relação a despesa total da Conab nesta Ação, caiu de 2,77% para 2,5%.

**Demonstrativo das Despesas Realizadas
Exercícios 2007 e 2008**

Elemento de Despesa	Despesa Realizada (R\$)	
	2007	2008
Diárias	19.872,50	21.392,50
Material de Consumo	444,34	763,12
Passagens e Desp.Locomoção	10.774,22	4.402,67
Serviços de Consultoria	-	-
Outros Serviços de Terceiros e Encargos-Pessoa Física	90,00	-
Outros Serviços de Terceiros e Encargos - Pessoa Jurídica	3.668,80	14.013,50
Obrigações Tributárias e Contributivas	-	-
Indenizações e Restituições	3.213,00	-
Total MT	38.062,86	40.571,79

Fonte: Siafi

2.3.2.19 - (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Refere-se a pagamentos de condenações pecuniárias vincendas, a cargo de Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadram como precatórios ou sentenças de pequeno valor.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Proge
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sumaj
- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Responsável regional da Ação:** PRORE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

À **Procuradoria Regional – PROPRE**, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral, compete:

- I - prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia;
- VII - manter arquivo atualizado com informações sobre as ações em que a Companhia seja autora, ré, assistente ou oponente;
- VIII - manter atualizadas as pautas de audiências e julgamentos, com vistas ao seu estrito cumprimento;
- IX - acompanhar, no âmbito de atuação da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição,

perante as Justiças comum e especializada, instruindo quanto ao cumprimento dos julgados.

2.3.2.19.1 – Resultados

(002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Controle: SIAFI – PTRES 001.686 – Programa de Trabalho 28.846.0901.002F.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	60.000,00	18.820,00	31,37
Execução Orçamentária	38.709,69	12.216,60	31,56
Índice	64,52	64,91	-

Para a Sureg-MT foi consignado R\$18.820,00 na dotação orçamentária e executado R\$12.216,60.

2.3.2.20 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Proge
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sumaj
- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- **Responsável regional da Ação:** PRORE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

À **Procuradoria Regional – PRORE**, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral, compete:

- I - prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia;
- II - elaborar procurações e escrituras; examinar, aprovar e cancelar as minutas de contratos, distratos, convênios, ajustes, acordos e editais, em que a Companhia seja parte ou interveniente, e promover a permanente atualização dos respectivos registros;
- VII - manter arquivo atualizado com informações sobre as ações em que a Companhia seja autora, ré, assistente ou oponente;
- VIII - manter atualizadas as pautas de audiências e julgamentos, com vistas ao seu estrito cumprimento;
- IX - acompanhar, no âmbito de atuação da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada, instruindo quanto ao cumprimento dos julgados.

2.3.2.20.1 – Resultados

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Controle: SIAFI – PTRES 001.687 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-MT	
Dotação Orçamentária	30.603.660,00	650.000,00	2,12
Pessoal e Encargos	16.596.500,00	650.000,00	3,92
Despesas Correntes	14.007.160,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	25.732.117,62	564.403,79	2,19
Pessoal e Encargos	15.731.115,00	564.403,79	3,59
Despesas Correntes	10.001.002,62	0,00	0,00
Índice	84,08	86,83	-

Na LOA/2008 foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$30.603.660,00.

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-MT era de R\$650.000,00, sendo liquidado no exercício R\$564.403,79 (86,83%).

2.3.3 – Outras Ações

2.3.3.1 – Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços.

a) Vendas em Leilão Público - Estoques Governamentais - Vínculo AGF, AF e COV

Até o fim do exercício, em âmbito da Sureg-MT, foram ofertadas 2.350,6 toneladas de arroz em casca e 79.028 toneladas de milho em grãos.

Demonstrativo de Vendas dos Estoques Públicos

Sureg	Produto	Aviso	Quantidade (kg)		Valor da Operação
			Ofertada	Vendida	
MT	Arroz	33	690.544	182.709	61.242,21
		55	507.835	70.000	25.298,00
		68	386.409	330.000	117.390,00
		69	182.719	182.719	66.420,76
		82	56.409	30.000	12.300,00
		126	307.926	256.752	109.119,02
		140	51.174	51.174	23.053,89
		172	45.000	45.000	12.958,50
		206	26.409	26.409	8.450,88
		67	77.346	77.346	23.861,24
	Arroz AP	127	18.840	18.840	7.743,24
		Subtotal arroz	2.350.611	1.270.949	467.837,74
	Milho	4	67.814.986	42.565.635	13.116.151,95
		5	1.437.000	278.000	85.673,00
		26	6.457.932	3.319.305	867.463,67
		27	90.000	0	0,00
		80	3.138.627	3.138.627	840.130,75
		81	90.000	90.000	22.995,00
		Subtotal milho	79.028.545	49.391.567	14.932.414,37
	Total Venda da Sureg-MT		81.379.156	50.662.516	15.400.252,11

Fonte: Conab/Diges/Suoep/Gecom

Foram ofertadas também 56.155 unidades de sacaria, mas não houve interessados, sendo que posteriormente foi realizada venda direta pelo maior preço ofertado, dentre as propostas

apresentadas, conforme detalhado no processo específico. As operações de vendas dos estoques públicos estão detalhadas no quadro anterior.

b) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

No período entre os meses de janeiro a maio, a Conab ofertou para venda 545.964 toneladas de milho em grãos armazenados no Estado do Mato Grosso, sendo negociadas 342.455 toneladas. O valor da operação incluindo o ICMS e excluindo o valor do prêmio foi de R\$73.521.364,99 e o valor total previsto do prêmio de R\$37.738.309,35. Até o fim do exercício foi comprovado o escoamento de 326.700 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo das Vendas de Valor de Escoamento de Produto-VEP									
Quantidade (t)		Valor da Operação (R\$)		Valor Financeiro (R\$)	Comprovado				
Ofertada	Negociada	S/ ICMS	C/ ICMS s/ Prêmio		UF	Quantidade (t)		Prêmio (R\$)	
						Negociada	Comprovada	Previsto	Pago
545.964	342.455	105.333.584,40	73.521.364,99	75.136.661,29	AC	40	40	2.840,00	2.840,00
					AL	19.929	19.771	2.477.765,01	2.463.273,01
					AM	4.215	4.215	323.540,40	323.540,40
					BA	9.072	8.232	1.380.519,00	1.261.039,00
					CE	48.325	46.796	6.360.275,48	6.159.428,24
					ES	36.832	35.380	3.546.249,50	3.409.549,00
					MA	620	620	91.140,00	91.140,00
					MG	43.173	37.676	3.456.874,00	2.961.281,00
					PA	5.800	5.760	518.080,00	515.040,00
					PB	23.488	23.374	2.902.460,00	2.887.805,38
					PE	88.022	85.878	10.868.411,72	10.568.330,82
					PI	1.065	1.065	170.860,00	170.860,00
					RJ	4.391	4.391	313.927,50	313.927,50
					RN	6.714	6.474	812.436,54	778.716,54
					RO	8.381	8.381	675.009,00	674.958,00
					RS	1.600	1.200	177.600,00	146.400,00
SE	12.188	11.763	1.565.879,70	1.514.538,70					
SP	28.600	25.684	2.094.441,50	1.880.345,46					
545.964	342.455	105.333.584,40	73.521.364,99	75.136.661,29	-	342.455	326.700	37.738.309,35	36.123.013,05

Fonte: Conab/Diges/Suoep/Gecom

Demonstrativo das Vendas de VEP por Aviso

Produto	Aviso	Quantidade (kg)		Valor Operação
		Ofertada	Negociada	
Milho	1	40.016.025	29.227.500	9.766.961,55
	2	50.075.069	48.881.000	17.033.341,25
	6	40.010.500	31.935.000	9.345.335,80
	11	30.064.207	27.432.958	8.226.571,40
	12	50.023.653	28.882.730	8.443.405,21
	19	30.062.590	26.067.970	7.922.069,05
	28	6.000.000	6.000.000	1.533.000,00
	29	24.009.791	12.933.552	3.515.913,48
	50	30.043.000	15.946.500	4.862.700,00
	60	28.868.519	16.195.210	4.938.710,87
	61	1.159.000	0	0,00
	63	28.298.969	16.251.000	5.127.106,50
	77	30.069.211	11.076.000	3.440.659,50
	95	18.993.211	6.826.321	1.990.396,70
	102	30.017.698	10.791.500	3.228.718,25
	114	30.087.541	10.071.400	2.931.303,10
	121	20.016.141	5.958.850	1.657.226,30
	129	20.001.010	10.681.755	3.207.906,36
	142	20.250.139	11.105.500	3.400.445,35
	144	10.077.569	9.628.909	2.872.095,23
	154	7.820.200	6.561.500	1.889.718,50
Total Sureg	1.420	545.964.043	342.455.155	105.333.584,40

Fonte: Conab/Diges/Suoep/Gecon

2.3.3.2 – Serviços de Armazenagem

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros apresentou elevação de 9,1% em relação aos resultados apresentados no mesmo período do exercício de 2007, tendo como motivo principal o aumento do estoque médio de terceiros, com incremento de 130%. Por outro lado, os estoques públicos tiveram redução de 75%, totalizando queda total de 61,3%. A Sureg-MT obteve Receita com Produtos de Terceiros de R\$1.784.201,40, detalhado por UA conforme quadro seguinte.

Demonstrativo Estoque Médio e Receita com Produtos de Terceiros

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)						Variação %(b/a)	Receita com Produtos de Terceiros		
	2007			2008				(em R\$1,00)		
	Governo	Terceiros	Total(b)	Governo	Terceiros	Total(b)		2007	2008	Var. (%)
Sede: MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-159.387,4	-
Cuiabá	71,0	0,0	71,0	44,0	0,0	44,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alta Floresta	2.993,0	708,0	3.701,0	157,0	1.224,0	1.381,0	-62,7	122.464,8	153.025,9	25,0
Diamantino	10.602,0	2.659,0	13.261,0	4.040,0	1.788,0	5.828,0	-56,1	306.340,2	222.048,1	-27,5
Rondonópolis	49.247,0	1.291,0	50.538,0	5.577,0	3.775,0	9.352,0	-81,5	543.629,4	345.944,8	-36,4
Sinop	10.813,0	302,0	11.115,0	3.901,0	5.034,0	8.935,0	-19,6	126.659,1	455.195,7	259,4
Sorriso	22.911,0	2.227,0	25.138,0	9.899,0	4.724,0	14.623,0	-41,8	535.669,4	767.374,3	43,3
Total	96.637,0	7.187,0	103.824,0	23.618,0	16.545,0	40.163,0	-61,3	1.634.762,9	1.784.201,4	9,1
Total Nacional	400.332,0	229.773,0	630.105,0	400.332,0	229.773,0	630.105,0	0,0	25.300.184,9	35.712.198,4	41,2
Participação Sureg	24,1	3,1	16,5	5,9	7,2	6,4	-	6,5	5,0	-

Fonte: Conab/DRE

2.3.3.3 - Remoção de Produto

2.3.3.3.1 – Remoção de Produtos da Agricultura Familiar

Durante o exercício, foi contratada, via leilões eletrônico realizados na Matriz, a remoção de 2.000 toneladas de arroz, adquiridas pelo PAA. A remoção do produto foi destinado a armazéns da Companhia localizados no Estado de Goiás, para posterior distribuição gratuita, conforme detalhado no item a seguir.

2.3.3.3.2 – Remoção de Produtos para Distribuição Gratuita

Durante o exercício foram contratadas, via leilão eletrônico, realizados na Matriz, a remoção de arroz, óleo de soja, açúcar cristal, macarrão e de leite em pó, para composição das cestas de alimentos, destinadas às famílias e/ou grupos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

REMOÇÕES DE PRODUTOS DOS ESTOQUES PÚBLICOS – MDS

Origem	Destino	Valores (sem ICMS)		Quantidades (kg)						% Recebido/Removido
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
MG	MT	7.450,74	7.450,74	90.000	90.000	-	-	-	89.820	99,80
Total		7.450,74	7.450,74	90.000	90.000	0	0	0	89.820	99,80

REMOÇÕES DE PRODUTOS DOS ESTOQUES PÚBLICOS – MDA

Origem	Destino	Valores (sem ICMS)		Quantidades (kg)						% Recebido/Removido
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
MT	GO	367.464,20	367.464,20	2.000.000	1.667.581	332.419	-	0	1.666.511	99,94
PE	MT	28.425,55	28.425,55	90.000	90.000	-	-	-	90.000	100,00
Total		395.889,75	395.889,75	2.090.000	1.757.581	332.419	0	0	1.756.511	99,94

2.3.3.4 – Prêmios de Contrato de Opção de Venda

Em decorrência da queda nos preços do milho no Estado de Mato Grosso e com o objetivo de assegurar a manutenção da renda dos produtores, a Conab realizou durante o segundo semestre leilões de lançamento de Contratos de Opção de Venda.

Com estes leilões a Conab obteve receita referente aos prêmios pagos pelos arrematantes. Foram oferecidos 108.505 contratos de 27 toneladas cada, sendo negociados 58.913. O valor total do prêmio pago pelos adquirentes foi de R\$2.125.116,23.

2.3.3.5 - Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é um estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuam para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A CONAB, por orientação consignada na Portaria Interministerial nº 183/2003, substituída pela de nº 1.128/2008, participa do Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observadas as suas atribuições institucionais.

Para isso, a direção da empresa orientou os seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

No âmbito da Sureg-MT foram distribuídas 840,5 toneladas de diversos produtos, conforme detalhado no quadro contido no item **2.3.4.4 - Distribuição de Alimentos – MDS**.

2.3.3.6 - Levantamento da Produção Brasileira de Cana-de-Açúcar

Atendendo solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMBRAPA, no exercício de 2008, a Conab realizou três operações de Avaliação de Safra de cana-de-açúcar 2008/2009 e sua destinação (açúcar, álcool e outros). Em cada levantamento foram visitadas 11 usinas de açúcar e destilarias de álcool em 11 municípios do estado de Mato Grosso.

Adotou-se, como metodologia, a pesquisa de campo com aplicação de questionários diretamente aos detentores das informações sobre o sistema agroindustrial sucroalcooleiro e outros usos. Os questionários aplicados nas usinas, destilarias e demais entidades permitiram a tabulação dos dados referentes a esses setores, com a finalidade de possibilitar a mensuração dos resultados aqui apresentados.

Na região da Sureg-MT, a produção teve aumento de 2,8%, passando de 15.670,2 mil toneladas para 16.109,9 mil t. A produtividade teve um acréscimo de 3,85% e a área plantada recuou em 1,02%.

Cana-de-Açúcar – Comparativo de Área, Produção e Produtividade Safras 2007/08 e 2008/09

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	VAR. %	Safra 07/08	Safra 08/09	VAR. %	Safra 07/08	Safra 08/09	VAR. %
MT	225,5	223,2	(1,02)	69.500	72.177	3,85	15.670,2	16.109,9	2,81
BRASIL	6.963,6	7.010,2	0,67	78.969	81.506	3,21	549.905,4	571.370,7	3,90
Participação da Sureg	3,24%	3,18%	-	88,01%	88,55%	-	2,85%	2,82%	-

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Do total produzido na área da Regional, 3.816 mil toneladas destinam-se à fabricação de açúcar, 12.291,9 mil toneladas à produção de álcool e o restante, 2 mil toneladas, à fabricação de cachaça, alimentação animal, sementes, fabricação de rapadura, açúcar mascavo e outros fins.

Estimativa de Produção e Destinação – Safra 2008/09

Regiões/UF	INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA			OUTROS
	TOTAL	AÇÚCAR	ÁLCOOL	
MT	16.109,9	3.818,0	12.291,9	-
BRASIL	571.370,7	246.037,1	325.333,5	0,1
Participação da Sureg	2,82%	1,55%	3,78%	0,00%

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

Cana-de-Açúcar – Produção de Açúcar e Álcool

REGIÃO/UF	AÇÚCAR (Em 1000t)				ÁLCOOL (Em 1000 litros)					
	Safra 07/08	Safra 08/09	Variação		Total Safra 07/08	Total Safra 08/09	Variação		Por tipo de álcool safra 2008/09	
			Absoluta	%			Absoluta	%	Anidro	Hidratado
MT	415,7	506,3	90,6	21,79	902.414,4	1.002.867,8	100.453,3	11,30	414.251,9	588.615,9
BRASIL	31.279,8	32.085,3	805,5	2,58	23.007.167,9	26.606.297,3	3.599.129,5	15,64	10.125.910,3	16.480.387,0
Participação da Sureg	1,33%	1,58%	-	-	3,92%	3,77%	-	-	4,09%	3,57%

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

2.3.4 – Recursos Recebidos

Os recursos provenientes de repasses se outros órgãos públicos são recebidos pela Matriz (UG 135100) e executados pelas Suregs mediante descentralizações orçamentárias/financeira

Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

Objetivando a aquisição de produtos, a operacionalização do Programa, a supervisão, acompanhamento e avaliação dos projeto em execução e a realização do 2.º Seminário Nacional do PAA, a Conab celebrou Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$336.953.966,00, conforme descrito a seguir.

2.3.4.1 - Cooperação Técnica com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

- Processo n.º 71000.529636/2008-42
- Concedente: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS
- Vigência: 31/12/2008
- Valor Original: R\$ 189.937.976,00
- Objeto: Desenvolvimento de ações complementares para a continuidade da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, envolvendo instrumentos como a Compra Direta-CDAF, a Formação de Estoque pela Agricultura familiar - CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação, visando à formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

O Plano de Trabalho original prevê o atendimento a 50.411 famílias de agricultores enquadradas no Pronaf, preferencialmente organizadas em cooperativas e associações.

Para a execução, o MDS repassou recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$189.937.976,00 para a aquisição de produtos e operacionalização do convênio. Durante o mês de dezembro foi celebrado Termo Aditivo pelo qual a Conab recebeu mais R\$3.990.290,03 para aquisição de produtos agropecuários de 535 agricultores familiares, alterando o valor total para R\$193.928.266,00 e a meta física para 50.946 agricultores.

As operações na Sureg-MT foram realizadas na modalidade **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- (CPR – Doação)/ MDS**, que tem por finalidade apoiar a comercialização de produtos alimentícios por meio da sustentação de preços, adquirindo para doação simultânea a produção de agricultores familiares enquadrados no Pronaf, conforme o Art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, o Decreto n.º 5.873/06 e as Resoluções do Grupo Gestor do PAA n.º 01, de 31 de julho de 2003, e n.º 12, de 21 de dezembro de 2004.

São beneficiários fornecedores os agricultores familiares enquadrados nos grupos “A” ao “D” do Pronaf, inclusive agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais, aquicultores familiares, assentados da reforma agrária, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab), organizados em grupos formais (cooperativas ou associações); e como beneficiários

consumidores as instituições governamentais ou não governamentais que desenvolvam trabalhos publicamente reconhecidos de atendimento às populações em situação de risco social.

Por meio desse instrumento, a Sureg-MT, adquiriu e doou 3.535 toneladas de diversos produtos alimentícios de 1.816 produtores familiares e distribuídos a 592 entidades beneficiando a 210.239 consumidores. O volume de recursos aplicados alcançou o montante de R\$ 5.517.677,76.

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação		
Nº de municípios atendidos		44
Nº de Projetos		52
Beneficiários	Nº Agricultores	1.816
	Nº Consumidores	210.239
	Nº Entidades	592
Qtde Produtos (Kg)		3.535.458
Valor Projetos (R\$)		5.517.677,76

Com o objetivo de avaliar os projetos apresentados e posteriormente acompanhar a sua execução, a Sureg-MT realizou supervisões e palestras conforme detalhado no quadro seguinte.

OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO PAA
• 48 supervisões realizadas nos projetos de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea
• Acompanhamento de 49 Projetos de Compra da Agricultura Familiar Com Doação Simultânea
• 18 Palestras em eventos e Seminários

Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
MT	MT	13.590,00	4.903,93	5.775.767,26	4.140,78	-	37.775,32	157.027,79	5.993.205,08

Fonte: Siafi

2.3.4.2 - Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Em 2008 no Termo de Cooperação entre a Conab e o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA (Portaria Conjunta n.º 69, de 30 de julho de 2008), objetivando desenvolver ações integradas na operacionalização da aquisição de produtos de agricultores familiares nas modalidades Compra Direta e Formação de Estoques. Para tanto, o MDA repassou recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$142.534.800,00.

Nesses termos, a Conab está autorizada a direcionar os estoques, objetivando o reposicionamento dos produtos, retirando-os das áreas que não favoreçam o seu escoamento para localidades próximas às regiões consumidoras permitindo, a venda em leilão público ou, ainda, a venda direta aos pequenos criadores e agroindústrias de pequeno porte, vinculados ao Programa Vendas em Balcão e aos varejistas filiados à Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de

Produtos Básicos. Foi também autorizado que a Conab disponibilizasse produtos do estoque do MDA para compor as cestas de alimentos dos programas de doação do MDS.

O Plano de Trabalho elaborado pela Conab (nacional) estimou o atendimento a 39.200 famílias entre os meses de junho a dezembro, e a abertura de 10 pólos de compra.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

No exercício de 2008 não houve demanda na área sob jurisdição da Sureg-MT para a aquisição de produtos por meio da Compra Direta, justificado pelo fato dos preços comerciais estarem mais atrativos que o preço de referência estabelecido pelo Grupo Gestor do PAA.

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque

A Sureg atendeu a 145 produtores, operacionalizando 494,18 toneladas de produtos, no valor de R\$465.185,50, em 9 municípios do Estado de Mato Grosso.

CPR - ESTOQUE	
Nº de municípios atendidos	9
Nº de Projetos	11
Beneficiários (Agricultores)	145
Nº Entidades (Assoc./Coop.)	8
Qtde Produtos (Kg)	494.186
Valor Projetos (R\$)	465.185,50

Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp. com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica	Obrigações Trib. e Contributivas	Aquisição de Bens para Revenda	
MT	3.645,00	870,30	360,00	-	19.891,78	-	465.185,50	489.952,58

Fonte: Siafi

2.3.4.3 - Distribuição de Alimentos -Ministério da Integração Nacional - MI

O Programa 1029 - Resposta aos Desastres, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as pessoas de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária 4564 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres, em todo território Nacional, que objetiva prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

A Conab, por solicitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SEDEC, elaborou e apresentou planos de trabalho objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para confecção de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, em todo o Território Nacional, classificadas na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR, e, também, para envio a título de ajuda humanitária internacional, aos países da América Latina, Caribe e África, que se encontrarem em situação de desastre de qualquer natureza, ou sob ameaças e riscos resultantes de carência ou insegurança alimentar que possam comprometer/reverter a ordem pública e/ou social.

Durante o exercício a Conab recebeu recursos orçamentários/financeiros da citada Ação orçamentária no valor total de R\$50.623.955,22, sendo:

- R\$46.823.955,22 para a aquisição de aproximadamente 16.037 toneladas de gêneros alimentícios objetivando a formação e manutenção de um estoque estratégico de cerca de 697.250 cestas de alimentos, compostas por 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de leite em pó e 2 latas de óleo de soja, para atendimento às famílias em situação de carência alimentar e nutricional, em todo o território nacional (Processos n.ºs 59050.001030/2008-56; 59050.000649/2008-43, 59050.002928/2007-61 e 59050.001692/2008-26);
- R\$1.500.000,00 para a aquisição e armazenagem de 168 toneladas gêneros alimentícios para montagem de 7.008 cestas e alimentos, compostas por : 5 latas de sardinha (650 g), 5 latas de fiambre (1,6 kg), 2 kg de leite em pó, 20 pacotes de biscoito água e sal (4 kg), 10 pacotes de biscoito maisena (2 kg), 20 pacotes de macarrão instantâneo (1,7 kg), 20 pacotes de farinha de milho em flocos (10 kg) e 2 kg de açúcar cristal, totalizando 23.950 kg para o envio aos países afetados por desastres, visando a distribuição gratuita às comunidades dos países da América Latina, Caribe e África que se encontram em situação de insegurança alimentar devido a ocorrência de desastres de qualquer natureza (Processo n.º 59050.001705/2008-67); e
- R\$2.300.000,00 para a aquisição de 961,4 toneladas de produtos alimentícios para confecção de aproximadamente 41.800 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de macarrão e 2 kg de leite em pó, para distribuição gratuita a famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, no Estado do Piauí (Processo n.º 59050.000181/2008-97).

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab, após solicitação da Secretaria de Defesa Civil e com a devida anuência do MDS, foi utilizado parte dos estoques oriundos das aquisições realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA na composição das cestas.

A indicação dos locais de armazenagem dos produtos e o público beneficiário é de responsabilidade da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SESAN, cabendo à Conab, na forma de contrapartida, a disponibilização de sua estrutura física e operacional, materializadas pelas unidades armazenadoras distribuídas em diversas Unidades da Federação, pelas Superintendências Regionais localizadas nas capitais do País e pelo quadro de empregados.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 22.414 toneladas de diversos gêneros alimentícios, superando a meta prevista de 17.166 toneladas em 30,57% e unidades de capa de fardo para acondicionamento dos produtos. Além dessas foram utilizadas 2.111 toneladas de produtos adquiridos no âmbito do PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Estoque/2007	Aquisições		Saídas		Saldo/2008 (em t)
		Leilão	PAA	Transf. MDS	Distribuição	
Açúcar cristal	28	909	543	-	594	886
Arroz	140	12.072		-	3.137	9.075
Biscoito água e sal	-	260	-	-	-	260
Biscoito maisena	-	130	-	-	-	130
Feijão	42	2.277	522	-	874	1.967
Fubá	10	-		1	9	-
Farinha de mandioca	19	895	503	-	590	827
Farinha de trigo	-	-	306		10	296
Fiambre	-	65	-	-	-	65
Flocos de milho	-	130	-	-	-	130
Leite em pó	28	715	190	-	552	381
Leite UHT	-	-	47		47	-
Macarrão	28	2.318	-	-	592	1.754
Macarrão instantâneo	-	260	-	-	-	260
Óleo de soja	28	2.318	-	-	594	1.752
Sardinha em lata	-	65	-	-	-	65
Total	323	22.414	2.111	1	6.999	17.848

Fonte: Suope/Gecom

Além do atendimento à população brasileira - na linha da política externa vigente, observados seus objetivos socioeconômicos, onde se insere a necessidade de elevar a condição de vida dos povos - o governo brasileiro tem empreendido esforços para ampliar sua assistência humanitária a países em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para isso, foi instituído grupo de trabalho interministerial para tratar da questão, com a incumbência de definir as ações brasileiras de ajuda humanitária a partir das demandas apresentadas por suas representações diplomáticas.

Para as ações de ajuda humanitária internacional, foram repassados à Conab, por meio da SEDEC, R\$1,5 milhão para aquisição de alimentos, a qual somou aproximadamente 296,4 toneladas de produtos alimentícios.

Esses alimentos embalados em caixas ficaram à disposição do Itamaraty, em um armazém da Infraero, no aeroporto do Galeão no Estado do Rio de Janeiro, para fazer frente às ações humanitárias internacionais do Brasil no exterior.

Por força da Lei n.º 11.881, de 23 de dezembro de 2008, foi autorizada a doação de 45.000 toneladas de arroz, 2.000 toneladas de leite em pó e 500 kg de sementes de hortaliças, para as populações de Honduras, Haiti, Jamaica e Cuba, em virtude de catástrofes climáticas. Foram encaminhadas, inicialmente, 900 toneladas de leite em pó e 600 toneladas de arroz.

Durante o exercício, vários produtos alimentícios adquiridos em leilão público foram enviados para a Sureg-MT e mantidos em estoque na UA-Rondonópolis, conforme detalhado no quadro seguinte.

Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Alimentos – MI

PRODUTO	QUANTIDADES ADQUIRIDAS (kg)		TOTAL (kg)	QTDE DISTRIBUIDA	SALDO EM 31/12/08
	LEILÃO	AG. FAMILIAR			
ARROZ	245.640	-	245.640	-	245.640
FEIJÃO	75.020	-	75.020	-	75.020
FARINHA DE MANDIOCA	50.010	-	50.010	-	50.010
FUBÁ DE MILHO	0	-	0	-	0
MACARRÃO	50.020	-	50.020	-	50.020
ÓLEO	50.020	-	50.020	-	50.020
AÇUCAR	50.020	-	50.020	-	50.020
LEITE	20.010	-	20.010	-	20.010
TOTAIS	540.740	-	540.740	-	540.740
Capa fardo polipropileno	27.000	-	27.000	-	27.000

Fonte: Conab/Geope/Sepab

Na área sob jurisdição da Sureg, os produtos alimentícios adquiridos ficaram a disposição da Defesa Civil para atendimento em situações emergenciais, o que felizmente não ocorreu e portanto não houve qualquer distribuição. Porém, ocorreu distribuição com produtos provenientes do estoque do MI oriundo da Sureg-MG, diretamente aos beneficiários, num total de 230 toneladas, conforme detalhado no quadro informado pela Matriz.

UF	ATENDIMENTOS EFETUADOS						Total		
	Acampados			Quilombolas					
	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)
MT	9.000	9.000	207.000	1.000	1.000	23.000	10.000	10.000	230.000

Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição Alimentos MI

Sureg	Elemento de Despesa							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros- Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
MT	-	18.413,91	979.879,60	-	-	43.030,38	-	1.041.323,89
Total	5.340,00	1.472.807,85	43.868.833,64	2.607,40	13.495,20	1.063.283,57	91.514,97	46.517.882,63

Fonte: Siafi

2.3.4.4 - Distribuição de Alimentos - MDS

O Programa 1049 – Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as de menor renda.

Compõem citado Programa as Ações orçamentárias: 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos e 2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar, que objetivam a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional.

Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas. A distribuição das cestas de alimentos – parcialmente compostas por produtos adquiridos pelo PAA, conta com a colaboração da Conab, do INCRA, da Funai e da Fundação Cultural Palmares.

A experiência com a distribuição gratuita de gêneros alimentícios tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do MDS, que, em articulação com a FUNAI, FUNASA, INCRA, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição da cesta de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

Por meio dos ofícios de n.ºs 016, de 09/02/2008 e 062, de 04/4/2008, a SESAN solicitou à Conab a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento a essas famílias ou grupos populacionais. Para atendimento, a Conab elaborou planos de trabalho prevendo a aquisição de 17.292 toneladas de gêneros alimentícios para confecção de aproximadamente 786.000 cestas de alimentos para distribuição a 355.796 famílias.

Para tanto, a Conab recebeu repasses de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$41.400.000,00, conforme processo n.º 71000.500934/2008-51.

- Repasse no valor de R\$7.660.000,00 para a aquisição de 3.256 toneladas de gêneros alimentícios para montagem de 148.000 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 latas de óleo de soja, 1 kg de leite em pó, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de flocos de milho, (para as famílias do Centro-Sul, 1 kg de fubá) e 1 kg de macarrão, totalizando 22 kg.

- Repasse de R\$33.740.000,00 objetivando a compra de 14.036 toneladas de gêneros alimentícios para composição de 638.000 cestas de alimentos, para distribuição a 34.647 famílias indígenas, 24.139 famílias quilombolas, 15.919 famílias atingidas por barragens (MAB), 8.400 famílias em comunidades de terreiro, 222.691 famílias em acampamentos da reforma agrária e formação de reserva estratégica para atendimento a 50.000 famílias.

- Repasse de R\$500.000,00 referente a emenda parlamentar e destinado à aquisição de 176 toneladas de produtos alimentícios para formação de 8.000 cestas de alimentos para distribuição às famílias de terreiro no Rio de Janeiro

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab pode, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (MDS e/ou MDA), dentre outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero.

Os alimentos adquiridos foram recebidos e depositados nas unidades operacionais da Conab, nos estados onde deveria ocorrer a distribuição. A retirada dos alimentos nas unidades operacionais e a distribuição às famílias beneficiadas, ficaram a cargo dos representantes do INCRA/OAN, FUNAI/FUNASA, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR e MAB.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 18.546 toneladas de diversos gêneros alimentícios e unidades de capa de fardo para acondicionamento dos produtos, superando a meta em 8,49%. Além dessas foram recebidas transferências de 7.166 toneladas de produtos da agricultura familiar (PAA) e 1 tonelada de fubá de milho dos estoques da Defesa Civil, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Estoque 2007	Aquisições (Em t)			Distribuição	Saldo/2008
		Leilão	PAA	Def. Civil		
Açúcar cristal	113	247	1.898	-	1.947	311
Arroz	-	11.110	-	-	9.547	1.563
Feijão	135	1.632	2.237	-	3.552	452
Fubá	-	682	-	1	597	85
Farinha de mandioca	14	-	2.472	-	2.313	173
Farinha de trigo	-	166	293	-	365	94
Flocos de milho	-	582	-	-	488	94
Leite em pó	-	847	266	-	957	156
Macarrão	-	1.127	-	-	967	160
Óleo de soja	67	2.153	-	-	1.908	312
Total	329	18.546	7.166		22.641	3.400

Fonte: Suope/Gecom

Durante o exercício, foram atendidas 354.218 famílias, com a distribuição de 1.439.256 cestas de alimentos, totalizando 32.552 toneladas de alimentos. Tal volume é 34,36% inferior ao realizado em 2007, que registrou a distribuição de 49.590 toneladas de alimentos, em razão dos recursos terem sido disponibilizados pelo MDS/SESAN apenas no mês de junho/2008. Há de se considerar, também, a alta nos custos dos alimentos e a escassez de produtos do PAA na composição das cestas, que mesmo assim, representou cerca de 24% da formação dos estoques totais.

Demonstrativo do Estoque de Produtos para Distribuição-MDS

PRODUTO	QTDES ADQUIRIDAS (KG)		TOTAL (kg)	QTDE DISTRIBUIDA	SALDO EM 31/12/08
	LEILÃO	AG. FAMILIAR			
ARROZ	448.930	-	448.930	378.870	70.060
FEIJÃO	67.200	* 67.544	134.744	113.661	21.083
FARINHA DE MANDIOCA	0	** 89.820	89.820	75.774	14.046
FUBÁ DE MILHO	44.900	-	44.900	44.900	0
MACARRÃO	44.900	-	44.900	37.887	7.013
ÓLEO	89.790	-	89.790	75.774	14.016
AÇUCAR	90.000	-	90.000	75.774	14.226
LEITE	44.900	-	44.900	37.887	7.013
TOTAIS	830.620	157.364	987.984	840.527	147.457

* Feijão – Saldo remanescente do Aviso 39/07 de 09/07/07, da Agric. Familiar da SUREG/RO (203.000 kg)

** Far. de Mandioca – Transf. da A.Familiar da SUREG/MG (90.000 kg), objeto do aviso 180/08 de 21/05/08

Fonte: Conab/Sureg-MT/Geope/Sepab

Na área sob responsabilidade da Sureg, foram atendidas 25.946 famílias com a distribuição de 63.833 cestas de alimentos. Juntamente com as distribuições do estoque de 2008, foram concluídas as distribuições do saldo remanescente de 2007 num total de 564.019kg e outros 69.000kg para os índios Xavantes, oriundos da Sureg-GO.

Atendimentos Realizados Sureg-MT

	Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais	MAB	Indígenas	Marisq/Caranguejeira	Totais
Nº Fam.	20.129	654	-	-	965	4.198	-	25.946
Nº Atend	54.312	1.962	-	-	965	6.594	-	63.833
Alim. Ent(kg)	1.205.540	43.164	-	-	21.230	148.068	-	1.418.002

Demonstrativo da Distribuição de Alimentos – MDS

PRODUTO	DISTRIBUIÇÃO POR SEGMENTO						TOTAIS
	EMERG.	ACAMP.	QUIL.	INDIG.	TERREIROS	OUTROS	
ARROZ	-	318.900	13.080	23.960	-	22.930	378.870
FEIJÃO	-	95.670	3.924	7.188	-	6.879	113.661
FARINHA DE MANDIOCA	-	63.780	2.616	4.792	-	4.586	75.774
FUBÁ DE MILHO	-	31.780	1.308	2.396	-	9.416	44.900
MACARRÃO	-	31.890	1.308	2.396	-	2.293	37.887
ÓLEO	-	63.780	2.616	4.792	-	4.586	75.774
AÇUCAR	-	63.780	2.616	4.792	-	4.586	75.774
LEITE	-	31.890	1.308	2.396	-	2.293	37.887
TOTAIS	-	701.470	28.776	52.712	-	57.569	840.527

Fonte: Conab/Sureg-MT/Geope/Sepab

No âmbito da Sureg, foram gastos R\$1.508.838,26 (3,74% do total nacional), conforme detalhado no quadro seguinte.

Execução da Despesa - MDS

Sureg	Elemento de Despesa						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Servidos de Terceiros			Obrigações Tributárias e Contributivas
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
MT	-	-	1.471.561,13	-	-	12.445,98	24.831,15	1.508.838,26
Total	116.505,00	168.137,98	38.316.876,79	11.491,41	36.137,37	1.480.468,77	195.458,46	40.325.075,78

Fonte: Siafi

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1– Evolução de Gastos Gerais

Descrição	Ano		
	2006	2007	2008
1.PASSAGENS	R\$ 62.335,75	R\$ 41.778,19	R\$ 42.674,88
2.DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 469.947,18	R\$ 592.196,32	R\$ 388.838,00
3.SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 3.222.542,93	R\$ 4.292.188,42	R\$ 3.811.412,45
3.1 Publicidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 482.476,80	R\$ 556.277,88	R\$ 529.752,72
3.3 Tecnologia de informação	R\$ 12.625,40	R\$ 7.894,94	R\$ 779,06
3.4 Outras Terceirizações	R\$ 2.727.440,73	R\$ 3.728.015,60	R\$ 3.280.880,67
3.5 Suprimentos de fundos			
4.CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.578,00
TOTAIS	R\$ 3.754.825,86	R\$ 4.926.162,93	R\$ 4.286.503,33

Os valores do item 3.5 – Suprimento de Fundos, encontram-se no quadro abaixo, pois após sua classificação as despesas foram transferidas dentro de suas respectivas classificações, conforme plano de contas.

SUPRIMENTOS DE FUNDOS			
Descrição	Ano		
	2006	2007	2008
SEDE SUREG/MT	R\$ 4.721,02	R\$ 6.763,71	R\$ 3.906,57
UA DIAMANTINO	R\$ 4.399,45	R\$ 4.113,31	R\$ 2.945,62
UA RONDONÓPOLIS	R\$ 6.584,16	R\$ 7.987,61	R\$ 2.123,25
UA ALTA FLORESTA	R\$ 5.677,77	R\$ 6.489,43	R\$ 6.871,06
UA SORRISO	R\$ 7.397,74	R\$ 7.494,90	R\$ 5.393,72
UA SINOP	R\$ 2.962,59	R\$ 1.832,87	R\$ 1.543,61
TOTAIS	R\$ 31.742,73	R\$ 34.681,83	R\$ 22.783,83

2.4.2 – Indicadores de desempenho

A cultura de avaliação interna na CONAB vem sendo implantada gradativamente. Para monitorar seu desempenho, a Matriz vem centralizando os dados, informações e indicadores das atividades em avaliação.

Objetivando dar cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Geare, foi resgatado todo o material elaborado no Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais e operacionais, foi iniciado um novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as cinco dimensões: efetividade, economicidade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2007 foram criados os indicadores relacionados à fiscalização dos estoques públicos. Em 2008, foi dada continuidade aos trabalhos e implantaram-se alguns indicadores das demais atividades operacionais da Companhia e a Sureg-MT está inserida como uma das precursoras a adotá-los, desenvolvendo análise crítica dos resultados.

2.4.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficiência	Execução Física	=	Qtde Atendimentos Realizados (unid) x 100	>=100	442	64,14
			Qtde Planejada (unid)		689	
Eficiência	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	511.796,83	99,96
			Valor Planejado (R\$)		512.000,00	

Foi estabelecida para a SUREG-MT uma meta de 689 atendimentos médicos/odontológicos para utilização do SAS, contudo o número de assistências foi de 442, ou seja, 64,14% da previsão. Apesar do indicador informado determinar que o resultado seria considerado eficaz se fosse maior do que 100, ou seja, houvesse mais atendimentos do que o planejado, acreditamos que a menor quantidade de atendimentos aponta para uma maior resolutividade em relação aos cuidados em saúde.

2.4.2.2 - (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação:Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficiência	Execução Física	=	Qtde Beneficiários Assistidos (unid) x 100	>=100	24	85,71
			Qtde Planejada (unid)		28	
Eficiência	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	113.495,00	99,56
			Valor Planejado (R\$)		114.000,00	

A meta estabelecida para a SUREG-MT foi de 28 beneficiários para Assistência Pré-escolar, que atende dependentes em idade pré-escolar e dependentes portadores de necessidades especiais. O valor mensal, conforme Acordo Coletivo biênio 2007/2009 Clausula 15ª e 16ª, creditado diretamente no contra-cheque é, respectivamente, R\$280,00 e R\$595,00. Foram assistidos 24 beneficiários (85,71% do planejado).

2.4.2.3 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficiência	Execução Física	=	Qtde Funcionários Beneficiados (unid) x 100	>=100	105	99,14
			Qtde Planejada (unid)		106	
Eficiência	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	155.926,62	97,45
			Valor Planejado (R\$)		160.000,00	

Ambos os indicadores estabelecidos para esta Ação ficaram dentro de limites aceitáveis e esperados.

2.4.2.4 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficiência	Execução Física	=	Qtde Empregados Assistidos (unid) x 100	>=100	120	104,35
			Qtde Empregados Planejada (unid)		115	
Eficiência	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	599.121,51	98,22
			Valor Planejado (R\$)		610.000,00	

A meta física de beneficiar 115 servidores/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$17,00/dia, foi executada em 104,35%, atingindo uma média mensal de 120 empregados. Com o aumento do quadro, devido readmissão de empregados beneficiados com a Lei de Anistia, a Sureg-MT terminou o exercício com um total de 128 empregados com direito a recebimento de Auxílio-Alimentação, o que justifica a execução da meta física acima do planejado.

2.4.2.5 - (2130) - Formação de Estoques Públicos

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Formação de Estoques Públicos – PGPM						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficiência	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	284.194.473,48	35,48
			Valor Planejado		801.000.000,00	
Eficiência	Execução Física	=	Produto Adquirido (ton) x 100	<=100	969.554	50,50
			Quantidade Planejada		1.920.000	

Durante o exercício, foram adquiridas 969.554 toneladas de milho pela Sureg-MT com despesas no montante de R\$284.194.473,48, o que representou 35,48% do previsto da dotação orçamentária de R\$801.000.000,00.

As aquisições de milho, realizadas em Leilões de Compra direta e Opções de Venda, objetivaram regular os preços de mercado, dando apoio aos produtores da região, e recompor os níveis de estoque do Governo Federal.

O resultado alcançado é extremamente satisfatório, visto que a atuação do governo foi rápida e eficiente para regular o mercado de milho no Estado de Mato Grosso, utilizando apenas 35,84% dos recursos disponíveis para atuar nesta Ação. Com a redução dos preços do milho foi possível recompor parte dos estoques que tiveram que ser vendidos no início de 2008, para garantir o abastecimento de milho nas regiões norte e nordeste do país.

2.4.2.6 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Tipo			Fórmula	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	Estoque fiscalizado (t) x 100	1.890.533	62,19
			Estoque planejado	3.040.000	
			Fiscalização realizada (unid) x 100	671	103,71
			Fiscalização planejada (unid)	647	
Eficácia	Execução Financeira	=	Valor liquidado (R\$) x 100	113.368,45	75,58
			Valor planejado(*)	150.000,00	
Efetividade	Índice de Perdas quantitativas e qualitativas	=	Qtde perdas em armazenagem x 100	13.535	0,72
			Qtde Estoque fiscalizado	1.890.533	
			Qtde desvios em Armazenagem x 100	4.589	0,24
			Qtde Estoque fiscalizado	1.890.533	
			Qtde Produtos Abaixo do Padrão x 100	-	0,00
			Qtde Estoque fiscalizado	1.890.533	
			Qtde Produtos Desclassificados x 100	1.510	0,08
			Qtde Estoque fiscalizado	1.890.533	
Economicidade		=	Valor Liquidado (2008)(R\$)	113.368,45	-21,06
			Fiscalização realizada(2008)	671	
			Valor Liquidado (2007)(R\$)	204.195,45	
			Fiscalização realizada (2007)	954	

Fonte: Conab/Presi/Copav

Pelos resultados apurados verifica-se que a atividade foi desenvolvida dentro das expectativas traçadas para o exercício de 2008. No que diz respeito ao número de unidades fiscalizadas (671), cujo resultado superou a meta em 3,71%, o indicador de eficácia mostra que a meta estabelecida foi cumprida.

Vale esclarecer que o custo por unidade fiscalizada em 2008 foi equivalente a 79% do custo do ano anterior (R\$214,04), em decorrência de:

- maior número de fiscais da própria regional na execução da atividade; e
- menor volume de estoque a ser fiscalizado.

2.4.2.7 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	N.º de Unidades Recuperadas/Modernizadas x 100	>=100	3	60,00
			N.º de Unidades Planejadas		5	
	Execução Financeira	=	Despesa Liquidada x 100	>=100	140.597	87,87
			Valor Orçado (R\$)		160.000	
Eficiência	Custo por Unidade	=	Valor Orçado (R\$)		160.000	32.000,00
			N.º de Unidades Planejadas		5	
	Modernizada/Recuperada	=	Despesa Liquidada		140.597	46.865,62
			N.º de Unidades Recuperadas/Modernizadas		3	

Na Rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Sureg-MT estão em operação cinco unidades armazenadoras, compostas por 23 armazéns, sendo que estava previsto a realização de pequenas obras/aquisições, em todas elas. Vários projetos foram elaborados e enviados para apreciação pelo órgão responsável na Matriz. Destes, apenas as unidades de Diamantino, Rondonópolis e Sinop tiveram projetos aprovados em tempo de terem o processo de licitação concluído dentro do exercício de 2008.

Desta forma, os indicadores demonstram que as metas não foram alcançadas e, conseqüentemente, as necessidades das unidades não foram atendidas, ficando pendentes para aprovação e execução no próximo exercício.

2.4.2.8 - (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	Número de Empregados Treinados (unid) x 100	>=100	128	43,10
			Número de Empregados Planejado		297	
Eficácia	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	40.571,79	90,16
			Valor Orçado Planejado		45.000,00	
Eficiência		=	Valor Orçado Planejado		45.000,00	151,52
			Número de Empregados Planejado		297	
Eficiência		=	Valor Liquidado (R\$)		40.571,79	316,97
			Número de Empregados Treinados (unid)		128	
Eficiência		=	Valor Orçado Planejado		45.000,00	4.090,91
			Número de Eventos Programados		11	
Eficiência		=	Valor Liquidado (R\$)		40.571,79	943,53
			Número de Eventos Realizados		43	

Foi estabelecida à SUREG-MT meta de capacitação de empregados devendo atingir o número de 297 treinandos. Durante o exercício foi atingido 43,10% desta previsão, uma vez que se alcançaram 128 treinandos. Quanto aos recursos orçamentários disponíveis (R\$45.000,00) foi executado 90,16% (R\$40.571,79) do valor previsto.

O número de treinandos foi inferior ao previsto, ficando abaixo do resultado esperado, porém o valor total liquidado ficou quase o valor planejado para atender o dobro de treinandos, o que nos leva a concluir que não tivemos eficácia no planejamento e desenvolvimento da Ação. O valor gasto por treinando (R\$316,97) foi superior ao programado (R\$151,52). Em contrapartida foi oferecido maior número de eventos, passando dos 11 programados para 43 eventos realizados.

2.4.2.9 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	Operações Realizadas (unid) x 100	>=100	-	-
			Operações Programadas (unid)		-	
Eficácia	Execução Financeira	=	Valor Liquidado (R\$) x 100	<=100	7.236,40	90,46
			Valor Planejado		8.000,00	
Eficácia	Cumprimento do Programa	=	Nº de Unidades Cadastradas x 100	= 100	144	-
			Total de Unidades Programadas		-	
Eficiência	Custo por unidade cadastrada	=	Valor Planejado (R\$)	menor que o ano anterior	8.000,00	
			Total de Unidades Programadas		-	
			Valor Liquidado (R\$)		7.236,40	
			Unidade Cadastrada		144	

No âmbito da Sureg-MT, para 2008, estava prevista dotação orçamentária para a realização de cadastramento/recadastramento emergencial de unidades armazenadoras para apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP, o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop e para as operações de aquisição de milho decorrente dos Contratos de Opções de Venda. Dentro do valor liquidado, além das 144 unidades cadastradas no Estado de Mato Grosso, incluiu-se ainda as despesas com empregados cedidos para execução de atividades da Ação na Sureg-RS.

Considerando que o valor planejado atendeu a todas as demandas, podemos considerar que os resultados foram eficientes.

2.4.2.10 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Física	=	$\frac{\text{Pesquisa realizada (unid)}}{\text{Quantidade prevista (unid)}} \times 100$	>=100	6	100,00
					6	
Eficácia	Execução Financeira	=	$\frac{\text{Valor Liquidado (R\$)}}{\text{Valor previsto}} \times 100$	<=100	28.231,96	59,65
					47.329,61	

A quantidade de pesquisas prevista para ser realizada na área sob jurisdição da Sureg-MT ocorreu dentro do planejado. A melhoria no resultado apresentado se observou no valor liquidado, alcançando-se o resultado esperado com apenas 59,65% do gasto previsto inicialmente.

2.4.2.11 - (002F) Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos, Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos Devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Financeira	=	$\frac{\text{Valor Liquidado (R\$)}}{\text{Valor Planejado}} \times 100$	<=100	12.216,60	64,91
					18.820,00	

A Sureg-MT cumpriu com 64,91% da programação de R\$18.820,00 de Débito Judiciais vincendos, com valor de liquidação de R\$12.216,60. Desta forma, ficou dentro do resultado esperado pelo indicador.

2.4.2.12 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

Indicadores de Desempenho Operacional						
Ação: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista						
Tipo			Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Financeira	=	$\frac{\text{Valor Liquidado (R\$)}}{\text{Valor Planejado}} \times 100$	<=100	564.403,79	86,83
					650.000,00	

As sentenças judiciais com trânsito em julgado foram cumpridas em 83,33% da programação de R\$677.326,17, com valor de liquidação de R\$677.326,17. Desta forma, ficou dentro do resultado esperado pelo indicador.

2.4.2.13 - (0110) Contribuição à Previdência Privada

Indicadores de Desempenho Operacional					
Ação: Contribuição à Previdência Privada					
Tipo		Fórmula	Meta	Valores	Resultado
Eficácia	Execução Financeira	= $\frac{\text{Valor Liquidado (R\$)} \times 100}{\text{Valor Planejado}}$	<=100	264.166,54	99,989
				264.196,54	
Efetividade	Funcionários da Sureg-MT que contribuem à previdência privada	= $\frac{\text{Participantes Ativos} \times 100}{\text{Quantidade de Empregados Conab}}$	=100	50	38,76
				129	

No exercício 2008, a Sureg-MT liquidou R\$264.166,54 dos R\$264.196,54 previstos inicialmente na meta de execução financeira para a Contribuição à Previdência Privada, atingindo-a em 99,989%.

No entanto, podemos observar que apenas 38,76% do seu quadro funcional é contribuinte ativo para a Previdência Privada, estando o resultado bem abaixo do planejado. Essa baixa efetividade pode ser explicada pelo fato de que os demais 61,24% dos funcionários (concursados e anistiados) não aderiram a contribuição previdencial privada devido ao alto valor da jóia inicial individual.

3.Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrências no período.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Demonstrativo de Restos a Pagar por Ano de Inscrição no SIAFI

RP PROCESSADOS												RP Processados	RP Não Processados
2005				2006				2007				2008	
Inscritos	Pago	Cancelado	A pagar	Inscritos	Pago	Cancelado	A pagar	Inscritos	Pago	Cancelado	A pagar	Inscrito	Inscrito
			0	2.000			2.000	1.980.586	1.766.065	121.150	93.371	944.615	18.295.610

Os valores concernentes aos Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro (2005 – 2006 e 2007), foram mantidos em razão de suas validades no prazo de vigência ou por prorrogação por Decreto, associadas ao cumprimento das obrigações pertinentes.

5.Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não houve ocorrências no período.

6 - Previdência Complementar Patrocinada

a) - Identificação da Entidade:

Nome

CIBRIUS

Razão Social

Instituto CONAB de Seguridade Social –CIBRIUS

Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil, com Sede em Brasília-DF. O regime especial de intervenção federal que afetava a entidade desde **14/12/2000**, por força da Portaria MPAS/nº 9093, de 13/12/2000, foi levantado em 30/11/2007 e reconstituídos os órgãos estatutários, nos termos do Ofício SPC/DEFIS/CGRE/nº 1749, de 08 de junho de 2007.

CNPJ:

00.531.590/0001-89

Plano de Benefícios:

Plano de Benefício Definido – Registrado no CNPB sob o nº 19790007-19

b) - Demonstrativo Anual:

i. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

➤ **R\$ 3.542.702,17**

Fonte: Conab/Diafi/Sureh

ii. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

➤ **Participante - R\$ 264.166,54**

iii. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB-MT

➤ **Patronal/Paritária - R\$ 264.166,54**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

A Conab Matriz realizou pagamento complementar que beneficia também os contribuintes empregados da Sureg-MT. Os dados da Matriz quanto a este pagamento:

➤ **Complemento de Previdência (Serviço Passado) - R\$ 12.786.273,98**

Valor referente ao pagamento da **dotação** do serviço passado da massa de empregados da CONAB, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente à entrada para plano em 1.995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

➤ **Total Contribuições (Geral Conab) - R\$ 22.931.919,11**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

A participação da Sureg é de 3,03% no quadro de participantes ativos e 2,60%, no valor das contribuições mensais da Conab, conforme quadro a seguir:

Sureg	Total da Folha	Quantidade de Participantes			Valor das Contribuições	
	Participantes	Ativos	Assistidos	Total	Patrocinadora	Empregados
MT	3.542.702,17	50	29	79	264.166,54	264.166,54
Total Geral	140.320.649,57	1.649	1.307	2.956	10.145.645,13	10.145.645,13

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pelo Cibrius, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de jôia de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

iv. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora CONAB

Na Sureg-MT não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

v. Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:

Na Sureg-MT não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

vi. - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

Posição Custodiante – HSBC/CCF em 31/12/2008

Descrição	VALOR	Percentual Atual	%Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3456
1) Renda Fixa	284.242.690,08	79,01	70,00	100,00
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	226.644.200,30	63,00		
1.2 - NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	14.219.868,47	3,95		
1.3 - LFT – Título P. Federal (selic)	37.910.591,30	10,54		
1.4 - LFT-B - Título P. Federal (selic)	867.118,56	0,24		
1.5 - Fundo BB Institucional	4.387.867,78	1,22		
1.6 – Fundo UBS Pactual Select Bolsa Plus	213.043,67	0,06		
2) Renda Variável	43.203.733,92	12,01	20,00	50,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	23.072.899,97	6,41		
2.2 – Bradesco Dividendos	1.918.863,34	0,53		
2.3 – Bradesco ibx ativo	1.714.707,74	0,48		
2.4 – Bradesco infra-estrutura	1.655.843,98	0,46		
2.5 – Fator Institucional	4.992.797,92	1,39		
2.6 – Mercatto Geração Futura	4.665.160,28	1,3		
2.7 – FIA Schroder Performance	2.731.172,00	0,76		
2.8 – UBS Pactual Dividendos	2.452.288,69	0,68		
3) Imóveis	21.904.806,74	6,09	6,00	11,00
3.1 – Imóveis	15.647.593,79	4,35		
3.2 – Fundo de investimento imobiliário	6.257.212,95	1,74		
4) Empréstimos	10.388.054,78	2,89	4,00	15,00

Fonte: Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN Nº 3.456/07

(Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC), além das demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

vii. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, a SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do balanço 2008 da entidade, cujo calendário de obrigações para envio do referido balanço é 31 de março de 2009. Entretanto, tal posicionamento vem se repetindo ao longo dos anos, sem que efetivamente qualquer manifestação tenha sido apresentada pela SPC. Por outro lado, a SPC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 19 do B-CONTEUDO ESPECÍFICO da DN/TCU nº 93, de 03/12/2008.

viii. Parecer da Auditoria Independente

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, obedecendo ao calendário, o Parecer da Auditoria Independente ficará pronto até 31 de março de 2009.

Tão logo obtida a manifestação da SPC/MPS, como também o Parecer da Auditoria Independente, os documentos respectivos poderão ser encaminhados aos órgãos de Controle.

c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação.

Todos os repasses de recursos foram realizados dentro dos limites fixados em lei.

d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão.

Na forma do Art. 50, inciso VI do Estatuto da Entidade, foram empossados em 30/11/2007, para o cumprimento de mandato de 04 (quatro) anos, os empregados da CONAB e Participantes do CIBRIUS, abaixo relacionados, com o devido ressarcimento, nos termos da Carta/CONAB/PRESI/nº 026, de 21/01/2009, como segue:

FABRÍCIO PEREIRA GARCIA – Diretor Superintendente
JOSÉ CARLOS ALVES GRANGEIRO – Diretor Financeiro
RACHID MAMED FILHO – Diretor de Seguridade

Não há recursos patrimoniais disponibilizados à Entidade.

e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência.

Em 31/12/2007, ficou consignado no balanço da CONAB o valor de R\$ **60.311.921,08**, já contabilizadas as amortizações de R\$ 1.007.298,02 e R\$1.133.258,30, concernentes às parcelas

de competência de dezembro/2008 e amortização extra, também de competência de dezembro/2008.

O referido compromisso, decorrente de Termo de Adesão celebrado em 07/10/1994 e aditivo nº 1, de 12/12/2002, entre a Conab e o Cibrius, vem tendo suas parcelas cumpridas regularmente dentro das condições pactuadas.

- f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.**

A Patrocinadora CONAB, por meio da **Auditoria Interna-AUDIN**, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c e no §2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001 e conforme ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC (em atenção ao Acórdão TCU nº 2.887/2008, 1ª Câmara), realizou Auditoria Especial no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2006 e 2007, que deu origem ao Relatório de Auditoria Especial de 31/12/2008, encaminhado à SFC em 27/01/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/nº 032/2009).

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos

Não houve ocorrências no período.

8. Instituições Beneficiadas por Renúncia Fiscal-MT

Não houve ocorrências no período.

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não houve ocorrências no período.

10. Operações de Fundos MT

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

11.Despesas com cartão de crédito

Cartão de crédito corporativo - Exercício de 2008

	FATURA		SAQUE	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	340	R\$ 39.808,00	71	R\$ 3.770,00

Nos Exercícios de **2006 e 2007** a Unidade Jurisdicionada **não operou com Cartão de Crédito Corporativo**.

Dentro do limite total de R\$60.000,00 autorizado para a Sureg-MT, foi desdobrado o valor por unidades da Regional, conforme detalhado no quadro seguinte.

Limite de utilização total da UG:	60.000,00
Natureza dos gastos permitidos: 339030,339033, 339036, 339039 e 339047	
Limites concedidos a cada portador	
Portador	Limite Mensal
JOSIAS DE MIRANDA	1.300,00
RUBENS BENEDITO DA SILVA	1.300,00
JOSE JULIO PEREIRA	1.300,00
LUIZ CARLOS DA SILVA GOUVEIA	1.700,00
HERBERT RAMOS DA SILVA	2.500,00
ROSELI MARTINS	1.700,00
BENEDITO MAXIMO DA CUNHA FILHO	2.500,00
HERCULES BORGES GUIMARAES	1.500,00
ROSELI SLAVIERO LAUX	1.700,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Recomendações Controladoria Geral da União - CGU

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208214	A formalização de AGFs devem ser realizadas em processos administrativos protocolizados na SUREG/CONAB-MT, a fim de assegurar a reunião de todos os documentos em um ou mais volumes processuais, possibilitando, assim, a melhoria na eficiência do controle documental.	Setor de Comercialização - SECOM	A partir da recomendação a SUREG-MT se comprometeu a reunir todos os documentos relativos as AGF'S. Até a presente data o Governo Federal, através da Conab, no bojo da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, interveio no mercado de milho deste Estado com aquisições do produto, através de leilões públicos e de Contratos de Opção de Venda, mesmo assim, a documentação referente às operações está centralizada em um único setor, conforme recomendação.
208214	a) Refazer a Planilha de Custo e Formação de Preços, considerando nos cálculos a produtividade adequada para carga horária de 6 horas; b) A partir da nova planilha, elaborar Termo Aditivo ao Contrato 005/2005, contemplando os novos valores da planilha de custo e formação de preços	Setor Administrativo - SETAD	A tentativa de novo aditivo visando o acerto da planilha com a produtividade para os serviços de limpeza, restou frustrada, uma vez que não houve acordo com a Contratada. Como solução não adotamos o contrato e realizamos nova licitação para adequação da produtividade, obedecendo aos normativos vigentes.
208214	O Gestor deverá exigir a apresentação da documentação original comprobatória da habilitação do vencedor, com a finalidade de dar cumprimento ao instrumento vinculante da licitação (edital) e de resguardar a Unidade de riscos decorrentes da inabilitação de empresas.	Setor Administrativo - SETAD	Em atendimento a recomendação foi exigida do licitante a documentação e o mesmo apresentou cópias autenticadas dos documentos, os quais foram apensados ao processo licitatório.
208214	a) abster-se de realizar contratação de prestadores de serviços terceirizados para área fim. b) Desenvolver, em conjunto com a Matriz, da CONAB/BSB, estudo que viabilize dotar a SUREG/MT de capacidade adequada de recursos humanos quando da ocorrência de demandas imprevistas, ou de demandas, que embora previsíveis, tenham impactos de difícil mensuração pela SUREG/MT	Setor de Recursos Humanos - SEREH	a) Não foi mais realizada contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra para atendimento de tarefas temporárias, cujas execuções são consideradas para área fim. A partir desta recomendação passamos a utilizar apenas, quando necessário, de empregados da matriz ou outras Regionais. b) A falta de pessoal na Regional foi minimizada com o retorno dos beneficiados pela Lei de Anistia, porém a falta de mão-de-obra especializada em algumas áreas, ainda é uma realidade que só será resolvida mediante concurso público

13.Determinações e recomendações do TCU

Número da Decisão	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela Implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
3802	Controle e utilização das máquinas fotocopadoras e da franquias de cópias contratadas.	Setor Administrativo - SETAD	A Superintendência Regional de Mato Grosso centralizou todas as máquinas em local apropriado e, a partir daí, designou empregados para a execução dos serviços reprográficos demandados pelos diversos Setores da Regional, mediante a apresentação de requisição específica. Quanto à franquias mencionada neste item, com base na orientação da CGU, a partir da nova contratação, em janeiro de 2008, as locações dos equipamentos reprográficos foram efetuadas sem o estabelecimento de limites, impondo à Conab pagar pelas cópias efetivamente reproduzidas e apuradas.
3802	Manter rigoroso controle quanto ao consumo de combustíveis da Unidade, compatibilizando a relação de autorizações de abastecimento com as respectivas notas fiscais e faça anexar uma via de cada autorização de abastecimento nos respectivos processos de pagamento	Setor Administrativo - SETAD	Os controles foram aprimorados, possibilitando a compatibilização das autorizações de abastecimento, através de formulário específico, com as respectivas notas fiscais, propiciando o acompanhamento do consumo, do custo envolvido e demais análise pertinentes.
3802	Realizar estudo sobre o consumo anual de combustíveis para subsidiar a futura contratação de fornecedor.	Setor Administrativo - SETAD	As contratações estão sendo realizadas de acordo com a média de consumo do período imediatamente anterior
3802	Regularizar a situação dos empregados cedidos ao DNIT, quer pelo retorno à CONAB ou cessão a outro Órgão Público	Setor Administrativo - SETAD	A regularização desta pendência deu-se com a devolução dos empregados à Conab-MT, por desinteresse de o DNIT mantê-los em seu quadro. Um dos empregados (Geraldo da Silva Linhares) ficou lotado em nossa Unidade Armazenadora de Rondonópolis e o outro (Antônio José de Oliveira), na Sede desta Superintendência, tendo este sido novamente cedido à UFMT/Campos do Araguaia, dentro dos trâmites legais/normativos

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

A Conab, por tratar-se de Empresa pública, cujos empregados são regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, não emite atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensões.

Sua folha de pagamento, e, por consequência, as inclusões (admissões) e exclusões (demissões), é processada pelo SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal gerido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal. Dele deriva sua contabilização pelo SIAFI – Sistema de Administração Financeira/MF, sua informação pelo SIPES – Sistema Integrado de Pessoal – MP e o respectivo CAGED-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-MTb.

Especificamente quanto aos Atos de Admissão e Demissão, conforme Item 14 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008, foram processados no SISAC- Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões, as seguintes informações.

Suregs	Atos/Quantidades										
	Admissões					Demissões					
	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Total	Registro no SISAC	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Aposentados	Total	Registro no SISAC
MT	3	31	-	34	3	2	-	-	-	2	2

Fonte: Conab/Sureh

A divergência com o SISAC na quantidade de admissões e demissões se deve ao fato deste não considerar os empregados anistiados (31), para fins de registros.

Com referências às aposentadorias, no caso da Conab, estas informações não são prestadas pois tal benefício se dá no âmbito do INSS por solicitação do empregado, inclusive, podendo permanecer com vínculo com a Companhia.

Com relação a pensão, a Companhia não concede este benefício em função de sua natureza jurídica.

No âmbito da Sureg-MT existem também dois pensionistas, cujas pensões, de caráter indenizatórios, foram determinadas por decisão judicial.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrências no período.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade	96	R\$ 2.766.926,81	92	R\$ 3.131.801,74	113	R\$ 3.912.615,43
Total pessoal próprio	96		92		113	

Descrição	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Contratações Temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Pessoal terceirizado Vigilância/Limpeza	27	R\$ 482.476,80	31	R\$ 556.277,88	31	R\$ 529.752,72
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
Estagiários	14	R\$ 122.418,05	25	R\$ 167.756,37	28	R\$ 181.589,16
Total pessoal próprio	41	R\$ 604.894,85	56	R\$ 724.034,25	59	R\$ 711.341,88

Descrição	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA	QTDE	DESPESA
Pessoal cedido pela Unidade, com ônus	10	R\$ 148.703,37	8	R\$ 166.051,08	14	R\$ 222.700,43
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade	10	R\$ 148.703,37	9	R\$ 166.051,08	14	R\$ 222.700,43

Descrição	2008	
	QTDE	DESPESA
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	50	R\$ 1.519.758,65
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	63	R\$ 2.170.156,35

17. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Neste capítulo, serão focalizados aspectos referentes às estruturas física e organizacional, recursos humanos e operacionais, e aspectos administrativos e funcionais que influenciaram os resultados apresentados neste Relatório de Gestão da Sureg-MT.

1. ESTRUTURA FÍSICA

Com o aumento das atividades da Regional, os espaços disponíveis no prédio da sede em Cuiabá se tornaram insuficientes e inadequados.

A Sureg-MT atua, desde 1993, em um prédio locado com 4 pavimentos com uma área útil de 650m² mais um anexo de 450m², perfazendo área total de 1.100m². A parte principal do prédio, que foi adaptado parcialmente, abrigava originalmente um conjunto de 12 apartamentos. Não atende às exigências da legislação no que tange ao acesso facilitado aos portadores de deficiência, por exemplo, pois não dispõe de rampas apropriadas e elevador. Igualmente não dispõe de estacionamento com número suficiente de vagas para os empregados e visitantes.

Atualmente, grande parte do arquivo de documentos (fiscais e operacionais) encontra-se em um dos armazéns da Unidade Armazenadora/Cuiabá em espaço inadequado para tal finalidade, com problemas em relação à temperatura, poeira, insetos, roedores e segurança.

Na tentativa de solucionar estes e outros problemas de espaço e estrutura física, a Sureg-MT vem buscando junto ao Governo do Estado de Mato Grosso um terreno no Centro Político Administrativo da capital para a construção de uma sede própria. Caso esta negociação não obtenha sucesso, será necessário avaliar a possibilidade de locação de um imóvel que atenda às necessidades da Regional

As Unidades Armazenadoras localizadas em Rondonópolis, Sorriso, Sinop, Diamantino e Alta Floresta também têm problemas de estrutura física. Trata-se de construções com mais de 20 anos, conseqüentemente com deteriorações normais face à ação do tempo, principalmente nas coberturas. A Companhia, vem todos os anos investindo na recuperação dessas Unidades, mas ainda não a fez na medida necessária, de modo a operacionalizá-las sem problemas e atendendo os requisitos técnicos obrigatórios e recomendados pelo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, que tem o início da vigência estabelecido para 31/12/2009. Algumas Unidades apresentam problemas crônicos na cobertura e isolamentos de paredes, chegando a tornar desaconselhável o armazenamento em determinados períodos (época de chuvas).

2. ESTRUTURA DE PESSOAL

As ações da Conab no Estado de Mato Grosso, 2º maior produtor de grãos do País, têm gerado volume de trabalho superior à capacidade de execução da Regional. O pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil e administrativa), resume-se a 113 empregados em efetivo exercício, sendo que 31 são anistiados recontratados recentemente, em processo de treinamento e readaptação.

Após mais de 10 anos sem contratação, em 2004 e 2005, a Conab realizou concurso público para a contratação de profissionais de nível superior, de forma a equacionar questões de recursos humanos. No entanto, devido à baixa remuneração paga a esses empregados, distante da realidade de mercado, entre outros fatores, os concursados não se fixaram na Companhia, resultando em grande rotatividade de empregados durante o período de vigência do concurso, com suas previsíveis conseqüências.

Assim como na Sede, as Unidades Armazenadoras vivenciam os mesmos problemas, agravando-se a situação, pelo fato de que mais da metade do quadro de pessoal é formada por Auxiliares de Serviços Gerais – ASG, na faixa etária de 47 anos, em média, e muitos já não têm condições físicas de executar determinadas atividades operacionais.

Torna-se premente a necessidade de medidas que busquem a revitalização do quadro de RH da Sureg-MT, tais como, intensificar o treinamento dos atuais empregados, principalmente dos anistiados; contratação de novos empregados; reenquadramento dentro das funções desenvolvidas; plano de desligamento incentivado; aprovação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS da Companhia.

3. ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2008, foram adquiridos novos equipamentos de informática, de forma a substituir os obsoletos e ampliar o parque computacional; ampliada a capacidade do circuito interno para 1 Gbps, melhorando as condições de rede interna e atendendo as demandas identificadas pela gestão da Sureg-MT.

No entanto, ainda existem entraves para um bom desenvolvimento e resultados positivos das atividades realizadas na Sureg, que poderiam ser otimizadas com a implantação de softwares adequados para o controle informatizado das **operações de subvenções e tramitação de documentos** da Superintendência.

Para atender às exigências da Secretaria Estadual de Fazenda – SEFAZ/MT na emissão das Notas Fiscais Eletrônicas, houve a necessidade de implantação de um sistema (x-FAC) ainda não totalmente concluído e apto a operacionalização (treinamento, documentação, testes paralelos etc). O novo software de **controle de operações de comercialização e estoques de produtos** tem apresentado diversos problemas operacionais. Até o final de 2008, ainda não havia sido ocorrida a implantação da Nota Fiscal Eletrônica.

4. Estrutura Organizacional

A Sureg-MT é composta por um Superintendente com dois órgão de *staff*, um Assistente e uma Procuradoria Jurídica - PRORE, e três órgãos de linha: GEOPE – Gerência de Operações, GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa e GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico. Subordinado hierarquicamente ao Superintendente estão também cinco Unidades Operacionais – UA RONDONÓPOLIS, UA DIAMANTINO, UA SORRISO, UA SINOP e UA ALTA FLORESTA. As gerências se subdividem em oito **Setores**.

A atual estrutura organizacional foi implantada há 6 anos e teve como principal modificação, em relação a anterior, a redução de dois setores, ocorrendo a seguinte fusão: O **Setor Fiscal** e **Setor Contábil**, formaram o atual **SECOF**; o **Setor de Material** e **Setor de Serviços Gerais**, formaram o atual **SETAD**.

Desta modificação, a que causa maior impacto é ausência de setor específico para tratar dos assuntos inerentes aos tributos, pois a legislação é extensa e com frequentes modificações, necessitando de atendimento especializado, mantendo no setor um conjunto de atividades com o mesmo objetivo: fiscal (tributos).

No Setor Administrativo – SETAD a situação não é diferente, agravando-se em razão do Princípio da Segregação de Função, que já foi objeto de relatório da CGU (gestão 2006), pois o mesmo funcionário responsável pelas contratações (material/serviços) é aquele que responde pelo controle (contrato/almoхарifado/patrimônio), cujas atividades são regulamentadas nas próprias normas da Companhia.

Desta forma, sugere-se que o SETAD seja desmembrado, surgindo um que realize as atividades de contratações (licitações e dispensas) e outro de controle (contrato/almoxarifado/patrimônio).

5. Impactos na Gestão

Nos resultados apresentados em todas as Ações que foram detalhadas neste relatório, pode-se ter uma idéia do volume significativo de atividades que a Sureg-MT desenvolveu durante o exercício de 2008: milhares de operações de subvenção, com considerável movimentação financeira, pagamentos e créditos de milhões de Reais em tributos federais, estaduais e municipais; geração de centenas de empregos diretos e outros tantos indiretos; movimentação de produtos; incentivos ao aumento de produção de alimentos; doações de alimentos; treinamentos e incentivos à educação de empregados e seus dependentes.

O trabalho em benefício do produtor rural e do povo brasileiro, enquanto tarefa da Conab, garante o abastecimento regular no país e favorece preços justos ao consumidor. Contudo, tal tarefa somente será realizada satisfatoriamente com a participação dos gestores das Superintendências Regionais, no que se refere às atividades que impactam a operacionalização das mesmas.

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão das Suregs na sugestão dos níveis de investimentos e de custeio – compras de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações; participação nas pré-definições das operações de subvenção – volumes, regiões no Estado, produtos, preços, motivos e objetivos para a realização das mesmas; acompanhamento dos objetivos da política em seminários e tele-conferências internas da Companhia, favoreceria uma maior articulação de ações e eficácia nos resultados da Companhia, como um todo.

Apesar das limitações de instalações e de estrutura em geral apresentadas, a Sureg-MT contribuiu em 2008 para a efetivação no alcance de sua missão enquanto empresa do Governo Federal: *“Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.”*

Reduzir tais limitações agregaria considerável potencial de ação à Sureg-MT, conduzindo o próximo exercício à produtividade e a melhoria de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

a) Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Em R\$

Conselheiros	Conselho		Total
	Administração	Fiscal	
José Sebastião Chaves dos Santos	-	2.067,47	2.067,47
Edilson Guimarães	24.861,18	-	24.861,18
Evanir Valentim de Melo da Mota	-	12.456,36	12.456,36
Guilherme Costa Delgado	24.861,18	-	24.861,18
José Menezes Neto	12.404,82	-	12.404,82
Lauro Cesar de Vasconcelos	-	12.404,82	12.404,82
Lúcia Aida Assis de Lima	-	24.861,18	24.861,18
Maçao Tadano	12.456,36	-	12.456,36
Marcus Vinicius Socio Magalhães	-	12.404,82	12.404,82
Maria das Graças Fontes	24.988,82	-	24.988,82
Maurício Andrade Coura	-	12.456,36	12.456,36
Silas Brasileiro	24.861,18	-	24.861,18
Wagner Gonçalves Rossi	24.861,18	-	24.861,18
Total	149.294,72	76.651,01	225.945,73

18.1 Atas das Reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

18.1.1. Atas de Reuniões do Conselho de Administração

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores SILAS BRASILEIRO, Presidente, WAGNER GONÇALVES ROSSI, EDILSON GUIMARÃES e MAÇAO TADANO, Conselheiros, e MARIA DAS GRAÇAS FONTES, Conselheira, foi dado início à centésima septuagésima sétima – 177ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de janeiro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro GUILHERME DELGADO justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da Pauta da reunião, a saber: 1) Demonstrações Contábeis – Novembro/2007. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou as demonstrações contábeis do mês em alusão que, após análise e explicações do relator, foram aprovadas. 2) Ofício 1008/2007/SE-MAPA, de 20/12/2007 – Processo Interno de Apuração de Responsabilidade – Decisão Ministerial/MAPA. O Conselheiro Wagner Rossi deu conhecimento aos demais membros do Colegiado acerca do ofício recebido da Secretária-Executiva do Mapa com a determinação para apresentação, nesta Reunião, das decisões do Senhor Ministro de Estado exaradas nos autos do processo interno de apuração nº 21200.000842/2007 que, dentre elas, determina ao Conselho de Administração revogar a Resolução nº 004, de 8/3/1999, e adotar as demais providências atinentes ao seu mister legal e estatutário, em especial aos tendentes a propiciar a recuperação dos prejuízos causados ao erário em face do indigitado acordo ilegal, objeto do processo de apuração. Após a apresentação do Relator, os demais membros aprovaram a revogação da Resolução e adoção das demais providências, em consonância com a orientação ministerial. 3) Atendimento pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira das orientações do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. O Diretor Luis Henrique Teixeira Baldez apresentou demonstrativo das pendências relacionadas nas atas ordinárias dos Conselhos de Administração e Fiscal, cujas soluções estão sendo implementadas pelas áreas técnicas da Diretoria. Em seguida, fez um relato sobre alguns assuntos que estão sendo encaminhados pela Diretoria Colegiada da Empresa, quais sejam: a) assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2007-2009; b) debate com o Dest sobre o novo PCCS; c) apresentação do cronograma da prestação de contas da Conab – Exercício/2007; d) comunica que está em fase de contratação a consultoria externa para atendimento ao Conselho Fiscal; e) elaboração de plano de investimento 2008 (fontes e usos) e programa de venda de ativos; f) retorno aos quadros da Empresa de 204 anistiados. Os

Conselheiros agradeceram a exposição do Diretor da Diafi. 4) Ofício nº 063/2008-GM-MAPA, de 25/1/2008 – versando sobre denúncia no âmbito da Conab. O Dr. Silas Brasileiro, na condição de Secretário-Executivo do Mapa e de Presidente do Conselho de Administração, deu conhecimento do recebimento do ofício em referência originado do Gabinete do Ministro do Mapa, em caráter sigiloso/confidencial, encaminhando cópia integral dos autos do Processo 70000.000118-89, versando sobre denúncia no âmbito da Conab. Após a distribuição do material e deliberações, o Conselho resolveu: a) designar a Corregedora-Geral da Conab para, observado o caráter de documento sigiloso, ao grau confidencial, investigar os fatos constantes dos referidos autos e apresentar relatório conclusivo ao Conselho até o dia 21 de fevereiro de 2008; b) encaminhar também, na condição de documento sigiloso/confidencial, à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos, com vistas à sua manifestação formal até o dia 21 de fevereiro de 2008. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

MAÇAO TADANO
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e oito, às 9 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO**, **EDILSON GUIMARÃES** e **MAÇAO TADANO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado início à centésima septuagésima oitava – **178ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de março/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: **1) CI/Presi nº 108/2008 – Apresentação do Relatório Final da Comissão de Processo Interno de Apuração, constituída pela Portaria nº 459/2005, com o objetivo de apurar os atos e/ou fatos demonstrados pelos autos do Processo nº 21000.002565/2005-14.** O Ministro do Mapa constituiu Comissão de Processo Interno de Apuração com vista a apurar possíveis irregularidades praticadas por ex-dirigentes da Conab, no âmbito da Superintendência Regional de Goiás. Após o término das investigações a Comissão encaminhou relatório final ao Senhor Ministro para ciência e julgamento. O Ministro, após ouvir a Consultoria Jurídica do Mapa, resolveu declinar da competência para julgar o feito e decidiu que fosse dado conhecimento pela Conab de sua decisão a este Conselho e outros órgãos relacionados no Despacho Ministerial. Após a apresentação pelo Relator, os demais Conselheiros tomaram ciência da decisão ministerial e recomendaram a Conab adotar as demais medidas determinadas pelo Ministro de Estado. **2) Cessão ao Governo do Estado do Rio de Janeiro do imóvel localizado à Rua Leopoldo Bulhões, 529 – Benfica – Rio de Janeiro. – Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 844ª Reunião Ordinária.** A Diretoria Colegiada da Conab aprovou em sua 844ª reunião ordinária a doação do imóvel localizado na Rua Leopoldo Bulhões, 529 – Benfica/RJ ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, entretanto, a Procuradoria-Geral através do Parecer Proge/Sumad nº 115, de 11/03/2008, reexaminando o processo de doação verificou que o instrumento legal – doação, não seria a forma adequada de repassar o imóvel ao Estado. Recomendou que o instrumento legal de transferência seja a cessão pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis. O Relator propôs que seja aprovada a cessão do imóvel em referência, na forma indicada pela Procuradoria-Geral da Conab. Os demais Conselheiros após as justificativas do Relator aprovaram a cessão do imóvel. **3) Processo nº 01.121/2006 – Proposta de alienação e de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado na Avenida Monfarrej, 348 – Vila Leopoldina – São Paulo/SP – aprovado pela Diretoria Colegiada na 843ª Reunião Ordinária.** Considerado que o imóvel onde está instalada a Sureg São Paulo não oferece as condições necessárias para o funcionamento daquela Unidade foi proposto a venda do citado imóvel com vista a adquirir um com melhores condições para o funcionamento da Sureg. O Banco do Brasil avaliou o imóvel em R\$ 8.500.000,00. A Procuradoria Regional opinou favoravelmente pela elaboração de edital de licitação na modalidade de licitação para venda do imóvel (Parecer Sureg/SP nº 22/2207) A Procuradoria-Geral ratificou o posicionamento adotado pela Procuradoria Regional, no sentido de que seja viabilizada a licitação para venda do imóvel. A Diretoria Colegiada, na 843ª reunião ordinária, aprovou a avaliação e destinação do imóvel para venda. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi propôs que seja aprovada a avaliação e

que o imóvel seja destinado à venda. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Conselho, consubstanciados nos pareceres da área técnica e da Procuradoria Regional da Sureg São Paulo e da Procuradoria Geral, aprovaram o laudo de avaliação e a venda do imóvel, desde que sejam observadas a legislação e os regimentos internos vigentes. **4) Aquisição de imóvel para instalação da Sede da Sureg São Paulo. Processo nº 21201.000236/2007-34 – Aprovado na 846ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada.** Em razão de necessidade de se criar um ambiente adequado para abrigar as instalações da Superintendência da Conab no Estado de São Paulo, foi realizada pesquisa em diversos imóveis, de forma a encontrar aquele que melhor atendesse às condições de preço, localização, dimensões e estado de conservação, entre outros, para aquisição e conseqüente transferência da atual Sede. Identificado esse imóvel pela Sureg SP, que se localiza na Alameda Campinas nº 433, Jardim Paulista, com área útil de 1.037 m², 36 vagas de garagem e cinco pavimentos, foi providenciado junto à Caixa Econômica Federal a sua avaliação, a qual emitiu o laudo nº 7141.7141.067594/2008, de 3/3/2008, estipulando o valor de mercado para venda em R\$3.485.000,00 (três milhões e quatrocentos e oitenta e cinco mil reais). O Conselheiro Wagner Rossi, em razão das justificativas apresentadas pela Sureg/SP, propôs, observadas as disposições da legislação pertinente à matéria e normativos internos vigentes, seja autorizada a aquisição do imóvel em comento, pelo valor da avaliação emitida pela CEF. Os demais membros do Conselho após as justificativas apresentadas aprovaram a aquisição do prédio para instalação da Sede da Sureg São Paulo. **5) Ofício nº 354/08/SE-MAPA.** O Conselheiro Wagner Rossi, na qualidade de Presidente da Conab, entrou ao Presidente do Conselho, Dr. Silas Brasileiro, resposta, em caráter confidencial, ao assunto tratado no Ofício em referência. **6) Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou o Paint/2008 alterado com os apontamentos citados na Nota Técnica SFC/CGU nº 2364/2007. Os Conselheiros após a apresentação do referido Plano decidiram aprová-lo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SÍLAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro

MAÇAO TADANO
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado início à centésima octogésima - **180ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de abril/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro **Maçao Tadano** justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, fez a apresentação do novo Diretor da Conab, **Dr. Alexandre Magno Franco de Aguiar**, e, em atenção ao disposto no art. 16, Item XX do Estatuto Social da Companhia, submeteu ao Colegiado a indicação do novo Diretor para assumir a recém criada Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Dirhu, o que foi aprovado pelos membros presentes. Na oportunidade, o novo integrante da Diretoria Colegiada da Companhia recebeu votos de uma profícua gestão à frente da Dirhu. Prosseguindo, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: **1) Demonstrações Contábeis referentes ao mês de fevereiro/2008 e Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos meses de janeiro e fevereiro/2008 – CIs/Sucon nºs 220 e 232/2008.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as demonstrações contábeis de fevereiro/2008 e os fluxos de caixa de janeiro e fevereiro/2008. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a documentação, entretanto solicitaram que, doravante, o Diretor responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis prepare relatório com análise das contas mensais visando oferecer uma visão gerencial das atividades econômico-financeira da Companhia. **2) Voto Presi nº 003/2008 – Adequação da função de Assessor na Presidência e Diretorias. Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 848ª reunião ordinária realizada em 09/04/2008.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou o Voto Presi nº 003/2008, aprovado pela Diretoria Colegiada, propondo ao Conselho sua aprovação na forma do inciso III, artigo 19 do Estatuto Social da Conab. O Conselheiro justificou que, com as novas atividades em desenvolvimento na Companhia, torna-se necessário readequar a função de Assessoria na Presidência e nas Diretorias da Companhia na estrutura organizacional. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Colegiado aprovaram a adequação na forma proposta, cumpridas as disposições legais e normativos vigentes. **3) Voto Presi nº 004/2008 – Nota Técnica nº 1/2008, de 11/02/2008, e CI/Coaud nº 81, de 13/02/2008. Criação de Gerência de Risco subordinada à Coordenadoria de Auditoria Interna. Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 848ª reunião ordinária realizada em 09/04/2008.** Visando adequar a estrutura da Coordenadoria de Auditoria Interna para enfrentamento das novas missões daquela Unidade, foi elaborado o Voto Presi nº 004/2008, alicerçada na Nota Técnica Coaud nº 001/2008. O assunto foi submetido pela Presidência da Companhia à Diretoria Colegiada na 848ª Reunião Ordinária, que aprovou o Voto e orientou submeter o assunto ao Conad, na forma do inciso III, artigo 19 do Estatuto Social da Conab. Após o relato, o Conselheiro Wagner Rossi propôs ao Conselho a aprovação do Voto Presi nº 004/2008, considerando a necessidade de melhor estruturar a Coordenadoria de Auditoria Interna - Coaud. Considerando as justificativas apresentadas,

os demais membros aprovaram a nova estrutura da Coaud, cumpridas as disposições legais e normativos vigentes. **4) Voto Presi nº 005/2008 – Nota Técnica Codag nº 001, de 08/04/2008 – Reestruturação da Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – Codag. Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 848ª reunião ordinária realizada em 09/04/2008.** Com vista a adequar a estrutura da Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – Codag, para enfrentamento das novas missões daquela Unidade, foi elaborado o Voto Presi nº 005/2008, alicerçada na Nota Técnica Codag nº 001/2008. O assunto foi submetido pela Presidência da Companhia à Diretoria Colegiada na 848ª Reunião Ordinária, que aprovou o Voto, com a orientação de submetê-lo ao Conad, na forma do inciso III, artigo 19 do Estatuto Social da Conab. Após o relato, o Conselheiro Wagner Rossi propôs ao Conselho a aprovação do Voto Presi nº 005/2008, considerando a necessidade de melhor estruturar a Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão - Codag. Após as justificativas apresentadas, os demais membros aprovaram a nova estrutura da Codag, cumpridas as disposições legais e normativos vigentes. **5) Voto Conjunto Dirhu nº 001/2008 e Diafi nº 067/2008. Alteração das Competências Regimentais da Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos – Gemor, da Sumoc/Dirhu, e da Gerência de Organização e Métodos – Georm, da Supad/Diafi.** Este Conad, em sua 175ª reunião ordinária, realizada em 21/11/2007, aprovou a criação da Diretoria de Recursos Humanos de Modernização – Dirhu, criada a partir do desmembramento da Superintendência de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi. Verifica-se que no quadro de competências regimentais, aprovado para a criação da respectiva Diretoria, não foi contemplada a parte de modernização administrativa, realizada atualmente pela Gerência de Organização e Métodos – Georm, da Supad/Diafi. Diante de tal situação e para que não seja criada uma superposição de atividades/tarefas, o Conselheiro Wagner Rossi propôs que as competências regimentais da Georm passem a compor o rol de competências regimentais da Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos – Gemor, conforme o anexo do Voto Conjunto acima referenciado. A Gerência de Organização e Métodos – Georm passará a denominar-se Gerência de Contratos – Gecot e receberá novas competências, conforme explicitado no Voto aprovado pela Diretoria Colegiada da Companhia na 850ª reunião ordinária, realizada em 22/04/2008. Após as justificativas apresentadas pelo relator e em consonância com o inciso III, artigo 190 do Estatuto Social da Companhia, os demais Conselheiros aprovaram as competências regimentais da Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos - Gemor, a aprovação da alteração da nomenclatura da Gerência de Organização e Métodos - Georm que passa a denominar-se Gerência de Contratos - Gecot e a aprovação das novas competências da Gecot. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e oito, às 10h30, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **MAÇAO TADANO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado início à centésima octogésima primeira - **181ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de maio/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro **EDILSON GUIMARÃES** justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: **1) Demonstrações Contábeis referentes ao mês de abril/2008 e respectivo Relatório das Principais Ocorrências Contábeis. CI/Sucon nº 395/2008.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou as demonstrações contábeis e o relatório, com vistas à aprovação pelo Colegiado. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diafi. **2) Requerimento do Empregado Wasny Nakle de Roure.** O empregado, por requerimento, pleiteia a correção de enquadramento no PCCS/Conab. A correspondência tem por objetivo reiterar o pleito de correção do enquadramento que foi elaborado e protocolado na Companhia por ocasião do retorno do empregado à Conab, em abril de 2006. O ponto principal de sua solicitação se prende na exclusão das promoções por mérito que foram concedidas a todos os empregados efetivos ou cedidos da Companhia, no período em que o requerente era detentor de mandato parlamentar. O Conselheiro Wagner Rossi submeteu a solicitação aos demais membros do Colegiado. Após a apreciação, os Conselheiros decidiram encaminhar o assunto à Consultoria Jurídica do Mapa para análise e manifestação. **3) Relatório de Gestão – 1º Trimestre/2008.** O Presidente do Conselho distribuiu cópia do Relatório em referência aos membros do Colegiado que, após tomarem conhecimento, aprovaram o Relatório Trimestral. **4) Análise de conjuntura agrícola.** O Conselheiro Guilherme Delgado distribuiu "Nota para apresentação em Seminário" que trata da dinâmica recente da produção e consumo de alimentos, *feed-grains*, cana-de-açúcar no Brasil. Após a apresentação pelo Conselheiro o trabalho foi elogiado pelos demais membros. Em seguida, o Presidente do Conselho, Silas Brasileiro, sugeriu e foi aprovada pelos Conselheiros a realização de encontro com a presença de técnicos de diversos órgãos vinculados ao Mapa, para a discussão do assunto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro

MAÇAO TADANO
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e oito, às 9 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima segunda - **182ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de junho/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro **MAÇAO TADANO** justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: **1) Demonstrações Contábeis referentes ao mês de maio/2008 e respectivo Relatório das Principais Ocorrências Contábeis. CI/Sucon nº 466/2008.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diafi. **2) Criação das Superintendências Regionais nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Roraima e Sergipe. Criação da função de Assistente na Superintendência Regional do Rio de Janeiro.** A missão da Conab é *"Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento"*, atuando em todo território nacional, por meio de suas Superintendências Regionais (Suregs) que, atualmente, estão localizadas em 21 estados (AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PI, PB, PR, PE, RJ, RN, RO, RS, SC, SP e TO). Vinculadas a elas, existem 96 Unidades Armazenadoras (UA), onde está armazenado parte dos estoques públicos, estoques privados e os alimentos destinados aos programas sociais desenvolvidos pelo Governo Federal. As Superintendências Regionais são como canais executores das diversas políticas setoriais da Companhia para cumprir os objetivos básicos, que são: suprir carências alimentares em áreas necessitadas, fomentar o consumo dos produtos básicos e necessários à alimentação das populações mais carentes e formar estoques reguladores e estratégicos. A Sureg é ainda um dos instrumentos estratégicos de perseguição e consecução dos objetivos institucionais da Conab, como a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Política de Abastecimento. A distribuição das Suregs é definida em função das peculiaridades que o processo abastecedor apresenta em cada estado. A complexidade das operações de uma Superintendência Regional deve ter relação direta com a sua inter-relação com as ações institucionais da Conab na sua área de abrangência, visando a minimização, o afastamento ou a eliminação dos fatores alheios a essa clara e precisa competência. Em função das peculiaridades do processo

abastecedor de cada estado o modelo proposto para a criação das referidas Suregs é do tipo IV, conforme consta no Regimento Interno. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso III, art. 19 do Estatuto Social da Companhia, propõe a criação das Superintendências Regionais nos Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Roraima e Sergipe e a criação da função de Assistente na Superintendência Regional do Rio de Janeiro/RJ. Informou que o assunto foi discutido e aprovado na 856ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 05/06/2008. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a criação das Superintendências Regionais na forma proposta, observados os aspectos legais e a legislação pertinente. **3) Ofício OF/NPPS/PR/RS/Nº 4321/2008, do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000355/2006-87.** O Senhor Presidente do Conselho, Silas Brasileiro, solicitou a inclusão do pedido do Ministério Público Federal no sentido de esclarecer as medidas que o Mapa tem adotado quanto ao cumprimento das determinações contidas no Despacho Ministerial, datado de 31/08/2006. O Conselheiro Rossi, na qualidade de Presidente da Conab, informou que a Empresa estava enviando as informações solicitadas pelo MPF à Secretaria-Executiva do Mapa para subsidiar resposta daquela Pasta ao MPF. Informou, ainda, que foram atualizadas as informações com respeito aos demais processos internos de apuração, objetivando a recuperação de prejuízos ao erário. Os Conselheiros, após as informações oferecidas pelo Presidente do Conselho e pelo Conselheiro Rossi, decidiram encaminhar a solicitação ao Gabinete do Ministro do Mapa visando a constituição de Grupo Correccional Especial, composto por funcionários do Mapa e empregados da Conab, para o acompanhamento dos processos, objeto daquele Despacho Ministerial, haja vista que os órgãos de controle não apresentaram, à época, indicação de servidores para constituir o referido Grupo Correccional. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima terceira - **183ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de julho/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente expôs que, nos termos do Decreto nº 23, de 24/07/2008, o Sr. José Menezes Neto foi designado como membro do Conselho em substituição ao Sr. Maçao Tadano. Na seqüência, deu-se a posse ao novo Conselheiro. Na oportunidade, o Presidente agradeceu a inestimável colaboração do Conselheiro Maçao na condução dos assuntos pertinentes ao Conselho, desejando, ainda, as boas vindas ao Sr. José Menezes, manifestando sua certeza quanto ao pleno sucesso do novo conselheiro no cumprimento de suas atribuições. O Conselheiro empossado agradeceu a manifestação dos demais membros, expondo sua disposição em colaborar com o colegiado em prol do alcance dos objetivos do Conselho e da Companhia. Dando seqüência à reunião, o Presidente para os itens da pauta referente às deliberações, a saber: **1) Demonstrações Contábeis e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro, referentes ao mês de junho/2008. CI/Sucon nº 553/2008.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diafi. **2) Voto Diafi nº 109/2008. Processo Sureg/RJ nº 02.0080/2005. Baixa patrimonial do imóvel situado na Rua Leopoldo Bulhões nº 529, Bairro Benfica, no Município do Rio de Janeiro/RJ.** Aprovado na 860ª Reunião da Diretoria Colegiada em 01/07/2008. A Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro encaminhou a Sureg/RJ o Ofício nº 523/GRPU/RJ/COGEP, de 3/3/2008, informando o cancelamento do contrato de cessão, sob a forma de utilização gratuita, firmado entre a União Federal e o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS em 19/12/1958, em virtude de utilização do imóvel referenciado em atividade diversa da finalidade prevista na cláusula primeiro do referido contrato, conforme despacho exarado nos autos do processo administrativo nº 10768.015436/93-21daquela Gerência Regional. No citado imóvel funcionou uma unidade de comercialização desta Companhia, cujo imóvel, com área de 4.500 m², foi invadido por famílias de baixa renda, após a desativação da unidade de comercialização. A Conab tentou a doação do imóvel ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (Voto Diafi nº 061/07, aprovado na 827ª Redir, de 13/11/2007), aprovado pelo Conad em sua 175ª reunião ordinária, realizada em 21/11/2007, a qual não chegou a se concretizar, em razão de impossibilidade legal suscitada pela Procuradoria Geral, visto haver esta Companhia recebido o imóvel por meio de cessão de uso gratuita, isto é, não houve a transferência de propriedade. Foi tentada também a cessão de uso ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (Voto Diafi nº 035/08, aprovado na 844ª Redir, de 12/3/2008), que não chegou a se concretizar em virtude do já mencionado fato que nunca houve transferência de domínio, isto é, o imóvel sempre pertenceu à União. Cancelada pela Secretaria do Patrimônio da União a cessão que outorgou direitos sobre o imóvel a Conab cessa

automaticamente qualquer relação que esta Companhia possa ter com o terreno sob análise, fato já comunicado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro por intermédio do Ofício Presi nº 278, de 20/5/2008. Propõe, então, a Sureg/RJ a baixa patrimonial e contábil do imóvel em tela, tendo a Supad/Gerência de Patrimônio e Seguros informado o valor líquido/contábil registrado no patrimônio: Edificações R\$216.664,27; Terreno – R\$314.393,45. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso VIII do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, propôs ao Conselho de Administração a baixa patrimonial e contábil do imóvel em referência, conforme deliberado pela Diretoria Colegiada da Conab, observada a legislação e os normativos vigentes. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a **baixa patrimonial e contábil, de acordo com a proposta apresentada pelo presidente da empresa**. 3) **Voto Diges nº 016/2008. Processo nº 10.186/2005. Desativação e alienação ou locação da UA/Paranaguá/PR. Aprovado na 843ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada.** A Sureg/PR propôs a desativação da Unidade Armazenadora de Paranaguá/PR e colocação do imóvel à venda ou para locação, pelos seguintes motivos: **a)** a unidade está dissociada da missão da Conab; **b)** não atende produtores rurais; **c)** não atende a Agricultura Familiar e outros Programas Sociais; **d)** presta serviço apenas a uma empresa do ramo de exportação de madeira, na modalidade reserva de espaço, que se assemelha à locação; **e)** os empregados daquela Unidade poderiam compor o quadro de pessoal do AF Curitiba, que está para ser aberto e não dispõe de pessoal suficiente, ou de outra Unidade. No caso de alienação, se os recursos da venda puderem ficar com a Conab, poderiam ser utilizados para investimento nas demais Unidades, hoje tão carentes de recursos para este fim. Se os recursos não puderem ficar com a Conab, o melhor seria locar a Unidade, pois se teria um resultado financeiro melhor do que o obtido atualmente pela Unidade obtendo-se, ainda, a disponibilidade de seus empregados. A Suarm corrobora com a proposição da Sureg/PR, por entender que aquela Unidade não vem cumprindo seu papel na missão da Conab e que poderia ter uma melhor destinação. A Diretoria de Gestão de Estoques - Diges propôs a extinção da Unidade Armazenadora de Paranaguá/PR e a colocação do imóvel para locação, mediante licitação pública ou para alienação, caso os recursos provenientes da venda possam ser utilizados pela Conab, para investimento. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso VIII do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, propôs ao Conselho de Administração que aprove a desativação, alienação ou alocação da UA/Paranaguá, conforme proposto pela Diretoria Colegiada da Conab, observada a legislação pertinente e os normativos internos que regem a matéria. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a proposta apresentada. 4) O Conselheiro Guilherme Delgado, fazendo uso da palavra, no tocante à Política Agrícola, enfatizou a necessidade da discussão de medidas corretivas à tendência das pressões inflacionárias oriundas dos produtos agropecuários. Destacou, ainda, que o Plano de Safra Agrícola (2008-2009) está na direção correta ao incentivar a elevação e recomposição da produção agrícola de “*food-grains*”. Chamou a atenção, por outro lado, para a premente necessidade de formação de estoques públicos de arroz, feijão, milho e trigo, em face da situação presente de virtual liquidação desses estoques. Neste sentido, o Conselheiro Edilson Guimarães – da Secretaria de Política Agrícola, ponderou que o Plano de Safra 2008-2009 já anunciou a recomposição dos estoques, embora reconheça que os recursos orçamentários alocados para a Política de Garantia de Preços Mínimos no Orçamento de 2009 sejam inadequados às necessidades da recomposição. Lembrou, ainda, da possibilidade de arranjos orçamentários com a Secretaria do Tesouro a serem articulados no início do próximo ano, que poderiam melhorar a situação. Voltando ao assunto, o Conselheiro Guilherme Delgado enfatizou que a questão dos estoques mínimos não pode ficar circunstanciada a uma discussão estritamente burocrático-orçamentária, em razão da gravidade e significação deste tema na atual conjuntura de crise dos alimentos. Em

seqüência argumentou que o assunto precisaria ser colocado na sua verdadeira dimensão política, para que pudesse, a partir do segundo trimestre 2009, com a entrada da nova safra, ser objeto de imediata execução. O Conselheiro Wagner Rossi, Presidente da CONAB, concordou com a necessidade e urgência da abordagem do tema dos estoques públicos, ressaltando, ainda, que a situação atual reflete uma orientação herdada de governos anteriores. Havia uma orientação anterior de prioridade aos instrumentos financeiros à equalização de preços (sem compra direta) em detrimento da formação física de estoques estratégicos. Do seu ponto de vista, essa política é parcialmente correta, porque os instrumentos comercial-financeiros são necessários, mas a ausência do Estado na formação de estoque de alimentos deixa-o inteiramente vulnerável a crises de abastecimento. O Presidente do Conselho e Secretário Executivo do MAPA, Sillas Brasileiro, chamou a atenção para a relevância do assunto em debate, pedindo destaque em Ata das questões ali tratadas. Lembrou que o assunto já estava nas cogitações e voltaria a ser tratado pela alta direção do Ministério da Agricultura. Levantou, ainda, uma outra questão, conexa à formação de estoques, qual seja a proposta de associar a recuperação dos estoques públicos agrícolas com a possibilidade de importação de grãos transgênicos, ora vedada pela legislação ambiental. Após discussão por parte dos membros do Conselho, o Presidente recomendou que o assunto seja submetido ao conhecimento do Sr. Ministro do Mapa, com vistas à adoção de medidas julgadas pertinentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima quarta - **184ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de agosto/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente justificou a ausência do Conselheiro **EDILSON GUIMARÃES**, por motivo de viagem a serviço em companhia do Senhor Ministro do Mapa. Dando seqüência à reunião, o Presidente relatou os itens da pauta referente às deliberações, a saber: **1) Demonstrações Contábeis e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro, referentes ao mês de julho/2008. CI/Sucon nº 697/2008 e nº 703/2008, respectivamente.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi. **2) Voto Diafi nº 111/2008. Planejamento de Investimentos 2008/2011. Proposta para a expansão do orçamento de investimentos da Companhia no período de 2008/2011.** Tendo como objetivo recuperar e modernizar o sistema de armazenagem próprio da Conab, implantar novas Unidades Armazenadoras, atualizar o parque tecnológico de informática e adequar as estruturas administrativas das Superintendências Regionais, visando atender a diretriz do Governo Federal em ampliar a produção agrícola nas próximas safras, notadamente com forte apoio nos financiamentos para a agricultura empresarial e na agricultura familiar, inclusive com a implementação do Programa *Mais Alimentos* e a ampliação dos estoques públicos de 1,5 milhão de toneladas em 2008 para 6 milhões de toneladas em 2009. A Diafi, após inúmeras consultas às demais Diretorias, elaborou a anexa proposta *Planejamento de Investimentos 2008/2011*. Tendo em vista este cenário, é imperiosa a necessidade da Conab se preparar e responder, em nível técnico, operacional e econômico a esse expressivo aumento da produção interna de alimentos e dos Programas Sociais de Governo. No Planejamento em pauta, são indicadas as áreas de aplicação dos recursos: a) Operacional: reforma e modernização de 30 (trinta) unidades estratégicas, certificação de todo o complexo armazenador, conclusão das obras da UA Uberlândia, implantação de novas Unidades Armazenadoras; b) Administrativo: atualização do parque de informática e reestruturação das instalações das Sedes das Superintendências Regionais. Para que a Conab possa gerar recursos financeiros próprios, serão alienados 168 imóveis disponíveis, sendo, de imediato, vendidos 42 (quarenta e dois) imóveis regularizados e avaliados em, no mínimo, R\$ 77 milhões. Os outros 126 (cento e vinte e seis) imóveis, englobando prédios, galpões, entrepostos de pesca, armazéns, casas, lojas, sobrelojas, terrenos e fazendas, devido a necessidade de regularização jurídica e novas avaliações, serão programados para uma 2ª etapa do processo. Estima-se um valor venal de R\$ 33 milhões a serem obtidos com estas alienações até 2011. Estes recursos são capazes de financiar, no mínimo, 60% do Programa de Investimentos no período 2008/2011 (4 anos), alcançando um nível de

investimento de cerca de R\$ 205 milhões. Os recursos complementares virão do Tesouro Nacional. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso VI, artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, submete à deliberação do Conselho de Administração o Planejamento de Investimentos 2008/2011. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram o Planejamento de Investimentos 2008/2011. **3) Comunicação Interna Presi nº 393/2008. Parecer Cogex nº 27/2008 referente ao Processo nº 21000.012353/2005-45/MAPA. Processo interno de apuração da Conab oriundo do MAPA.** O Conselheiro Wagner Rossi submeteu ao conhecimento dos demais membros do Colegiado as providências tomadas no tocante ao Processo Interno de Apuração da Conab - Processo nº 21000.012353/2005-45/ Mapa, ficando registrado a ciência dos Conselheiros quanto aos teores do documento. **4) Assuntos Gerais:** O Senhor Presidente colocou em discussão o tema sobre a Política de Manutenção de Estoques Públicos por parte da Conab. Após várias considerações feitas pelos Senhores Conselheiros, o Sr. Wagner Rossi fez breve relato sobre o assunto, esclarecendo que a matéria já foi discutida com os setores técnicos e com o Senhor Ministro do MAPA. Expôs, ainda, que também já teve a oportunidade de externar sua posição ao Senhor Presidente da República, que manifestou sua concordância com o estabelecimento dos estoques públicos. O Senhor Presidente do Conselho sugeriu, e foi aprovado pelos demais Conselheiros, que fosse transcrita em ata a preocupação com o tema, assim como que o assunto seja levado ao conhecimento do Senhor Ministro do Mapa. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO**, **EDILSON GUIMARÃES** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima quinta - **185ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de setembro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente relatou os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

1) Demonstrações Contábeis.

Referente a agosto/2008. CI/Sucon nºs 778/2008 e **Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Agosto/2008**. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi. **2) Voto Presi nº 011/2008. Nota Técnica Copav nº 01/2008 – Revisão do PPA e Proposta Orçamentária Exercício 2009**. Em conformidade com as Leis nº 11.653, de 07/04/2008 (PPA 2008-2011), Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO nº 11.768, de 14/08/2008, e demais orientações dos órgãos central (SOF) e setorial (MAPA/CGOF) de orçamento e com base nas demandas apresentadas pelas áreas envolvidas foi apresentada pela Copav proposta de revisão do PPA e a programação orçamentária para o exercício de 2009. Por meio do Ofício nº 946/2008-SE/MAPA, de 11/07/2008, a Secretaria-Executiva do Mapa comunicou o limite orçamentário da Conab, no total de R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) para o exercício de 2009, inerentes às despesas discricionárias. Estão excluídas deste limite as despesas com pessoal (Folha e Cíbulos), benefícios, Sentenças trabalhistas e despesas financeiras (Formação os Estoques Públicos e conclusão da obra de Uberlândia/MG). Face ao plano de alienação de ativos e após gestões junto ao MAPA, o limite de R\$82.000.000,00 foi alterado para R\$141.000.000,00, com a distribuição expressa no corpo do Voto. A alocação do orçamento para as despesas sujeitas aos limites observou a seguinte priorização: atendimento ao pagamento dos benefícios, custeio, programa de revitalização da Companhia, rede própria de UAs, fiscalização de estoques, pesquisa de safras e demais ações. O orçamento para o exercício de 2009, em função dos limites estabelecidos pela SOF e Mapa, ficou aquém das demandas da Companhia, especialmente no que se refere às despesas com Custeio, Pessoal, Benefícios e Treinamento. Em se aprovando na Secretaria de Orçamento Federal - SOF e no Congresso Nacional - CN a proposta ora apresentada, provavelmente haverá necessidade de suplementação, principalmente no que tange às despesas de pessoal e benefícios face ao retorno de anistiados devendo por outro lado a Conab, adotar ao longo de 2009 medidas de contenção de gastos, notadamente com viagens a serviço despesas de custeio. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia (art. 19 – inciso VI), submete à apreciação do Conselho de Administração a Proposta Orçamentária para o exercício de 2009, (art. 16 – inciso II). Informa que o assunto foi submetido e aprovado pela Diretoria Colegiada na 869ª Reunião Ordinária. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Colegiado aprovaram a Proposta Orçamentária para

o exercício de 2009. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e oito, às 16 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO**, **EDILSON GUIMARÃES** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima sexta - **186ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de outubro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente relatou os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

1) Demonstrações Contábeis. Referente a setembro/2008. CI/Sucon nºs 894/2008 e **Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Setembro/2008**. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi. **2) Voto Presi nº 014/2008. Nota Técnica Audin nº 016/2008. Aprovado na 872ª Reunião da Diretoria Colegiada em 30/09/2008.** Colocado o assunto em discussão, foi solicitado maiores esclarecimentos do conteúdo da Nota Técnica Audin 016/2008 e, posteriormente, que a matéria fosse reapresentada na próxima reunião do Conad. **3) Proposta de aumento da participação acionária da Conab na Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA.** A CESA/RS, por meio da correspondência PRES/Carta nº 220/2008, propôs à Conab que aumentasse sua participação acionária naquela Companhia, com um aporte de capital em torno de R\$42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais). O assunto foi, inicialmente, analisado pela área jurídica da Conab, que se manifestou acerca da legalidade da proposta, explicitando que no Estatuto Social da Conab não há previsão legal para a Companhia adquirir diretamente ações de Sociedade de Economia Mista. A Proge afirmou que os aumentos de capital da Conab dar-se-ão na forma descrita no artigo 9º do Estatuto Social. Após seu relato, o Presidente colocou o assunto em discussão, quando os Conselheiros deliberaram pela conveniência de não aceitar a proposta, consubstanciando-se, inclusive, nos impedimentos estatutários registrados pela Procuradoria-Geral. Recomendou, ainda, que fosse encaminhada cópia desta Ata ao Ministério supervisor para ciência da decisão.

4) Licença Maternidade. Lei nº 11.770/2008. Prorrogação por sessenta dias. O Diretor da Diretoria de Recursos Humanos e Modernização – Dirhu apresentou à Diretoria Colegiada da Conab, na 873ª Redir, proposta para extensão às empregadas da Companhia dos benefícios da licença-maternidade, nos moldes da Lei 11.770/2008. A Diretoria Colegiada, após as justificativas apresentadas pelo Diretor, aprovou a proposta e recomendou que o assunto fosse submetido ao Conad. Em seguida, à aprovação, foi emitida a Resolução nº 16, de 07/10/2008. O Conselheiro Wagner Rossi, na qualidade de Presidente da Conab, submeteu o assunto aos Conselheiros, conforme disposto no artigo 2º, inciso X do Regimento Interno, com vistas à ratificação da decisão adotada pelo corpo diretivo da Companhia. Após avaliarem a matéria, os Conselheiros de Administração ratificaram os termos da Resolução que disciplinou a matéria no âmbito da Conab, recomendando que a Diretoria de Recursos Humanos e Modernização – Dirhu adote as providências

necessárias para regulamentar a matéria no âmbito da Companhia, observando os normativos e a legislação pertinente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro

Secretário

MILTON ELIAS ORTOLAN

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos dezanove dias do mês de novembro de dois mil e oito, às 106 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima sétima - **187ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de novembro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente registrou a ausência do Conselheiro **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, que está em gozo de férias regulamentares, e do Conselheiro **EDILSON GUIMARÃES**, que se encontra em viagem a serviço do Mapa. Em seguida passou-se para os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

1) Relatório de Gestão – 3º Trimestre/2008. O Presidente apresentou aos demais membros o relatório que tem por objetivo demonstrar a atuação da Conab ao longo dos três primeiros trimestres de 2008, destacando os resultados alcançados nas várias atividades executadas nesse período. O relatório está dividido em cinco capítulos e foi elaborado a partir dos dados e informações gerenciais fornecidos pelas diversas unidades orgânicas da Companhia. Após a apresentação, o Presidente colocou o assunto em discussão, com vistas a sua aprovação. Após as considerações dos demais membros, o Conselho aprovou o Relatório de Gestão – 3º Trimestre/2008.

2) Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro/2008. O Presidente Silas Brasileiro apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, o Relatório em referência. Após as considerações apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi.

3) Voto Presi nº 014/2008. Nota Técnica Audin nº 016/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética. O Presidente informou que este assunto foi submetido ao Conselho na reunião anterior e, por solicitação do Conselheiro Guilherme Delgado, a Companhia fosse instada a fornecer maiores esclarecimentos sobre a necessidade das mudanças propostas, com posterior reapresentação do assunto nesta Reunião. O Conselheiro Guilherme Delgado informou que, por ocasião da reunião do Conselho realizada em outubro p.passado, o tópico sobre a mudança no Regimento Interno da Auditoria foi colocado em discussão visando adequá-lo à nova estratégia de prevenção de riscos. Fez uma ponderação no sentido de que se explicitasse os riscos estratégicos concernentes às contas subvencionadas pelo Tesouro Nacional, materializadas nos chamados Prêmios de Equalização na venda de estoques ou na subvenção financeira à comercialização privadas (Pepro, Prop, P-soja, etc). Argumentou, na ocasião, que faltava esta explicitação no teor do Regimento Interno sob proposta de alteração. Em função dessa ponderação, o Presidente do Conselho optou por adiar o assunto em pauta, tendo em vista obter os esclarecimentos que estavam sendo requeridos. Posteriormente, chamado à reunião com os coordenadores da Auditoria Interna, fui informado do detalhamento do Plano de Auditoria para 2009, no qual estão previstas, com prioridade, auditorias específicas nas contas subvencionadas pelo Tesouro Nacional. O referido Plano virá à apreciação deste Conselho na última reunião do presente exercício (dezembro/2008). Isto posto, quero manifestar meu ponto de vista de corroboração às chamadas auditorias à prevenção de

riscos estratégicos que agora deverão comparecer como prioridade, pela primeira vez, no Plano de Auditoria de 2009. O Conselheiro Guilherme Delgado reservou-se ao direito de ulteriores sugestões, por ocasião da apreciação do próximo Plano de Auditoria. O Presidente agradeceu a intervenção do Conselheiro Delgado, agregando sua fala ao texto abaixo para que sejam apreciados em conjunto. Em seguida, orientou que fosse transcrito o texto apresentado pela Administração da Conab para fins de deliberação pelos demais membros do Conad: *O cenário do ambiente das organizações vem demandando, cada vez mais, a implementação de medidas e técnicas de controle voltadas à minimização dos riscos potenciais a que estão sujeitos os processos, prevenindo falhas e evitando problemas que coloquem em risco a imagem da empresa perante os seus acionistas, clientes e o mercado em geral. Essa postura corporativa tem propiciado a materialização e a aplicação de diversos mecanismos, com o objetivo de, não apenas detectar e mensurar possíveis problemas, como também a adoção de alternativas de solução. E entre estas alternativas, destacam-se as políticas voltadas ao controle de riscos e relacionadas às atividades de auditoria interna. Nesse sentido, enquanto a auditoria externa tem a sua função circunscrita ao exame das demonstrações financeiras, a auditoria interna, por sua vez, avalia a gestão da empresa, no que concerne aos seus diversos aspectos, com destaque para a governança corporativa, gestão de riscos e procedimentos de aderência às normas regulatórias, apontando as vulnerabilidades dos processos. Esse novo cenário regulatório, que reproduz uma tendência mundial de fortalecimento das estruturas de controle, tem instado as organizações a aprimorar, cada vez mais, suas estruturas de controle de riscos e da auditoria interna. E pode-se afirmar que a auditoria interna vem assumindo uma maior responsabilidade na avaliação e prevenção de riscos, o que reflete, naturalmente, no aprimoramento dos enfoques, das metodologias e das ferramentas adotadas. O reconhecimento da importância dessa área no processo de gestão tem aumentado a exigência por um grau cada vez mais elevado de especialização nas estruturas de auditoria interna, assim como a exigência de uma equipe com visão multidisciplinar, atuando, de forma coordenada, com a missão de assessorar a administração, por meio, principalmente, dos exames e avaliação dos seguintes pontos: 1. Adequação e eficácia dos controles. 2. Integridade e confiabilidade das informações e registros. 3. Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos, e de sua efetiva utilização. 4. Eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e da utilização dos recursos, dos procedimentos e métodos para a salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos. 5. Compatibilidade das operações e programas com os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos. 6. Mensuração dos problemas e riscos e oferecimento das alternativas de solução. A gestão de riscos assume, cada vez mais, importância relevante no âmbito das corporações, que buscam qualidade e eficiência do seu negócio, já que permite identificar, entre outros aspectos, a) quais as ameaças à consecução dos objetivos da empresa; b) protege o capital investido; c) identifica a vulnerabilidade e evita perdas financeiras; d) possibilita a avaliação da probabilidade das ameaças se materializarem (os potenciais riscos tornarem-se perdas efetivas), com a conseqüente adoção de medidas de prevenção, minimização ou eliminação. O gerenciamento de riscos pode se tornar um mero exercício acadêmico, caso não seja relacionado a objetivos específicos de negócio, em perfeita sintonia com a missão da empresa. De acordo com as melhores práticas, é parte integrante da cultura da organização e abrange todas as atividades corporativas, operacionais, técnicas, comerciais, financeiras, administrativas, entre outras. Em linhas gerais, os objetivos e os riscos associados são classificados de acordo com suas características. É cada vez mais expressivo o número de organizações que vêm incorporando em seus processos de gestão sistemas de gerenciamento de riscos, sob a coordenação inicial da área de*

Auditoria Interna, em vista de sua capilaridade na avaliação in loco das atividades e processos. O objetivo básico da Auditoria Interna é, em última instância, auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados. Nesse sentido, o trabalho do auditor interno permeia todas as fases das atividades do negócio, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos, envolvendo: a) revisão e avaliação da correção, adequação e aplicação de controles de natureza financeira, administrativa e operacional, de forma a melhorar a eficiência e eficácia a um custo-benefício satisfatório, e mitigando os riscos. b) determinação do grau de atendimento às diretrizes, planos e procedimentos estabelecidos. c) determinação do grau de controle dos ativos da Companhia, no que se refere à proteção contra perdas e desvios. d) determinação da fidelidade dos dados financeiros, administrativos e operacionais. e) avaliação qualitativa do desempenho na execução das atividades. f) recomendação de melhorias no processo de gestão. A Auditoria Interna da Companhia vem passando por profundas e importantes transformações em seu foco de atuação, de forma a adequá-la às modernas técnicas de controle interno hoje prevalentes e, ao mesmo tempo, atender às necessidades da corporação. O primeiro passo foi a estruturação de uma equipe multidisciplinar, composta de profissionais de diferentes áreas de formação e focados na visão moderna do papel da auditoria interna no processo de assessoramento da gestão, com ênfase na prevenção e mitigação de riscos, e orientação para soluções. Esse processo depende da correta decodificação de percepções sobre diferentes assuntos, no que se refere às pessoas, às logísticas, aos controles, ao processo de gestão, entre outros. A etapa subsequente foi a departamentalização das funções da Auditoria, segmentando-as em três grupos a saber: 1) funções relacionadas às atividades de auditoria, envolvendo avaliação da gestão sob os seus diversos aspectos; identificação de riscos; avaliações setoriais sobre a adoção dos procedimentos definidos na política de gerenciamento de riscos, conformidade regulatória, entre outras. 2) funções administrativas e de controle, envolvendo a avaliação das disfunções detectadas pelos trabalhos de auditoria; elaboração de planos de providências para atendimento aos órgãos de controle; análise e parecer sobre o cumprimento dos normativos na condução de Tomadas de Contas Especial; estudos e elaboração de relatórios especiais, Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna entre outros. 3) funções relacionadas ao gerenciamento de riscos, envolvendo a análise, identificação e mapeamento de eventos que possam se constituir em ameaça para o alcance dos objetivos; análise e sugestões de alternativas de planos objetivando a mitigação dos riscos; disseminação da política de gerenciamento de riscos, entre outros. Dentro desse enfoque, a Auditoria Interna foi estruturada organicamente com 3 (três) gerências. Relativamente às competências regimentais da Auditoria Interna e de suas respectivas gerências, em vista da própria dinamicidade da evolução dos instrumentos de controle interno no contexto da gestão das corporações, estas devem merecer algumas adequações, de forma a compatibilizá-las à realidade atual no contexto da governança corporativa. O exercício das atividades de auditoria interna, considerando as próprias peculiaridades que lhe são intrínsecas, deve-se pautar por princípios de ética profissional que o auditor tem o dever de observar, cumprir e fazer cumprir fielmente em toda a sua extensão, no seu relacionamento no âmbito da organização em que presta serviços, com o público em geral, outras entidades públicas e privadas, entidades de classe, e demais partes interessadas. Nesse sentido, o Código de Ética estabelecido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil atende plenamente aos postulados que norteiam as atividades de auditoria interna no âmbito da Companhia, com as adaptações julgadas pertinentes. O Presidente submeteu à deliberação do Colegiado proposta de promover, na forma explicitada na Nota Técnica Audin nº 016/2008, a adequação do “Regimento Interno” da Auditoria Interna e de suas respectivas Gerências e a instituição do “Código

de Ética da Auditoria Interna”, cujos princípios passarão a nortear a conduta dos auditores internos no desenvolvimento dos trabalhos que lhes são afetos. Após as justificativas apresentadas pelo Relator e a intervenção do Conselheiro Guilherme Delgado, os demais membros do Colegiado aprovaram as mudanças propostas, recomendando que a Companhia adote as providências necessárias para inclusão nos normativos da Conab.

4) Processo nº 70010.001004/2008-37 – Ofício Presi nº 0522/2008 – referente ao Processo nº 1233/2005-42 – Argepal. Trata-se de consulta realizada pela Conab ao Conjur/Mapa referente aos recursos apresentados ao Presidente da República, relativos ao Processo Conab nº 1233/2005. A Conjur/Mapa destacou que o recurso administrativo não interessa à Conab, e sim ao recorrente, e que não interfere no trâmite do processo e adoção de medidas para a recuperação dos prejuízos causados ao erário. Sugeriu ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reforçar a sua decisão constante do termo de julgamento e determinar a adoção de medidas à defesa do erário, sendo certo que a omissão ou o retardamento injustificado poderá resultar na responsabilidade de quem lhes der causa, posições que mereceram aprovação da Consultoria Jurídica. No Despacho Ministerial, o Ministro de Estado reforçou sua decisão, constante do termo de julgamento no Processo nº 1233/2005, e determina a adoção das medidas à defesa do erário. O Presidente do Conselho informou que o Senhor Ministro de Estado mandou notificar este Conselho acerca de sua decisão, a fim de acompanhar as providências relacionadas com a perseguição dos prejuízos por parte da Companhia e adoção de providências a seu mister. Visando atender à determinação Ministerial, o Conselheiro Silas Brasileiro solicitou à Procuradoria-Geral que apresentasse relatório sobre o assunto no sentido de que a Empresa acate, de forma célere, a determinação do Senhor Ministro de Estado. Após relato, os demais membros do Colegiado aprovaram as decisões adotadas pelo Presidente do Conselho.

5) Processo nº 21200.000864/2008-19. Proposta de aprovação do preço mínimo de venda do imóvel localizado no Setor de Clubes Norte, Trecho Enseada Norte, lote 10 – Brasília/DF. O Presidente do Conselho relatou que a Diretoria Colegiada da Conab aprovou, em sua 877ª Reunião Ordinária realizada em 05/11/2008, para efeito de fixação de preço mínimo de venda, o valor da avaliação elaborado pelo Engenheiro Civil Valdizete Aragão de Almeida, o qual atribuiu ao imóvel o valor de R\$7.850.000,00 (sete milhões e oitocentos e cinquenta mil reais), cuja venda deverá ser realizada nas seguintes condições: 40% de entrada sobre o valor da alienação e o restante parcelado em até 6 meses. Após o relato do Presidente, os demais membros do Conselho aprovaram o preço mínimo de venda do imóvel em referência.

6) Processo nº 21211.000245/2008-97. Proposta de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº - São Luis/MA. O Presidente do Conselho relatou que a Diretoria Colegiada da Conab aprovou, em sua 877ª Reunião Ordinária realizada em 05/11/2008, para efeito de fixação de preço mínimo de venda, o laudo de avaliação emitido pela Caixa Econômica Federal, o qual atribuiu ao imóvel o valor de R\$476.000,00 (quatrocentos e setenta e seis mil reais), cuja venda deverá ser realizada nas condições aprovadas pelo Voto Diafi nº 024/2008, qual seja: 10% de entrada sobre o valor da alienação e o restante parcelado em até 36 meses. Após o relato do Presidente, os demais membros do Conselho aprovaram o laudo de avaliação emitido pela Caixa Econômica Federal e a venda do imóvel em referência.

7) Proposta de alteração da Resolução Conab nº 008, de 29/07/2008. O Presidente do Conselho apresentou proposta de alteração da Resolução nº 008/2008, justificando o pagamento da Gratificação por Atividade Jurídica - GAJ concedida aos Procuradores lotados na Proge e cedidos à Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. Segundo o Relato, os referidos Procuradores não só prestam serviços à Consultoria Jurídica do Mapa como, também, na condição de Assessores do Senhor Ministro de Estado, prestam assessoramento jurídico à Conab, que se efetivam por meio de pareceres nos processos de interesse desta Empresa Pública, que tramitam perante o

Mapa, portanto, no efetivo exercício de idênticas funções inerentes aos outros Procurados da Proge, das Prores e da Corregedoria. Após a apresentação, o Presidente submeteu o assunto aos demais membros que, após deliberação, decidiram aprovar a alteração da Resolução na forma proposta. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **EDILSON GUIMARÃES**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima oitava - **188ª** - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de dezembro/2008. Presente, também, o Assessor João Batista da Silva Fagundes, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos, o Diretor de Gestão Administrativa e Finanças, Luis Henrique Teixeira Baldez, e o Chefe de Gabinete da Presidência. Aberta a reunião, o Presidente registrou que o Dr. Milton Elias Ortolan, Chefe de Gabinete da Conab e Secretário deste

Conselho, está se afastando da Empresa, a pedido. Destacou a colaboração recebida sempre de maneira eficiente e segura no atendimento de todas as solicitações do Mapa, desejando pleno êxito no desempenho das novas funções na cidade de Americana/SP. Idênticas manifestações de apreço fizeram os demais Conselheiros. Em resposta o Chefe de Gabinete agradeceu a irrestrita colaboração que sempre recebeu das autoridades do Mapa destacando o grande apoio recebido de parte do Presidente da Conab, Wagner Rossi, com quem convive no serviço público há vários anos, desde os tempos em que o mesmo foi Secretário de Governo no Estado de São Paulo. Em seguida, o Diretor da Diafi, Luis Baldez, fez breve relato sobre as ações da Diretoria e apresentou dados e informações orçamentárias do presente exercício. Em seguida, o Presidente do Conselho desejou um Feliz Natal e Próspero Ano de 2009 aos demais membros do Conselho, extensivo aos familiares, bem como congratula-se com o corpo funcional da Conab nas festividades natalinas. Passou-se, então, para os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

1) Delegação de competência ao Diretor de Recursos Humanos e Modernização para, observadas as normas internas e legislação pertinente, assinar contratos e convênios na área de saúde. Considerando que foi aprovada na 865ª Reunião Ordinária, realizada em 07/08/2008, a Resolução nº 11, de 03/09/2008, que delegou a competência ao Diretor de Recursos Humanos e Modernização, para assinar e rescindir contratos com profissionais e entidades da área de saúde, objetivando a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica destinado aos empregados da Conab. Considerando, ainda, que a Resolução Conad nº 001, de 14/01/1997, aprovou a Norma de Assistência a Saúde nº 60.105, Capítulo XI – da Administração do SAS, item I, alínea 03, que estabelece caber ao Departamento de Recursos Humanos assinar, juntamente com o Diretor de Administração, os contratos de credenciamento de prestadores de serviços ao SAS, na Matriz. O Conselheiro Wagner Rossi solicitou, a fim de resguardar os interesses e a legalidade da aplicação da Resolução nº 11, de 03/09/2008, que este Conselho delibere por aprovar a alteração nos normativos internos da Empresa, da forma proposta. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Conselho aprovaram a delegação de competência.

2) Processo nº 21000.010714/2008-61. Acórdão nº 3802/2008-TCU 1ª Câmara – relativo ao processo de prestação de contas exercício 2006 – Sureg Mato Grosso. A Sureg/Mato Grosso, pela Carta Sureg/MT nº 7930, de 28/11/2008 encaminhou ao Tribunal de Contas da União em Mato Grosso resposta aos quesitos formulados no Acórdão acima mencionado, informando que foram adotadas todas as medidas necessárias para saneamento dos apontamentos elencados no Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral da União nº 190679, relativo ao exercício de 2006. Na correspondência da Sureg estão descritos os procedimentos adotados para atendimento à Auditoria Externa da CGU. O Conselheiro Wagner Rossi informou que, em atendimento ao Despacho nº 543/2008/SE-MAPA, do Secretário Executivo do Mapa apresentou as providências adotadas pela Regional da Conab em Mato Grosso em atendimento à demanda do TCU. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais do Conselho, aprovaram as medidas adotadas pela Sureg/MT e recomendaram encaminhar cópia desta ata ao Secretário-Executivo do Mapa para ciência das providências adotadas.

3) Voto Digem nº 027/2008. Regulamento Específico para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto Uva – PEP Uva nº 002/2008. Edição de novo Regulamento de PEP para uva retirando-se a exigência de pagamento do produto adquirido pelo beneficiário antes da emissão da nota fiscal por parte do produtor. O subitem 7.4 do Regulamento acima citado tem a seguinte redação: *"7.4. A emissão da nota fiscal de venda do produtor rural e/ou cooperativa de produção, somente será providenciada após o pagamento do valor de referência estar devidamente disponível e/ou compensado quando feito em cheque"*. O espírito dessa exigência é a idéia de proteger o produtor de uva, fazendo com que receba o pagamento de seu produto, antes mesmo do beneficiário do PEP obter qualquer documento que lhe dê condições de pleitear o prêmio a ser pago pelo Governo

Federal. Ocorre que tal prática não é a regra no mercado, muito pelo contrário. Normalmente os produtores (fornecedores) enviam seus produtos para depósito em unidades dos compradores acompanhados de notas fiscais com o preço fixado para pagamento em data futura. É o chamado prazo de pagamento oferecido pelo fornecedor ao cliente (comerciante). Especialmente no caso da uva, a colheita não admite esperar por melhores dias e, depois de colhida, deve ser imediatamente industrializada sob pena de irremediável deterioração. Assim, o produtor repassa o produto colhido em grande volume à indústria/cooperativa para processamento e oferece um prazo para o pagamento da produção. O prazo de pagamento possibilita a que o comerciante transforme o quantitativo de uva e comercialize o vinho e seus derivados para, posteriormente, pagar o fornecedor (produtor). Essa prática possibilita a redução do capital de giro do comerciante, reduz as despesas financeiras e administrativas e assegura um relacionamento próspero entre fornecedor e cliente. Habitualmente, no mercado privado, as operações são asseguradas por intermédio de uma promissória assinada pelo cliente ou por contrato de fornecimento ajustado por ambos. No caso da Conab, o pagamento do prêmio só se dá com os documentos comprobatórios da operação que incluem, entre outros, a prova do pagamento ao produtor (fornecedor) para que o beneficiário receba o prêmio, acabando com o risco do produtor de uva em não receber os valores devidos pelo beneficiário do PEP. É importante notar que essa exigência não é cumprida nem pela própria Conab em suas aquisições por AGF ou Contrato de Opções. No caso do AGF, por exemplo, na NOC, código 30.105, aprovada em Redir de 13/11/2006, diz no item v.2 que a Sureg deve emitir a Nota Fiscal conforme modelo e no item v.5 traz explícito a seguinte redação: *5 – A Sureg ou o coordenador do Pólo de Compra deverá informar o beneficiário que o pagamento será realizado até 10 (dez) dias corridos após a emissão da “Nota Fiscal” do produto.* Portanto, pelo acima exposto, fica claro que a Conab tem exigido dos beneficiários do programa de apoio à comercialização de vinho, procedimentos que dificultam e até impedem a participação de novos concorrentes, além de não promover uma eficiente atuação dos participantes pelas elevadas despesas para execução do PEP. Finalmente, propõe-se que a exigência do item 7.4. do Regulamento para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto – PEP nº 001/2002, que seja substituída no novo Regulamento de PEP de uva, ficando com a seguinte redação: *“A emissão da nota fiscal de venda do produtor rural e/ou cooperativa de produção, poderá ser emitida independente do pagamento do valor de referência, o qual deverá estar disponível e/ou compensado, quando for cheque, obrigatoriamente, até a emissão e entrega à Conab da documentação de comprovação da operação”.* O Conselheiro Wagner Rossi informou que o assunto foi submetido e aprovado pela Diretoria Colegiada na 882ª Redir realizada em 9/12/2008. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros deste Conselho aprovaram o Regulamento Específico para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto Uva – PEP Uva nº 002/2008.

4) Voto Digem nº 028/2008. Manual de Operações da Conab – MOC. Normas para operacionalização da subvenção aos produtores familiares pertencentes ao Programa de Aquisição de Produtos do Extrativismo (PAE). A valorização de produtos extrativos, obtidos mediante a conservação e uso sustentável dos recursos naturais por povos e comunidades tradicionais e pelos agricultores familiares, é parte da estratégia do Governo Federal para promover o desenvolvimento sustentável. Para tanto, o art. 2º da Lei nº 8.427, de maio de 1992, com a redação dada pelo art. 48 da Lei nº 11.775, de 17/09/2008, prevê subvenção de preços equivalente, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda para produtos extrativos produzidos por agricultores familiares, suas cooperativas e associações. Assim, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, após entendimentos com os Ministérios do Meio Ambiente – MMA e do Desenvolvimento Agrário – MDA, propôs a inclusão na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, do açaí (fruto), babaçu (amêndoa), borracha extrativista e pequi (fruto), para operações de EGF ou subvenção. Estes preços correspondem aos custos variáveis

de produção, apurados nas principais regiões produtoras pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, exceto para a borracha cuja proposta está baseada na paridade de importação. Portanto, busca-se garantir os benefícios dessa política para os produtores extrativistas, visando a melhoria das condições de vida e a manutenção do papel das comunidades na conservação dos recursos naturais, consoante os princípios e objetivos do Decreto nº 6.040, de 7/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. As Normas propostas passarão a integrar o Manual de Operações da Conab – MOC e servirão para o adequado apoio à comercialização dos produtos extrativistas vão servir de modelo e padronização do desenvolvimento de ações, principalmente, voltadas ao extrativista do bioma amazônico. O Título 35 define a finalidade e os beneficiários do Programa fazendo menção ao objeto da operação, documentação exigida e explica como se processará o trabalho, orientando tanto os empregados da Conab quanto aos participantes do Programa. Os Títulos 70, 71, 72 e 73 tratam das Normas específicas para a operacionalização dos respectivos produtos: açaí (fruto), babaçu (amêndoa), borracha extrativa e pequi (fruto). Cada uma dessas Normas trata, entre outros aspectos, sobre os prazos de vigência, preços mínimos, limites de subvenção para operacionalização do Programa para cada produto. Informo, por oportuno, que as ações contempladas pelos Títulos supracitados, estão contemplados no orçamento e no financeiro da programação relativa ao Plano de Safra 2008/2009. O Conselheiro Wagner Rossi informou que o assunto foi submetido e aprovado pela Diretoria Colegiada na 882ª Redir, realizada em 9/12/2008. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Conad aprovaram o Manual de Operações da Conab – MOC. Normas para operacionalização da subvenção aos produtores familiares pertencentes ao Programa de Aquisição de Produtos do Extrativismo (PAE). Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, João Batista da Silva Fagundes, Assessor da Presidência da Conab, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

JOÃO BATISTA DA SILVA FAGUNDES
Secretário

**TERMO DE POSSE**

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída pela fusão autorizada pelo inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, e instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **Lauro César de Vasconcelos**, brasileiro, casado, contador, natural do Rio de Janeiro/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 700.596 - SSP/DF e do CPF nº 287.312.041-04, residente na SQN - 104 - Bloco "D" - Apto. 506 - Brasília/DF, tomou posse como Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, em face de sua designação, conforme Portaria nº 718, de 24/07/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicada no Diário Oficial da União de 25/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, do artigo 32 do Estatuto Social apresentado sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.


LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS


18.1.2 - Atas de Reuniões do Conselho Fiscal



35

TERMO DE POSSE

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída pela fusão autorizada pelo inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, e instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **Marcus Vinicius Sócio Magalhães**, brasileiro, casado, administrador, natural de Ribeirão do Pinhal/PR, portador da Carteira de Identidade nº 1.624.731 – SSP/PR e do CPF nº 397.197.669-72, residente na SQSW-103 – Bloco “G” – Apto. 504 – Brasília/DF, tomou posse como Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, em face de sua designação, conforme Portaria nº 719, de 25/07/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicada no Diário Oficial da União de 28/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, do artigo 32 do Estatuto Social apresentado sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.



MARCUS VINICIUS SÓCIO MAGALHÃES

60.000/054

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às 10 horas, na sala nº 422 do Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, consoante disposto nos Incisos II e VI, artigo 3.º, do Capítulo III, do Regimento Interno da Conab, realizou-se a **40.ª (Quadragésima) Reunião Extraordinária** do Conselho Fiscal da Conab, empresa pública federal constituída na forma da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de abril de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, representante do MAPA, e EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Aberta a reunião, como item único da pauta, a Conselheira Evanir deu conhecimento aos demais conselheiros do Ofício STN/COREF/GEFIS nº 1.140, de 13/2/2008, a ela encaminhado, o qual versa sobre denúncia enviada ao Coordenador-Geral da COPEC/STN, a respeito de provável irregularidade no tocante ao ressarcimento de despesas de armazenagem de produtos agrícolas à Conab, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, efetuado pela STN/COPEC. A mencionada denúncia dispõe que os pagamentos feitos à Conab, baseados nas informações prestadas pela Companhia, excedem em, pelo menos, R\$ 56.361.780,00 os valores apurados pela área contábil no período de janeiro a novembro de 2006 e 2007, e recomenda, para verificação das informações, observar os lançamentos da conta contábil nº 419229900 (subórgãos 2200 e 2226), bem como requisitar as planilhas dos valores das tarifas efetivamente devidas por cada armazém, elaboradas pelo setor de contabilidade da empresa. O Conselho Fiscal deliberou por encaminhar CI à Presidência da Companhia solicitando a adoção de providências urgentes, objetivando a apuração daqueles fatos, por meio de trabalhos de auditoria a serem realizados pela Coordenadoria de Auditoria Interna – Coaud, com posterior elaboração e remessa de Relatório a esse Colegiado. O Confis entendeu oportuno solicitar à Presidência, também por meio de CI, cópia das informações enviadas pela Companhia à STN, relativas ao período citado, de acordo com o Parágrafo único do art. 1º e art. 5º da Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004, a qual trata da transferência de recursos do Tesouro Nacional para cobertura de despesas realizadas pela Conab para formação e manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários. Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Aída Assis de Lima lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE

EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e oito, às 14 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, consoante disposto nos incisos II e VI do artigo 3º do Capítulo III do Regimento Interno da Conab, realizou-se a **41ª** (Quadragésima Primeira) **Reunião Extraordinária** do Conselho Fiscal da Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal, para analisar e opinar, conforme disposto nos incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, a seguinte documentação: **a)** Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2008, elaborada pela Administração da Conab; **b)** Relatório da Administração e os Demonstrativos Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compostos de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis; e **c)** Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, também, representante do MAPA, e EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, membros do Conselho Fiscal. Foram, também, entregues ao Conselho Fiscal, Relatórios de Gestão do exercício de 2007 individualizados das Superintendências Regionais do Amazonas, do Ceará, de Goiás, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Paraná, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, de Rondônia e da Matriz, contemplando as demais Superintendências Regionais, o qual tomou conhecimento, bem como Relatório e Parecer emitidos pela Soma Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistemas S/C, datados de 25/3/2008, a respeito das demonstrações contábeis dos exercícios de 2007 e 2006, juntamente com correspondência desta aos Diretores da Conab e Conselheiros, de 27/3/2008, além do Parecer da Unidade de Auditoria Interna - Coaud, de 20/3/2008, e Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão da Matriz, de 24/3/2008. O Conselho Fiscal iniciou os trabalhos analisando a Proposta de Orçamento de Capital para 2008, aprovada pelo Conselho de Administração em 26/3/2008, no valor de R\$12,35 milhões, dotação consignada nas despesas de investimento da Companhia, constante da Lei Orçamentária nº 11.647/2008. O Confis destacou que o objetivo do Orçamento de Capital é, segundo a Proposta, a recuperação e a modernização do sistema de armazenagem da Companhia, bem como a renovação e atualização do setor de informática, tendo como uma das fontes de recurso a constituição de uma Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$11,57 milhões. Prosseguindo o exame da documentação, o Conselho Fiscal registrou que o Relatório da Administração apresenta a composição das Receitas Operacionais, as quais, no total de cerca de R\$1,27 bilhão, experimentaram um incremento da ordem de 12% em relação ao exercício de 2006 (R\$1,12 bilhão). Merece destaque o aumento de 26% das Receitas de Serviços derivadas de armazenagem, que variaram de R\$20,07 milhões, em 2006, para R\$25,30 milhões em 2007. Segundo o item 4.4.2 do Relatório de Gestão/Matriz, essa elevação decorreu do aumento do estoque médio de terceiros, com incremento de 3,53%. As Despesas Operacionais em 2007 (R\$391,19 milhões) apresentaram um crescimento em torno de 7% em relação a 2006 (R\$364,25 milhões), inferior, portanto, ao crescimento das Receitas, o que propiciou o Resultado Líquido do Exercício de R\$29,40 milhões, composto de R\$16,24 milhões, oriundos da atividade própria, e de R\$13,16 milhões, derivados da atividade governamental. Sobre o lucro obtido com a atividade governamental, o Conselho Fiscal não obteve esclarecimentos quanto a sua origem,

recomendando, portanto, que as Notas Explicativas relativas ao encerramento dos próximos exercícios contemplem essa informação. Ao analisar a composição do Patrimônio Líquido, o Conselho verificou que foi contabilizada uma Transferência para Aumento de Capital, no valor de R\$443 mil, embora, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 17, esse valor corresponda à baixa de dívida repassada à Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Decreto nº 5.994/2006. O Conselho recomenda à administração da Conab que efetue consulta à STN quanto à necessidade de atualização daquele crédito para aumento de capital pela taxa Selic, em consonância com o que determina o art. 2º do Decreto nº 2.673/98, ou que se proceda a sua capitalização o quanto antes. Ainda sobre o Patrimônio Líquido, o Conselho julgou oportuno recomendar a capitalização de R\$25,37 milhões, registrados na rubrica Correção Monetária do Capital, dentro da Reserva de Capital, o que acarretará uma elevação do Capital de cerca de 11%. Sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2007, o Conselho verificou que, consoante a Nota Explicativa nº 18, item b, a base de cálculo utilizada foi o resultado de R\$16,24 milhões apurados com a atividade própria da Conab. O Conselho deliberou por reiterar a recomendação feita à Companhia em sua 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/3/2007, para que formalize, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, esse procedimento quanto à utilização somente do resultado decorrente da atividade própria para efeito de cálculo da reserva legal e dos dividendos a distribuir. Analisando a constituição de R\$812 mil a título de Reserva Legal, a proposta de distribuição de Dividendos de 25%, no valor de R\$3.857 mil, e a constituição da Reserva de Retenção de Lucros de R\$11.570 mil, com base no Orçamento de Capital para 2008, o Colegiado verificou que esses valores divergem dos registros contabilizados no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresentados. Sobre esse fato, a administração, por meio da Nota Explicativa, informou que os registros de R\$766 mil, como Reserva Legal, e R\$3.637 mil, a título de Dividendos a Distribuir, foram apropriados a menor no SIAFI, mas que em 2008 sofrerão os ajustes necessários. O Conselho argumenta que esse ajuste poderia ter sido feito nas Demonstrações apresentadas que têm com base a Lei nº 6.404/76. Ainda sobre a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2007, o Conselho Fiscal recomenda à Administração da Conab observar o disposto no artigo 4º do Decreto nº 2.673/98, quanto ao prazo de 30 dias da aprovação da Proposta para remessa da mesma ao Ministro de Estado da Fazenda para sua apreciação e aprovação. Por fim, o Conselho Fiscal, após obter os esclarecimentos necessários, emitiu o seguinte parecer: “PARECER DO CONSELHO FISCAL - Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, com base nos incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, e no uso das atribuições estatutárias, em reunião extraordinária realizada em 28 de março de 2008, examinamos o Relatório da Administração e os Demonstrativos Contábeis que compõem a Prestação de Contas do exercício de 2007, e respaldados no Parecer da Soma – Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistemas S/C, de 25/3/2008, a respeito das demonstrações contábeis dos exercícios de 2006 e 2007, juntamente com correspondência desta aos Diretores da Conab e Conselheiros, datada de 27/3/2008, bem como no Parecer da Coordenadoria de Auditoria Interna – Coaud, datado de 20/3/2008, referente à gestão da Companhia do exercício de 2007, somos de opinião que o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, em 31 de dezembro de 2006 e 2007, exceto no que respeita a constituição de reserva legal, dividendos a distribuir e constituição da Reserva de Retenção, constantes do BP e da DMPL, que divergem das Notas Explicativas, item 18, alínea b. Quanto à Proposição de Orçamento de Capital para

o exercício 2008, aprovada pelo conselho de administração durante reunião realizada em 26/3/2008, manifestamo-nos em favor de sua aprovação, destacando que o Orçamento tem como uma das fontes a criação de Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R\$11.570 mil. Sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2007, elaborada pela administração da Conab, de cerca de R\$16.239 mil originados da atividade própria da Companhia, opinamos favoravelmente à constituição de R\$812 mil a título de Reserva Legal, à distribuição de Dividendos de 25%, no valor de R\$3.857 mil, e à constituição da Reserva de Retenção de Lucros de R\$11.570 mil. Brasília-DF, 28 de março de 2008. MAURÍCIO ANDRADE COURA – PRESIDENTE; EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA – CONSELHEIRA; LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA – CONSELHEIRA” Nada mais havendo a tratar, eu, José Augusto Vicarone, Secretário, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE

EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA

LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **148ª** (Centésima Quadragésima Oitava) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de **janeiro/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foi convidado para prestar esclarecimentos ao Conselho, o Senhor Edmar Tosta, representante da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - Copav/Presi/Conab. Aberta a reunião, como **item 1** da pauta, foi dado início à leitura da minuta da ata da 147ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 14/12/2007, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. **2 – Demonstrações Contábeis – dezembro/2007 - CI/Sucon nº 00062, de 28/1/2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de dezembro, verificou que as Receitas Líquidas de Vendas e Serviços alcançaram R\$148,35 milhões, contra um Custo de Mercadorias e Serviços de R\$127,51 milhões, compensado por uma Equalização de R\$6,02 milhões, sendo apurado um Lucro Bruto Operacional de R\$26,84 milhões. As Despesas Operacionais, de R\$54,90 milhões, apresentaram um aumento de cerca de 38% em relação ao mês de novembro (R\$39,71 milhões), decorrente, basicamente, do crescimento das Despesas Comerciais e Administrativas, que variaram de R\$14,75 milhões para R\$28,93 milhões, com destaque para a elevação das despesas com “Transferências ao Exterior” e “Obrigações Tributárias e Contributivas”. O Resultado Líquido de dezembro foi de R\$14,30 milhões, acumulando um Lucro Líquido de R\$32,20 milhões no Exercício. **3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição dezembro/2007 - CI/Sufin nº 285, de 7/2/2008.** Após exame do referido demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que a execução orçamentária e financeira encontra-se, respectivamente, dentro dos limites para movimentação e empenho e dos limites de pagamento, estabelecidos pelo MAPA. **4 – Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada. 4.1 – Ata da 176ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.** Após análise da referida Ata, o Conselho verificou que foi aprovado na reunião o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT para o exercício de 2008, deliberando por solicitar à Coaud uma cópia da versão para conhecimento do Colegiado. **4.2 – Atas das 831ª a 837ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada.** Após análise das mencionadas Atas, o Conselho destacou: **(i) Ata da 835ª Reunião Ordinária:** Voto Diafi nº 087/2007 – Processo nº 0803/2002 - Cessão de Uso ao Município de Rio Branco/AC do imóvel situado na Travessa do Icó, nº 180 – Bairro Estação Experimental – Rio Branco/AC. O Conselho solicita à Presidência da Conab que seja mantido informado sobre a restituição do referido imóvel ou, se não, da interposição de ação judicial para tal fim; **(ii) Ata da 837ª Reunião Ordinária:** **a) Voto Presi nº 001/2008** – Tabela Salarial de Contrato Especial – Remuneração de Chefe de Gabinete (contrato especial). Não obstante a decisão da Diretoria Colegiada de aprovar o reposicionamento da Gratificação de Função de Chefe de Gabinete – Contrato Especial, o Confis recomenda à Presidência da Companhia observar o atendimento do inciso XIII do artigo 6º do Regimento Interno; **b) Voto Diafi nº 010/2008** - Processo Sureg Minas Gerais nº 08.127/99 - Revogação da proposta autorizada pela 761ª Redir, de 4/8/2006, para a permuta do imóvel da Conab localizado

em Juiz de Fora/MG com imóvel da Ceasa/MG em Ibiá, Minas Gerais. O Confis solicitou que seja informado tão logo seja efetivada a regularização do imóvel em Cartório de Registro de Imóveis e se realizem os procedimentos de venda; **c) Voto Diges nº 005/2008** – Processo nº 1536/2007 - Prorrogação de prazo para que a Cia. Estadual de Silos e Armazéns – Cesa regularize sua situação cadastral junto ao Sicaf. A Diretoria da Conab, em caráter excepcional, aprovou a concessão de um prazo de 180 dias para que a Cesa regularize a sua situação perante o Sicaf. O Confis deliberou alertar que, no tocante ao Sicaf, a legislação não prevê excepcionalidade para fornecedor em situação irregular, apesar da manifestação da Proge ser favorável à continuidade da prestação dos serviços de armazenagem pela Cesa, considerando que atende ao princípio da supremacia do interesse público. Ainda, com referência a essa ata, o Conselho solicita que seja informado, oportunamente, sobre a conclusão do Grupo de Trabalho criado para *“analisar e propor a Conab alternativas técnicas e legais pertinentes à modelagem do Saldamento do Plano de Benefícios Conab administrado pelo Cibrius.”* **5 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em dezembro/2007 - CI/CPL nº 002/2008, de 4/1/2008.** **5.1 – Licitações Processadas.** Após análise, o Conselho verificou que, no âmbito da Matriz, as licitações processadas no mês em referência foram realizadas por meio de pregão eletrônico. **5.2 – Contratações.** Segundo a relação em apreço, as contratações foram precedidas de licitação na modalidade pregão eletrônico. **6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso.** **6.1 – Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 7/2/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 284, de 7/2/2008.** Após exame do Relatório, o Conselho verificou que permanecem as situações apontadas na Ata da 147ª Reunião Ordinária do Confis, com relação às cessões de Francisco Sebastião de Moraes à Câmara Legislativa do DF; de Marly Terrel de Macedo Soares à ANA; e de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal. Assim, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência. **6.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – período: 1/7/1994 a 6/2/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 283, de 6/2/2008.** O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,75 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 102,80 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,0%. O Conselho reitera a necessidade de adoção de medidas que agilizem a recuperação dos créditos. **7 – Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna.** **7.1 – Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007.** Não foi apresentado o referido Quadro. **7.2 – Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT – Relatório nº 048/2007 (Sureg/TO) – CI/Coaud/Geaud nº 058, de 17/1/2008; e Relatório nº 049/2007 (Sureg/TO) - CI/Coaud/Geaud nº 066, de 22/1/2008.** Após análise procedida, o Colegiado deliberou por solicitar a adoção de providências efetivas, com vistas a serem atendidas as recomendações dos itens dos Relatórios: **(i) Relatório nº 048:** 00356.1 (Serviço de Assistência a Saúde – Credenciamento de Profissionais e Instituições Especializadas); 00357.1 (Exames Médicos de Saúde Ocupacional – EMSO); 00358.1 a 00358.3 (Controle de Veículos); 00359.1 a 00359.8 (Licitações e Contratos); e **(ii) Relatório nº 049:** 00360.1 (Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda – PROP); 00361.1 a 00361.3 (Valor para Escoamento do Produto – VEP); 00362.1 a 00362.6 (Prêmio para Escoamento de Produto – PEP); 00363.1 (Processos de Operações Subvencionadas pelo Governo Federal que foram autuados e instruídos de forma equivocada). **7.3 – Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis – Trimestral.** Não foi apresentado o referido Relatório. **7.4 – Relatório Trimestral de Auditorias de Avaliação dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.** Não foi apresentado o referido Relatório. **8 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posição de 30/1 e 8/2/2008.** O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que as certidões encontram-se dentro do prazo de validade. **9 – Demonstrativo dos**

Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos. Não foi apresentado o referido Quadro. **10 – Diligências do Conselho Fiscal – CI/Diafi nºs 206, de 10/12/2007; 211, de 20/12/2007; e 212, de 21/12/2007.** O Conselho acusou o recebimento das referidas Comunicações Internas, deliberando por pronunciar-se na próxima reunião.**11 – Assuntos Gerais. 11.1 - Ofício nº 749/2007/GM-MAPA, de 20/12/2007 - Processo de Sindicância nº 21200.000848/2007-60.** Considerando o contido no ofício, mediante o qual a Senhora Chefe de Gabinete do Ministro do MAPA deu conhecimento a este Colegiado do despacho do Exmo. Senhor Ministro acolhendo a manifestação da Consultoria Jurídica daquela Pasta sobre o processo referenciado, que trata da apuração de irregularidade acerca de pagamento indevido à Empresa de Transportes Chancellor Ltda., constatada em auditoria de gestão, o Conselho decidiu por enviar CI à Presidência da Conab solicitando informações sobre os resultados obtidos em razão do contido na alínea “b” do primeiro parágrafo do despacho ministerial “...com recomendação expressa para revogar a Resolução CONAD nº 004 de 1999, e adotar as demais providências atinentes ao seu mister legal e estatutário, em especial, as tendentes a propiciar a recuperação dos prejuízos causados ao Erário em face do indigitado acordo ilegal.”. **11.2 – Relatório de Gestão – 3º Trimestre/2007.** Em razão das dúvidas registradas na Ata da 147ª Reunião Ordinária do Confis, com referência aos dados constantes dos quadros 2.08 e 2.10 do referido relatório, foi solicitada a presença do Sr. Edmar Tosta, representante da Copav, para prestar esclarecimentos, informando que a quantidade registrada de produtos “desclassificados” no quadro 2.08 é, na realidade, de produtos “abaixo padrão”, o que compatibiliza com o registro feito no quadro 2.10. Na oportunidade, foi ajustado com o Colegiado que a referida Copav irá apresentar nos próximos relatórios, os resultados das fiscalizações realizadas, por ano, destacando a existência de produtos “desclassificados” e “abaixo do padrão” verificados nos armazéns, por safra. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 149ª, ficou marcada para o dia 25 de fevereiro de 2008.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE

EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **149ª** (Centésima Quadragésima Nona) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **fevereiro/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foi convidado para prestar esclarecimentos ao Conselho, o Senhor Sérgio Oliveira de Amorim, Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Aberta a reunião, como **item 1** da pauta, foi dado início à leitura da minuta da ata da 148ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 8/2/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. **2 – Demonstrações Contábeis.** Não foram apresentadas ao Conselho, as Demonstrações Contábeis referentes ao mês de janeiro/2008. **3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição janeiro/2008 - CI/Sufin nº 439, de 22/2/2008.** Após exame do referido demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que, até a presente data, a Lei Orçamentária Anual – LOA 2008 não foi aprovada, sancionada, promulgada e publicada, estando, apenas, disponibilizada, para execução orçamentária, dotação constante no Projeto da LOA, correspondente a duodécimos do Grupo de Natureza de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 – LDO, Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, publicada no DOU de 14 de agosto de 2007. **4 – Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada. 4.1 – Atas das Reuniões do Conselho de Administração.** Não foram apresentadas ao Conselho, atas do Conselho de Administração. **4.2 – Atas das 838ª e 839ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada.** Após análise das mencionadas Atas, o Conselho destacou os seguintes registros constantes da Ata da 838ª Reunião Ordinária: (i) Voto Diafi nº 009/2008 – ACT 2007/2009: Não obstante a decisão da Diretoria, prolatada no referido voto, o Conselho solicita que quando, da assinatura de Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, sejam observadas coerência e compatibilidade, entre os interesses da Companhia e do Empregado, bem como nos termos dos Acordos; e (ii) Voto Diafi nº 011/2008 - Baixa nos registros contábeis e de dívidas junto ao Sistema de Cobrança: Levando-se em conta o valor expressivo do débito atualizado (R\$1.342.450,70), e inobstante o parecer da Proge sobre a impossibilidade de cobrança devido à falta de documentação para ajuizamento do processo, o Conselho deliberou por recomendar à Administração da Conab que sejam exauridas as possibilidades para cobrança e obtenção daquele valor. **5 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em janeiro/2008 - CI/CPL nº 016/2008, de 11/02/2008. 5.1 - Licitações Processadas.** Após análise, o Conselho verificou que, no âmbito da Matriz, as licitações processadas, no mês em referência, foram realizadas por meio de pregão eletrônico, com exceção do processo para contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria independente, visando ao exame e parecer sobre as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2006 e 2007, cuja modalidade adotada foi Convite. O Sr. Sérgio esclareceu que foi adotada esta modalidade, tendo em vista a exigüidade de tempo para execução dos trabalhos de auditoria, objetivando subsidiar a emissão do parecer do Conselho Fiscal sobre o encerramento das contas de 2007 da Companhia. Informou, ainda, que o Convite é a modalidade mais ágil e o valor da proposta vencedora foi inferior a R\$ 15 mil. Apesar da

adoção da modalidade Convite, o Colegiado alerta sobre a obrigatoriedade da aplicação de pregão eletrônico para a contratação de serviços desta natureza, prevista no Decreto nº 5.450/2005, art. 4º.

5.2 – Contratações. Não consta registro de contratações efetuadas, no âmbito da matriz, no mês de janeiro/2008.

6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 6.1 – Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 22/2/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 441, de 22/2/2008. Após exame do Relatório, o Conselho verificou que permanecem as situações apontadas nas Atas das 147ª e 148ª Reuniões Ordinárias do Confis, com relação às cessões de: (i) Francisco Sebastião de Moraes à Câmara Legislativa do DF, não obstante a informação de que o processo foi encaminhado à Proge para manifestação, tendo em vista a não concordância do órgão em ressarcir os valores; (ii) Marly Terrel de Macedo Soares à ANA; e (iii) Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal. Assim, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência.

6.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – Período: 1/7/1994 a 22/2/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 440, de 22/2/2008. O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,75 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 103,26 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,0%. O Conselho deliberou por reiterar à Companhia a necessidade de adoção de medidas que agilizem a recuperação dos créditos, bem como ser informado sobre as mesmas.

7 – Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 7.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posições de 23/1/2008 e 20/2/2008 - CI/Coaud nº 098, de 20/2/2008 e CI/Coaud nº 105, de 22/2/2008, respectivamente. O Confis analisou a posição mais recente dos referidos Quadros (20/2/2008), bem como as observações anexas, nada registrando de relevante, ficando no aguardo de novas informações quanto ao exame de documentação pelos auditores ou de respostas das Suregs.

7.2 – Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 – CI/Coaud nº 079, de 12/2/2008. Não houve entrega de Relatórios contemplados na Programação do PAINT/2008. Entretanto, foi entregue ao Conselho Fiscal cópia do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN/2007, que retrata o cumprimento de metas previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT/2007 pela Coaud. Ao examinar o RAIN, o Colegiado destacou o item 8, que trata de Procedimentos Licitatórios e destaca, em 2007, os montantes despendidos, por modalidade de licitação, sendo que o pregão foi responsável por 33,84% do total de recursos, a inexigibilidade de licitação por 33,23%, e a dispensa de licitação por 15,35%. Essas mesmas modalidades representaram cerca de 34% (pregão) e 49% (dispensa e inexigibilidade de licitação) do total de contratos assinados em 2007. Portanto, podemos concluir que a contratação direta é a mais usual na Conab e mobilizando quase metade dos recursos de contratação, o que reforça a necessidade de a Companhia enviar esforços para capacitação de seus técnicos na área de licitações e contratos, voltada, principalmente, aos processos cuja base legal for dispensa e inexigibilidade de licitação. O Conselho destaca a iniciativa da Coaud ao deslocar, em caráter emergencial, um técnico da área para alguns estados para ministrar cursos. O mesmo relatório aponta como principais objetos de contratação direta que geram equívoco legal no seu enquadramento: i) fornecimento de água; ii) correios e telégrafos; iii) fornecimento de energia elétrica; e iv) credenciamento de clínicas e hospitais.

7.3 – Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis – Dezembro - CI/Coaud nº 098, de 20/2/2008. O Colegiado deliberou por não proceder ao exame do mencionado Relatório devido à defasagem temporal entre as informações (dezembro) e a data do recebimento.

7.4 – Relatório Trimestral de Auditorias de Avaliação dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – 4º Trimestre/2007 - CI/Coaud nº 098, de 20/2/2008. O Conselho examinou o referido Relatório, constando do mesmo informações de solicitação à Proge para prestar orientação às Unidades, quanto ao correto enquadramento dos contratos celebrados por meio de

dispensa e inexigibilidade de licitação. **8 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posição de 19 e 25/2/2008.** O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que as certidões encontram-se dentro do prazo de validade. **9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos.** Não foi apresentado o referido demonstrativo. **10 – Diligências do Conselho Fiscal.** O Conselho, após análise das Comunicações Internas recebidas na 148ª Reunião Ordinária, registra: **10.1 – CI/Diafi nº 206, de 10/12/2007, a qual encaminha, para as Sureh, Sufin, Sucon e Supad, Quadros de “Pendências relacionadas pelo Conselho Fiscal da Conab (Confis)”, nas atas das 143ª e 144ª Reuniões Ordinárias, e “Pendências relacionadas pelo Conselho de Administração (Conad)”, na 172ª Reunião Ordinária, solicitando àquelas Superintendências análise e providências imediatas, retornando com as medidas adotadas àquela Diafi, até o dia 15 de janeiro de 2008.** Após análise das respostas apresentadas pelas Superintendências, o Confis registra: (i) Com relação aos créditos a receber em atraso, relativos a empregados cedidos, o Conselho destaca a informação, constante da Folha de Despacho nº 13, de que as providências relativas ao retorno de empregados são de competência da Superintendência de Recursos Humanos – Sureh, não havendo qualquer manifestação da referida Superintendência sobre o assunto. Quanto às demais informações prestadas pela Gerência de Cadastro e Cobrança – Gecob, constantes também da Folha de Despacho nº 13, as mesmas já foram objeto de análise por parte do Confis, permanecendo a posição registrada no item 6.1 desta Ata; (ii) Com relação aos Extratos do Cadin, Certidões e Certificados, não obstante os documentos de nºs 2 a 6, anexados à CI/Sucon nº 00036, de 15/1/2008, também já foram analisados pelo Conselho; e (iii) Item 7.3 da Ata da 143ª Reunião: Quanto às despesas com “Obrigações Tributárias e Contributivas” que se elevaram 309,55% em relação ao ano de 2006, passando de R\$ 4,02 milhões para R\$ 16,48 milhões, de acordo com o documento nº 1, anexado à CI/Sucon nº 00036, a Superintendência de Contabilidade informa que *“As Obrigações Tributárias, no exercício de 2007, apresentou um incremento de 309,55% em comparação com as do exercício 2006, em decorrência do acréscimo das despesas de ICMS face o aumento nas vendas e estornos de créditos por saídas de produtos isentos e base de cálculos reduzidas.”*. **10.2 – CI/Diafi nº 211, de 20/12/2007 – Resposta, parcial, ao item 7.2, inciso iv, da Ata 145ª da Reunião Ordinária do Confis, onde o Conselho solicita adoção de providências visando programa de treinamento e capacitação de pessoal da Conab, em especial sobre licitações e contratos.** A Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi encaminha o Plano de Educação Corporativa Diafi/2008, que será implementado a partir de março de 2008, onde foram inseridos os Cursos “Licitações e Contratos na Administração Pública” e “Formação de Pregoeiro. **10.3 – CI/Diafi nº 212, de 21/12/2007 – Resposta ao item 6.2 da Ata da 145ª Reunião Ordinária do Confis, onde o Conselho reitera a necessidade de adoção de medidas que agilizem a recuperação dos créditos.** Apesar das informações apresentadas pela referida CI, o Conselho não verificou indicativos que viessem a garantir à Companhia recuperação, em curto prazo, considerando as providências sugeridas pelo Confis, quais sejam *“... medidas que agilizem a recuperação dos créditos.”* **11 – Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU).** **11.1 – Tribunal de Contas da União – TCU:** A Conselheira Lúcia Aída deu ciência ao Colegiado da publicação no Diário Oficial da União – DOU dos seguintes acórdãos: (i) Acórdão nº 3584/2007 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 22/11/2007), que versa sobre quitação por recolhimento integral da multa (R\$ 5.107,75) imputada a servidor da Conab, conforme Processo TC 021.767/2003-4; e (ii) Acórdão nº 3683/2007 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 5/12/2007), que considera legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal pela Conab relacionados no referido Acórdão. Determina, na oportunidade, que a Companhia observe com rigor os procedimentos para o correto preenchimento dos referidos atos a serem submetidos ao TCU. Após

conhecimento, o Colegiado decidiu solicitar à Presidência da Conab informações sobre o atendimento às determinações do TCU nos Acórdãos em apreço. **12 – Assuntos Gerais.**

12.1 - Reportagem da Gazeta Mercantil sobre fraude na Conab, publicada em 18/2/2008. A Conselheira Evanir, representante da STN/MF, deu conhecimento aos demais membros do Conselho sobre a referida reportagem, acrescentando que, segundo o Presidente da Companhia, as providências cabíveis já foram adotadas, como informar o ocorrido à Polícia Federal e ao Ministério Público. O Presidente acrescentou também que a empresa vai investir mais em segurança e propor que o produto armazenado seja segurado. Quanto à fiscalização, já está, inclusive, tomando providências para aperfeiçoar o processo de fiscalização dos estoques.

12.2 – Portaria nº 6, de 21 de janeiro de 2008 (DOU de 22/1/2008) e Portaria nº 7, de 22 de janeiro de 2008 (DOU de 23/1/2008), do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante as quais defere o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Conab, dos empregados constantes dos Anexos Únicos das referidas Portarias. Dada a relevância da matéria, o Colegiado entendeu a importância de registrar as citadas Portarias nesta ata.

12.3 – Despacho do Ministro, de 22/11/2007 (DOU de 23/11/2007) – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para apuração de responsabilidade envolvendo a Conab e a Empresa de Transportes Chancellor Ltda (Proc. Nº 21200.000842/2007-60). Considerando o contido na alínea “f”, qual seja: acompanhamento da perícia requerida pela extinta Comissão Processante ao Departamento de Polícia Federal, com vistas a adoção de providências visando a recuperação dos prováveis prejuízos causados ao Erário, o Conselho solicita informações sobre os resultados da mencionada perícia. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 150ª, ficou marcada para o dia 7 de abril de 2008.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE

EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **150ª** (Centésima Quinquagésima) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **março/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foram convidados para prestar esclarecimentos ao Conselho, a Sra. Maria Inês Lasmar de Alvarenga, Coordenadora de Auditoria Interna, a Sra. Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Suporte Técnico-Administrativo e o Sr. Fernando José Sales, Gerente de Auditoria. Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado início à leitura da minuta da ata da 149ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 25/02/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. **2 – Demonstrações Contábeis – Fevereiro/2008 - CI/Sucon nº 220, de 31/3/2008; Nota Técnica Coaud nº 07/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis de fevereiro/2008 – CI/Coaud nº 134, de 4/4/2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de fevereiro/2008, verificou que as Receitas Líquidas de Vendas e Serviços apresentaram um aumento de 176%, alcançando R\$104,69 milhões, valor superior aos R\$37,96 milhões obtidos no mês anterior. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$126,94 milhões, compensado por uma Equalização de R\$17,22 milhões, obtendo-se um Prejuízo Bruto de R\$4,96 milhões, que foi determinante para o resultado líquido do exercício, um prejuízo de R\$477 mil, resultante, também, de Despesas Operacionais de R\$29,59 milhões, compensadas por Receitas Operacionais Diversas de R\$33,65 milhões. Sobre esse prejuízo, o Conselho Fiscal, ao examinar a “Análise das Demonstrações Contábeis – fevereiro de 2008”, elaborada pela Coaud, verificou que a Análise apresenta, no item 1.5.1, a composição do resultado líquido de fevereiro, um prejuízo de R\$664 mil decorrente das operações governamentais e um lucro de R\$187 mil resultante das atividades próprias, além de apontar os fatores que influenciaram esse resultado. Entre eles, o complemento de Equalização de janeiro, no valor de R\$4,99 milhões, contabilizado somente em fevereiro. Segundo o item 1.1.4 (Equalização), a Conab está implantando nas Suregs novo sistema de controle de estoque, o que prejudicou o cálculo da Equalização desses dois meses, além do valor da Equalização de fevereiro ter sido apropriado com base em números estimados. O valor registrado como Receita de Vendas de Mercadorias (item 1.1.1) foi superior ao apurado em fevereiro, pois só nesse mês é que as receitas das vendas realizadas e recebidas em janeiro/2008 foram contabilizadas, o que, também, influenciou no resultado do período. Diante dessas informações, podemos concluir que o Resultado Bruto Operacional de fevereiro, um prejuízo de R\$4,96 milhões, seria ampliado não fossem os valores de Equalização e Receita de Vendas de Mercadorias terem sido contabilizados a maior. **3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição: fevereiro/2008 - CI/Sufin nº 633, de 14/3/2008.** Após exame do referido demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que, à época, a Lei Orçamentária Anual – LOA 2008 não estava aprovada, sancionada, promulgada e publicada, estando, apenas, disponibilizada para execução orçamentária, dotação constante no Projeto de LOA, correspondente a duodécimos do Grupo de Natureza de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 – LDO, Lei nº

11.514, de 13 de agosto de 2007, publicada no DOU de 14 de agosto de 2007. **4 – Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada. 4.1 – Atas das 177ª e 178ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração.** Após análise das referidas atas, o Colegiado verificou não haver fatos que merecessem comentários, com exceção do item 4 da Ata da 177ª Reunião, onde está registrado o recebimento de ofício pelo Presidente do Conad, versando sobre denúncia no âmbito da Conab (em caráter sigiloso/confidencial), o qual foi encaminhando à Corregedoria-Geral da Conab e à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos para as providências investigatórias. O Conselho solicita ser informado sobre as conclusões apresentadas. **4.2 – Atas das 840ª a 846ª Reuniões Ordinárias e da 179ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada.** Após análise das referidas atas, o Colegiado solicita à Presidência da Conab a adoção de providências, como segue: (i) apuração de responsabilidade em relação aos itens 3 e 4 das Atas das 840ª e 841ª Reuniões Ordinárias, respectivamente, vez que, no entendimento do Conselho, a Companhia não deve simplesmente absorver o prejuízo evidenciado; (ii) submeter à aprovação do Conad, como medida adequada, visando maior consistência, o Voto Diges nº 011/2008, o Voto Diges nº 012/2008 e o Voto Diges nº 013/2008, todos da Ata da 840ª Reunião, em razão da argumentação oferecida na mencionada Ata, qual seja: *“Salientamos que a UA não se enquadra nos requisitos exigidos no Voto Diges nº 006/2008, de 17/01/2008...”*, em todos os votos; (iii) manter o Colegiado informado dos resultados obtidos acerca da apuração de denúncias de irregularidade nos estoques de café da UA de Conceição do Rio Verde/MG (Ata da 840ª Reunião); (iv) promover estudos com vistas a verificar se, com o processo de anistia, a Conab poderia ser atendida quanto à necessidade de vagas para concursos, evitando a possível ampliação de 198 para 317 vagas, conforme consta do item 1 da Ata da 841ª Reunião; e (v) submeter, à aprovação do Conad, o Plano de Desmobilização do Patrimônio Imobiliário da Companhia (item 1 da Ata da 842ª Reunião), vez que, no entendimento do Colegiado, as alienações em apreço são de real importância, tendo em vista o equilíbrio econômico da Companhia. **5 – Relação das Licitações e Contratações realizadas em fevereiro/2008 - CI/CPL nº 023/2008, de 3/3/2008. 5.1- Licitações Processadas.** Após análise, o Conselho verificou que, no âmbito da Matriz, as licitações processadas, no mês em referência, foram realizadas por meio de pregão eletrônico, com exceção do Processo nº 0178/2007, cuja modalidade foi Tomada de Preços, tipo Menor Preço, com valor estimado de R\$493.848,70, destinado à contratação de empresa para execução de obras de reforma, adequação e manutenção de equipamentos e instalações eletromecânicas da usina de beneficiamento de arroz e de briquetagem da Unidade Armazenadora de Rio Formoso/TO. **5.2 – Contratações.** O Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de pregão eletrônico. **6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 6.1 – Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 31/3/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 728, de 31/3/2008.** Após exame do Relatório, o Conselho verificou: (i) Quanto aos débitos da Câmara Legislativa do DF, decorrentes da cessão de Francisco Sebastião de Moraes, nova cobrança foi encaminhada àquela Câmara, após parecer da Proge; (ii) Débitos da Secretaria de Est. do Governo do DF, relativos à cessão de Nilva Clara Costa, no período de set/07 (19 dias) e out/07 a fev/08: a Gerência de Cadastro e Cobrança – Gecob informa que, somente no mês de março, recebeu da Superintendência de Recursos Humanos – Sureh para cobrança. O Conselho reitera à Companhia observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001 e recomenda à Sureh encaminhar tempestivamente as informações à Gecob; (iii) Com relação às cessões de Marly Terrel de Macedo Soares à ANA e de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência. **6.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – período: 1/7/1994 a 31/3/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 727, de 31/3/2008.** O Colegiado verificou que

do montante de R\$ 1,7 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 104,3 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,0%. O Conselho reitera a necessidade de adoção de medidas que agilizem a recuperação dos créditos. **7 – Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 7.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 - CI/Coaud nº 134, de 4/4/2008.** Analisando os mencionados Quadros e suas observações, o Confis solicita esclarecimentos para o não posicionamento da Coaud, até o momento, acerca das respostas oferecidas pela Sureg/GO, por meio das CI/Sureg/GO nº 7006, de 7/11/2007, e nº 7140, de 13/11/2007, relativas às auditorias nº 31/2007 e nº 34/2007, respectivamente. **7.2 – Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT. 7.2.1 – Relatório de Avaliação da Gestão nº 001/2008 – Balanço – Exercício 2007 – Matriz – CI/Coaud/Geaud nº 130, de 25/3/2008.** Após análise, o Conselho solicita a Presidência adoção de providências com a finalidade de serem atendidas as recomendações constantes do referido relatório. **7.3 – Notas Técnicas Coaud nºs 06/2008 e 07/2008, relativas à análise das Demonstrações Contábeis de janeiro e fevereiro/2008, respectivamente - CI/Coaud nº 134, de 4/4/2008.** O Conselho Fiscal deliberou não examinar a Nota Técnica Coaud nº 06/2008, referente à análise das demonstrações contábeis do mês de janeiro, devido à defasagem temporal. Com relação à Nota Técnica Coaud nº 07/2008, o Confis procedeu ao seu exame juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de fevereiro, conforme consta do item 2 desta ata. **7.4 – Relatório Trimestral das Constatações relativas a Contratos celebrados por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – 1º trimestre/2008 - CI/Coaud nº 134, de 4/4/2008.** Conforme consta do referido Relatório, os contratos que mereceram apontamentos da Coaud, ou não especificaram o artigo empregado da Lei nº 8.666/93 ou apresentaram como amparo legal o inc. II do art.25 da Lei, em inobservância ao Parecer Cojur/Gemad ML nº 747/2006, que orienta que para aqueles objetos seja usado como fundamentação legal o caput do art. 25. Importante destacar que a Coaud solicitou à Procuradoria-Geral da Conab que efetuasse orientação geral às Suregs, a fim de instruí-las quanto ao correto emprego da fundamentação jurídica nos casos de contratação direta. **7.5 – Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2008 – nova versão – CI/Coaud nº 123/2008, de 20/3/2008.** O Conselho Fiscal recebeu cópia do PAINT/2008, aprovado pelo Conselho de Administração na 176ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2007 e, após examiná-lo, verificou não existir registros que merecessem comentários. **7.6 – Nota Técnica Coaud nº 004/2008 - Relatório da Análise Econômico-Financeira relativo ao exercício de 2007 – CI/Coaud nº 127, de 24/3/2008.** Em razão das informações constantes do referido Relatório serem relativas ao exercício de 2007, o Colegiado deliberou por não proceder a análise do mesmo, vez que na Prestação de Contas da Companhia, relativa ao mesmo exercício, esta matéria já foi analisada. **8 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posição de 19/2 e 25/2/2008.** O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que não há registros no Cadin contra a Companhia e que as certidões encontram-se dentro do prazo de validade. **9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA - Fevereiro/2008.** Após análise o Conselho verificou não haver fatos que merecessem comentários. **10 – Diligências do Conselho Fiscal. 10.1 – Resposta ao item 4.2 da Ata da 148ª Reunião do Confis, no qual o Conselho solicita que seja mantido informado sobre a restituição do imóvel, situado na Travessa do Icó, nº 180, Bairro Estação Experimental, Rio Branco/AC, cedido ao Município de Rio Branco/AC.** Por intermédio da Folha de Despacho 05, datada de 3/3/2008, o Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, em atendimento ao questionamento do Colegiado, encaminha cópia do VOTO DIAFI Nº 026/08, aprovado na 842ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada. O mencionado voto propôs a retificação do prazo de cessão do imóvel para até 31/12/2008, mediante a celebração de contrato, no qual ficará consignado que, ao término do prazo, a Cessionária deverá restituir o imóvel,

impreterivelmente. Foi proposto, também, que, em não havendo a restituição do imóvel no prazo estipulado, seja autorizada a interposição de ação judicial para tal fim. **10.2 – Resposta à CI/Confis nº 004/2008, a qual solicita informações sobre o resultado da implantação do controle informatizado dos processos ajuizados pela Conab com acompanhamento da Proge.** Por intermédio da Folha de Despacho, datada em 26/3/2008, o Chefe de Gabinete da Presidência da Companhia enviou ao Conselho a Informação Proge/Suorc CL nº 028/2008. Após análise, o Colegiado deliberou por solicitar à Presidência a adoção de providências necessárias ao atendimento do contido no item 6 da Informação em apreço, considerando as informações prestadas pela Proge, quais sejam, *“...cabe esclarecer que no âmbito nacional do jurídico da Companhia, foi implementado o Sistema CPJ 3C, que consiste, basicamente, no cadastro e controle dos processos judiciais que envolvem a Conab...”* (item 2), e ainda, o fato de apesar da sua existência, referido Sistema não atender plenamente a necessidade de ter um controle eficiente e seguro (item 3). **10.3 – Resposta à CI/Confis nº 001, de 20/2/2008, que solicita providências para apuração de denúncia sobre provável irregularidade na apuração de despesas de armazenagem de produtos agrícolas no âmbito da PGPM - CI/Coaud nº 124, de 24/3/2008, que encaminha a Nota Técnica Coaud nº 5/2008.** Foi entregue ao Colegiado cópia da CI/Coaud nº 124, de 24/3/2008, que encaminha o resultado dos trabalhos da auditoria interna em atendimento à solicitação do Conselho Fiscal. Representantes da Coaud, as Sras. Maria Inês e Eugênia Maria, e o Sr. Fernando, utilizando os anexos à Nota Técnica nº 5/2008 compostos de centenas de páginas, prestaram diversos esclarecimentos ao Colegiado e responderam a diversos questionamentos originados da análise da documentação. A Nota tece várias considerações e informa com clareza e transparência os procedimentos adotados pela Conab no processo de contabilização das despesas de armazenagem, registrando, inclusive, no título V – ANÁLISE DOS FATOS, que *“... percebe-se que foram utilizados critérios diferentes pelas áreas de contabilidade e de planejamento da Companhia, o que prejudicou a clareza dos fatos.”* Sobre o critério utilizado pela Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - Copav (Estimação dos Valores de Repasse), a Nota constata que *“Não existe, portanto, uma fórmula definida para a composição do valor programado. Verificou-se, ainda, uma complexidade formal e relevante grau de subjetividade nos critérios de estimação. Há que se ressaltar, nesse ponto, que não se verificou qualquer irregularidade que tenha provocado dano ao erário.”* Ainda no título V, a Nota informa que *“... evidenciou a regularidade nos repasses efetuados à Conab pela Secretaria do Tesouro Nacional. Constatou-se, também, o cumprimento pela Companhia dos procedimentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 38/2004.”* Sobre o cumprimento dessa Portaria, o Confis destaca a informação do subitem 5 do título III – EXECUÇÃO DA POLÍTICA DA GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS PELA CONAB, a respeito do art. 5º: *“... a Conab apresenta mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional declaração de boa e regular aplicação dos valores liberados para equalização (...). Contudo, não apresenta relatório específico atestando as despesas executadas no período, cuja exigência, embora prevista neste mesmo artigo da citada Portaria, fica a critério da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme consignado nas memórias de reuniões da Comissão Interministerial para aprovação da programação financeira.”* Essa Comissão Interministerial foi criada pela Portaria nº 243, de 20/3/92, e conta com a participação de representantes da Conab, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre outros. Após debate, o Conselho Fiscal deliberou por não considerar cumprido o art. 5º da Portaria Interministerial nº 38/2004, sem a remessa daquele relatório de execução atestando as despesas, apesar da decisão tomada pelos membros da Comissão Interministerial em suas reuniões, e de a STN, por meio da COPEC, não exigir tal relatório. Ainda sobre o cumprimento da Portaria Interministerial, o título V da Nota informa que foi verificado na programação orçamentária e financeira,

elaborada pela Copav, que as despesas relativas à armazenagem de produtos oriundos da PGPM em unidades próprias da Conab, são classificadas genericamente na rubrica de “Armazenagem Conab”. Na utilização de recursos relativos àquelas despesas de armazenagem, estão envolvidos alguns gastos não especificados na Portaria, mas, por estarem relacionados com a manutenção da atividade de armazenagem, podem ser classificados como “outras despesas”, prevista no inc. II do art. 1º da mesma Portaria. O Conselho acatou essa informação, mas entende que, pelo menos as despesas especificadas na Portaria, como, por exemplo, classificação, conservação, beneficiamento, braçagem, ensaque, etc, poderiam ter sido contabilizadas separadamente, ao invés de serem todas agrupadas. E sobre esse aspecto, o Confis concorda com uma das sugestões do título VI – CONCLUSÕES FINAIS da Nota nº 5/2008, a respeito da necessidade de se implantar, em curto prazo, uma metodologia de gestão de custos, com a finalidade de propiciar uma melhor estimativa de recursos necessários à manutenção da armazenagem dos estoques, sem o que a Conab permanecerá refém de especulações quanto à apuração daquelas despesas. Por fim, o Conselho Fiscal deliberou por registrar parte do título VI, que sintetiza o entendimento do Colegiado diante da análise do material recebido e dos esclarecimentos recebidos: *“Por todo o exposto e à luz dos documentos analisados, reafirma-se o entendimento pela regularidade na aplicação dos recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional à Conab, referentes à Política de Garantia do Preço Mínimo, sem prejuízo, no entanto, à crítica quanto à pouca clareza e baixa transparência dos reais custos inerentes à operacionalização da citada política pública, em especial às atividades de armazenamento de estoques públicos.”* O Colegiado deliberou considerar atendida a sua solicitação que versa sobre apuração dos fatos apontados pela denúncia. **11 - Assuntos Gerais. 11.1 – CI/Presi nº 107, de 4/3/2008, a qual, em face à determinação ministerial contida no item “2” do despacho exarado nos autos do Processo nº 21000.012353/2005-45 pelo Ministro Supervisor, encaminha: cópia do Relatório Final da Comissão de Processo Interno de Apuração, constituída por meio da Portaria Ministerial nº 459, de 14/11/2005, publicada no DOU de 17/11/2005, com o objetivo de apurar os atos e/ou fatos demonstrados pelos autos do Processo nº 21000.002565/2005-14 e seu apenso nº 000009.000524/2001-18; cópia da manifestação da Consultoria Jurídica do MAPA e do referido despacho ministerial.** O Conselho, após análise da documentação, verificou que os autos do Processo nº 21000.002565/2005-14 dizem respeito à Sindicância instaurada na Conab pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por requisição do Ministério Público Federal, para apuração de fatos insertos no Processo nº 000009.000524/2001-18, com suposto envolvimento de ex-dirigentes da Companhia. O Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Conab que informe, oportunamente, os resultados obtidos acerca das providências adotadas pela Companhia. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 151ª, ficou marcada para o dia 28 de abril de 2008.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE

EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **152ª** (Centésima Qüinquagésima Segunda) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **maio/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Aberta a reunião, como **item 1** da pauta, foi dado início à leitura da minuta da Ata da 151ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 28/4/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. **2 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira.** Embora não tenha sido entregue o referido demonstrativo, a Conselheira Lúcia Áida solicitou ao Superintendente de Finanças, Paulo Sérgio Silveira, por telefone, que o “Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira” seja elaborado no mesmo formato do apresentado no exercício de 2007, ou seja, contendo informações relativas a Dotação Atual (LOA + Alterações); Limites de Movimentação e Empenho; Dotação Contingenciada; Crédito Empenhado; Percentual do Crédito Empenhado em relação ao Limite; Crédito Liquidado, Percentual de Crédito Liquidado em relação ao Crédito Empenhado; Crédito Disponível; e Valor Pago. **3 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em abril/2008 - CI/CPL nº 036/2008, de 5/5/2008. 3.1 – Licitações Processadas.** As Licitações processadas, no mês de referência, foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico, com exceção do Processo nº 0290/2008, cuja modalidade foi Convite, tipo Menor Preço, destinado à contratação de leiloeiro público para a realização de leilão de bens patrimoniais pertencentes à Conab. **3.2 – Contratações:** Sobre as contratações, o Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico, exceto o Processo nº 2170/2007, para concessão de licença de uso e prestação de serviços de manutenção, suporte técnico (helpdesk) e atualização de versão do Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos – SAAGRA, e do sistema de informações gerenciais do SAAGRA que apresentou como base legal para inexigibilidade de licitação o inciso I do artigo 25 da Lei nº 8.666/93. Devido ao elevado valor da contratação, R\$360 mil, o Confis solicitou para a próxima reunião vistas ao referido processo. **4 – Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 4.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posições de 16/5/2008 - CI/Audin nº 205, de 19/5/2008.** O Conselho Fiscal analisou os referidos Quadros, bem como suas observações, nada acrescentando de relevante. **5 – Assuntos Gerais. 5.1 – Portaria nº 209, de 22/4/2008, publicada no DOU de 23/4/2008.** A Conselheira Lúcia Áida deu ciência aos demais membros do Confis sobre a Portaria em apreço, a qual divulga o superávit financeiro apurado no exercício de 2007. Após ciência, o Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Conab esclarecimentos sobre o déficit financeiro da Companhia nos valores de R\$43.843 mil e R\$214.796 mil, respectivamente, nas fontes “80” e “50”. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após

lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 153^a, ficou marcada para o dia 2 de junho de 2008.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE

EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **153ª** (Centésima Quinquagésima Terceira) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **junho/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Aberta a reunião, como **item 1** da pauta, foi dado início à leitura da minuta da Ata da 152ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 19/5/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. **2 – Demonstrações Contábeis - Abril/2008 - CI/Sucon nº 395, de 23/5/2008; Nota Técnica Audin nº 10/2008 - Análise das Demonstrações Contábeis de abril/2008 – CI/Audin nº 228, de 2/6/2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de abril/2008, verificou que as Receitas de Vendas e Serviços experimentaram uma elevação de 18% em relação ao mês anterior, alcançando R\$ 25,16 milhões. Entretanto, segundo a Nota Técnica Audin nº 10, R\$ 7,51 milhões são relativos a estornos efetuados na Conta “52312.02.07 - Diferencial de Transferência”, oriundos da Sureg/PR, referentes à remoção de milho nos meses de janeiro a março/2008. Portanto, o valor da Receita de Venda de Mercadorias, no mês de abril/2008, é de R\$ 13,07 milhões, divergente dos R\$ 20,58 milhões registrados na DRE. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 14,03 milhões, compensado por uma equalização de R\$ 1,80 milhão, obtendo-se um Lucro Bruto de R\$ 10,17 milhões. Sobre a equalização do mês de abril/2008, o item 1.1.4 da referida Nota informa que os valores contabilizados no mês de abril/2008 foram lançados por estimativas, a exemplo dos meses anteriores. Em relação a este fato, o Conselho deliberou por elaborar CI à Presidência, solicitando ser informado da data prevista para a implantação do novo sistema de controle de estoques, haja vista que mensalmente a contabilização da equalização tem ocorrido por meio de estimativas, o que resulta, freqüentemente, em ajuste contábil no mês posterior. O Colegiado manifestou preocupação quanto aos valores contabilizados, por não espelharem a real situação contábil das operações da Companhia. As Despesas Operacionais sofreram um decréscimo de R\$ 37,63 milhões, em março/2008, para R\$ 30 milhões em abril/2008, propiciado pela diminuição das Despesas de Pessoal, que variou de R\$ 24,77 milhões para R\$ 19,52 milhões, como também pela redução das Despesas Comerciais e Administrativas, que decresceram de R\$ 12,86 milhões para R\$ 10,49 milhões, no período. As Receitas Operacionais Diversas apresentaram um aumento de cerca de 14%, passando de R\$ 22,70 milhões (março/2008) para R\$ 25,84 milhões (abril/2008), decorrente, principalmente, do aumento das Indenizações e Restituições, que contemplam a indenização de despesas referentes à armazenagem e manutenção de estoques públicos em armazéns da Conab, passando de um resultado negativo de R\$ 153 mil, no mês anterior, para uma receita de R\$ 10,69 milhões em abril/2008, o que contribuiu para o Lucro Líquido de R\$ 5,06 milhões no período sob análise, e um resultado líquido acumulado de R\$ 1,01 milhão. Segundo o item 1.5.1 da Nota, o resultado líquido de abril/2008 é composto de um lucro de R\$ 5,77 milhões derivados das operações governamentais e de um prejuízo de R\$ 705 mil decorrente das atividades próprias. **3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição: abril/2008 - CI/Sufin nº 1.231/08, de 30/5/2008.** Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho

verificou que o valor dos Empenhos Liquidados está superior ao montante dos Empenhos Emitidos, relativo às ações orçamentárias: “Operacionalização da Comercialização de Produtos” 54,88% e 6,62%, respectivamente, nas fontes de recursos 0280 e 0250; “Capacitação de Servidores Públicos Federais”, em 8,39% na fonte 0100; “Assistência Médica e Odontológica aos Servidores”, em 4,35% na fonte 0250; e “Auxílio-Alimentação”, em 25,10% na fonte 0250. Referida inconsistência foi informada, pessoalmente, ao Superintendente de Finanças, Paulo Sérgio Silveira, o qual ficou de verificar os dados e prestar os esclarecimentos, o que não foi possível até o final da reunião, segundo o empregado Raimundo Nonato de Souza, daquela Superintendência. Pelo expediente, o Confis registra que a análise da execução orçamentária e financeira da Companhia, no mês em referência ficou prejudicada. **4 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 4.1 – Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 30/5/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 1.230, de 30/5/2008.** Após exame do Relatório, o Conselho verificou não haver evolução para os apontamentos efetuados em atas anteriores, em especial à Ata da 151ª Reunião Ordinária do Confis, deliberando por registrar que está aguardando as seguintes informações: **a)** Se as cobranças dos débitos, relacionados a seguir, foram ajuizadas: **a.i)** Débito em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira; **a.ii)** Débito da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes; e **a.iii)** Débito da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messac de Moraes; **b)** Quais as providências que foram tomadas, visando ao recebimento do débito da Secretaria de Est. do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, e, mais uma vez, reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10, parágrafo único; **c)** Pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência, com relação às cessões de Marly Terrel de Macedo Soares à ANA e de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal. **4.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – Período: 1/7/1994 a 30/5/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 1.229, de 30/5/2008.** O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,81 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$112,07 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,2%. O Conselho solicita à Companhia informar quais as medidas que estão sendo adotadas, visando à recuperação dos créditos. **5 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posições de 2/6/2008 e 26/5/2008.** O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que as certidões relativas à Secretaria da Receita Federal e ao INSS ainda encontram-se vencidas. O Gerente da Gerência Fiscal e Tributária – Gefit/Sucon, Senhor Paulo Ricardo Simões Coelho, por telefone, informou que o obstáculo para obtenção da certidão emitida pela SRF refere-se à falta de recolhimento da Taxa de Aforamento devida à Secretaria de Patrimônio da União – SPU/RJ. Entretanto, segundo o Representante da Sucon, a Administração da Conab já está adotando as providências necessárias para atestar junto a SPU que aquela dívida é de imóvel não mais pertencente ao patrimônio da Empresa. Quanto ao certificado emitido pelo INSS, esclareceu que uma irregularidade cometida no preenchimento de guia de recolhimento no exercício de 2006 gerou um apontamento contra a Conab, o que vem obstando a emissão de Certidão Negativa de Débito - CND, porém, a Administração está providenciando as medidas cabíveis para regularizar a situação. **6 – Assuntos Gerais. 6.1 – Relatório de Gestão – 1º Trimestre/2008 – CI/Copav nº 091, de 26/5/2008.** Após análise do referido Relatório, o Colegiado verificou que a Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros apresentou um crescimento de 27,58% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento do estoque de terceiros da ordem de 48,49%, conforme demonstrado no Quadro 2.07 - Demonstrativo da Variação da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros. No Quadro 2.08 – Demonstrativo da Variação dos Estoques Médios, foi verificada uma redução na quantidade total de estoque (Governo + Terceiros), em relação ao 1º trimestre

de 2007, variando de 699.453t para 430.864t. Sobre a fiscalização dos estoques públicos, até o fim do 1º trimestre, foram fiscalizadas, cumulativamente, 2.335.843t o que corresponde a 99,40% do estoque contábil acumulado, qual seja, 2.349.835t. A meta física para o exercício é de fiscalização de 2.850 Unidades, sendo que até o fim do 1º Trimestre/2008, foram fiscalizadas 683 Unidades, correspondente a 23,96% da meta estabelecida. No tocante aos registros de perdas quantitativas, verificou-se um desvio de 10.206,2 t (Sureg MT, PA, PR e RS). Visando recuperação das perdas, foram adotadas pela Conab as medidas previstas na Resolução Conab nº 009/1992, no que pertine à “*notitia criminis*”. Quanto aos Estoques Desclassificados e Abaixo Padrão - AP, Quadro 1.07 – Demonstrativo de Estoques Desclassificados e AP, foram registrados 1.628t “AP” e 2.563t Desclassificados, nas Suregs AL, GO, MT e RS, relativos às safras de exercício anteriores. Com referência à vistoria dos estoques privados, permanece a mesma situação apontada no exercício de 2007, ou seja, a não celebração de convênio com o MAPA, não ocorrendo, por conseguinte, inspeção das 200.000 toneladas previstas para o exercício, apesar da dotação orçamentária de R\$ 120.000,00 para a realização da correspondente despesa, conforme consta do item 1.2.1.8 – Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento. Consta do item 1.2.1.4 – Aquisição de Produtos para Comercialização, a execução no valor de R\$32.629,00, pela Sureg RS, representando um percentual de 0,03% da Dotação Orçamentária consignada na LOA/2008, no valor de R\$100.009.941,00. O Conselho deliberou por recomendar à Companhia, medidas mais eficazes, de forma a melhorar o desempenho da ação relativa à finalidade das referidas aquisições, qual seja, apoiar programas institucionais de abastecimento social promovidos e coordenados pelo Governo. No que se refere ao item 1.2.3.2 – Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas por Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista, consta a informação, “*Objetiva o cumprimento das decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, mediante pagamento de passivos judiciais.*”, porém, sem identificar o Grupo de Natureza da Despesa – GND. Em confronto com o Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Exercício 2008 (item 2 desta Ata), foi verificado o seguinte detalhamento: Ação Orçamentária “0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado”, sendo R\$ 5.000.000,00 no GND “1 – Pessoal e Encargos Sociais” e R\$ 34.007.160,00 no GND “3 – Outras Despesas Correntes”. Considerando o elevado montante envolvido, o Conselho solicita à Companhia informar quais as despesas que são pagas no GND 3. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 154ª, ficou marcada para o dia 30 de junho de 2008.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE

EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **154^a** (Centésima Quinquagésima Quarta) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **junho/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a Senhora **LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e o Senhor **JOSÉ SEBASTIÃO CHAVES DOS SANTOS**, suplente da Senhora **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foi convidado para prestar esclarecimentos ao Conselho, o Senhor Rubinaldo Lameira dos Santos, Superintendente de Contabilidade. Aberta a reunião, o Presidente registrou que a Senhora Evanir estava impossibilitada de comparecer à reunião por motivo de saúde, conforme atestado médico apresentado, tendo sido convocado o suplente acima identificado. Em seguida, como **item 1** da pauta, foi dado início à leitura da minuta da Ata da 153^a Reunião Ordinária do Confis, realizada em 2/6/2008, que depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. **2 – Demonstrações Contábeis - Maio/2008 - CI/Sucon nº 466, de 16/6/2008; Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Maio de 2008; Nota Técnica Audin Nº 013/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis de maio de 2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de maio/2008, verificou que as Receitas de Vendas e Serviços experimentaram uma elevação de 306% em relação ao mês anterior (R\$ 25,16 milhões), alcançando R\$ 76,98 milhões. Entretanto, segundo a Nota Técnica Audin nº 13/2008 (item 1.2.1 Receita de Vendas), as vendas dos estoques públicos contabilizados em maio/2008, foram menores em R\$ 10,17 milhões em relação às efetivamente realizadas, o que corresponde a um total de R\$ 83,54 milhões, divergindo portanto da DRE, que registra o valor de vendas no total de R\$ 73,37 milhões. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 76,19 milhões. O item 1.1, letra “e”, da referida Nota informa que todas as operações foram superavitárias, não houve, portanto, equalização de preços. O valor de R\$ 2,04 milhões refere-se a ajustes e resíduos de meses anteriores. As Despesas Operacionais sofreram um acréscimo de R\$ 30 milhões, em abril/2008, para R\$ 31,56 milhões em maio/2008, em razão do acréscimo de R\$ 832 mil, nos pagamentos de sentenças judiciais. As Receitas Operacionais Diversas apresentaram um aumento de cerca de 19,75%, passando de R\$ 25,84 milhões (abril/2008) para R\$ 30,95 milhões (maio/2008). Segundo o item 1.1 da Nota, o resultado líquido de maio/2008 é composto de um lucro de R\$ 1,33 milhão derivado das atividades próprias e de um déficit de R\$ 5,71 milhões decorrente das operações governamentais. Entretanto, no que concerne às operações governamentais retratada nos registros contábeis de maio/2008, destaca que ocorreu uma distorção no resultado econômico líquido, ocasionada, principalmente, pela falta do lançamento do valor de R\$ 10,61 milhões de vendas efetivadas e pelo registro de R\$ 2,04, já mencionado anteriormente, a título de ajustes. Procedidos os ajustes supracitados, o resultado das operações governamentais sofre uma reversão bastante acentuada, passando de um déficit de R\$ 5,71 milhões para um superávit de R\$ 2,57 milhões. Da mesma forma, o resultado líquido do mês de maio/2008 atinge R\$ 3,9 milhões superavitários em contraposição ao déficit apurado nos demonstrativos contábeis de R\$ 4,38 milhões. Já o resultado acumulado do período passa de um déficit de R\$ 3,38 milhões para um superávit de R\$ 6,95 milhões. O Colegiado, mais uma vez, manifestou preocupação quanto aos valores contabilizados, por

não espelhareм a real situação contábil das operações da Companhia. **3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição: maio/2008 - CI/Sufin nº 1.422, de 17/6/2008.** Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou que, até o mês de maio, permanecem sem execução orçamentária as seguintes ações orçamentárias: (i) Na rubrica “Custeio”: “10HG – Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-colheita de Grãos”; “2808 – Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador”; “4706 – Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento”; e “8579 – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar”; e (ii) Na rubrica “Investimento”: “12BZ – Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia - MG”; “2137 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários”; e “2272 – Gestão e Administração do Programa”. Ainda, com relação à execução orçamentária, o Colegiado solicita que a Companhia observe os limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo MAPA, mediante a Portaria SE/MAPA nº 62, de 16/5/2008, publicada no DOU de 21/5/2008. Com relação à execução financeira, o Confis constatou que os valores pagos das ações “2272 – Gestão e Administração do Programa” e “2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados” estão superiores aos “Empenhos Liquidados”, registrando, mais uma vez, que referida inconsistência prejudica a análise. **4 – Atas do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada da Conab. 4.1 – Ata da 181ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.** Após análise, o Conselho verificou não haver registros que merecerem destaque. **4.2 – Atas das 851ª a 858ª Reuniões Ordinárias e da 180ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Conab.** Após análise, o Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Companhia que seja mantido informado acerca dos resultados obtidos com a celebração do Convênio com o MDS, constante da Ata da 856ª Reunião. No tocante às demais verificou não haver registros que merecessem destaque. **5 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em maio/2008 - CI/Gecot nº 005, de 2/6/2008. 5.1 - Licitações Processadas.** As Licitações processadas, no mês de referência, foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico. **5.2 – Contratações.** Sobre as contratações, o Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico, exceto o Processo nº 0178/2007, para contratação de empresa, no regime de empreitada por preço global, irremediável, para obras de manutenção e adequação de equipamentos e instalações eletromecânicas da Usina de Beneficiamento de Arroz da UA/Rio Formoso/TO, que apresentou como amparo legal o artigo 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93. **6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 6.1 – Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 27/6/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 1.522, de 27/6/2008; FOLHA DE DESPACHO 31, em resposta à CI/Confis 006/2008.** Após exame do Relatório, o Conselho verificou que o débito da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messac de Moraes foi quitado em 12/6/2008. Quanto às cobranças dos débitos em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira e da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes, registra que está aguardando informações sobre o ajuizamento das mesmas. No que diz respeito às providências, visando ao recebimento do débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10, parágrafo único, não sendo justificativa a informação constante do Relatório, a saber *“Não foi incluída no CADIN na data informada, uma vez que a empregada não foi localizada naquela Secretaria.”* Após análise da Folha de Despacho 31, o Colegiado considera atendido o pronunciamento da Companhia com relação à cessão de Marly Terrel de Macedo Soares à Agência Nacional de Águas - ANA. Com relação à cessão de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Conselho mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela

Companhia, quais sejam: (i) retorno do servidor, nos termos do art. 10 do Decreto nº 4.050/2001; e (ii) cobrança do ressarcimento devido. **6.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – Período: 1/7/1994 a 27/6/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 1.512, de 27/6/2008.** O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,85 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 112,7 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,1%. O Conselho reitera à Companhia informar quais as medidas que estão sendo adotadas, visando à recuperação dos créditos. **7 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posição de 30/6/2008.** O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que estão pendentes as certidões relativas à Secretaria da Receita Federal, ao INSS e à Fazenda Estadual/PA. O Superintendente de Contabilidade esclareceu que a pendência junto à SRF refere-se a recolhimentos de valores a menor, enquanto que os casos do INSS e da Fazenda Estadual do Pará decorreram do atraso no lançamento de Guias de Recolhimento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, ainda não processadas. **8 - Relatórios da Auditoria Interna – Audin - CI/Audin nº 259, de 27/6/2008. 8.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007– Posições de 2/6/2008 e 13/6/2008, respectivamente.** O Conselho Fiscal analisou os referidos Quadros, bem como suas observações, nada acrescentando de relevante. **8.2 – Nota Técnica Coaud nº 08/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de maio/2008.** O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de maio/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. **8.3 – Resposta à CI/Confis nº 008/2008, a qual solicita à Auditoria especial atenção e acompanhamento acerca de processos licitatórios no âmbito das Suregs MT e CE.** Após análise, o Conselho deliberou por solicitar à Presidência da Companhia que recomende à Auditoria Interna observância rigorosa com relação ao prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços advocatícios, exigido pela Lei 8.666/93, firmados pela Conab. Acrescentamos que, embora tenha enviado a este Colegiado a CI/Audin nº 259 em referência, não houve manifestação daquela Unidade de Auditoria sobre as informações prestadas pelas Suregs MT e CE, mediante as CIs 4492 e 1526, respectivamente. **9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos – Posição: Junho/2008.** Após análise, o Conselho verificou não haver fatos que merecessem comentários. **10 – Diligências do Conselho Fiscal - FOLHA DE DESPACHO 31, em resposta à CI/Confis 006/2008, e CI/Audin nº 259, de 27/6/2008, em resposta à CI/Confis nº 008/2008** O Conselho Fiscal procedeu ao exame das referidas Folha de Despacho e CI, conforme consta dos itens 6.1 e 8.3 desta Ata, respectivamente. **11 – Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). 11.1 – Tribunal de Contas da União – TCU:** A Conselheira Lúcia Aída deu ciência ao Colegiado da publicação no Diário Oficial da União – DOU dos seguintes acórdãos: (i) Acórdão nº 1459/2008 – TCU – 2ª Câmara (DOU de 5/6/2008): Natureza: Representação; Unidade: Superintendência Regional no Rio Grande do Sul – Sureg/RS; (ii) Acórdão nº 1668/2008 – TCU – 2ª Câmara (DOU de 19/6/2008), mediante o qual o Tribunal acordou em encerrar e arquivar o processo nº TC 013.522/2005-3, relativo à Tomada de Contas do exercício de 2004, considerando que as unidades cumpriram as determinações expedidas por meio do Acórdão 156/2007; e (iii) Acórdão nº 1898/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 20/6/2008), que versa sobre a Prestação de Contas da Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg/MG – Exercício 2006. Após conhecimento, o Colegiado decidiu solicitar à Presidência da Conab informações sobre o atendimento às determinações do TCU nos Acórdãos 1459 e 1898. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 155ª, ficou marcada para o dia 31 de julho de 2008.

MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE

**JOSÉ SEBASTIÃO CHAVES DOS
SANTOS**
CONSELHEIRO SUPLENTE

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **155ª** (Centésima Quinquagésima Quinta) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **julho/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores **LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS**, representante do MAPA, e **MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Como convidados, estiveram presentes a Srª. Eugenia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna – Audin, e o Sr. Rubinaldo Lameira dos Santos, Superintendente de Contabilidade. Aberta a reunião, a Presidente expôs que, de acordo com entendimentos mantidos pelos Conselheiros, as reuniões do Conselho contarão sempre com a presença de um representante da Audin. Em seguida, apresentou aos demais conselheiros o Superintendente de Contabilidade, ocasião o Sr. Rubinaldo colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos julgados necessários. Prosseguindo, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata anterior.** Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 42ª Reunião Extraordinária do Confis, realizada em 31/07/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. **2. Demonstrações Contábeis: Junho/2008 – Comunicação Interna Sucon nº 553, de 17/07/2008; e Nota Técnica Audin nº 14/2008, relativa à Análise das Demonstrações Contábeis - Junho de 2008.** **2.1.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de junho/2008 e a Nota Técnica Audin nº 14/2008, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: **a.** Receita de Vendas de Mercadorias (R\$ 115,71 milhões): apresentou um crescimento de 57,90% em relação ao mês de maio (R\$ 73,28 milhões). O registro extemporâneo das vendas dos estoques públicos do mês de maio, no valor de R\$10,61 milhões, teve

influência direta no resultado do mês em referência; **b.** Equalização (R\$ 5,22 milhões): houve um aumento de 156,33% em comparação com o mês anterior, entretanto a análise fica prejudicada, uma vez que o valor de R\$ 2,04 milhões contabilizado em maio referia-se a ajustes de meses anteriores; **c.** Receita de Serviços (R\$ 3,26 milhões): oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, justifica-se a tendência de baixa observada no mês anterior, em parte pelo pico da safra 2007/2008 atingido em abril/2008; **d.** Despesas Comerciais e Administrativas (R\$ 13,36 milhões): verificada uma variação positiva de 490,6% no SubGrupo “Obrigações Tributárias e Contributivas” no mês de junho em relação ao mês de maio, ocasionada por estornos efetuados pela Sureg/PR. O Conselho deliberou por solicitar à Presidência esclarecimentos quanto aos motivos que levaram à realização desses estornos. Outro aspecto relevante nesse Grupo diz respeito à variação positiva de 86,8% no Subgrupo “Outras Despesas Operacionais” que ocorreu em razão do registro de adiantamento, no mês de maio/2008, referente à aquisição do Imóvel da Sureg/SP, decidindo-se, por solicitar, também, esclarecimentos quanto ao procedimento; **e.** **Resultado Contábil do mês: o resultado contábil apresentado do mês de junho não reflete o resultado efetivo das operações da Companhia no mesmo mês, em face do lançamento de valores de receitas de vendas referentes a maio/2008. Tal procedimento acarretou distorção na DRE que deveria ter sido negativa, no montante de R\$ 1,7 milhão. Em virtude dos lançamentos, o documento apresentou um resultado positivo na ordem de R\$ 8,9 milhões, nos termos apresentados pela Nota Técnica Audin nº 014/2008;** **f.** Forma de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE: O Confis solicita que as próximas DREs, elaboradas pela Sucon, contenham apresentação dos resultados do mês anterior, com o objetivo de propiciar um comparativo com o resultado atual, inclusive em termos percentuais; **g.** O Conselho registra que não foram encaminhadas ao Colegiado as Demonstrações Contábeis relativas ao 2º trimestre.

2.2. Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Junho de 2008: Após registro de recebimento do relatório, os conselheiros decidiram que esse será utilizado como fonte de consulta.

2.3. Comunicação Interna Diafi nº 172, de 01/07/2008, que encaminha a Revista “Demonstrações Contábeis – Exercício 2007”: O Conselho registrou o recebimento da Revista, não havendo necessidade de maiores observações acerca do informativo, uma vez que as contas do exercício de 2007 já foram analisadas e aprovadas pelo Colegiado.

3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Junho/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 1658, de 18/07/2008: Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou o que se segue: **a.** Com relação à execução orçamentária: os limites de movimentação e empenho não conferem com os estabelecidos pelo MAPA, mediante a Portaria SE/MAPA nº 62, de 16/05/2008, publicada no DOU de .21/05/2008. O Confis reitera à Companhia que observe os limites fixados; **b.** Com relação à execução financeira: os pagamentos efetuados estão dentro dos limites de pagamento estabelecidos pela Portaria SE/MAPA nº 63, de 16/05/2008, publicada no DOU de 18/06/2008, no entanto constam valores pagos superiores aos “Empenhos Liquidados”. O Conselho registra, mais uma vez, que referidas inconsistências prejudicam a análise.

4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

4.1. Atas das 859ª a 860ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab: Após análise, o Conselho verificou não haver registros que merecerem destaque, no entanto, solicita vistas à Resolução nº 22/2002 e Resolução nº 15/2007, para conhecimento de seus teores.

4.2. Ata da 182ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Após análise, o Conselho solicita ser informado: **a.** Se haverá realização de despesas para a criação das Superintendências Regionais nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Roraima e Sergipe e da função de Assistente na Sureg/RJ (item 2 da referida ata). Em caso positivo, se existe a previsão orçamentária para a realização dessas despesas; **e, b.** Do que se trata o pedido do Ministério Público Federal – MPF, objeto do

Ofício OF/NPPS/PR/RS/Nº 4321/2008, bem como as providências adotadas pela Conab, visando ao cumprimento das determinações contidas no Despacho Ministerial, datado de 31/08/2006, conforme consta do item 3 da ata em questão. **5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em junho/2008 – Comunicação Interna CPL nº 040/2008, de 01/07/2008: 5.1. Licitações:** As licitações processadas, no mês de referência, foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico. **5.2. Contratações.** Sobre as contratações, o Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico. **6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 07/08/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1.984, de 07/08/2008; Folha de Despacho 03, em resposta aos itens (iii) e (iv) da Comunicação Interna COFINS nº 008, de 04/06/2008.** Após exame do Relatório e da Folha de Despacho, o Conselho registra: **a.** A Folha de Despacho 31 não atendeu à solicitação do Colegiado, a exceção da informação relativa à quitação do débito da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messac de Moraes, efetuada em 12/6/2008, a qual já havia sido verificada pelo Confis, quando da realização da 154ª Reunião Ordinária, em 30/06/2008, conforme consta do item 6.1 da referida ata; **b.** Quanto às cobranças dos débitos em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira e da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes, reitera que continua aguardando as informações sobre o ajuizamento das mesmas; **c.** Com relação à cessão de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Conselho mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia, quais sejam: **(i)** retorno do servidor, nos termos do art. 10 do Decreto nº 4.050/2001; e **(ii)** cobrança do ressarcimento devido; **d.** No que diz respeito ao débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10, parágrafo único, e solicita que seja informado sobre as providências adotadas visando ao recebimento do referido débito; **e.** Débitos da Procuradoria Geral do Trabalho, relativos à cessão de Adelson M. dos Santos, no período de mar/08 (13 dias) e abr/08 a jun/08: O Conselho reitera à Companhia observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001 e recomenda a adoção de providências tempestivamente, visando ao recebimento do referido débito. **6.2. Relatório Gerencial de Cobrança.** O Colegiado registra que está aguardando as informações acerca das medidas que estão sendo adotadas pela Companhia, visando à recuperação dos créditos em atraso. **7. Auditoria Interna - Audin: 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 - Posições de 25/07/2008 – Comunicação Interna Audin nº 276, de 30/07/2008.** **a.** Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Confis verificou, com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, que a Sureg/AM, por meio da CI/52, de 21/02/2008, informou que o devedor apresentou proposta para quitação do débito em 8 (oito) parcelas, tendo sido o assunto submetido à análise da Procuradoria-Geral – Proge. Dado o lapso temporal, o Conselho solicita a adoção de providências, com vistas à solução da pendência. **b.** Exercício de 2007: Analisando o mencionado quadro e suas observações, o Confis verificou que foi concluída a avaliação do Auditor Interno acerca das respostas oferecidas pela Sureg/GO, por meio da CI/Sureg/GO nº 7006, de 7/11/2007, relativa ao Relatório de Auditoria - RA nº 031, com o encaminhamento do Processo à Superintendência de Operações - Suope para avaliação. **7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008.** Não houve entrega de Relatórios contemplados na Programação do PAINT/2008. A Audin ficou de apresentar o Sistema de Auditoria Interna – Siaudi ao Conselho Fiscal, na próxima reunião do Colegiado. **7.3. Nota Técnica Audin nº 14/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de junho/2008 - Comunicação Interna Audin nº 276, de 30/07/2008.** O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente

com a apreciação das demonstrações contábeis de junho/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. **7.4. Relatório das Constatações relativas aos Contratos celebrados por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - 2º trimestre de 2008 - Comunicação Interna Audin nº 276, de 30/07/2008.** A Audin apresentou um relatório contendo as contratações realizadas no período de abril a junho/2008, no âmbito das Suregs e Matriz. O Conselho Fiscal analisou o mencionado Relatório e verificou que a maioria dos contratos apresentou como amparo legal o inciso II do art. 25 ou o parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, não atentando para os termos do Acórdão TCU nº 656, de 06/12/1995, que orienta a fundamentação pelo caput do art. 25 da mencionada Lei, embora tratar-se de contratações na modalidade inexigibilidade de licitação. Importante destacar as contratações, realizadas no mês de abril, que foram objeto de encaminhamento de comunicação interna pela Audin, postulando informações detalhadas acerca da contratação direta, uma vez que os casos em questão não são inexigibilidade, devendo sofrer o regular processo licitatório, respectivamente, na modalidade pregão e tomada de preços, a saber: **a.** Contratação de serviços jurídicos pela Sureg/PA, fundamentada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93; e **b.** Contratação de serviços de montagem, inspeção técnica, substituição de peças dos compressores Mycom – modelo F6B da UA Passa Quatro, pela Sureg/MG, fundamentada no art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93. O Colegiado solicita ser informado sobre o encaminhamento do assunto. Cabe ressaltar que a Proge elaborou a Comunicação Interna Circular nº 272, de 11/06/2008, por solicitação da Audin, destinada a todas as Suregs, contendo orientações jurídicas acerca da fundamentação legal aplicável às contratações diretas, usualmente, efetuadas pela Companhia. **8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 30.06.2008.** Foram apresentadas as seguintes certidões e certificados: **a.** Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda, válida até 06/11/2008; **b.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, válida até 15/08/2008; **c.** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa – de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, válida até 03/01/2009. Constatou-se a ausência da Certidão Negativa do INSS, tendo sido chamados para prestar esclarecimentos os titulares da Superintendência de Contabilidade e da Gerência Fiscal e Tributária, Senhores Rubinaldo dos Santos e Paulo Ricardo, respectivamente, os quais informaram que a regularização da referida Certidão está em andamento. A demora da emissão do documento se deve a problemas operacionais da Previdência Social, não havendo débito da Companhia em relação àquele órgão. Prosseguindo, a Presidente expôs que, no tocante aos Extratos do Cadin e Sicaf, verificou-se que consta no extrato do Sicaf, certidões com prazo expirado. Fazendo uso da palavra, o Sr. Paulo Ricardo informou que a atualização do Sicaf depende de todas as certidões estarem regularizadas. Portanto, a pendência existente ocorre em razão da Certidão Negativa de Débito – CND do INSS. Os esclarecimentos foram considerados satisfatórios, entretanto os Conselheiros aguardam providências pela Companhia, no sentido de regularizar as pendências, sendo mantido o Conselho informado. A Presidente agradeceu a presença dos representantes da Sucon. **9. Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos. 9.1. Comunicação Interna Presi nº 0393, de 31/07/2008, a qual, em face à determinação ministerial contida no item “2” do despacho exarado nos autos do Processo nº 21000.012353/2005-45 pelo Ministro Supervisor, encaminha: cópia do PARECER PROGE/SUMAD Nº GP 225/2008, da Procuradoria-Geral da Conab; cópia do PARECER COGER Nº 27/2008, da Corregedoria-Geral da Conab; e cópia do**

Despacho PRESI, de 29/07/2008, relativo ao julgamento do processo interno de apuração. O Conselho, após análise da documentação, verificou que o assunto foi abordado pelo Colegiado na 150ª Reunião Ordinária, realizada em 07/04/2008. O Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Conab que informe, oportunamente, as providências adotadas pela Companhia, visando ao cumprimento das determinações contidas no Despacho PRESI, de 29/07/2008.

10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1.984, de 07/08/2008; Folha de Despacho 03, em resposta aos itens (iii) e (iv) da Comunicação Interna Confis nº 008, de 04/06/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Comunicação Interna juntamente com a apreciação do Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 07/08/2008, conforme consta do item 6.1. desta Ata.

10.2. Comunicação Interna Diafi nº 200, de 07/08/2008, em resposta à solicitação de esclarecimentos, feita na 152ª Reunião Ordinária do Confis (item 5.1), quanto ao déficit financeiro da Companhia nos valores de R\$ 43.843 mil e R\$ 214.796 mil, respectivamente, nas fontes de recursos “80” e “50”, apresentado na Portaria/STN nº 209, de 22/04/2008, publicada no DOU de 23/04/2008, a qual divulga o superávit financeiro apurado no exercício de 2007. A Comunicação Interna nº 200 informa que o assunto foi esclarecido no OFÍCIO DIAFI Nº 199, de 5 de agosto de 2008, o qual está endereçado ao Coordenador de Contabilidade do MAPA. Consta do referido Ofício, que todos os lançamentos pertinentes às fontes “50” e “80” foram revisados e efetuadas regularizações no período de 01/01 a 30/06/2008. O Conselho solicita a análise e manifestação da Auditoria Interna acerca dos lançamentos efetuados, informando, oportunamente, ao Confis, os resultados obtidos.

11. Assuntos Gerais. 11.1. Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal para o 2º Semestre. Definiu-se, mediante consenso, que as reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas às sextas-feiras de cada mês, agendando-se as seguintes datas: **JULHO** – 29/08/2008; **AGOSTO** – 26/09/2008; **SETEMBRO** – 31/10/2008; **OUTUBRO** – 28/11/2008; **NOVEMBRO** – 19/12/2008. O Cronograma deverá ser encaminhado à Presidência da Companhia para conhecimento, com vistas à divulgação às diretorias/áreas técnicas.

11.2. Acompanhamento do atendimento às solicitações do Conselho registradas em atas. Para possibilitar o acompanhamento das respostas às solicitações de esclarecimentos ao Conselho Fiscal, apontadas em ata e formalizadas à Presidência da Companhia, por intermédio de comunicações internas, definiu-se, mediante consenso, pela elaboração de quadro de acompanhamento dos assuntos pendentes, a partir do mês de janeiro/2008. O mencionado quadro terá periodicidade mensal e entrará nos itens de pauta das reuniões.

11.3. Metodologia de trabalho do Conselho. De forma a otimizar os trabalhos do Conselho, a documentação de suporte à análise dos itens de pauta deverá ser encaminhada previamente aos Conselheiros, prevendo-se, preferencialmente, uma antecedência mínima de 5 dias úteis às reuniões ordinárias previstas em calendário.

11.4. Ofício-Circular STN/COREF/GEFIS nº 32, de 17 de julho de 2008, e Ofício Circular STN/GEFIS/COREF nº 33, de 22 de julho de 2008. Trata-se de documentos apresentados pelo Conselheiro Marcus Vinícius, na qualidade de representante do Tesouro Nacional, nos quais a Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários da Secretaria do Tesouro Nacional – COREF/STN requer ao conselheiro verificação junto à Administração da Conab, acerca da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, publicada no DOU da mesma data, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, nos seguintes aspectos:

a. Ofício-Circular STN/COREF/GEFIS nº 32: solicita posicionamento quanto ao enquadramento da Conab ao disposto no art. 3º da Lei nº 11.638/2007, relativamente à aplicação às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei 6.404/76, sobre escrituração e elaboração

de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; **b.** Ofício Circular STN/COREF/GEFIS nº 33: solicita gestões, junto à Companhia, no sentido de que seja elaborado estudo sobre as diferenças existentes entre a escrituração contábil atual e as práticas contábeis inseridas pela Lei nº 11.638/2007, incluindo as repercussões que essas mudanças podem provocar no resultado operacional da Empresa, bem como o impacto fiscal da adoção daquelas medidas legais. O referido ofício estipula o prazo de 30 de setembro de 2008 para envio à GEFIS/COREF das informações requeridas. **Decisão:** Após ciência dos teores dos documentos, decidiu-se por encaminhá-los à Presidência da Companhia, com vistas ao posicionamento e atendimento, em tempo hábil, das informações requeridas pela STN. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Ana Paula Neves Rosa, Assessora da Presidência/Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio a Gestão - Codag, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 156ª, ficou marcada para o dia 29 de agosto de 2008.

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

ANA PAULA NEVES ROSA
SECRETÁRIA

ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **156ª** (Centésima Qüinquagésima Sexta) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **agosto/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora **LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores **LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS**, representante do MAPA, e **MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Como convidados, estiveram presentes os Senhores: Fernando José Sales, Gerente de Auditoria da Auditoria Interna, Paulo Sérgio Silveira, Superintendente de Finanças e José Vismar da Silveira, Assistente da Superintendência de Contabilidade. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata anterior.** Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 08/08/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. **2. Demonstrações Contábeis: Julho/2008 – Comunicação Interna Sucon nº 697, de 15/08/2008; Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Julho de 2008 - Comunicação Interna Diafi nº 206, de 20/08/2008; e Nota Técnica Audin nº 015/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Julho de 2008 – Comunicação Interna Audin nº 311, de 22/08/2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de julho/2008 e a Nota Técnica Audin nº 15/2008, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: **a.** Receita de Vendas dos Estoques Públicos (R\$ 32.091 milhões): os registros demonstraram uma diminuição de 69,64% em relação ao mês de junho (R\$ 105.719 milhões), advinda da definição das políticas agrícolas de sustentação de preço e de abastecimento. **b.** Receita de Serviços: oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros (R\$ 3.157 milhões), representou uma redução de 3,06% em relação a junho, mantendo-se a tendência de baixa, já observada desde o mês de maio, em razão da sazonalidade de safras. **c.** Despesas Comerciais e Administrativas (R\$ 16.657 milhões): apresentaram crescimento no cotejo com o mês de junho na ordem de 25,19%. **d. Resultado Contábil do mês: foi deficitário em R\$ 1.788 milhões, 26,68% superior ao mês de junho (R\$ 1.411 milhões), já depurados os ajustes referentes ao mês de maio/2008. Destaque para o superávit de R\$ 3.556 milhões nas atividades próprias da Companhia, verificado em junho/2008, que sofreu uma reversão acentuada em julho, quando apresentou um déficit de R\$ 773 mil. Já as operações dos estoques públicos apresentaram uma redução de prejuízo de R\$ 4.967 milhões em junho (valor ajustado) para R\$ 1.015 milhão em julho.** **e.** Dividendos a Pagar: o pagamento dos dividendos no valor de R\$ 3.856.818,65, a que tem direito a União, por conta do superávit auferido no exercício encerrado em 31/12/2007, relativo às atividades próprias da Companhia, está na dependência de um posicionamento da Secretaria do Tesouro Nacional a respeito da proposta de destinação do lucro. **3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Julho/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 1852, de 18/08/2008:** Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou o que se segue: **a.** Com relação à execução orçamentária, o Confis nada destacou de relevante. Os limites de movimentação e empenho estão de acordo com o estabelecido pelo MAPA, mediante a Portaria SE/MAPA nº 62, de 16/05/2008, publicada no DOU de 21/05/2008. **b.** Com relação à execução financeira: (i) os pagamentos efetuados estão acima dos limites de pagamento estabelecidos pela Portaria SE/MAPA nº 63, de 16/05/2008, publicada no

DOU de 18/06/2008, no montante de R\$ 676.169,58. O Confis recomenda à Companhia que observe os limites fixados pelo MAPA; (ii) constam valores pagos superiores aos “Empenhos Liquidados”. O Conselho registra que referida inconsistência, dada a sua constante reincidência, foi comunicada ao Sr. Paulo Sérgio, uma vez que prejudica a análise.

4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 861ª a 867ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab: Após análise, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo:

a. Ata da 861ª Reunião: Voto Diafi nº 111/2008 – Planejamento de Investimentos 2008/2011, que propõe a expansão do orçamento de investimentos da Companhia no período mencionado, com indicação das áreas de aplicação dos recursos (operacional e administrativo). Os recursos necessários para implementação serão obtidos com a alienação de imóveis (60%) e o restante através do Tesouro Nacional. Nos termos do Capítulo VII, artigo 19, itens VI e IX do Estatuto Social, foi submetido à aprovação da Diretoria Colegiada e posterior encaminhamento ao Conselho de Administração. O Confis não identificou, no teor da ata, se a matéria foi aprovada ou não. Desta forma e em razão da importância do assunto, dos valores e planejamentos estratégicos requeridos, solicita esclarecimentos e informações no decorrer do processo.

b. Ata da 862ª Reunião: Voto Digem nº 016/2008 – Processo 21200.001303/2007 - Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de desenvolvimento e manutenção evolutiva e corretiva do sistema de gestão de estoques – SIGEST. O Confis solicita ser informado se foi prevista dotação orçamentária para a contratação do serviço.

c. Ata da 863ª Reunião – Não ocorreram deliberações na reunião.

d. Ata da 864ª Reunião: Voto Presi nº 009/2008 – Processo nº 1486/2008, referente à implantação de Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ, e **Voto Presi nº 010/2008** – Processo nº 1808/1997, referente à implantação de Gratificação por Atividade de Auditor Interno – GAI. O Confis solicita esclarecimentos sobre a matéria: se foram analisados os impactos financeiros decorrentes da aprovação das gratificações e se houve previsão orçamentária necessária para cobertura das despesas decorrentes. Será necessária a elaboração de norma interna, que estabelecerá os critérios e condições para a percepção das gratificações. O Colegiado solicita o recebimento da referida norma, quando esta for concluída, bem como ser informado da sua implementação;

Voto Diafi nº 114/2008 – Processo nº 21212.0094/2008-67 - Revogação do procedimento licitatório destinado à contratação de serviços de vigilância para a sede e unidades da Sureg/MT, em razão da concordância da Empresa Fortesul – Serviços Especiais de Vigilância e Segurança Ltda, através do DOC. Nº 427/08/FSV, em reduzir os preços praticados até então, conforme previsto no contrato que vigora até 28/02/2009; e **Voto Diafi nº 117/2008** – Processo nº 21200.001172/2008-80 – Proposta para deflagração de licitação, destinada à contratação de empresa para realização de auditoria contábil nos 4 (quatro) trimestres de 2008, com emissão de parecer sobre o balanço patrimonial do exercício de 2008, em atendimento à Lei nº 11.638, de 28/12/2007, que altera e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404/76, e que estabelece como obrigatória auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários nas sociedades de grande porte. O Confis solicita que seja informado sobre o andamento do processo, bem como sobre a implantação da auditoria independente e recebimento dos pareceres emitidos.

e. Ata da 865ª Reunião: Voto Dirhu nº 013/2008 - . Processo nº 0561/2008 - Nota Técnica Dirhu 003/2008 – Jornada Especial de Trabalho – arts. 302 e seguintes da CLT c/c as disposições da Portaria MP 222, de 07/02/2008. O referido voto analisa requerimentos administrativos de empregados que exercem a função de jornalista, os quais pleiteiam jornada de trabalho especial de 5 (cinco) horas diárias. O assunto em questão já vem sendo discutido desde 2006, em decorrência do processo de Reclamação Trabalhista impetrado pelo empregado Raimundo Estevam Silva. Em razão da aprovação do voto que estabelece a adequação da jornada de trabalho dos Técnicos em Comunicação Social I – Especialidade Jornalista, este Confis solicita que seja

informado e receba cópia da resolução que regerá o tema após a sua elaboração. Solicita também maiores esclarecimentos quanto à abrangência de funcionários enquadrados na situação em questão; os impactos decorrentes da medida ora adotada; o andamento dos processos trabalhistas em tramitação pleiteando o enquadramento de jornada especial de trabalho, bem como os impactos financeiros e orçamentários destas ações. **f. Ata da 866ª Reunião: Voto Dirhu nº 014/2008** - Políticas/Diretrizes de Recursos Humanos da Alta Direção da Conab – Plano de Educação Corporativa– PEC 2008/2009. O Confis solicita maiores esclarecimentos quanto à implantação do PEC, como se dará a utilização dos recursos, tendo em vista que a maior parte do orçamento foi previsto para 2008, e que seja disponibilizada ao Confis uma cópia do referido Plano. **g. Ata da 867ª Reunião: Voto Diafi nº 124/2008** – Processo Sureg/GO nº 09.0496/97 – Proposta de cessão de uso, com opção de compra e venda, do imóvel localizado na Av. Eurípedes Ferreira de Assis nº 60, Quadra 12, Lote 100, no Município de Itauçu/GO. O Confis recomenda o acompanhamento do processo no que se refere à manifestação do Município de Itauçu quanto à formalização da opção de compra do imóvel, objeto do processo, observando o prazo de seis meses após a assinatura do novo contrato de cessão de uso. Caso não ocorra manifestação dentro do prazo estabelecido, que se tome as devidas providências para a restituição do imóvel à Conab. **4.2. Ata da 183ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.** Após análise, o Conselho considerou relevante o tema tratado no item 2 da referida ata sobre o Voto Diafi nº 109/2008 – Processo Sureg/RJ nº 02.0080/2005, que trata da baixa patrimonial e contábil do imóvel situado na Rua Leopoldo Bulhões nº 529, Bairro Benfica na cidade do Rio de Janeiro/RJ, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em razão do cancelamento da cessão que outorgou direitos sobre o imóvel à Conab pela Secretaria do Patrimônio da União, cessando qualquer relação da Companhia com o terreno em questão, nos valores apurados pela Supad (Edificações R\$ 216.664,27 e terreno R\$ 314.393,45). **5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em julho/2008 – Comunicação Interna CPL nº 044/2008, de 05/08/2008: 5.1. Licitações:** Com exceção do Processo nº 0845/2008 (data de abertura 25/07/2008), que se deu através de Tomada de Preços de nº 03/2008 e que se encontra na situação “suspensa”, os demais processos de licitação do mês de julho foram realizados por meio de Pregão Eletrônico. **5.2. Contratações.** O Conselho verificou que todos os contratos firmados no mês de julho foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico. Com relação ao Processo nº 1941/2007, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 49/2007, para prestação de serviço de telecomunicações para implantação de rede corporativa de serviços de dados, este Confis detectou que o custo mensal e anual estimado era de R\$ 63.357,20 e R\$ 760.286,40, respectivamente, sendo que o valor mensal e anual apresentado na contratação foi de R\$ 222.050,62 e R\$ 2.664.607,44, respectivamente. Em razão dos valores contratados terem sido superiores em aproximadamente 350,47% acima do valor estimado, o Colegiado solicita esclarecimentos e justificativas para a contratação em questão. **6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 26/08/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1.884, de 26/08/2008.** Após exame do Relatório, o Conselho registra: **a.** O relatório encaminhado apresentou algumas inconsistências nas informações (erros ao transportar os dados do relatório anterior). O Sr. Paulo Sérgio, presente à reunião, onde pode constatar as divergências verificadas, informou que as mesmas serão corrigidas no próximo relatório, bem como prestou alguns esclarecimentos sobre os procedimentos e ações desenvolvidas sob a responsabilidade da Superintendência de Finanças, de forma a melhorar o entendimento ao Confis dos processos e rotinas utilizados na área; **b.** Verificou-se o ajuizamento da cobrança de débito decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes da Câmara Legislativa do DF, ficando pendente ainda o ajuizamento em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira que já havia sido mencionado na Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confis; **c.** Com

relação à cessão de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Conselho mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia, quais sejam: **(i)** retorno do servidor, nos termos do art. 10 do Decreto nº 4.050/2001; e **(ii)** cobrança do ressarcimento devido; **d.** Os valores referentes ao débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, não foram atualizados corretamente e este Confis mantém o posicionamento anteriormente enviado à Companhia onde recomenda que seja observado o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10, parágrafo único, e solicita que seja informado sobre as providências adotadas visando ao recebimento do referido débito; **e.** Débitos da Procuradoria Geral do Trabalho, relativos à cessão de Adelson M. dos Santos, no período de mar/08 (13 dias) e abr/08 a jul/08: O Conselho reitera à Companhia observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001 e recomenda a adoção de providências, tempestivamente, visando ao recebimento do referido débito; **f.** O Conselho Fiscal, recomenda à Companhia que dedique maior atenção à questão, seja no fornecimento de dados, informações e ações adotadas ou no envolvimento de todas as áreas responsáveis pela cessão de funcionários, seja na troca de informações e/ou para que se tomem as medidas necessárias, de forma que os valores devidos sejam ressarcidos de imediato. As justificativas encaminhadas ao Confis também devem ser respondidas pela Companhia de forma consolidada, levando-se em consideração todas as áreas envolvidas pela cessão de funcionários e não somente pela área de finanças. **6.2. Relatório Gerencial de Cobrança. Posição de 25/08/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1791, de 28/08/2008.** Mediante a referida Comunicação Interna, a Superintendência de Finanças – Sufin informa o que se segue: **a.** Do total de créditos a receber (R\$ 1.864.090.598,53), 90,36% referem-se a processos já ajuizados e 1,68% encaminhados para ajuizamento, ou seja, R\$ 1.684.388.262,53 e R\$ 31.398.616,95, respectivamente. Portanto, 92,04% das cobranças não cabem ações administrativas; **b.** 7,76% (R\$ 144.599.948,22) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, pagamento efetuado em juízo, cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 92,04%, mencionados anteriormente, totalizam 99,80% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais. **c.** Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,20%, que corresponde a R\$ 3.703.770,83, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. Após análise da documentação, o Confis deliberou por solicitar à Companhia: (i) esclarecimentos sobre “... *composição de dívida*”; (ii) ser informado quais providências serão implementadas pela Sufin. **7. Auditoria Interna - Audin: 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006, 2007 e 2008 – Comunicação Interna Audin nº 311, de 22/08/2008.**

Após análise do referido quadro e suas observações, o Confis verificou: **a.** Exercício de 2006: **(i)** Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, o mesmo encontra-se na Sureg/SP para ciência e providências com vistas à solução das pendências, desde 15/05/2008. Nesse sentido, o Conselho deliberou por solicitar informações acerca do motivo da não solução da pendência; **(ii)** Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, em que a Sureg/AM, por meio da CI/52, de 21/02/2008, informou que o devedor apresentou proposta para quitação do débito em 8 (oito) parcelas, tendo sido o assunto submetido à análise da Procuradoria-Geral – Proge, conforme já registrado na Ata da 155ª Reunião, o Conselho reitera a adoção de providências, com vistas à solução da pendência, bem como mantê-lo informado do andamento. **b.** Exercício de 2007: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 031, também objeto de registro na Ata da 155ª Reunião, o processo foi encaminhado à Superintendência de Operações – Suope, em 11/06/2008, para avaliação. O Conselho deliberou por solicitar à Companhia, esclarecimentos acerca dos Relatórios nºs 031 e 049, tendo em vista o elevado número de recomendações e não haver evolução na solução das pendências. **c.** Exercício de 2008: o Conselho deliberou por

manifestar-se quando da análise dos Relatórios de Auditoria de Avaliação da Gestão nºs 1 a 14.

7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008. O representante da Auditoria Interna, Sr. Fernando fez a apresentação do “Sistema de Auditoria Interna – Siaudi”, implantado para registrar, acompanhar e analisar os trabalhos de auditorias realizadas no âmbito da Companhia. Após a apresentação, os Conselheiros elogiaram a iniciativa daquela Unidade, afirmando que o sistema dará nova dinâmica e agilidade aos trabalhos produzidos pelos Auditores. Foi sugerido a liberação de senha de acesso aos membros do Confis, entretanto a sugestão não foi acatada pelos Conselheiros, os quais decidiram por continuar recebendo cópia dos relatórios, visando à análise, bem como o Relatório de Pendências das Recomendações da Auditoria Interna. Nesse sentido, foi entregue ao Colegiado cópia dos Relatórios de Auditoria de Avaliação da Gestão nºs 1 a 14. O Confis deliberou por manifestar-se oportunamente. **7.3. Nota Técnica Audin nº 015/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de julho/2008 - Comunicação Interna Audin nº 311, de 22/08/2008.** O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de julho/2008, conforme consta do item 2 desta Ata.

8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 29/08/2008. a. Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda com validade até o dia 06/11/2008; b. Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa – de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil válida até 03/01/2009; As certidões referente aos itens “a” e “b” foram apresentados na reunião de nº 155 do Confis em 08/08/2008; c. Foi apresentado na reunião de nº 156 de 29/08/2008 o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal com validade até o dia 13/09/2008; d. Verifica-se que até o presente momento a empresa não apresentou ao Confis, a Certidão Negativa do INSS. Segundo informações prestadas pelo Sr. Paulo Ricardo, todas as providências para regularização da situação junto aquele Órgão estão sendo tomadas; e. Permanecem os registros de certidões com prazo expirado no Sicaf. O Conselheiro Marcus Vinicius informa ter recebido o Ofício nº 8655 da STN/COREF/GEFIS de 12/08/2008 que solicita acompanhar e informar as providências adotadas por essa Companhia para solução de pendências relativas à sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, conforme extrato em anexo de 28/07/2008. **9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – Julho/2008 - Comunicação Interna Coger nº 074, de 27/08/2008.** Os Conselheiros, após tomarem ciência do Relatório, decidiram, em vista da metodologia de apresentação dos documentos, convidar para a próxima reunião a Chefe da Corregedoria-Geral, para explicar o funcionamento daquela área, bem como, definir a forma de apresentação do relatório, considerando que o atual não atende à necessidade de análise dos Conselheiros. **10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Sucon nº 703, de 20/08/2008, em resposta à Comunicação Interna Confis nº 013, de 08/08/2008, que solicita esclarecimentos pertinentes às Demonstrações Contábeis de junho/2008.** Após análise da resposta apresentada pela Sucon, o Confis registra: a. Quanto ao registro extemporâneo de vendas dos estoques públicos, no valor de R\$ 10,6 milhões: justifica, aquela Superintendência, que a contabilização dessas receitas, no mês de junho/2008, ocorreu devido ao grande volume de vendas, cujos recebimentos ocorreram nos últimos dias do mês de maio/2008. b. Quanto à forma de

apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, o Confis solicitou que as próximas DREs contenham apresentação dos resultados do mês anterior, objetivando comparar com o resultado atual, inclusive em termos percentuais. Após análise da DRE do mês de julho/2008, o Confis verificou que a referida demonstração não foi elaborada nos moldes solicitados. Nesse sentido, apresentou ao Sr. José Vismar os devidos esclarecimentos sobre o pedido em comento, ficando acordado o atendimento na DRE do mês de agosto.

c. Quanto à resposta à solicitação de esclarecimentos para a variação positiva de 490,6% no Subgrupo “Obrigações Tributárias e Contributivas”, no mês de junho em relação a maio, a Sucon informa que a principal ocorrência que efetivamente ocasionou a variação positiva do Subgrupo, no mês de junho/2008, se deu por conta das transferências de mercadorias e estornos de crédito de ICMS realizados pela Sureg/MS, por meio de Notas de Lançamentos nos valores de R\$ 962.406,97 e R\$ 1.023.420,10. A realização de estornos efetuados pela Sureg/PR para acerto contábil relativo às Unidades Gestoras 135267 e 135437 ocorreu em face da transferência de crédito do ICMS da inscrição do Mercado de Opção para a inscrição da PGPM, em razão de regime especial concedido pela Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná e não contribuíram efetivamente para a variação positiva, verificada no subgrupo, pois ocorreram simultaneamente nas rubricas 52317.0104 e na 62317.0104, ambas do mesmo subgrupo de contas.

d. Quanto à variação positiva de 86,8% no Subgrupo “Outras Despesas Operacionais” decorrente do registro de adiantamento, no mês de maio/08, referente à aquisição do Imóvel da Sureg/SP, a Sucon informa que refere-se à escrituração incorreta do referido adiantamento, cujo registro foi regularizado em agosto/2008.

10.2. Comunicação Interna Diafi nº 210, de 25/08/2008, em resposta à Comunicação Interna Confis nº 012, de 08/08/2008.

a. Em resposta à CI 012 do Confis que solicita manifestação da Conab no que tange à adequação das demonstrações financeiras conforme disposto na Lei nº 11.638 de 28/12/2007, foi encaminhado a este conselho a Nota Técnica Sucon nº 05 de 25/08/2008 apresentando as considerações da Superintendência de Contabilidade. Este conselho estará encaminhando a STN/COREF/GEFIS, cópia da referida Nota Técnica em atendimento aos Ofícios Circulares nºs 32 e 33 de 17 e 20/07/2008 endereçados ao representante do Tesouro Nacional no Conselho Fiscal da Conab, estabelecendo o prazo de resposta até o dia 30/09/2008. Após avaliação dos esclarecimentos prestados pela Sucon, este Conselho deliberou que a Nota Técnica Sucon nº 5/2008 seja submetida à Audin para avaliação e manifestação a este Confis.

b. No que se refere à obrigatoriedade de contratação de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para as sociedades de grande porte, a empresa informa que foi deflagrado processo licitatório para contratação do respectivo serviço, aprovado na ata de nº 864 da Diretoria Colegiada da Companhia em 29/07/2008 através do Voto Diafi nº 117/2008 – Processo nº 21200.001172/2008-80.

11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). O Conselho deliberou por solicitar à Companhia que apresente quadro de acompanhamento contendo as determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e as respectivas providências adotadas pela Conab, visando ao seu atendimento. Foi sugerido que a Auditoria Interna providencie o referido quadro e o apresente, trimestralmente, ao Conselho.

12. Assuntos Gerais.

12.1. Relatório de Gestão – 2º Trimestre/2008 – CI/Copav nº 227, de 25/08/2008. Segundo consta da Apresentação do Relatório, o mesmo está dividido em 5 capítulos, a saber: 1º Capítulo: apresenta as atividades realizadas no desenvolvimento das ações orçamentárias; 2º Capítulo: discorre sobre outras atividades desenvolvidas, tais como os resultados obtidos na comercialização de estoques públicos, a participação da Companhia na execução do Fome Zero e a recomposição dos ativos pela cobrança de dívidas; 3º Capítulo: são descritas as atividades decorrentes de ações sociais realizadas por meio de repasses de outros parceiros; 4º Capítulo: detalha a execução orçamentária e financeira do período; e 5º

Capítulo: o balanço patrimonial da Companhia. Após análise do referido Relatório, o Colegiado verificou: a. Quanto ao Capítulo 1 – Gestão de Programas e Ações: Sobre a fiscalização dos estoques públicos, até o fim do 2º trimestre, foram fiscalizadas, cumulativamente, 4.261.816t o que corresponde a 99,67% do estoque contábil acumulado, qual seja, 4.275.894t. A meta física para o exercício é de fiscalização de 2.850 Unidades, sendo que até o fim do 2º Trimestre/2008, foram fiscalizadas 1.318 Unidades, correspondente a 46,24% da meta estabelecida. No tocante aos registros de perdas quantitativas, verificou-se um desvio de 10.207t (Sureg MT, PA, PR e RS). Quanto aos Estoques Desclassificados e Abaixo do Padrão - AP, Quadro 1.07 – Demonstrativo de Perdas Quantitativas e Qualitativas, foram registrados 354t Desclassificados, nas Suregs MT e RS, e nenhum produto AP. Com referência à vistoria dos estoques privados, permanece a mesma situação apontada no exercício de 2007, ou seja, a não celebração de convênio com o MAPA, não ocorrendo, por conseguinte, inspeção das 200.000 toneladas previstas para o exercício, apesar da dotação orçamentária de R\$ 120.000,00 para a realização da correspondente despesa, conforme consta do item 1.2.1.8 – Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento. b. Quanto ao Capítulo 2 – Outras Ações: a Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros apresentou um crescimento de 45,07% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento do estoque de terceiros da ordem de 52,88%, conforme demonstrado no Quadro 2.07 - Demonstrativo da Variação da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros. No Quadro 2.08 – Demonstrativo da Variação dos Estoques Médios, foi verificada uma redução na quantidade total de estoque (Governo + Terceiros), em relação ao 2º trimestre de 2007, variando de 701.868t para 468.130t. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – **157ª**, ficou marcada para o dia 26 de setembro de 2008.

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **157ª** (Centésima Quinquagésima Sétima) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **setembro/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores **LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS**, representante do MAPA, e **MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Como convidados, estiveram presentes o Senhor: Paulo Ricardo Simões Coelho, Gerente da Gerência Fiscal e Tributária, e a Senhora Maria de Lurdes R. de Oliveira, Corregedora-Geral. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata anterior.** Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 156ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 29/08/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. **2. Demonstrações Contábeis: Agosto/2008 – Comunicação Interna Sucon nº 778, de 11/09/2008; Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Agosto de 2008; e Nota Técnica Audin nº 017/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Agosto de 2008 – Comunicação Interna Audin nº 355, de 24/09/2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de agosto/2008 e a Nota Técnica Audin nº 017/2008, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: **a)** O registro da Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos (R\$ 45.811 milhões) representou um aumento de 40,24% em relação ao mês de julho (R\$ 32.667 milhões). Entretanto, o resultado da apuração do Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 47.703 milhões) em relação a Receita Líquida de Vendas (R\$ 44,632 milhões) ficou negativo em R\$ 3.071 milhões. **b)** Receita de Serviços (R\$ 894 mil), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, representou uma redução de 71,68% em relação a julho (R\$ 3,157 milhões), mantendo-se a tendência de baixa, já observada desde o mês de maio, em razão da sazonalidade das safras. **c)** As Despesas Operacionais registradas no mês de agosto somaram (R\$ 25.465 milhões), sendo que o Grupo das Despesas Comerciais e Administrativas (R\$ 7.294 milhões), no cotejo com o mês de julho, apresentou redução de 56,21%. **d)** O Resultado Contábil apurado no mês de agosto foi de R\$ 9,809 milhões, 648,63% superior ao resultado deficitário registrado no mês de julho (R\$ 1.788 milhão). Entretanto, se considerados expurgos de lançamento extemporâneos, o resultado ajustado seria um déficit de R\$ 233 mil. **e)** Pela identificação dos registros extemporâneos, o Confis deliberou por solicitar à Companhia, por intermédio da Comunicação Interna nº 014, esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: **(i)** Aquisição de imóvel para instalação da Sede da Sureg São Paulo, no valor de R\$ 3.485.000,00, sem a necessária cobertura orçamentária, cujos registros ocorreram nos meses de maio, junho e julho/2008; **(ii)** Cancelamento, no mês de agosto/2008, de empenho no valor de aproximadamente R\$ 2.082.303,83, relativos às despesas com serviços de braçagem, objetivando a recuperação de créditos orçamentários; **(iii)** A não contabilização de R\$ 979.303,00 relativo ao pagamento mensal feito ao Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius; e, **(iv)** Os motivos que levaram a Companhia contabilizar, somente em agosto de 2008, as amortizações de débitos com perdas em armazenagem, competência de janeiro a junho/2008, no montante de R\$ 5.577.018,47. **3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Agosto/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 2008, de 15/09/2008:** Após análise do

referido Demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante. **4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 868ª e 869ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab:** Após análise, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: **a) Ata da 868ª Reunião: Processo nº 21206.000004/2008-17– Licitação para contratação de serviços advocatícios nas áreas trabalhistas e cível da Sureg/RS:** A Diretoria Colegiada aprovou o não acatamento dos recursos administrativos interpostos no processo de licitação para contratação de Serviços Advocatícios nas áreas trabalhistas e cível da Sureg/RS, com base no Parecer Jurídico Prore RS nº BM 05/2008 e ratificado pela Proge; Processos nºs 0759/1987, 4867/1988, 5559/1988, 2680/1989 e 0963/1998. Em que pese o envio dos processos à Corregedoria-Geral – Coger, visando à apuração de responsabilidade no âmbito administrativo. O Conselho solicita informações sobre quais os objetos dos referidos processos e respectivos prejuízos causados à Companhia pelo não ajuizamento de ação, por prescrição de prazo; **Voto Diges nº 054/2008 – Processo nº 11.215/2006. Desativação e alienação da Unidade Armazenadora Balsas-MA.** Conforme proposta, é questionado se os recursos provenientes da alienação do imóvel poderiam ser utilizados pela Companhia para investimento em outras unidades, e este Confis solicita ser informado do direcionamento e destinação dos recursos; **b) Ata da 869ª Reunião: Voto Presi nº 0112008 – Nota técnica Copav nº 01/2008 – Revisão do PPA e Proposta Orçamentária Exercício 2009:** Este conselho verifica preocupação por parte da Diretoria no que se refere aos limites estabelecidos para o orçamento da Companhia para o exercício de 2009, que mesmo após as alterações promovidas junto ao MAPA ficaram aquém das demandas previstas pela Conab, e que deverá haver a necessidade de suplementação no Orçamento previsto para 2009. O Confis solicita ser informado quanto à aprovação do orçamento e eventuais suplementações que se fizerem necessárias; **Voto Presi nº 012/2008. Adequação dos termos da Resolução nº 004/07, de 25/05/2008 ao Procedimento Administrativo interno de Incorporação da Gratificação de Função.** O Confis solicita que seja disponibilizado aos membros deste conselho uma cópia da Resolução nº 004/2007, bem como da nova Resolução da Diretoria Colegiada que revoga os efeitos da Resolução nº 004/2007, em razão da importância da questão levantada, e se foram feitos estudos para apurar o quantitativo de pessoas, cargos, valores que serão atingidos, bem como os impactos financeiros e orçamentários da implantação da incorporação da Gratificação de Função; **Voto Diafi nº 135/2008. Processo Supad nº 1813/2008. Proposta para deflagração do processo licitatório destinado à confecção de Ata de Registro de Preços para aquisição de 75 veículos para suprir a demanda da Sede e Regionais da Conab.** O Confis solicita maiores esclarecimentos de como se dará o processo para a aquisição de 75 veículos; cópia da Ata de Registro de Preços da Conab; cópia do termo de referência do Pregão Conab 13/2008 cujo valor total estimado para contratação é de R\$ 10.668.455,00; **Voto Diafi nº 136/2008. Processo Supad nº 1111/2008 – Proposta para contratação de bombeiros particulares para formação do Grupo de Incêndio no Ed. Matriz da Conab:** Conforme relato do Diretor da Diafi, que manifesta preocupação quanto ao baixo índice de efetiva realização dos procedimentos licitatórios no âmbito da Companhia (em torno de 20%), e sugere que fosse baixado normativo para disciplinar as proposições para deflagração de processos licitatórios visando a contratação de bens e serviços e obras/serviços de engenharia, o Confis solicita o recebimento de um exemplar da referida norma quando da sua emissão. **4.2. Atas das Reuniões do Conselho de Administração.** Não foram entregues ao Colegiado, atas das reuniões do Conselho de Administração. **5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em agosto/2008 – Comunicação Interna CPL nº 049/2008, de 02/09/2008. 5.1. Licitações:** As licitações processadas no mês em referência ocorreram através de pregão eletrônico, com exceção do Processo nº 0618/2008 que se deu na modalidade de tomada de preços nº 04/2008 e que se encontra

na fase de Julgamento das propostas técnicas. **5.2. Contratações.** Quanto às contratações realizadas no mês de agosto/2008, foi verificado que todos os contratos firmados ocorreram por meio de Pregão Eletrônico. **6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 19/09/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2.038, de 19/09/2008.** Após exame do Relatório, o Conselho registra: **a)** Ao se confrontar o relatório apresentado na 157ª Reunião do Confis, com o da 156ª, observa-se que os valores devidos pela Câmara Legislativa do DF e Câmara Municipal de Fortaleza cujos processos constam como ajuizados, são inferiores e não apresentam alterações que justifiquem esta redução. É provável que as divergências estejam relacionadas a erro no transporte das informações do demonstrativo anterior para o atual, fato este já informado ao responsável na reunião anterior; **b.** O Confis reitera e mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia quanto ao disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no Art. 4º, parágrafos 1 a 3 e Art. 10 parágrafo único; **c.** Conforme apontado no relatório em questão, verifica-se que os débitos não ressarcidos pelos diversos Órgãos se encontram no patamar de R\$ 1.831.061,43, cada vez maiores e não havendo por parte da companhia qualquer ação efetiva para o retorno dos empregados e o devido ressarcimento dos valores; **d.** Quanto as observações relacionadas no relatório no que se refere as providências adotadas pela companhia, este conselho registra que não houve qualquer providência para o ajuizamento do débito em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira (Obs 1), somente repete-se a informação que, conforme Parecer COJUR/GEMAC 044/2007 será ajuizado e que o processo foi encaminhado ao escritório terceirizado, sem qualquer retorno ou informação sobre o estagio em que se encontra; (Obs 2) Asdrúbal Silva de Oliveira cedido a Rede Ferroviária Federal, este Confis reitera as recomendações anteriores do retorno do servidor e cobrança do ressarcimento dos valores devidos; (Obs 3 e 4) A justificativa de que a informação para cobrança foi recebida em março/2008 e já decorridos 5 meses não houve qualquer avanço no que se refere ao ressarcimento dos valores devidos pelo Governo do DF e pela Procuradoria Geral do Trabalho; (Obs 5) Na observação de nº 5 do relatório, verifica-se que a cessão do empregado Walter Carlos Alarcão Filho, cedido à Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ, cujos valores devidos à CONAB no período de Setembro/05 a Agosto/08 totalizam R\$ 423.388,32 e até o presente momento, não haviam sido ressarcidos e que só foram informados a área responsável em agosto de 2008 ratificam a recomendação do item 6.1, letra f, da ata de nº 156 de 29/08/2008, deste Confis, transcrito a seguir: *“f. O Conselho Fiscal, recomenda à Companhia que dedique maior atenção à questão, seja no fornecimento de dados, informações e ações adotadas ou no envolvimento de todas as áreas responsáveis pela cessão de funcionários, seja na troca de informações e/ou para que se tomem as medidas necessárias, de forma que os valores devidos sejam ressarcidos de imediato. As justificativas encaminhadas ao Confis também devem ser respondidas pela Companhia de forma consolidada, levando-se em consideração todas as áreas envolvidas pela cessão de funcionários e não somente pela área de finanças”.* **6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 19/09/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2037, de 19/09/2008.** Mediante a referida Comunicação Interna, a Superintendência de Finanças – Sufin informa o que se segue: **a.** Do total de créditos a receber (R\$ 1.856.523.950,02), 90,43% referem-se a processos já ajuizados e 1,66% encaminhados para ajuizamento, ou seja, R\$ 1.678.947.464,63 e R\$ 30.756.438,55, respectivamente. Portanto, 92,09% das cobranças não cabem ações administrativas; **b.** 7,65% (R\$ 142.038.343,35) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 92,09%, mencionados anteriormente, totalizam 99,74% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de Justiça e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais; e, **c.** Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,26%,

que corresponde a R\$ 4.781.703,48, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. Após análise da documentação, o Confis nada destacou de relevante, ficando no aguardo dos esclarecimentos sobre “... *composição de dívida*” e das informações acerca das providências a serem implementadas pela Sufin.

7. Auditoria Interna - Audin: 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 22/09/2008 - Comunicação Interna Audin nº 355, de 24/09/2008.

a) Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Confis verificou: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, que o mesmo encontra-se na Sureg-SP para ciência e providências com vistas à solução de pendências desde 15/05/08, cujas pendências a serem reavaliadas por ocasião de auditoria contábil e financeira programada para out/2008. Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, o Processo nº 1388/2006 foi encaminhado a Sureg/AM, em 17/09/2008, para que aquela se posicione com brevidade sobre a ocorrência de fatos novos que possam levar ao saneamento da pendência.

b. Exercício de 2007: Relatório de Auditoria nº 045, foi concluída a avaliação do Auditor Interno e o Processo foi encaminhado a Sureg/PR, em 06/08/2008 para ajuizamento de ação; Relatório de Auditoria nº 046, após avaliação de resposta da Sureg/MS, o Auditor Interno manteve dois itens na condição de não solucionados, aguardando providências relativas a levantamento de alvará, baixa contábil, cobrança e resultado de sindicância. O processo foi encaminhado a Sureg/MS em 22/08/08 para adoção de providências; e Relatório de Auditoria nº 049, após avaliação do Auditor Interno, os itens foram mantidos na condição de não solucionados. O processo foi encaminhado a Diges Suop em 22/08/2008 para manifestação.

7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 1 a 14, entregues na 156ª Reunião Ordinária do Confis; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 26/09/2008.

Após análise dos Relatórios nºs 1 a 7 e 12 a 14, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue:

a) Relatório nº 1, de 28/04/2008 (Matriz): foram emitidas 17 recomendações, das quais 13 foram solucionadas restando 4 pendências relativas aos seguintes itens: nº 5 – Conta 1.1.2.1.9.07.00 – Créd. A Rec. Por Cessão de Pessoal – UG 135100 – Matriz; nº 13 – Conta 1.1.2.2.9.01.00 – Pagamentos Indevidos / UG 135347 – E.E. / Sede; nº 19 – Conta 1.1.3.2.2.03.00 – Vales, Tickets e Bilhetes; e nº 21 – Conta 1.9.9.1.3.10.00 – Multas e Juros.

b) Relatório nº 2, de 28/04/2008 (Sureg/BA, abrangendo o Estado de Sergipe); e Relatório nº 7, de 02/05/2008 (Sureg/PR, abrangendo o Estado de Roraima: não houve pendência significativa que justificasse a emissão de recomendação por parte da Audin;

c) Relatório nº 3, de 28/04/2008 (Sureg/MS): foram emitidas 2 recomendações, restando 1 recomendação a ser solucionadas, relativa ao item nº 23 – Conta 1.9.9.1.3.03.00 – Responsáveis Por Danos e Perdas.

d) Relatório nº 4, de 28/04/2008 (Sureg/PI): foram emitidas 9 recomendações, cujas pendências foram todas solucionadas;

e) Relatório nº 5, de 28/04/2008 (Sureg MA): foram emitidas 5 recomendações, restando 2 pendências: 33 – Conta 1.1.2.1.1.01.02 – Fat./Duplic a Receber – Prestação de Serviços e nº 35 – Conta 1.9.9.1.3.03.00 - Desfalques ou Desvios;

f) Relatório nº 6, de 02/05/2008 (Sureg/RJ): foram emitidas 8 recomendações sendo que constam pendentes os itens nº 38 – Conta 1.1.1.1.2.99.02 – Banco do Brasil e nº 42 – Contas 1.1.2.1.9.12.00 – Créd. Acerto Fin. C/Serv. E 1.2.2.4.9.01.00 – Cré. Fin. Serv./Ex- Serv.;

g) Relatório nº 12, de 25/07/2008 (Sureg/CE): foram emitidas 10 recomendações, das quais 7 pendências foram solucionadas, estando pendentes 3 relativas aos seguintes itens: “104 – Procedimentos Licitatórios – Regularidade Fiscal”; e “110 – Unidade Armazenadora de Brejo Santo”;

d. Relatório nº 13, de 11/08/2008 (Sureg/GO): foram emitidas 3 recomendações, das quais 2 pendências foram solucionadas, restando apenas 1 relativa ao item “117 – Imóvel – Vicentinópolis-GO / Juara-MT;

e. Relatório nº 14, de 22/08/2008 (Sureg/PE): foram emitidas 15 recomendações, cujas pendências ainda não foram solucionadas, relativas aos

seguintes assuntos e respectivos itens: “121 – Registro do Empenho”; “122 – Agente 67”; “123 – Regularidade Fiscal”; “124 – Contratos”; “128 – Processo nº 03.333/2007 – Sena Segurança Inteligente e Transporte de Valores Ltda”; “130 – Processo nº 03.074/2005 – Braçagem/AL”; “133 – Administração e Controle do Patrimônio – Imóveis não destinados a uso da Conab: itens “131 – Processo nº 03.096/2005 (Vols. I, II, e III)”; “132 – Processo nº 1215/95, de 10/04/1995”; “133 – Processo nº 1494/03, de 13/11/2003”; “134 – Processo nº 2955/75, de 25/6/1975”; “135 – Processo nº 0149/89, de 16/02/1989 – Autorização para Licitação de Aluguel do Entrepasto de Pesca de Recife/PE”; e “136 – Autuação e Instrução de Processos relacionados com a Administração e Controle dos Imóveis que não estão em uso pela Conab”. Os relatórios de auditoria foram elaborados com base nos dados do exercício de 2007, e em alguns casos, as recomendações da Audin não estão sendo observadas, bem como não são tomadas as devidas providências tempestivamente. Dos 14 relatórios emitidos pela Audin, 2 não sofreram recomendações e somente 1 foi sanado em sua totalidade, restando ainda 13 pendências apuradas no período de 06 meses (abril a setembro/08). O Confis solicita à Companhia a adoção de providências visando ao atendimento das recomendações constantes dos Relatórios.

7.3. Nota Técnica Audin nº 017/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de agosto/2008 - Comunicação Interna Audin nº 355, de 24/09/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de agosto/2008, conforme consta do item 2 desta Ata.

8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 26.09.2008.

a) Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda com validade até o dia 06/11/2008; b) Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa – de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil válida até 03/01/2009; As certidões referentes os itens “a” e “b” foram apresentados na reunião de nº 155 do Confis em 08/08/2008; c) Foi apresentado o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 26/09/2008 até o dia 25/10/2008; d) Tendo em vista que até o presente momento ainda constam pendências quanto a situação da empresa junto ao INSS, foi solicitado a presença do Sr. Paulo Ricardo da Gerência Fiscal e tributária para que prestasse esclarecimentos sobre a questão. O Confis deliberou e achou por bem informar ao Sr Paulo Ricardo que, quando do encaminhamento da documentação a este conselho seja observado o que segue: Caso se constate alguma pendência e/ou irregularidade nas certidões, a documentação deverá ser acompanhada por um relatório com as justificativas e as ações tomadas pela companhia para a resolução das pendências. e) Permanecem os registros de certidões com prazo expirado no Sicaf: SRF/PGFN 19/04/2008; INSS 08/04/2008; Faz. Est. 01/05/2008. O Conselho registra o recebimento de relatório datado de 26/09/2008 da Gerência Fiscal e Tributária com posicionamento dos débitos junto ao INSS, e reitera que a Companhia adote as medidas necessárias para a solução das pendências.

9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de A puração – PIA – Agosto/2008 - Comunicação Interna Coger nº 84, de 19/09/2008. Os Conselheiros convidaram a Corregedora-Geral para prestar informações sobre as atividades desenvolvidas naquela área, bem como definirem a metodologia de apresentação do Demonstrativo dos PIAs, visto que o modelo atual não permite ao Conselho visualizar a evolução das Sindicâncias em andamento. Após as discussões sobre o formato do relatório, a Corregedora-Geral ficou incumbida de dar um novo formato às informações e apresentar ao Conselho para deliberação. A Corregedora-Geral informou que os técnicos da Coger estão trabalhando

em um novo normativo que vai disciplinar as ações daquela unidade. **10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Audin nº 351, de 19/09/2008, em resposta ao item 7.4 da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confis.** No referido item, o Conselho solicitou informações acerca das contratações diretas, realizadas no mês de abril, cujos casos em questão não eram inexigibilidade, devendo sofrer o regular processo licitatório, respectivamente, na modalidade pregão e tomada de preços. A Audin, por meio da CI 352, informou o que se segue: **a)** Contratação de serviços jurídicos pela Sureg/PA, fundamentada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93: os autos foram examinados pela Audin e encaminhados à Procuradoria-Geral – Proge, a fim que a mesma se manifeste juridicamente quanto ao caso, cujo resultado da análise por aquela Procuradoria será informado, oportunamente ao Confis; e, **b)** Contratação de serviços de montagem, inspeção técnica, substituição de peças dos compressores Mycom – modelo F6B da UA Passa Quatro, pela Sureg/MG, fundamentada no art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93: examinando os autos processuais a Audin constatou que a contratação foi realizada regularmente, encontrando-se, portanto, de acordo com os ditames legais estatuídos pela Lei nº 8.666/93. **11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). a) Certificados de Auditoria emitidos pela Secretaria Federal de Controle Interno.** O Conselheiro Lauro César apresentou os Certificados de Auditoria do exercício de 2007, emitidos pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, das seguintes unidades da Conab: Matriz, Sureg Amazonas, Sureg Ceará, Sureg Goiás, Sureg Mato Grosso, Sureg Minas Gerais, Sureg Paraná, Sureg Pernambuco, Sureg Rio Grande do Sul e Sureg Rondônia. O Conselheiro comentou que a SFC, após avaliar as contas do exercício, considerou, Regular com Ressalva, a gestão das Unidades, pelo cometimento de falhas médias, a exceção da Sureg AM, cuja gestão foi considerada Regular. **b) Acórdão nº 2887/2008 – TCU – 1ª Câmara.** A Presidente do Conselho, Lúcia Aída, apresentou o referido Acórdão, publicado no DOU de 12/09/2008, que versa sobre o julgamento das contas da Conab, relativas ao exercício de 2006, dando quitação plena aos Gestores, com exceção daqueles mencionados no caput do Acórdão que tiveram suas contas regulares com ressalvas. Determina, ainda, aquele Tribunal, à Conab que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob a condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização. O Confis recomenda à Companhia a adoção de providências visando ao atendimento à determinação e solicita ser informado das medidas adotadas e qual foi o último exercício em que ocorreram supervisão e fiscalização no Cibrius. **c) Plano de Providências - Exercício 2007.** A Presidente do Conselho deu conhecimento aos demais membros do Colegiado que recebeu do Assessor Especial de Controle Interno do Mapa, na qualidade de Coordenadora-Geral de Orçamento e Finanças, mediante o Memo nº 273/2008/AECI-GM, de 05/09/2008, o Plano de Providências inerente às Contas da Conab-Matriz, referente ao Exercício de 2007. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 158ª, ficou marcada para o dia 31 de outubro de 2008.

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **158ª** (Centésima Qüinquagésima Oitava) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **outubro/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores **LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS**, representante do MAPA, e **MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e, como convidados, a Senhora Eugenia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna, o Senhor Gilberto Luzzi Diniz, Técnico de Nível Superior e o Senhor Luiz Henrique Teixeira Baldez, Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, acompanhado do Senhor Rubinaldo Lameira dos Santos, Superintendente de Contabilidade, e da Senhora Adineide Cardoso Rodrigues, Gerente de Execução Contábil. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata anterior**. Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 157ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 26/09/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. **2. Demonstrações Contábeis: Setembro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 894, de 14/10/2008); Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro– Setembro de 2008; Demonstração de Resultado de Setembro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 934, de 29/10/2008); e Nota Técnica Audin Nº 021/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Setembro de 2008 (Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008)**. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de setembro/2008, em conjunto com a Nota Técnica Audin Nº 021/2008 e a Comunicação Interna Sucon nº 934, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: **a)** O registro da Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos (R\$ 88,476 milhões) representou um aumento de 93,14% em relação ao mês de agosto/2008 (R\$ 45,810 milhões). O Custo dos Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 94,856 milhões, compensado por uma equalização de R\$ 10,520 milhões; **b)** Considerando que a Conab utiliza, como base de cálculo para apuração dos dividendos, o resultado da atividade própria e, em face dos questionamentos da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a sistemática adotada pela Companhia e, considerando, ainda, a proximidade do encerramento do exercício, o Conselho solicita que se proceda à revisão do cálculo da equalização, de modo que os superávits apurados no mês sejam provisionados contabilmente para compensação de valores a equalizar em meses subseqüentes. Esse procedimento poderia evitar que a Companhia apurasse resultado econômico positivo de operações de vendas superavitárias, cujos valores financeiros já foram repassados ao Tesouro, por força da Portaria Interministerial nº 38/2004. Embora a solicitação do Conselho seja formalizada através de Comunicação Interna, dada a relevância do tema, a Presidente sugeriu que fosse convidado a participar da reunião o Diretor da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diafi. Em atendimento ao convite, a reunião prosseguiu com as presenças dos Senhores Luiz Henrique Baldez, Diretor da Diafi, Rubinaldo, Superintendente de Contabilidade, e da Senhora Adineide, Gerente de Execução Contábil, ocasião em que a Presidente expôs a

preocupação do Conselho no tocante ao fechamento do exercício de 2008, em especial quanto ao tema em questão, cientificando ao titular da Diafi que o Conselho pretende propor a mudança na forma de contabilização dos superávits das operações internas. Fazendo uso da palavra, o Sr. Rubinaldo informou que esteve em reunião na STN, tratando, dentre outros assuntos, também das Operações Governamentais. Segundo informações, o assunto será resolvido no âmbito daquele Órgão. Ressaltou que está sendo elaborada, pela Sucon, Nota Técnica propondo a mudança na atual forma de contabilização do resultado superavitário da Operação Governamental, a qual deixaria de ser contabilizada nos Resultados Financeiros e passaria a ser registrada nos Resultados Econômicos. Segundo aquele Órgão, essa mudança vigoraria a partir de janeiro de 2009. A Presidente demonstrou preocupação quanto à ausência de formalização daquela Secretaria no tocante ao assunto, sendo favorável que a mudança na forma de contabilização seja feita ainda neste exercício. Ressaltou que o Conselho formalizará o assunto à Presidência, através de comunicação interna; **c)** Receita de Serviços(R\$ 2,874 milhões), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, representou um acréscimo de 221,39% em relação a agosto/2008 (R\$ 894 mil); **d)** As Despesas Operacionais sofreram um acréscimo de 116,05%, passando de R\$ 25,465 milhões em agosto para R\$ 55,019 milhões em setembro/2008. O maior impacto foi apurado no Grupo “Despesas Comerciais e Administrativas”, no valor de R\$ 30,252 milhões contra R\$ 720 mil do mês de agosto/2008, com destaque para as variações ocorridas nos Subgrupos “Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica” e “Outras Despesas Operacionais”, que sofreram um acréscimo de agosto/2008 para setembro/2008, passando de R\$ 3,875 milhões para R\$ 7,510 milhões, e de um déficit de R\$ 6,105 milhões para R\$ 17, 235 milhões, respectivamente; **e)** O Resultado Contábil do mês de setembro foi de déficit na ordem de R\$ 936 mil contra um superávit de agosto de R\$9,809 milhões. Entretanto, de acordo com o item 1 da referida Nota, procedidos os ajustes, em razão dos lançamentos extemporâneos, os resultados sofrem alterações alcançando um superávit de R\$ 42 mil em setembro e um déficit de R\$ 232 mil em agosto; **f)** Comunicação Interna Sucon nº 934: esclarece que os valores lançados na rubrica “33390.91.01 – Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado”, na Demonstração de Resultados, foram agregados no grupo “Despesas de Pessoal”, embora existam sentenças que não são referentes a reclamações trabalhistas, portanto, não pertinentes a essa rubrica. A Sucon informa que está sendo procedida análise dos registros, do empenho à liquidação das despesas, com vistas à alocação dos respectivos valores em outro grupo de contas. Esclarece, ainda, que a alocação dos valores citados, em outro grupo de contas, não alterará os resultados econômicos e operacionais da Companhia. **3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Setembro/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 2.225, de 16/10/2008.** Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou o que se segue: **a.** Com relação à execução orçamentária: do total de ações orçamentárias, constam 4 (quatro) sem execução, a saber: “10HG – Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos”; “12BZ – Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia”; “2133 – Operacionalização da Comercialização de Produtos”; e “4706 – Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento”; **b.** Com relação à execução financeira: os pagamentos efetuados estão dentro dos limites estabelecidos pelo MAPA. **4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 870ª, 871ª, 872ª, 873ª, 874ª e 875ª Reuniões Ordinárias e das 181ª e 182ª Reuniões Extraordinárias da Diretoria Colegiada da Conab.** Após análise, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: **a) Ata da 870ª Reunião: Voto Diafi nº 141/2008. Processo nº 082/2008. Aprovação de proposta de alienação do imóvel localizado na Av. Coronel José Lobo, 939 – Paranaguá/PR.** Aprovação de acordo com as Normas de Alienação de Bens Imóveis – código 60.208, o valor venal de R\$ 3.480.000,00 do referido imóvel, cuja venda deverá ser realizada de

acordo com as condições aprovadas nos Votos Diafi nºs 024 e 034/08, de 21/02 e 05/03/2008, respectivamente; **b) Ata da 871ª Reunião: Voto Presi nº 013/2008. Processo Administrativo nº 10.294/2002. Homologação da licitação constante do processo e atualização do valor do terreno anexo ao Armazém Frigorífico de Curitiba/PR.** Homologação da licitação para alienação do terreno avaliado em 18/04/2007 pela Caixa Econômica Federal - CEF por R\$ 4.610.000,00, onde a empresa PERFIMEC S/A Centro de Serviços em Aço ofertou o valor de R\$ 4.611.055,59. O Despacho Proge/Simad nº 761/2008, de 23/07/2008, exarou o entendimento de que o procedimento licitatório merece convalidação, recomendando a atualização de valor do imóvel. O Presidente, então, propôs a convalidação do certame, sua conseqüente homologação e a determinação de que o valor do bem seja atualizado pelo INPC, a contar do vencimento do laudo de avaliação até o efetivo pagamento pelo licitante vencedor; **c) Ata da 872ª Reunião: (i) Voto Presi nº 014. Nota Técnica Audin nº 016/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética.** Após o relato sobre as ações e alterações, bem como o desenvolvimento das atividades, reestruturação e adequação verificadas na área de auditoria da Conab, foi proposto e aprovado pelo Colegiado a adequação do “Regimento Interno” da Auditoria Interna e de suas respectivas Gerências, e a instituição do “Código de Ética da Auditoria Interna”, cujos princípios deverão nortear a conduta e os trabalhos desenvolvidos pelos auditores internos; **(ii) Voto Digem nº 022/2008. Processo nº 21200.001963/2008. Cooperação Técnica Conab e FAO.** Aprovação pela Diretoria Colegiada da Cooperação Técnica a ser firmada entre a *Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO* e a Conab, através do Memorando de Entendimentos aprovado pela Procuradoria-Geral, por meio do Parecer Proge/Sumad nº PF 626/2008. O objetivo da cooperação é prover o assessoramento técnico, capacitação e intercâmbio de informações e conhecimento relacionados ao abastecimento agroalimentar para países da África e América Latina com colaboração nas atividades de “Política Agrícola e de Abastecimento”, “Agrobiodiversidade” e “Sistemas de Informação Agrícola”. Os custos decorrentes da cooperação proposta serão em razão de deslocamentos e material de consumo, quando necessários; **(iii) Voto Dirhu nº 023/2008. Processo nº 21200.000618/2008-80 e Acordo Coletivo de Trabalho – Capítulo III, Cláusula Vigésima – Capacitação. Parágrafo 9º. Homologação e adjudicação de licitação.** Aprovação do Voto e homologação da Tomada de Preços nº 04/2008, com a finalidade de implementação na Conab do Projeto Expandindo sua Mente, para atender a demanda identificada pela Matriz e Superintendências Regionais, quando do levantamento de necessidades de treinamento e classificados como prioridade “1”; **d) Ata da 873ª Reunião: (i) Apresentação pelo Presidente da Conab aos demais membros da Diretoria, o Ofício nº1201/2008/SE-MAPA do Secretário-Executivo do MAPA, que informa os procedimentos a serem observados, pelas unidades subordinadas ao MAPA, quanto aos prazos para atendimento das solicitações de informações dos órgãos de controle (TCU, MP, CGU, CN, PF e outros), pois, de acordo com aquela autoridade, as unidades sistematicamente não cumprem os prazos de encaminhamento das respostas.** O Presidente orientou aos demais membros do Colegiado que sejam cumpridas as determinações no âmbito de suas diretorias, e que sejam encaminhados através do chefe de gabinete, cópia da correspondência às Suregs com o mesmo objetivo; **(ii) Voto Diafi nº 157/2008. Processo Supad nº 1907/2005. Proposta de aprovação do laudo de avaliação, para venda direta às Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA/CE, do imóvel localizado no bairro Itamaraty, no Município de Uruburetama/CE.** Imóvel de propriedade da Conab que estava sob o controle administrativo da Ceasa/CE, e que foi cedido ao Município pelo prazo de 05 anos sem o conhecimento da Conab na forma do Termo de Comodato firmado em 1/06/2001. Aprovação pela Diretoria do laudo de avaliação emitido para fixação de preço mínimo de venda e autorização para

venda direta do imóvel a Centrais de Abastecimento do Ceará/CE – CEASA/CE; **(iii) Voto Dirhu nº 024/2008 – Alteração da Licença-maternidade. Prorrogação por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no art. 59 do Regulamento de Pessoal (baseada no art. 7º, XVIII da Constituição Federal), totalizando um período de 180 (cento e oitenta) dias.** Aprovação pela Diretoria da Resolução proposta que amplia, de forma imediata, a licença à gestante de 120 para 180 dias. Para evitar malferimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, propôs também que seja determinada a verificação orçamentária necessária à cobertura da despesa identificada. O Confis solicita o recebimento de uma cópia da Resolução e quanto seria o impacto na folha de pagamento; **e) Ata da 874ª Reunião:** o Conselho verificou não haver registros que mereçam destaque; **f) Ata da 875ª Reunião:** **(i) Aprovação, pela Diretoria Colegiada, do Plano de Custeio Anual do Plano de Benefícios Conab, encaminhado pelo Cibrius, referente ao exercício de 2008/2009, em que as áreas técnicas da empresa avaliaram previamente, constatando a regularidade e formalização do documento e destacando que não houve majoração da taxa de contribuição Patronal em relação ao exercício anterior;** **(ii) Voto Diafi nº 160/2008. Processo nº 21200.001943/2008-39. Proposta de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado na Rodovia CE 282, Km 02, no Município de Icó/CE; e (iii) Voto Diafi nº 161/2008. Processo nº 21200.001942/2008-94. Proposta de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado às margens da estrada Baturité–Fortaleza, Km 04, no Município de Aracoiaba/CE.** Aprovação pela Diretoria dos laudos de avaliação dos imóveis com a finalidade de fixação de preço mínimo de venda em decorrência de desistência por parte do Município de Icó/CE e Município de Aracoiaba/CE, cujos imóveis haviam sido vendidos anteriormente e, após o pagamento de 10% de entrada e 12 e 21 parcelas, respectivamente, foram devolvidos à Conab e que deverão ser motivo de novos processos de alienação; **(iv) Voto Dirhu nº 026/2008. Pagamento do Auxílio-Transporte aos estagiários, conforme dispõe a Lei nº 11.788/2008.** Aprovação pela Diretoria da criação do auxílio-transporte no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), a ser pago aos estagiários da Conab a partir de 01/11/2008, para adequação e atendimento à Lei nº 11.788/2008. O quadro de estagiários da Conab, distribuídos entre a Matriz e Regionais, soma 405 vagas e que deverá representar um custo mensal estimado de R\$ 44.550,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta reais); **g) Ata da 181ª Reunião:** Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual, da seguinte deliberação: Superintendência Regional Mato Grosso do Sul – Alteração de endereço da Unidade Armazenadora Cassilândia/MS; **h) Ata da 182ª Reunião:** Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual, da seguinte deliberação: Superintendência Regional Paraná – Extinguir a Unidade Armazenadora Paranaguá/PR.

4.2. Atas das 184ª e 185ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração. **a) Ata da 184ª Reunião: Voto Diafi nº 111/2008. Planejamento de Investimentos 2008/2011. Proposta para a expansão do orçamento de investimentos da Companhia no período de 2008/2011.** A Diafi elaborou proposta de “Planejamento de Investimentos 2008/2011”, com a indicação da aplicação dos recursos nas áreas: a) Operacional: reforma e modernização de 30 (trinta) unidades estratégicas, certificação de todo o complexo armazenador, conclusão das obras da UA Uberlândia, implantação de novas Unidades Armazenadoras; e b) Administrativo: atualização do parque de informática e reestruturação das instalações das Sedes das Superintendências Regionais. Para gerar recursos financeiros próprios, serão alienados 168 imóveis disponíveis, sendo 42, de imediato, que podem gerar no mínimo R\$ 77 milhões e, em uma segunda etapa, outros 126 imóveis estimados em R\$ 33 milhões. Estes recursos podem financiar aproximadamente 60% do Programa de Investimento no período e os recursos complementares serão cobertos pelo Tesouro Nacional. O Confis

solicita receber um exemplar do “Planejamento de Investimentos 2008/2011” que foi aprovado pelo Conselho de Administração; **b) Ata da 185ª Reunião: Voto Presi nº 011/2008. Nota técnica Copav nº 01/2008 – Revisão do PPA e Proposta Orçamentária Exercício 2009.** De acordo com a legislação pertinente, a Copav apresentou proposta de revisão do PPA e a programação orçamentária para o exercício 2009. O limite orçamentário da Conab, no valor de R\$ 82 milhões para 2009, inerente às despesas discricionárias, comunicado à Companhia através do Ofício nº 946/08-SE/MAPA, de 11/07/2008, foi alterado para R\$ 141 milhões, em razão do plano de alienação de ativos, após gestões junto ao MAPA. O orçamento para o exercício de 2009 ficou aquém das demandas da Companhia, em razão dos limites estabelecidos pela SOF e MAPA, cuja proposta se aprovada, provavelmente necessitará de suplementação, bem como medidas para contenção de gastos. A proposta submetida à apreciação do Conselho de Administração foi aprovada, e também aprovada pela Diretoria Colegiada na 869ª Reunião Ordinária. **5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em setembro/2008 – Comunicação Interna Gecot nº 088, de 03/10/2008 e CPL nº 062, de 07/10/2008. 5.1. Licitações.** No mês sob referência, ocorreram três licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, sendo que até a data de apresentação das informações a este Confis, duas ainda não haviam sido homologadas. **5.2. Contratações.** Quanto às contratações realizadas no mês de setembro/2008, foi verificado que três contratos firmados decorreram de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, um por Inexigibilidade de Licitação e um por Registro de Preços da Anvisa. **6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 30/10/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2298, de 30/10/2008.** Após exame do Relatório, o Conselho registra: **a)** Não houve alteração nos processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02, à Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 e a José P. Rocha – Proc. 2127/02; Rede Ferroviária Federal e Procuradoria-Geral do Trabalho e que permanecem pendentes de ressarcimento; **b)** Quanto aos débitos da Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO, Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius e Governo do Distrito Federal observa-se uma pequena redução nos valores devidos; **c)** Em relação ao débito da Companhia do Metropolitano do DF – Metrô, registra-se o recebimento dos valores correspondentes aos meses de janeiro a agosto de 2008, com solicitação de prazo para a regularização da questão, em razão de falta de dotação orçamentária e pedido para a não inclusão no Cadin, que foi submetido à Proge para manifestação; **d)** Em relação aos débitos da Secretaria do Trab. do Est. de Goiás, Ceagesp – Cia de Entrep. e Arm. Gerais de São Paulo, Governo do Estado de Goiás/Sec. das Cidades, Governo do Est. do Espírito Santo/Sec. de Agricultura, foram todos devidamente ressarcidos; **e)** O Confis mantém o posicionamento com relação às providências adotadas pela Companhia e se está sendo cumprido o disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único; **f)** Os débitos não ressarcidos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.706.847,14, com redução dos valores devidos em relação ao mês anterior, em grande parte pelos ressarcimentos ocorridos no período, que somaram R\$ 139.000,17. **6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 30/10/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2297, de 30/10/2008.** Após exame dos Relatórios, o Conselho registra: **a)** Do total de créditos a receber (R\$ 1.902.837.663,58), 89,18% (R\$ 1.697.041.075,89) referem-se a processos já ajuizados e 1,15% (R\$21.911.797,67) encaminhados para ajuizamento. Portanto, 90,34% das cobranças não cabem ações administrativas; **b)** 9,43% (R\$ 179.407.661,00) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 90,34%, mencionados anteriormente, totalizam 99,76% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de Justiça e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais; **c)**

Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,24%, que corresponde a R\$ 4.477.129,01, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. O Confis não verificou nenhum fato relevante no período que mereça destaque, e ratifica as solicitações registradas nas atas anteriores, de que aguarda os esclarecimentos por parte da Sufin sobre "... composição de dívida" e de informações acerca das providências a serem adotadas visando à recuperação dos créditos.

7. Auditoria Interna – Audin. 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 23/10/2008 – Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008.

a) Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Confis verificou que restam duas pendências: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, que o mesmo encontra-se na Sureg-SP para providências com vistas à solução de pendências desde 15/05/08, que dependem da localização dos documentos, supostamente destruídos por ocasião da enchente ocorrida em 2005. As pendências serão reavaliadas por ocasião de auditoria contábil e financeira prevista para ocorrer até novembro/2008. Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, a Sureg/AM informou as providências adotadas e a expectativa é de que, até o mês de novembro, a pendência seja sanada; **b) Exercício de 2007:** Relatório de Auditoria nº 045: foi concluída a avaliação do Auditor Interno e o Processo foi encaminhado a Sureg/PR, em 06/08/2008, para ajuizamento de ação, que deverá ser realizada pela Prore/PR, assim que haja autorização por parte da Proge, tendo em vista a impossibilidade de ajuizamento por parte do escritório terceirizado, uma vez que esse representa a Conab e a empresa devedora; Relatório de Auditoria nº 046: após avaliação de resposta da Sureg/MS, o Auditor Interno manteve dois itens na condição de não solucionados, aguardando providências relativas a levantamento de alvará, baixa contábil, cobrança e resultado de sindicância. O processo foi encaminhado a Sureg/MS, em 22/08/08, para adoção de providências; e Relatório de Auditoria nº 049: após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado a Diges/Suope, em 21/10/2008, para reavaliação dos itens que permaneceram pendentes.

7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 8 a 11, entregues na 156ª Reunião Ordinária do Confis; Relatórios de Auditoria/2008 nºs 15 a 21; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 23/10/2008 – Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008.

Após análise dos referidos relatórios confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue: **a) Relatório nº 8, de 06/05/2008 (Sureg/TO):** O relatório aborda diversos registros contábeis indicando impropriedades e inconsistências nas UGs 135337, 135339, 135340, 135417, 135444 e 135560. Restam pendentes as regularizações dos registros tratados nos itens: "49 – Contas 1.1.2.1.1.01.02 – FAT./DUPL. A REC. E 1.9.9.1.2.18.00 – MERC. TERC. EM DEPÓSITO"; "53 – CONTA 1.1.2.4.2.02.00 – FÉRIAS – ADIANTAMENTO"; e "59 – CONTA 3.3.3.9.0.39.05 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS"; **b) Relatório nº 9, de 23/06/2008 (Sureg/SC):** O relatório trata de exames nos procedimentos de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação para as despesas e contratos no âmbito da Sureg/SC, da situação real e jurídica do imóvel de Chapecó/SC e dos contratos de Segurança Armada, Limpeza e Conservação da Superintendência. Restam pendentes os itens: "61 – CONSTATAÇÃO E COMENTÁRIOS – NOTAS DE EMPENHO/GUIAS DE PAGAMENTO; e "64 – OUTRAS CONSTATAÇÕES"; **c) Relatório nº 10, de 01/07/2008 (Sureg/RO):** O relatório aborda os exames realizados em diversos processos de licitação e contrato e dos controles dos bens patrimoniais da Sureg/RO, encontrando-se pendentes de implementação e regularização os itens: "67 – PROC. Nº 10-25 2006, DE 7/3/2006 – EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT."; "71 - PROC. Nº (s) 19.053/06, 19.040/05 21219.0023/08 – CONTRATAÇÃO DE SERV. DE BRAÇAGEM"; "75 – PROCESSO N 19.051/2002 – CESSÃO DE USO DE ARMAZÉM A SUFRAMA"; "76 – PROCESSO N 19.114/2003 –

CESSÃO DE USO DE ARMAZÉM A FUND. ASSIST. SOCIAL”; “78 – CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS PELA SUREG-RO A SEAPES; “79 – PAGAMENTO DE IPTU EFETUADO PELA SEAPES NO ANO 2007”; e “80 – CONSTATAÇÕES NA DOC. QUE TRATA ESPECIFIC. DA CESSÃO DOS IMÓVEIS A SEAPES”; **d) Relatório nº 11, de 23/07/2008 (CONAB/MATRIZ):** O relatório aborda análises da gestão e dos procedimentos operacionais, compreendendo a adequação da estrutura organizacional aos objetivos da entidade; a existência de sistemas de controle adequados; o uso adequado dos recursos humanos, instalações e equipamentos voltados para a produção de bens e a prestação de serviços na proporção, qualidade e prazos requeridos; a extensão do cumprimento das metas previstas pela administração ou legislação pertinente; a existência de rotinas e procedimentos de trabalhos documentados e atualizados; o cumprimento das práticas recomendadas pela legislação para aquisição de bens e serviços; adequação das aquisições no que se refere aos prazos, à quantidade, ao tipo, à qualidade e aos preços; e a guarda e manutenção dos bens móveis e imóveis. Restam pendentes de regularização as constatações expressas nos itens: “88 – ATIVIDADE CRÍTICA Nº 2 – ELABORAÇÃO DO EDITAL”; “90 – OUTRAS CONSTATAÇÕES – ARQUIVAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO”; “91 – OUTRAS CONSTATAÇÕES – FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS”; “92 – PROCESSO Nº 1662/2006–1”; “94 – PROCESSO Nº 2221/ 2006”; “96 – PROCEDIMENTOS SEMELHANTES”; e “100 – IMÓVEL – TERRENO”; **e) Relatório nº 15, de 08/09/2008 (Sureg/BA/SE):** O relatório trata da situação de imóveis da Companhia, sob responsabilidade da Sureg/BA/SE, situados nas localidades de Sete Portas Salvador-BA, Ilhéus-BA, Itabaiana-SE e Nossa Senhora da Glória-SE, sendo que para os três primeiros foram emitidas recomendações a Sureg com vistas à regularização das situações levantadas. Tais situações deverão ser monitoradas pela auditoria pelo prazo de cinco anos; **f) Relatório nº 16, de 08/09/2008 (Sureg/BA/SE):** O relatório indicou falhas e impropriedades na execução do Convênio nº 592025 MDS/Conab, nas ações “Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF”, “Compra Especial da Agricultura Familiar - CAEAF (CPR-Doação) – BA” e “Compra Especial da Agricultura Familiar - CAEAF (CPR-Doação) – SE”, resultando em recomendações a Sureg/BA/SE. Encontra-se ainda pendente o item “143 – COMPRA ESPECIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - CAEAF (CPR-Doação) - SE”; **g) Relatório nº 17, de 30/09/2008 (Sureg/MG):** O relatório indicou falhas e impropriedades na execução do Convênio nº 592025 MDS/Conab, na ação “Compra Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação)”, resultando em recomendações a Sureg/MG. Encontra-se ainda pendente o item “148 - VERIFICAÇÃO FÍSICA EM JANAÚBA – MG”, comprovar a efetividade da aplicação dos recursos financeiros, objeto do Processo nº 08.808/2006; **h) Relatório nº 18, de 30/09/2008 (Sureg/MG):** O relatório não apontou recomendações nos itens auditados e apenas sugere a adoção das providências cabíveis e que a Sureg/MG informe a Audin quanto à regularização e destinação do imóvel em questão. **e) Relatório nº 19, de 03/10/2008 (Sureg/RS):** Emitidas 02 recomendações ainda pendentes – “Item 151 – COOPERATIVA TRITÍCOLA REGIONAL SANTO ÂNGELO LTDA. – COTRISA”; e “Nº 155 – ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS S/A – ADCOINTER”; **i) Relatório nº 20, DE 06/10/2008 (Sureg/RS):** Foram emitidas 3 recomendações, as quais estão pendentes, relativas aos seguintes itens: “156 – DECLARAÇÕES DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP”; “157 – SAQUES INDEVIDOS EM CONTA-CORRENTE”; e “158 – AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO”; **j) Relatório nº 21, de 16/10/2008 (Sureg/RN):** Foram emitidas 8 recomendações, todas pendentes, referentes aos itens: “159 – Registro de Patrimônio”; “160 – CONTAS 12.122.00.00 – DEPÓSITOS JUDICIAIS / 12.127.00.00 – RECURSOS APREENDIDOS. POR DECISÃO JUDICIAL”; “161 – CONTA 12.123.00.00 – DEPÓSITO PARA RECURSOS”; “162 – CONTA 19.913.00.00 – MULTAS E JUROS”; “163 – CONTA 19.913.04.00 – DÉBITOS DE

TERCEIROS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”; “164 – IMÓVEL DE JOÃO CÂMARA”; “165 – IMÓVEL DE CAICÓ”; e “166 – IMÓVEL DE UMARIZAL”. O Confis recomenda à Companhia a adoção de providências visando ao atendimento das recomendações constantes dos Relatórios. 7.3. Nota Técnica Audin nº 21/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de setembro/2008 (Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008). O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de setembro/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 7.4. Relatório das Constatações relativas aos Contratos celebrados por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - 3º trimestre de 2008 (Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008). A Audin apresentou um relatório contendo as contratações realizadas no período de julho a setembro/2008, no âmbito das Suregs e Matriz, constatando a existência de impropriedades e disfunções, a seguir relacionadas: a) Falta de detalhamento do objeto do contrato e a justificativa para sua contratação direta (Sureg RS); b) Ausência da completa especificação da modalidade de licitação empregada (MATRIZ e Suregs CE, MS, PA, PR e RO); c) Não observação aos termos do Acórdão TCU nº 656, de 06/12/1995, que orienta a fundamentação pelo caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e aos teores da CI Proge nº 272, de 11/06/2008 (Suregs PA e MG); d) Enquadramento de Inviabilidade de competição (Art. 25 da Lei nº 8666/93) sem a adequada fundamentação (Sureg PA); e) Emprego de Contratação por Dispensa de Licitação quando deveria ser utilizada a modalidade Pregão (Sureg RN); Em face dos apontamentos o Conselho solicita a Audin a apresentação dos resultados das diligências efetuadas à Matriz e Suregs. O Confis recomenda à Companhia elaborar circular as Suregs padronizando as informações necessárias a constarem nos extratos de licitações e contratos, publicados no Diário Oficial da União.

8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 28/10/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 931, de 28/10/2008). a. Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias – CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MF - Secretaria da Receita Federal do Brasil – validade até 26/04/2009; b. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF: Emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 20/10/2008 a 18/11/2008; c. Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissão pelo MF/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil – Positiva com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2009; d. Certidão positiva de débitos com efeitos de negativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda – Positiva com efeito de negativa com validade até 02/12/2008; e. Certidão de Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda – Negativa com validade até 02/12/2008. O Conselho verificou que as pendências junto ao INSS foram regularizadas, conforme extrato Siasg/Sicaf e Sisbacen, e registra o atendimento por parte da Sucon quanto ao encaminhamento da documentação, certidões e relatórios ao Confis de acordo com recomendação registrada na Ata de nº 157, de 26/09/2008.

9. Diligências do Conselho Fiscal. 9.1. Nota Técnica Audin nº 19/2008, relativa ao superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Companhia, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, posição em 31/12/2007 (Comunicação Interna Audin nº 409, de 17/10/2008), em resposta ao item 10.2 da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confis. Após análise da referida Nota, o Confis destaca que a Audin constatou “... que as providências adotadas pela Superintendência de Contabilidade restabeleceram a regularidade da conta 1.9.3.2.9.02.00 – Disponibilidade por Fonte de Recursos, cujo saldo passou a evidenciar superávit financeiro de R\$ 104.401 mil e R\$ 8.191 mil, nas fontes próprias “50” e “80”, respectivamente, posição de

30/6/2008.” **9.2. Comunicação Interna Audin nº 416, de 21/10/2008, em atendimento ao item 7.4 da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confis, que solicita informações da Proge acerca da contratação direta.** Na 155ª reunião, o Conselho solicitou informações acerca da contratação direta de serviços jurídicos pela Sureg/PA, fundamentada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93. Conforme registrado na ata 157ª, os autos foram examinados pela Audin e encaminhados à Procuradoria-Geral – Proge a fim que a mesma se manifestasse juridicamente quanto ao caso, cujo resultado da análise por aquela Procuradoria-Geral seria informado oportunamente ao Confis. Atendendo solicitação do Confis, a Audin, através da CI nº 416, informa que, após análise, a Proge se manifestou no sentido de que não há ilegalidade na contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa IOB – Informações Objetivas e Publicações Jurídicas Ltda, de acordo com o PARECER PROGE/SUMAD nº PD – 621/2008. **10. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU).** No tocante à solicitação do Confis quanto à elaboração de Relatório Trimestral de Acompanhamento das Pendências apontadas pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e Tribunal de Contas da União – TCU, foi convidado o Sr. Gilberto Luzzi Diniz, auditor responsável pelo acompanhamento das diligências e recomendações dos órgãos de controle e respectivas respostas apresentadas pelas diversas unidades da Conab. Quanto ao assunto, o auditor expôs que é necessária a definição, por parte do Confis, da forma de apresentação do relatório. Inicialmente discorreu que é realizado acompanhamento sistemático e criterioso das respostas apresentadas pela Companhia, no tocante às recomendações dos órgãos de controle, as quais são consolidadas no Plano de Providências. Contudo, a manifestação desses Órgãos, quanto às justificativas apresentadas, somente é feita na avaliação do exercício seguinte, quando, então, é apresentado o acatamento ou não às justificativas. Diante do exposto, dada a ausência de pronto posicionamento dos Órgãos de controle, a frequência trimestral para elaboração do relatório a ser submetido ao Conselho pode não se mostrar eficiente, uma vez que não apresentará uma evolução do andamento dos assuntos. Após discussão, e mediante consenso dos presentes, o Conselho definiu que a Auditoria Interna deverá, inicialmente, apresentar quadro de acompanhamento do atendimento aos acórdãos do TCU, referente ao exercício de 2007 e 2008, assim como o Plano de Providências das Superintendências Regionais, relativo às recomendações da SFC. **11. Assuntos Gerais. 11.1. Balanço Social 2007 (Comunicação Interna Copav nº 268, de 21/10/2008).** Foi entregue ao Conselho exemplar do Balanço Social 2007, visando dar conhecimento das ações sociais implementadas pela Conab, no exercício de 2007. **11.2.** Foi convidado a participar da reunião o titular da Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Dirhu, tendo sido informado que o mesmo não se encontrava na Companhia, sendo o convite estendido para a próxima reunião do Conselho, prevista para o dia 01/12/2008. **11.3.** O Conselho decidiu por solicitar, em sua próxima reunião, a presença do Procurador-Geral da Conab, com vistas a apresentar a sistemática de trabalho da Proge, prestar esclarecimentos sobre a contratação de escritórios terceirizados e perdas de prazo para ajuizamento de ações, assim como a apresentar de relações das sentenças judiciais, separadamente, por Unidade da Federação e por grupos de natureza de despesa (pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras), contendo as seguintes informações: reclamante (autor da sentença judicial); número do processo a que se refere a sentença judicial; vara (instância judicial na qual transita o processo); objeto da ação (descrição sucinta da finalidade da ação judicial); e valor (R\$ 1,00). E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 159ª, ficou marcada para o dia 1º de dezembro de 2008.

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Ao primeiro dia do mês de dezembro dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **159ª** (Centésima Qüinquagésima Nona) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **novembro/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores **LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS**, representante do MAPA, e **MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e, como convidados, a Senhora Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna, e o Senhor Ricardo Cardoso Alves Meireles, Procurador-Geral da Conab. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata anterior.** Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 158ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 31/10/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. **2. Demonstrações Contábeis: Outubro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 1029, de 17/11/2008); Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro de 2008; e Nota Técnica Audin Nº 023/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Outubro de 2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de outubro/2008, em conjunto com a Nota Técnica Audin Nº 023/2008 registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: **a)** A Receita de Vendas e Serviços apresentou um aumento de 66,94%, alcançando R\$ 152,49 milhões, valor superior aos R\$ 91,35 milhões obtidos no mês anterior: **(i)** A Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos durante o mês somou R\$ 149,83 milhões, o que representou um incremento de 69,35% em relação a setembro/2008, quando foi registrado um montante de R\$ 88,47 milhões; e **(ii)** A Receita de Serviços (R\$ 2,66 milhões), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, apresentou uma queda 7,38% em relação a setembro/2008 (R\$ 2,87 milhões). **b)** A Receita Líquida de Vendas e Serviços apresentou um aumento de 68,01%, alcançando R\$ 148,01 milhões, valor superior aos R\$ 88,10 milhões obtidos no mês anterior. **c)** O Custo Líquido de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 140,46 milhões, inferior à Receita Líquida de Vendas e Serviços, não sendo necessária a equalização de preços, obtendo-se um Lucro Bruto Operacional de R\$ 7,56 milhões. **d)** As Despesas Operacionais sofreram uma redução de 46,11%, passando de R\$ 55,02 milhões em setembro para R\$ 29,65 milhões em outubro/2008. O maior impacto foi apurado no Grupo “Despesas Comerciais e Administrativas”, no valor de R\$ 12,33 milhões contra R\$ 30,52 milhões do mês de setembro/2008, com destaque para as variações ocorridas no Subgrupo “Outras Despesas Operacionais”, que sofreram um decréscimo de 101,33%, passando de R\$ 17,23 milhões para um déficit de R\$ 229,94 mil; **e)** O Resultado Contábil do mês de outubro foi superavitário, na ordem de R\$ 1,77 milhão, em contraposição a R\$ 42,36 mil de setembro/2008 (resultado ajustado), decorrente, de acordo com o Item “II – Resultado Econômico” da Nota Técnica da Audin, das operações governamentais, que registraram um superávit de R\$ 2,91 milhões, compensando o prejuízo das atividades próprias de R\$ 1,14 milhão, acumulando um Lucro Líquido de R\$ 14,39 milhões no exercício; **f)** O Confis deliberou por solicitar à Companhia, mediante Comunicação Interna, observância aos apontamentos constantes do item “II – Principais destaques”, subitens 1 a 13, da Nota Técnica Audin nº 023/2008, e informar ao Colegiado as providências adotadas, visando ao atendimento das

recomendações, dada a relevância dos assuntos abordados; **g)** No tocante às contas do exercício de 2007, o Conselho decidiu por solicitar, através do Conselheiro Marcus Vinícius, representante da Secretaria do Tesouro Nacional, posicionamento daquele Órgão acerca da aprovação das contas da Companhia no mencionado exercício. **3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Outubro/2008 (Comunicação Interna Sufin nº 2402, de 12/11/2008).** Após análise de referido Demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que a execução orçamentária e financeira estão dentro dos limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pelo MAPA. **4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 876ª a 879ª Reuniões Ordinárias e da 183ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Conab.** Após análise das referidas Atas, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: **a) Ata da 876ª Reunião:** Aprovação pelos membros do Colegiado de acordo judicial proposto pela Empresa Cedro Cereais Ltda, para pagamento à Conab do valor atualizado de R\$ 22.804,89, em 30 parcelas mensais e sucessivas com os acréscimos devidos; **b) Ata da 877ª Reunião: Processo Conab nº 21200.002356/2007-86,** que trata da contratação de menores aprendizes. Aprovada a suspensão temporária dos efeitos da licitação, objeto da contratação em referência, até que se estabeleça o Princípio do Contraditório (art. 5º, LV, da Constituição Federal) e posterior avaliação por parte da Proge e emissão de parecer conclusivo sobre a questão e encaminhamento para deliberação pela Diretoria acerca do cancelamento ou não do procedimento licitatório; **Voto Diges nº 096/2008. Medida Provisória nº 444, de 29/10/2008 –** Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica. Autorização da Diretoria Colegiada para Conab/Sureg/RS realizar a operação de recebimento, depósito e expedição de até 600 t de arroz beneficiado, de até 900 t de leite em pó e de até 500 Kg de sementes de hortaliças para Cuba, Haiti e Jamaica, no Armazém A7, da Empresa Sampayo Nickhom S/A, mediante dispensa de licitação, após coleta de preços. Aprovação e autorização pela Diretoria Colegiada para a realização da operação em questão, em caráter excepcional e específico para esta única operação (primeira etapa) de ajuda humanitária (MP nº 444), com dispensa de licitação, embasada na caracterização de emergência transmitida à Conab pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil; **Voto Dirhu nº 029/2008. Processo nº 21200.02138/2008-22. Promoção por antiguidade – 2009.** Aprovação pela Diretoria da concessão de 1 nível salarial, a título de promoção por antiguidade, para comando na folha salarial de janeiro/2009, aos empregados citados no teor do voto, bem como concessão das promoções a partir de 01/01/1995 para os anistiados com retorno administrativo após a edição do Voto Diafi nº 045/2005, e a criação da faixa/nível 11/16 na tabela salarial, com salário de R\$ 8.466,66. O Confis solicita, mediante Comunicação Interna, informações quanto ao impacto financeiro que representará a adoção da medida e se foram previstos os recursos orçamentários para o exercício de 2009; **c) Ata da 878ª Reunião: Reclamação Trabalhista nº 01402.1995.013.06.00-5.** Aprovação do Acordo para recebimento de valores devidos pelo reclamante, conforme proposta de desconto em folha, e que recebeu parecer favorável da Proge; **Voto Digem nº 023/2008.** Regimento Interno – NOC – Código 10.104. Criação de uma função de assessor de Diretoria, GF XI, vinculado à Diretoria de Logística e Gestão Empresarial – Digem. A proposta apresentada implica na alteração do art. 137 do Regimento Interno que foi aprovado preliminarmente pela Diretoria Colegiada devendo a matéria ser submetida ao Conselho de Administração; **Voto Conjunto Digem nº 024/2008 e Diafi nº 174/2008.** Processo nº 21200.002020/2008-02. Adesão à Ata de Registro de Preços para contratação de Cabeamento Estruturado de Voz, Sistema de Energia estabilizada e de Dados nas dependências da Matriz e no CDRH da Conab. Aprovação pela Diretoria da adesão à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2008, do Centro Integrado de

Telemática do Ministério do Exército, e de adoção de providências necessárias à efetivação da adesão proposta e determinação às áreas técnicas envolvidas que adotem providências para a contratação, de acordo com as reais necessidades da Conab a serem posteriormente contratadas com o fornecedor da Ata de Registro de Preço em comento;

d) Ata da 879ª Reunião: O Conselho verificou não haver registros que mereçam destaque; **e) Ata da 183ª Reunião:** Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual as seguintes deliberações: I - Criar a Superintendência Regional Acre; II - Criar a Superintendência Regional Alagoas; III - Criar a Superintendência Regional Amapá; IV - Criar a Superintendência Regional Roraima.

4.2. Ata da 186ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. a) Ata da 186ª Reunião: i) Demonstrações Contábeis e do Relatório Econômico e Financeiro – Setembro/2008. Aprovação pelo Conselho de Administração dos trabalhos elaborados pela Diafi; **ii) Proposta de aumento da participação acionária da Conab na Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESARS** – Não aprovação da proposta pelo Conselho com base no estatuto Social da Conab, onde não há previsão legal para adquirir ações de sociedade de economia mista e consubstanciados nos impedimentos estatutários registrados pela Proge; **iii) Licença Maternidade. Lei nº 11.770/2008. Prorrogação por sessenta dias.** Aprovação da **Resolução nº 16**, de 07/10/2008, recomendando que a Dirhu adote as providências para regulamentação da matéria no âmbito da Companhia, observando-se os normativos e a legislação pertinente.

5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em outubro/2008 (Comunicação Interna CPL nº 066/2008, de 05/11/2008).

5.1. Licitações. No mês sob referência, ocorreram na Matriz as licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nº 35/2008 e 36/2008, sendo que a nº 35/2008 foi homologada e até a data de apresentação das informações a este Confis, a nº 36/2008 ainda encontrava-se em fase de aceitação.

5.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de outubro/2008, foi verificado que três contratos firmados decorreram de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, três por Registro de Preços da Funasa/MS e um por Dispensa de Licitação. O Conselho solicita posicionamento acerca do andamento do processo licitatório para contratação de Auditoria Independente para realização de auditoria contábil do exercício de 2008, em cumprimento ao disposto na Lei 11.638/2008, a qual será formalizado à Presidência através de Comunicação Interna.

6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 24/11/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2.470, de 24/11/2008).

Após exame do Relatório, o Conselho registra: **a)** Os processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02 (José Angelino /Barbosa; Raimundo Pessoa de A. Neto) e Francisco Sebastião de Moraes; Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 (Fernando Viana de Assis) e Proc. 2127/02 – (Evaldo F. de Oliveira e José P. Rocha), permanecem pendentes de ressarcimento. **b)** O Confis tece os seguintes comentários sobre as observações do relatório em questão: Obs. 1) Proc. 2127/02 – Evaldo F. de Oliveira – **CI 08** do Confis de 04/06/08 solicita providências por parte da Companhia e, até o momento, não foi atendida; Obs. 2) Rede Ferroviária Federal – Asdrubal Silva de Oliveira – **CI 05** do Confis de 10/03/08 solicita regularização da cessão, providências conforme Parecer Proge Sumac nº CE 294/2008-22 e retorno do funcionário à companhia, não atendidas até o momento; Obs. 3) Governo do Distrito Federal – Nilva Clara Costa – **CI 08** do Confis de 04/06/08 solicita informar as providências que foram tomadas para o ressarcimento dos débitos e que não foram atendidas até o momento; Obs. 4) Procuradoria-Geral do Trabalho – Adelson M dos Santos – O Confis solicita informações sobre a CI Sureh nº 659, de 03/10/08, que suspende a cobrança dos débitos; Obs 5) Companhia do Metropolitano do DF – Metrô – Walter Carlos Alarcão Filho – O Confis solicita, mediante Comunicação Interna, esclarecimentos e informações do processo encaminhado à Proge para manifestação em razão do Metrô ter solicitado prazo

para o ressarcimento dos valores devidos e não inclusão no Cadin; **c)** Quanto aos demais débitos verifica-se redução de valores em alguns casos e aumento em outros e que da mesma forma permanecem pendentes de ressarcimento; **d)** O Confis mantém o posicionamento com relação ao não atendimento por parte da Companhia e descumprimento do disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único; **e)** Os débitos não ressarcidos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.739.591,99 (24/11/08), com aumento dos valores devidos em relação ao mês anterior. **6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 24/11/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2454, de 24/11/2008).**

Após exame dos Relatórios e reportando-se à Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1791, de 28/08/2008, apresentada na 156ª Reunião Ordinária do Confis, o Conselho registra: **a)** Do total de créditos a receber (R\$ 1.872.252.605,80), 90,81% (R\$ 1.700.175.299,30) referem-se a processos já ajuizados e 0,98% (R\$ 18.295.129,63) encaminhados para ajuizamento. Portanto, 91,79% das cobranças não cabem ações administrativas. **b)** 7,91% (R\$ 148.037.284,31) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, pagamento efetuado em juízo e cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 91,79%, mencionados anteriormente, totalizam 99,69% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais. **c)** Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,31%, que corresponde a R\$ 5.744.892,56, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. O Confis não verificou nenhum fato relevante no período que mereça destaque, entretanto deliberou por solicitar à Companhia, mediante Comunicação Interna – CI, ratificando pedidos registrados em atas anteriores: (i) esclarecimentos por parte da Sufin sobre “... composição de dívida”; e (ii) informações acerca das providências a serem implementadas pela Sufin, visando à recuperação dos créditos, conforme explicitado por aquela Superintendência na Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1791, de 28/08/2008. **7. Auditoria Interna – Audin.**

7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 27/11/2008 (Comunicação Interna Audin nº 473, de 28/11/2008).

a) Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Confis verificou que restam ainda pendentes de regularização dois relatórios: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, o mesmo encontra-se na Sureg-SP para providências com vistas à solução de pendências desde 15/05/08, que dependem da localização dos documentos, supostamente destruídos por ocasião da enchente ocorrida em 2005. As pendências estão sendo reavaliadas pela equipe de auditoria que está executando trabalhos de auditoria contábil/financeira naquela Superintendência. As pendências serão baixadas do RA nº 008 e passarão a ser tratadas no Relatório dos trabalhos em curso. Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, a Sureg/AM informou as providências adotadas e a expectativa é de que, até o final do mês de novembro, a pendência seja sanada. Caso não ocorra, a pendência será baixada do RA nº 015 e constará no Relatório dos trabalhos em curso naquela Superintendência. **b)** Exercício de 2007: Relatório de Auditoria nº 031: Foi concluída análise do Auditor Interno e o Processo foi encaminhado a SUOPE, em 11/06/2008 para avaliação. Relatório de Auditoria nº 046: após avaliação de resposta da Sureg/MS, o Auditor Interno manteve dois itens na condição de não solucionados, aguardando providências relativas a levantamento de alvará, baixa contábil, cobrança e resultado de sindicância. O processo foi encaminhado a Sureg/MS, em 22/08/08, para adoção de providências; e Relatório de Auditoria nº 049: após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado a Diges/Suope, em 21/10/2008, para reavaliação dos itens que permaneceram pendentes. **7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 22 a 25; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 28/11/2008 (Comunicação**

Interna Audin nº 473, de 28/11/2008). Após análise dos referidos relatórios, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue: **a) Relatório nº 22, de 11/11/2008 (Sureg/RS) e Relatório nº 23, de 14/11/2008 (Sureh):** Em decorrência da grande quantidade de itens e recomendações a serem analisados, os membros do Confis informam que se pronunciarão sobre os referidos relatórios oportunamente; **b) Relatório nº 24, de 17/11/2008 (Sureg/ES):** O relatório de Auditoria realizado na Sureg/ES se concentrou nos aspectos contábeis e de bens patrimoniais, baseados em dados extraídos do SIAFI, referentes ao mês de agosto/08, e que mereceram 03 sugestões e 07 recomendações e ainda pendentes, conforme itens abaixo: **217** – Contas 1.1.2.1.1.01.02 – Fatura/Duplicatas a Receber / 1.9.9.1.2.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito – Recomendação 217.1; **218** – Contas 1.1.2.1.9.12.00 – Créditos por Acerto Financeiro com Ex-Servidores / 1.2.2.4.9.01.00 – Créditos Financeiros com Servidores/Ex-Servidores – Sugestão; **219** – Conta 1.1.2.4.2.01.00 – 13º Salário – Adiantamento – Recomendação 219.1; **220** – Conta 1.1.2.4.2.01.00 – Férias – Adiantamentos – Recomendação 220.1; **221** – Contas 1.2.1.2.2.00.00 – Depósitos Judiciais / 1.2.1.2.3.00.00 – Depósitos para Recursos / 1.2.1.2.7.00.00 – Recursos Apreendidos Decisão Judicial – Recomendação 221.1; **222** – Conta 1.1.3.1.9.01.00 – Adiantamento a Fornecedores – Recomendação 222.1; **223** – Contas 1.9.9.7.2.02.00 / 1.9.9.7.2.03.00 – Contratos de Serviços e Aluguéis – Recomendação 223.1; **224** – Conta 2.1.2.1.1.02.00 – Fornecedores de Exercícios Anteriores – Sugestão; **225** – Conta 2.1.2.1.1.02.00 – Fornecedores de Exercícios Anteriores – PAA – Sugestão; **226** – Patrimônio – Recomendação 226.1; **c) Relatório nº 25, de 17/11/2008 (Sucon/Supaf):** O relatório aborda a análise da Prestação de Contas dos Recursos destinados ao Convênio nº 592025/2007, entre o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e a Conab, bem como a Análise Contábil e Financeira desses recursos: **Item 227 – Análise da Prestação de Contas:** os requisitos legais foram todos atendidos e somente é sugerido à Sucon e Supaf, autuar processo único visando otimização dos controles; **Item 228 - Análise Contábil e Financeira:** foi constatado registros contábeis inconsistentes nas contas 1.9.9.61.04.00 - A Receber e 1.9.9.6.1.04.00 - a Comprovar; **Item 228.1:** foi recomendado interação entre Conab e MDS para regularizar os registros contábeis no SIAFI. **8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 01/12/2008.** **a.** Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias – CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MF - Secretaria da Receita Federal do Brasil – validade até 26/04/2009; **b.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF: Emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 11/11/2008 a 10/12/2008; **c.** Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissão pelo MF/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil – Positiva com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2009; **d.** Certidão negativa de débitos de Tributos e de Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda com validade até 02/02/2009; **e.** Extrato SIASG, SICAF, FORNPJ e CONFORNPJ, de 01/12/2008, com resumo das certidões dentro da validade e sem ocorrências; Extrato SISBACEN DE 01/12/2008 sem ocorrências. **9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – outubro/2008 (Comunicação Interna Coger nº 131, de 28/11/2008).** O Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração - PIA apresenta as principais informações dos diversos processos e procedimentos de apuração instaurados e em curso na Matriz e nas Superintendências. Representa, para a unidade interna de Corregedoria, importante instrumento de acompanhamento e de controle do andamento

dos processos pelas comissões constituídas. Este Confis louva o importante relatório e os controles gerados pela zelosa COGER. **9.1.** A Conselheira Lúcia Aída apresentou, aos demais membros do Conselho, cópia do DESPACHO, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, datado de 06/11/2008, publicado no BOLETIM DE PESSOAL – CGRH/SPOA/SE/MAPA NÚMERO 31, de 10/11/2008, mediante o qual o Ministro reforça sua decisão constante do termo de julgamento no Processo nº 1233/2005, constituído pela Conab, e determina a adoção de medidas à defesa do erário, sendo certo que, a omissão ou o retardamento injustificado poderão resultar a responsabilidade de quem lhes der causa. O Colegiado deliberou por solicitar à Presidência, mediante Comunicação Interna – CI, ser informado sobre do que se trata o Processo nº 1233/2005 e quais as medidas adotadas pela Companhia visando à defesa do erário, conforme determinado pelo ministro da Agricultura. **10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. NOTA TÉCNICA AUDIN Nº 22/2008, relativa à adequação das demonstrações financeiras da Conab às alterações promovidas na Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações – pela Lei 11.638, de 28/12/2007 (Comunicação Interna Audin nº 464, de 26/11/2008), em resposta ao item 10.2 da Ata da 156ª Reunião Ordinária do Confis.** A Sucon elaborou a Nota Técnica nº 05/2008, de 25/08/2008, em atendimento aos Ofícios STN/COREF/COFIS nºs 32 e 33, de 17 e 20/07/2008, respectivamente, onde o Tesouro Nacional solicitava manifestação da Conab quanto à adequação das demonstrações financeiras introduzidas pela Lei 11.638/2007. A referida nota técnica foi encaminhada ao Tesouro Nacional observando o prazo de resposta fixado para o dia 30/09/2008. Os membros do Confis deliberaram por encaminhar a Nota Técnica 05/2008 para avaliação e manifestação da Audin. Através da Nota Técnica nº 022/2008, de 26/11/2008, a Audin registra as considerações e avaliações a respeito das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/2007, bem como a análise da Nota Técnica elaborada pelo Sucon. Na avaliação da Audin, verifica-se que as demonstrações contábeis da Companhia serão afetadas em diversos itens e procedimentos necessários para o atendimento da legislação em vigor, e que dependerão de estudos e análises por parte da Conab com a finalidade de adequação à referida Lei. Registramos, a seguir, os principais pontos verificados pelo Confis e que foram apurados pela Audin na Nota Técnica 022/2008: **Ativo Permanente:** A Nota Técnica 005/2008 não faz referência sobre a existência de ativos com características de bens incorpóreos e que deveriam ser transferidos contabilmente do ativo imobilizado para o ativo intangível, sendo necessário à análise dos ativos permanentes da companhia para efetuar os ajustes impostos pela lei; **Lucros Acumulados:** A questão também não foi abordada na Nota Técnica 005/2008, que na avaliação da Audin, a Sucon deverá proceder à análise e adotar as providências necessárias para a destinação do lucro que a Conab venha auferir no exercício. Em diversos itens analisados pela Audin, é recomendado que a Companhia analise e providencie estudos detalhados para a melhor adequação à legislação em vigor. Da mesma forma em outros casos os procedimentos dependem de normatização pelos Órgãos competentes. Nas considerações finais da Audin, é sugerido que se tome especial atenção aos pontos elencados nos itens **3.3.1 – Ativo Permanente; 3.3.2.1 – Reservas de Capital; 3.3.2.4 – Lucros Acumulados; 3.4.2 – Direitos Realizáveis a Longo Prazo; 3.4.3 – Recuperação dos Valores Registrados no Ativo Permanente e 3.5 – Escrituração Contábil Versus Escrituração Fiscal;** Reitera a necessidade de análise criteriosa do lucro auferido pela Companhia, em especial o resultado positivo registrado no sub-órgão Operações Governamentais e, por fim, a sugestão de leitura da Instrução CVM nº 469, de 02/05/2008, que instrui sobre a aplicação da Lei nº 11.648/2008, observando os procedimentos que poderiam ser aplicados à Conab. Em razão da importância e relevância das alterações contábeis e as observações registradas pela Audin, os representantes do Conselho Fiscal da Conab consideram extremamente importante que a Presidência da Companhia tome conhecimento das questões e que tome todas as medidas necessárias para atender às recomendações e

sugestões registradas na Nota Técnica Audin 022/2008, o que será formalizado mediante Comunicação Interna. **11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (Secretaria Federal de Controle - SFC) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU). 11.1. Planos de Providências (Comunicação Interna Audin nº 473, de 28/11/2008).** Em atendimento ao item 10 da Ata da 158ª Reunião Ordinária do Confis, a Auditoria Interna - Audin encaminhou ao Conselho Fiscal, para conhecimento, cópia dos Planos de Providências das Superintendências Regionais do Amazonas-Roraima, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia, relativos ao exercício de 2007, remetidos às Controladorias Regionais da União nos Estados. Quanto ao Plano de Providências da Superintendência Regional de Pernambuco – Sureg/PE, informa aquela Unidade que o mesmo não foi elaborado, pois a única recomendação da auditoria da Controladoria-Geral da União foi devidamente regularizada em junho de 2008. **11.2. Quadros de Acompanhamento das Determinações/Recomendações do TCU – Exercícios 2007 e 2008 (Comunicação Interna Audin nº 473, de 28/11/2008).** A Audin apresentou a este Confis Relatório Gerencial sobre as Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União, consubstanciadas nas deliberações expedidas pela Corte de Contas, no qual é demonstrado sucintamente as providências adotadas ou em curso pelas diversas áreas da Empresa. O documento reflete o controle eficiente e efetivo da unidade de auditoria interna sobre as providências implementadas e as respostas frente às demandas do Controle Externo. O Confis manifesta a satisfação ao apreciar os controles da zelosa Audin. **11.3. ACÓRDÃOS do TCU.** A Conselheira Lúcia Aída apresentou aos demais Conselheiros, cópia dos seguintes Acórdãos: **a) ACÓRDÃO Nº 3364/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 17/10/2008, Seção 1, Pág. 91):** Processo TC – 004.582/2004-4 – Tomada de Contas Especial – referente ao julgamento das contas constantes do mencionado processo como regulares com ressalva, dando quitação aos responsáveis e promovendo-se, em seguida, seu arquivamento; **b) ACÓRDÃO Nº 3802/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 132):** Processo TC – 018.574/2007-9 – Prestação de Contas – versa sobre julgamento das contas da Conab – Sede Sureg Mato Grosso, exercício 2006, como regulares com ressalva. Determina à Sureg MT que: a) controle a utilização das máquinas fotocopadoras e da franquias de cópias contratada; b) mantenha rigoroso controle quanto ao consumo de combustíveis da Unidade, compatibilizando a relação de autorizações de abastecimento com as respectivas notas fiscais e faça anexar uma via de cada autorização de abastecimento nos respectivos processos de pagamento; c) realize estudo sobre o consumo anual de combustíveis para subsidiar a futura contratação de fornecedor; d) regularize a situação dos empregados cedidos ao DNIT, quer pelo retorno à Conab ou cessão a outro órgão público; **c) ACÓRDÃO Nº 3805/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 133):** Processo TC – 020.328/2007-2 – Prestação de Contas – trata-se do julgamento das contas da Conab – Sede Sureg Rio Grande do Sul, exercício 2006, como regulares com ressalva. Determina à Secretaria Federal de Controle Interno que informe, nas próximas contas, o atendimento, pela Superintendência Regional do Rio Grande do Sul da Conab, das recomendações do relatório de Auditoria de Gestão nº 190681; **d) ACÓRDÃO Nº 3815/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 135):** Processo TC – 018.317/2007-1 – Prestação de Contas – refere-se ao julgamento das contas da Conab – Sede Sureg Ceará, exercício 2006. Determina à Sureg/CE que preencha o Rol de Responsáveis de acordo com o previsto no art. 11 da IN/TCU nº 57, de 27/08/2008; **e) ACÓRDÃO Nº 3842/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 139):** Processo TC – 007.138/2007-2 – Representação – trata-se de autorização para a prorrogação solicitada pela Conab, de acordo com os pareceres emitidos nos autos do processo; **f) ACÓRDÃO Nº 4402/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 21/11/2008, Seção 1, Pág. 195):** Processo TC – 012.318/2008-0 – Representação – Apresentada pela Conab Sede Sureg Goiás - O citado órgão acorda em conhecer da

representação, arquivando-a sem julgamento do mérito, em face de reconhecimento da coisa julgada (Acórdão nº 1.410/2005 – 1ª Câmara) e, dando-se ciência ao(s) representante(s), com envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos; **g) ACÓRDÃO Nº 5137/2008 – TCU – 2ª Câmara (DOU de 21/11/2008, Seção 1, Pág. 236):** Processo TC – 014368/2006-4 – Representação – versa sobre o arquivamento do mencionado processo. **12. Assuntos Gerais.**

12.1. Relatório de Gestão – 3º Trimestre 2008. Segundo consta da Apresentação do Relatório, o mesmo está dividido em 5 capítulos, a saber: 1º Capítulo: apresenta as atividades realizadas no desenvolvimento das ações orçamentárias; 2º Capítulo: discorre sobre outras atividades desenvolvidas, tais como os resultados obtidos na comercialização de estoques públicos, a participação da Companhia na execução do Fome Zero e a recomposição dos ativos pela cobrança de dívidas; 3º Capítulo: são descritas as atividades decorrentes de ações sociais realizadas por meio de repasses de outros parceiros; 4º Capítulo: detalha a execução orçamentária e financeira do período; e 5º Capítulo: o balanço patrimonial da Companhia. Após análise do referido Relatório, o Colegiado verificou: **a) Quanto ao Capítulo 1 – Gestão de Programas e Ações:** (i) Sobre a fiscalização dos estoques públicos, até o fim do 3º trimestre, foram fiscalizadas, cumulativamente, 6.918.543 toneladas, o que corresponde a 99,77% do estoque contábil acumulado, qual seja, 6.934.633t. A meta física para o exercício é de fiscalização de 2.850 Unidades, sendo que até o fim do 3º Trimestre/2008, foram fiscalizadas 2.141 Unidades, correspondente a 75,12% da meta estabelecida. No tocante aos registros de perdas quantitativas, verificou-se um desvio de 10.241t (Suregs MT, PA, PR e RS). Quanto aos Estoques Desclassificados e Abaixo do Padrão - AP, Quadro 1.07 – Demonstrativo de Perdas Quantitativas e Qualitativas, foram registrados 354t Desclassificados, nas Suregs MT e RS, e 348t Abaixo do Padrão na Sureg RS; (ii) Com referência à vistoria dos estoques privados, permanece a mesma situação apontada no exercício de 2007, ou seja, a não celebração de convênio com o MAPA, não ocorrendo, por conseguinte, inspeção das 200.000 toneladas previstas para o exercício, apesar da dotação orçamentária de R\$ 120.000,00 para a realização da correspondente despesa, conforme consta do Item “1.2.1.8 – Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento”, tendo sido solicitado o cancelamento total da dotação orçamentária. **b) Quanto ao Capítulo 2 – Outras Ações:** a Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros apresentou um crescimento de 33,36% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento do estoque de terceiros da ordem de 46,99%, conforme demonstrado no “Quadro 2.08 - Demonstrativo da Variação da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros”. No “Quadro 2.09 – Demonstrativo da Variação dos Estoques Médios”, foi verificada uma redução na quantidade total de estoque (Governo + Terceiros), em relação ao 3º trimestre de 2007, variando de 699.163t para 472.951t. **12.2.** Conforme assentado na 158ª Reunião, os trabalhos prosseguiram com a presença do Procurador-Geral da Conab, Dr. Ricardo Cardoso Alves Meireles, tendo a Senhora Presidente solicitado a explanação do titular da Proge sobre os pontos que se seguem: **a)** Apresentação da sistemática de trabalho da Proge: Fazendo uso da palavra, o Dr. Ricardo expôs que a Procuradoria-Geral, na atual gestão, é considerada um órgão de muita importância, uma vez que as decisões da Diretoria Colegiada, acerca dos assuntos de sua competência, são precedidas de análise da Proge, aumentando consideravelmente o fluxo de trabalho daquela Unidade. O Órgão orienta, ainda, os trabalhos desenvolvidos pelas Procuradorias Regionais – Prores, sendo subdividido em 3 (três) áreas, quais sejam: a) Subprocuradoria de Matéria Administrativa - Sumad; b) Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj; e c) Subprocuradoria de Organização e Controle Jurídico – Suorc. O ajuizamento e acompanhamento das ações são realizados através do Sistema informatizado “CPJ”, que, contempla, inclusive, o posicionamento das ações que são executadas em conjunto com as Prores. Ressaltou que, devido à

precariedade do Sistema, esse está sendo substituído. A Proge sofre, ainda, com a ausência de corpo técnico e estrutura logística que assegure melhores condições de trabalho; **b)** Esclarecimentos sobre a contratação de escritórios terceirizados e perdas de prazo para ajuizamento de ações: A Presidente indagou como é feita a contratação e o acompanhamento das ações movidas pelos escritórios terceirizados, assim como a relação entre esses, as Prores e a Proge. O Procurador-Geral expôs que, dada a natureza intelectual dos serviços, os escritórios são contratados através de processo licitatório, na modalidade de “Técnica e Preço”, com atribuição de pontuação, levando em consideração a “expertise” necessária para o desenvolvimento dos trabalhos. Quanto a relação com as Prores e os terceirizados, existem formulários onde são definidas e acompanhadas todas as ações necessárias à condução da ação judicial, sendo realizadas, ainda, reuniões para tratar dos pontos necessários. As peças judiciais são submetidas previamente à apreciação da Proge, a quem compete sua aprovação antes do protocolo na justiça. No caso de perdas de prazo de processos judiciais, existe um trâmite a ser seguido para verificar os problemas existentes, inclusive com a apuração de responsabilidades. Em relação ao Contencioso, o acompanhamento é feito em conjunto com a área administrativa e financeira, através de sistema informatizado. Inicialmente, é instaurado processo administrativo visando ao recebimento do valor. Verificada a impossibilidade de receber os valores administrativamente, cujos prazos são fixados através de normas internas da Empresa, a Proge submete o processo à Presidência, com vistas a obter autorização para o ajuizamento das ações. Na oportunidade, a Presidente indagou como funciona o ajuizamento das ações, na ausência da documentação necessária. Foi esclarecido pelo Procurador-Geral que a Proge, na ausência de documentação que fundamente a ação judicial, expõe o fato à área responsável. Constatada a ausência da documentação, compete à diretoria correspondente autorizar a baixa contábil do valor, dada à impossibilidade de ajuizamento de ação. No caso de necessidade de apuração de responsabilidade, compete à Diretoria Colegiada submeter a questão à Corregedoria-Geral - Coger, que possui em seu quadro procuradores com condições de analisá-la, a qual, na maioria das vezes, é submetida à apreciação da Proge. Contudo, ressaltou que todas as diretorias têm autonomia para submeter os assuntos à Coger, a quem compete a condução dos processos disciplinares; **c)** Apresentar relações das sentenças judiciais, separadamente, por Unidade da Federação e por Grupos de Natureza de Despesa – GNDs (pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras), contendo as seguintes informações: reclamante (autor da sentença judicial); número do processo a que se refere a sentença judicial; vara (instância judicial na qual transita o processo); objeto da ação (descrição sucinta da finalidade da ação judicial); e valor (R\$ 1,00). No tocante às relações, o Procurador-Geral expôs que, formalizado o pedido pelo Conselho, essas serão providenciadas, discorrendo que, dado ao volume de ações, sua elaboração demandará certo tempo. Considerados satisfeitos os esclarecimentos feitos pelo Procurador-Geral, a Presidente agradeceu sua presença, tendo os Conselheiros deliberado que o assunto será submetido à Presidência da Companhia, através de Comunicação Interna. **12.3.** O convite ao titular da Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Dirhu para participar da reunião, conforme consta da Ata da 158ª Reunião, não foi formalizado, dado a extensão da pauta da reunião e a exigüidade do tempo, o que será feito oportunamente. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – **160ª**, ficou marcada para o dia 19 de dezembro de 2008.

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos dezoito dias do mês de dezembro dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a **160ª** (Centésima Sexagésima) **Reunião Ordinária**, correspondente ao mês de **dezembro/2008**, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores **LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS**, representante do MAPA, e **MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e, como convidada, a Senhora Eugenia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata anterior.** Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 159ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 01/12/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. **2. Demonstrações Contábeis: Novembro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 1159, de 17/12/2008).** A Srª. Eugênia, representante da Audin, informou da impossibilidade de apresentar ao Conselho a análise das demonstrações contábeis do mês de novembro, tendo em vista que as mesmas somente foram entregues àquela Unidade no dia anterior à realização da Reunião do Confis, ou seja, 18 de dezembro. Diante disso, o Conselho Fiscal não pode efetuar uma análise detalhada das referidas demonstrações, registrando, apenas, os itens que se seguem, sem demonstrar o resultado das atividades próprias e das operações governamentais: **a)** A Receita de Vendas e Serviços apresentou uma considerável redução de 78,48%, alcançando R\$ 32,82 milhões, valor inferior aos R\$ 152,50 milhões obtidos no mês anterior; **i)** A Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos durante o mês somou R\$ 29,97 milhões, o que representou um decréscimo de 80% em relação a outubro/2008, quando foi registrado um montante de R\$ 149,83 milhões; e **ii)** A Receita de Serviços (R\$ 2,84 milhões), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, apresentou um aumento 6,99% em relação a outubro/2008 (R\$ 2,66 milhões). **b)** A Receita Líquida de Vendas e Serviços apresentou uma redução de 78,52%, alcançando R\$ 31,79 milhões, valor inferior aos R\$ 148,01 milhões obtidos no mês anterior. **c)** O Custo Líquido de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 29,93 milhões, inferior à Receita Líquida de Vendas e Serviços, sendo necessária a equalização de preços, no valor de R\$ 3,08 milhões, obtendo-se um Lucro Bruto Operacional de R\$ 1,85 milhão. **d)** As Despesas Operacionais sofreram um acréscimo de 69,06%, passando de R\$ 29,65 milhões em outubro para R\$ 50,12 milhões em novembro/2008; **e)** As Receitas Operacionais diversas passaram de R\$ 23,60 milhões no mês anterior para R\$ 47,71 milhões no mês de novembro, registrando-se um acréscimo da ordem de 102,12%; **f)** O Resultado Contábil do mês de outubro foi superavitário, na ordem de R\$ 3,73 milhões, apresentando um acréscimo de 110,79% em relação a outubro, cujo resultado positivo foi de R\$ 1,77 milhão. **3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Novembro/2008 (Comunicação Interna Sufin nº 2600, de 12/12/2008).** Após análise de referido Demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que a execução orçamentária e financeira estão dentro dos limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pelo MAPA. **4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 880ª e 881ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab.** Após análise das

referidas Atas, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: **a) Ata da 880ª Reunião: (i) Portaria nº 292, de 21/11/2008**, que baixou os procedimentos orientando o processo de encerramento do Balanço, referente ao exercício financeiro de 2008 e determinando que as áreas envolvidas observem rigorosamente os prazos máximos fixados para atendimento às ações relacionadas ao encerramento do exercício; **(ii) Edição de Portaria do Conselho de Administração:** Informa que foi aprovada pelo Conad a proposta de alteração da Resolução Conab nº 008/2008, de 29/07/2008, no sentido de conceder aos Procuradores da Conab que estiverem à disposição da Consultoria Jurídica do Mapa, a Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ; **b) Ata da 881ª Reunião:** Informado pelo Diretor da Dirhu que, na elaboração da folha de pagamento do mês de novembro/2008, ocorreram lançamentos equivocados e alguns contracheques com valores distorcidos. A falha foi detectada e deverá ser corrigida na próxima folha. A diretoria manifestou preocupação com a situação e recomendou ao Diretor que adotasse todas as medidas necessárias para a solução dos problemas, ainda dentro do corrente exercício; Aprovação da proposta de alteração no texto do Voto Diafi nº 024 /2008, de 25/02/2008, aprovado na 842ª Redir, definindo que o prazo do pagamento, para compra de imóveis da Conab por Órgãos e Entidades Públicas, passe a ser de até 48 meses, em substituição aos atuais 36 meses, desde que dentro de um mesmo mandato eletivo. **4.2. Ata da 187ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.** Após análise da referida Ata, o Conselho considerou relevantes os seguintes itens: **(i) Relatório de Gestão – 3º trimestre/2008:** Aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório de Gestão do 3º trimestre/2008, cujo objetivo é demonstrar a atuação da Conab ao longo dos 3 primeiros trimestres de 2008, destacando os resultados alcançados nas atividades executadas no período e que foi elaborado a partir dos dados e informações gerenciais das diversas unidades orgânicas da Companhia; **(ii) Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro/2008:** Aprovação pelo Conselho de Administração do referido relatório; **(iii) Voto Presi nº 014/2008. Nota Técnica Audin nº 016/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética:** Aprovação pelo Conad da proposta de promover, de acordo com o explicitado pela Nota Técnica Audin nº 016/2008, a adequação do “Regimento Interno” da Auditoria Interna e de suas respectivas Gerências e a instituição do “Código de Ética da Auditoria Interna”, cujos princípios passarão a nortear a conduta dos auditores internos no desenvolvimento dos trabalhos que lhe são afetos. O Conad recomenda que a companhia adote as providências necessárias para inclusão nos normativos da Conab; **(iv) Processo nº 70010.001004/2008-37 – Ofício Presi nº 0522/2008, referente ao Processo nº 1233/2005-42 – Argepal:** O Conad, através do conselheiro Silas Brasileiro, solicitou à Procuradoria-Geral - Proge que apresentasse relatório sobre o assunto em questão, cujo despacho do Ministro havia sido apresentado pela Presidente do Confis na 159ª Reunião, de 01/12/2008, no sentido de que a empresa acate, de forma célere, a determinação do Senhor Ministro de Estado; **(v) Processo nº 21200.000864/2008-19. Proposta de aprovação do preço mínimo de venda do imóvel localizado no Setor de Clubes Norte, trecho Enseada Norte, lote 10 – Brasília/DF.** Aprovação pelo Conad do preço mínimo de venda do imóvel em questão, avaliado em R\$ 7.850.000,00; **(vi) Proposta de alteração da Resolução Conab nº 008, de 29/07/2008:** Aprovação da proposta de alteração da referida resolução, que estende o pagamento da Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ aos Procuradores lotados na Proge e cedidos à Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em novembro/2008 (Comunicação Interna CPL nº 080/2008, de 05/12/2008).** **5.1. Licitações.** No mês de novembro/2008, ocorreram na Matriz 5 licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nºs 37 a 41; 1 na modalidade Tomada de Preços –05/2008 – tipo Técnica e Preço, ainda, em fase de habilitação para contratação de instituição especializada na prestação de serviços

técnicos de auditoria contábil para os 4 trimestres do exercício de 2008; e 1 na modalidade Convite nº 03/2008 – tipo Menor Preço, em homologação/adjudicação. **5.2. Contratações.** Quanto às contratações realizadas no mês de novembro/2008, 1 contrato foi firmado na modalidade Tomada de Preços nº 04/2008 e 2 na modalidade Pregão Eletrônico nº 33/2008 e nº 35/2008, todos contratados com valores abaixo dos estimados.

6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 12/12/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2.619, de 15/12/2008). Após exame do Relatório, o Conselho registra: **a)** Não se verificam alterações nos processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02 (José Angelino Barbosa; Raimundo Pessoa de A. Neto) e Francisco Sebastião de Moraes; Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 (Fernando Viana de Assis) e Proc. 2127/02 (Evaldo F. de Oliveira e José P. Rocha); **b)** O Confis reitera os pedidos de informações e esclarecimentos solicitados à Companhia através das CI 05, de 10/03/08, e CI 08, de 04/06/08 (observações 1, 2 e 3 do relatório) e pelos registros em atas – observação de nº 4 (Procuradoria-Geral do Trabalho – Adelson M dos Santos – O Confis solicita informações sobre a CI Sureh nº 659, de 03/10/08, que suspende a cobrança dos débitos); e observação nº 5 (Companhia do Metropolitano do DF – Metrô – Walter Carlos Alarcão Filho – O Confis solicita esclarecimentos e informações do processo encaminhado à Proge para manifestação, em razão do Metrô ter solicitado prazo para o ressarcimento dos valores devidos e não inclusão no Cadin); **c)** O Confis mantém o posicionamento com relação ao não atendimento por parte da Companhia e descumprimento do disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único; **d)** Os débitos não ressarcidos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.606.810,15 (12/12/08), com redução dos valores em relação ao relatório anterior, em razão dos ressarcimentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO, Governo do Estado do Espírito Santo/Sec. de Agricultura e Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius. **6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 12/12/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2601, de 12/12/2008).** Após exame dos Relatórios, o Conselho registra: **a)** Do total de créditos a receber (R\$ 1.852.461.355,28), 90,81% (R\$ 1.682.189.252,20) referem-se a processos já ajuizados e 0,97% (R\$ 17.902.059,21) encaminhados para ajuizamento. Portanto, 91,77% das cobranças não cabem ações administrativas; **b)** 7,85% (R\$ 145.477.377,09) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, pagamento efetuado em juízo e cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 91,77%, mencionados anteriormente, totalizam 99,63% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais; **c)** Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,37%, que corresponde a R\$ 6.892.666,78, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. O Confis não verificou nenhum fato relevante no período que mereça destaque, e aguarda as informações e esclarecimentos da Companhia que foi solicitado via CI Nº 018. **7. Auditoria Interna – Audin. 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 17/12/2008. a)** Exercício de 2006: O Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria demonstra que não restou mais nenhuma pendência em relação ao exercício de 2006, tendo sido os relatórios nºs 008 e 015 baixados. **b)** Exercício de 2007: **(i)** Relatório de Auditoria nº 031: após posicionamento da Superintendência de Operações - Suope e Superintendência de Contabilidade - Sucon, foi concluída análise do Auditor Interno e o Processo encaminhado à Sureg-GO, em 02/12/2008, para adoção de providências. Entretanto, o Confis registra que, de um total de 19 pendências, constam 17 não solucionadas desde o mês de maio/2008;. **(ii)** Relatório de Auditoria nº 046: o processo encontra-se na Auditoria Interna para reanálise da resposta da Sureg/MS; e **(iii)** Relatório de Auditoria nº 049: após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado, em

15/12/2008 à Diretoria de Gestão de Estoques - Diges/Suope para reavaliação e posicionamento acerca dos oito itens ainda pendentes. **7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 26 a 28; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 19/12/2008.** Após análise dos referidos relatórios, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue: **a) Relatório nº 26, de 15/12/2008 (Sureg/PR):** Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PR com aplicação do Planejamento, objeto da Ação de Auditoria nº 23, abordando o assunto “Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)”, sem recomendações pela Audin; **b) Relatório nº 27, de 15/12/2008 (Sureg/PR):** Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PR com aplicação do Planejamento, objeto da Ação de Auditoria nº 23, abordando o tema “Administração e Controle de Patrimônio”, com as seguintes recomendações: 230.1 – Acompanhar as ações de alienação do imóvel, informando à Audin sobre as providências adotadas; 231.1 – Informar à Audin sobre doação do imóvel ao Ibama; 232.1 – Acompanhar o andamento da alienação do imóvel, informando à Audin as providências adotadas para regularização da ocupação pela empresa Ronda e à alienação; **c) Relatório nº 28, de 15/12/2008 (Sureg/PB):** Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PB com aplicação do Planejamento elaborado com foco na Ação de Auditoria nº 29, e que sofreu 14 recomendações: itens nºs 234.1; 234.2; 234.3; 235.1; 235.2; 235.3; 235.4; 236.1; 236.2; 237.1; 240.1; 241.1; 242.1 e 243.1. Os trabalhos de Auditoria se concentraram nos aspectos contábeis e de bens patrimoniais, com objetivo de realizar o acompanhamento da gestão e as recomendações são em sua maioria para o atendimento das questões contratuais, observação à legislação, falhas de documentação e comprovantes de quitação e extratos, e registros contábeis. **8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais).** **a.** Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias – CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MF - Secretaria da Receita Federal do Brasil – validade até 26/04/2009; **b.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF: Emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 03/12/2008 a 01/01/2009; **c.** Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissão pelo MF/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil – Positiva com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2009; **d.** Certidão negativa de débitos de Tributos e de Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda com validade até 02/02/2009; **e.** Extrato SIASG, SICAF, FORNPJ, CONFONPJ e Extrato SISBACEN – dezembro/2008 com resumo das certidões dentro da validade e sem ocorrências. **9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – Abril a novembro/2008 (Comunicação Interna Coger nº 137, de 17/12/2008).** O Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA, que foi apresentado ao Confis para apreciação, onde se verificam diversas alterações no seu formato, possibilita a visualização dos processos de apuração de uma forma gerencial. Os novos demonstrativos e gráficos atendem aos trabalhos e verificações a cargo deste Colegiado, permitindo uma análise qualitativa e quantitativa das apurações instauradas pela Coger, possibilitando o acompanhamento e evoluções no período ao fornecer dados mês a mês, por unidades da federação e matriz. **10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Audin nº 494, de 15/12/2008:** Em resposta à solicitação do Confis registrada na 157ª ata, de 26/09/2008, item 11, letra “b”, a Audin informa que realizou auditoria especial no Cibrius, conforme entendimentos com a Controladoria-Geral da União – CGU, cujos trabalhos abrangeram o período de 2006/2007, e o relatório está em fase final de elaboração e posteriormente será

encaminhado ao Confis para conhecimento. A audin esclarece também que a última supervisão no Cibrius ocorreu em 1999 e planeja realizar auditorias dos períodos passados, de acordo com a capacidade operativa e de forma escalonada. Foi contemplado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint para o exercício de 2009, auditoria especial no Cibrius que abrangerá os anos de 2004, 2005 e 2008. **11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (Secretaria Federal de Controle - SFC) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU).** **11.1. Acórdãos do TCU.** A Conselheira Lúcia Aída apresentou aos demais Conselheiros, cópia do seguinte Acórdão: **a) ACÓRDÃO Nº 2681/2008 – TCU – Plenário (DOU de 01/12/2008, Seção 1, Pág. 148): Processo nº TC-023.097/2008-5 – Trata-se de representação com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Carvalho e Salem Advocacia Empresarial, que relata possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Conab-Sureg/GO nº 1/2008, cujo objetivo é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de advocacia perante às Justiças Estadual, Federal e do Trabalho, no Estado de Goiás, acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, de acordo com a legislação vigente, dar prazo de 15 dias para a Conab – Sureg/GO dar cumprimento ao artigo 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, promovendo a anulação da Concorrência Conab-Sureg/GO nº 1/2008 no estágio em que se encontra.** **12. Assuntos Gerais.** **12.1. Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal para o exercício de 2009.** Definiu-se, mediante consenso, que as reuniões ordinárias do Conselho para o exercício de 2009 estão agendadas para as seguintes datas: **FEVEREIRO** – 02/02/2009; **MARÇO** – 02/03/2009 e 30/03/2009; **ABRIL** – 24/04/2009; **MAIO** – 29/05/2009; **JUNHO** – 26/06/2009; **JULHO** – 31/07/2009; **AGOSTO** – 28/08/2009; **SETEMBRO** – 25/09/2009; **OUTUBRO** – 30/10/2009; **NOVEMBRO** – 27/11/2009; **DEZEMBRO** – 18/12/2009. O Cronograma deverá ser encaminhado à Presidência da Companhia para conhecimento, com vistas à divulgação às Diretorias. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – **161ª**, ficou marcada para o dia 2 de fevereiro de 2009.

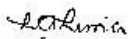
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

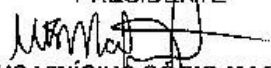
LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 161ª, ficou marcada para o dia 2 de fevereiro de 2009.


LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE


MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR


LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR


JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

18.1.3 – Órgãos e Entidades Patrocinadores de Entidade Fechada de Previdência Complementar (independente da natureza Jurídica).

Informações sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

A Patrocinadora CONAB, por meio da **Auditoria Interna-AUDIN**, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c e no §2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001 e conforme ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC (em atenção ao Acórdão TCU nº 2.887/2008, 1ª Câmara), realizou Auditoria Especial no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2006 e 2007, que deu origem ao Relatório de Auditoria Especial de 31/12/2008, encaminhado à SFC em 27/01/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/nº 032/2009).

A referida Auditoria Especial consignou as seguintes conclusões e recomendações:

Das Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas consoante os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Segundo a avaliação da empresa atuária, o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

3. De conformidade com o parecer da empresa de auditoria independente, a HLB Audilink & Cia Auditores, as demonstrações contábeis do exercício de 2007 “*representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto*”, após o exame que compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; d) revisão do plano de gestão dos recursos, através de indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da entidade, bem como, de verificação e inspeção de documentação comprobatória, quando aplicável, ou outras evidências obtidas no curso dos trabalhos”.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar. Entretanto, cabe destacar que o Interventor representante da Secretaria de Previdência Complementar- SPC, não assinou a Carta de Responsabilidade da Administração de que trata a Resolução CFC nº 1.054/2005, sob alegação de o art. 15 da Instrução SPC nº 14/2007 estabelece que “*não será considerada atendida a exigência normativa de apresentação dos*

relatórios anuais de auditoria independente, se neles houver cláusula que exclua a responsabilidade do auditor por seus trabalhos técnicos.”

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

6. A carteira dos investimentos garantidores apresenta-se com perfil que pode ser considerado como conservador, já que 83% dos recursos estão alocados em renda fixa (73% em Letras do Tesouro Nacional LTN e Notas do Tesouro Nacional- NTN).

7. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 16,12%, bem superior, portanto, às metas atuariais (TR + 6% a . a.) e de referência (INPC + 6% a .a.).

8. No exercício sob análise, não houve terceirização da gestão dos ativos financeiros do Instituto.

9. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, que ainda estão em curso.

10. Cumprindo o disposto nas Resoluções CMN 3.121/2003 e 3.456/2007, a entidade procedeu a reavaliação do seu imóvel localizado em Goiânia, cujo valor elevou-se de R\$ 747.075,83 para R\$ 926.000,00, gerando um adicional nos rendimentos de investimentos imobiliários da ordem de R\$ 178.924,17. O resultado da avaliação foi devidamente registrado no exercício, conforme Resolução CGPC 05/2002.

11. A exemplo do exercício anterior, o problema principal da entidade, e que permeou as avaliações atuariais e inúmeras tratativas entre as partes interessadas, reside na questão das insuficiências atuarias (reservas matemáticas a constituir), cujo montante posicionado em 31.12.2007 situou-se no patamar de R\$ 432.706.122,22 (R\$ 327.516.084,89 em 31.12.2006). A propósito, a SPC determinou o levantamento da intervenção sem o equacionamento das insuficiências atuariais, que se constituiu em um dos motivos que fundamentou o ato.

Das Recomendações

De conformidade com a análise documental e ainda aquilo que nos foi dado a observar, permitimo-nos fazer as seguintes recomendações :

Programa de Investimentos

Na comparação 2007 *versus* 2008 (até setembro), enquanto o saldo das aplicações expandiu na proporção de 7,57%, os rendimentos médios mensais experimentaram uma queda de 47,85%, evidenciando os efeitos da crise econômica sobre o capital circulante da entidade. Isto se deu com maior gravidade no mercado de ações (renda variável) que, além de neutralizar todos os ganhos obtidos anteriormente no exercício de 2008, apresentou um saldo negativo de R\$ 15.861.343,00 em setembro de 2008.

Ao longo dos últimos exercícios os rendimentos imobiliários não alcançaram as expectativas esperadas (exclusive os rendimentos advindo de reavaliações), notadamente os

aplicados em fundos de investimentos imobiliários, que atualmente representam 27,50% do total aplicado.

Diante do exposto, recomendamos:

a) que o Cibrius proceda uma avaliação prospectiva e de tendência de sua carteira de renda variável, verificando a viabilidade de manter posição ou estabelecer horizonte temporal para realização de lucros;

b) que o Cibrius proceda uma avaliação do seu portfólio de investimentos imobiliários, especialmente os fundos, verificando a viabilidade de manutenção da posição atual ou perspectiva de migração para outras modalidades no âmbito do programa de investimentos;

c) que as reavaliações de imóveis sejam realizadas, preferencialmente, pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Câmara de Valores Imobiliários.

Estrutura de Custos e Despesas

Caso seja viabilizado o saldamento do atual e constituição de um outro Plano – de Contribuição Variável -, haverá, naturalmente, reflexos na estrutura de custos e despesas da entidade, em decorrência da necessidade de administrações distintas dos dois planos.

Nesse sentido, recomendamos que a entidade promova, desde já, estudos relativos às previsões de aumento nos dispêndios previdenciais e de investimentos, assim como do impacto sobre as contribuições patronais e dos participantes.

Governança Corporativa

Com o levantamento da intervenção e, por consequência, a posse dos membros dos órgãos estatutários, as questões relativas à governança corporativa vem tendo maior ênfase no processo de gestão, culminando com a recente iniciativa da entidade na elaboração do Manual de Governança Corporativa, o qual já está em fase final de revisão.

Entretanto, recomendamos que o processo de governança, contemple, entre outros, os seguintes aspectos:

a) os participantes do plano de benefícios, da mesma forma dos sócios das corporações, devem ser cientificados tempestivamente sobre os aspectos relevantes relacionados à gestão do Instituto, por meio de informes claros, objetivos e em linguagem de fácil compreensão para qualquer parte interessada;

b) interagir com a empresa atuária responsável pelo Plano de Benefícios, no sentido de que as Avaliações Atuariais e outros estudos relacionados à espécie, sejam elaborados em linguagem didática mais acessível – inclusive com glossário -, de forma a facilitar a compreensão das partes interessadas (*stakeholders*) que, via de regra, não possuem o domínio dos aspectos técnicos que envolvem as questões atuariais;

c) estabelecer regras de procedimentos entre as representações da patrocinada e patrocinadora, nas tratativas sobre as questões do Cibrius, especialmente no que se refere aos aspectos relacionados ao saldamento do atual Plano de Benefícios e criação de um outro de Contribuição Variável – CV.

Todas as tratativas e eventuais questionamentos entre as partes devem ser devidamente formalizados, em vista do momento sensível vivenciado pela entidade em relação às insuficiências atuariais em discussão, ficando a massa de participantes suscetível as mais diversas e incongruentes interpretações.

No contexto da governança corporativa, é natural e, acima de tudo, um direito do participante em acionar o Instituto, no sentido de questionar e /ou obter informações e esclarecimentos a respeito das questões que envolvam o Instituto.

Nesse sentido, recomendamos que o Instituto divulgue procedimentos a serem observados por ocasião das solicitações de informações e esclarecimentos relativos à espécie, sejam devidamente formalizadas de maneira objetiva, identificando claramente o objeto da solicitação. Recebida a solicitação, o Cibrius adotará as seguintes iniciativas:

- a) elaborará e encaminhará ao consulente os esclarecimentos devidos;
- b) quando se tratar de matéria institucional de interesse coletivo, procederá a divulgação do pedido de informações e/ou esclarecimentos e a resposta oferecida pelo Instituto, de forma a evitar interpretações distorcidas.

O Instituto vem estruturando, ainda que em caráter informal, uma área de *compliance*, com o objetivo de acompanhar as atividades da gestão, verificando o cumprimento das políticas corporativas e a aderência regulatória, a consistência e padronização dos controles internos e de processos.

Dentro desse contexto, recomendamos que a entidade mantenha atualizada a sua Matriz de Riscos, procedendo avaliações periódicas e formais, objetivando prevenir, minimizar ou eliminar riscos no âmbito dos processos corporativos. As análises conclusivas dessas avaliações deverão ser feitas em reunião conjunta do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Relativamente à atuação dos órgãos estatutários, cabe observar e recomendar o que se segue.

a) ao analisar as Atas relativas às reuniões, verifica-se que, vez por outra, surgem algumas questões que indicam a falta de clareza quanto à delimitação de cada órgão no processo de gestão da entidade, dentro das competências estatutárias prevalecentes. A se manter o *status quo*, a governança corporativa poderá, eventualmente, ser afetada por eventuais conflitos de competência, gerando reflexos negativos na gestão da entidade.

Nesse sentido, a recomendação é que seja viabilizada reunião conjunta de todos os membros dos órgãos estatutários, de forma a discutir e interpretar as competências estatutárias da cada um no contexto da gestão, dissipando as dúvidas prevalecentes.

b) objetivando uma maior transparência no processo de gestão, os posicionamentos de qualquer membro dos órgãos estatutários (críticas, sugestões, dúvidas, posicionamentos contrários às decisões de qualquer um dos órgãos), quando de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, mesmo que não sejam assuntos de pauta, deverão ser devidamente tomados a termo e consignados em ata.

Ajuizamento de ações relacionadas ao Plano de Benefícios

Constata-se o ajuizamento de um número expressivo de ações judiciais impetradas por empregados em desfavor do Cibrius e/ou Patrocinadora, pleiteando o ingresso no Plano de Benefícios, sob diversas formas, entre estas, o pagamento da jóia pela Patrocinadora, dispensa de pagamento de jóia, entre outras, além da revisão dos benefícios por meio da alteração do indexador de TR para INPC/IBGE. A propósito, torna-se preocupante o aumento de ações judiciais e pleitos administrativos (que deverão, por certo, desembocar em ações judiciais) originárias de empregados anistiados, pleiteando a entrada no Plano de Benefícios sem o pagamento de jóia, ou o pagamento por parte da Patrocinadora.

Dentro desse contexto, recomendamos :

a) que seja ajustado formalmente entre as respectivas áreas jurídicas (patrocinada e patrocinadora) uma espécie de ajuste de procedimentos, no sentido de que, quando do ajuizamento

de ações contra a Patrocinadora envolvendo o Plano de Benefícios, o Cibrius seja formal e tempestivamente cientificado, o qual prestará, dentro dos prazos requeridos, as informações à espécie, necessárias à fundamentação da peça contestatória. Mesmo no caso de patrocínio de advogados terceirizados, as tratativas e encaminhamentos deverão ser feitos entre as instituições;

b) que a patrocinada e patrocinadora mantenham entendimentos, no sentido de buscar alternativas para as os problemas relacionados ao ajuizamento de ações para inserção de empregados no plano de benefícios sem o pagamento de jóia e o reajuste de benefícios por meio INPC/IBGE (enquanto o Cibrius, por força contratual, tem os ingressos corrigidos pela TR). Trata-se de uma questão séria e que envolve a responsabilidade, não só do Cibrius, como também da Patrocinadora principal. Dentro desse contexto, uma das alternativas é a agilização da modelagem do plano de saldamento e uma ação conjunta junto aos órgãos competentes, no sentido de aprová-lo o quanto antes, concomitantemente com a criação do Plano de Contribuição Variável – CV.

Elaboração do Plano de Saldamento

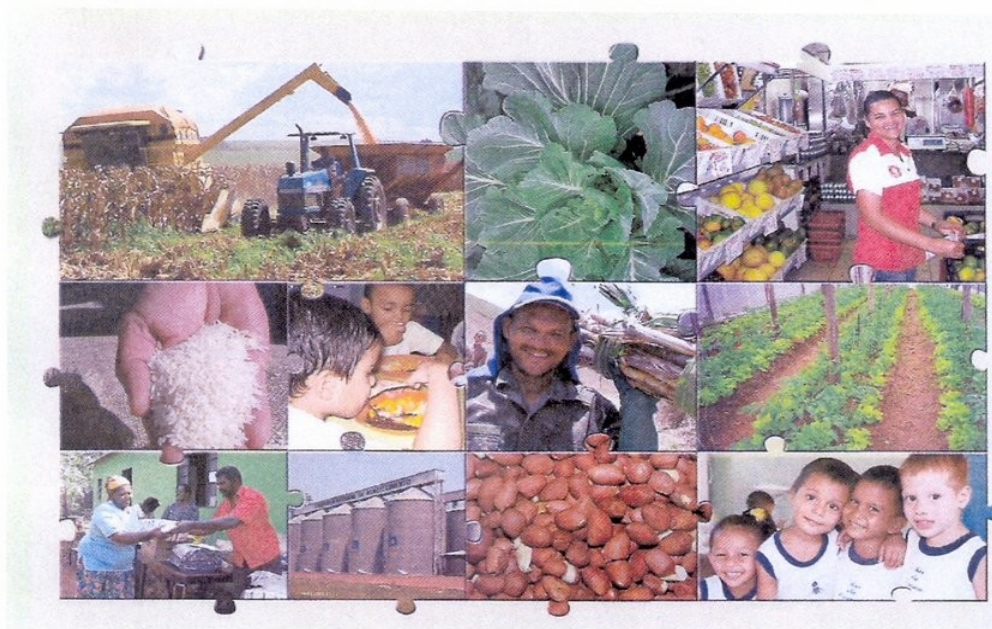
Relativamente aos trabalhos de Saldamento do atual Plano BD e constituição do Plano de Contribuição Variável – CV, que estão sendo conduzidos pela empresa GAMA – Consultores Associados, contratada para tal fim, recomendamos o que se segue:

a) que seja elaborado um cronograma detalhado sobre a execução dos trabalhos, referendado pela direção da Patrocinada principal e do Cibrius;

b) que o grupo de trabalho especialmente constituído para o acompanhamento da matéria, elabore e proceda a divulgação de relatórios parciais, dando conta do estágio dos trabalhos e dos eventuais fatores restritivos ao cumprimento do cronograma de execução estabelecido.

19. Informações Contábeis

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
CONTÉUDO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
ANEXO III da DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 93, de 03/12/2008
(alterada pela Decisão Normativa TCU nº 96, de 04/03/2009)



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Previstas na lei nº 4.320/64)

EXERCÍCIO 2008

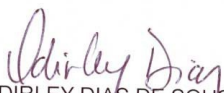
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Cuiabá-MT, 31 de Dezembro de 2008



ODIRLEY DIAS DE SOUSA
ENCARREGADO DO SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO
CONTADOR CRC MT009359008

Ciente e de acordo, em 31/12/2008.



OVIDIO COSTA MIRANDA
SUPERINTENDENTE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2008	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	255 - SUREG/MT-PRESTAÇÃO DE CO	EMISSÃO	20/02/2009	PÁGINA	1
ORÇAO SUPERIOR					

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2008	2007	TÍTULOS	2008	2007
RECEITAS CORRENTES	2.963.483,12	4.831.284,15	DESPESAS CORRENTES	21.364.122,27	19.238.486,13
RECEITA DE SERVIÇOS	1.006.846,97	1.734.145,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.216.372,36	5.210.642,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.256.644,15	3.197.159,61	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.755.128,40	12.843.033,20
DEDUÇÕES DA RECEITA - EXERCÍCIO 2007	0,00	-20,49	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	12.216,60	10.000,16
RECEITAS DE CAPITAL	578.875,91	303.981,34	OUTRAS DESPESAS	13.742.911,80	12.833.033,04
ALIENAÇÃO DE BENS	568.641.454,63	303.981,34	DESPESA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	1.392.621,51	1.185.820,75
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	15.392.979,94	303.045.894,98	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.343.936,26	1.148.964,28
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	15.392.979,94	15.713.213,24	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	48.695,25	36.856,47
SUB-REPASSO RECEBIDO	15.392.979,94	15.713.213,24	DESPESAS DE CAPITAL	289.823.706,75	136.521.211,49
SUB-REPASSO RECEBIDO NO EXERC.	15.392.979,94	15.713.213,24	INVESTIMENTOS	256.473,61	471.884,34
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	573.248.474,69	289.332.881,74	INVERSOES FINANCEIRAS	284.724.816,96	135.379.432,30
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	573.248.474,69	289.332.881,74	DESPESAS ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	4.842.416,18	669.894,85
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	111.625.284,97	94.211.384,47	INVERSOES FINANCEIRAS	4.842.416,18	669.894,85
VALORES EM CIRCULAÇÃO	39.706.698,14	77.109.930,92	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	300.566.935,28	157.591.536,05
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	39.706.698,14	77.109.930,92	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	60.562,66	0,00
DEPÓSITOS	211.197,20	196.043,26	SUB-REPASSO CONCEDIDO	60.562,66	0,00
CONSIGNAÇÕES	147,78	0,00	SUB-REPASSO CONCEDIDO NO EXERC.	60.562,66	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.790,00	47.106,55	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	300.506.372,62	157.591.536,05
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	202.259,42	148.836,71	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	300.506.372,62	157.591.536,05
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	19.043.965,44	2.944.593,88	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	91.954.344,33	91.140.301,27
FORNECEDORES	639.057,21	1.426.125,66	VALORES EM CIRCULAÇÃO	53.101.677,31	39.706.698,14
DO EXERCÍCIO	623.675,36	1.421.726,87	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	3.307,04	0,00
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.381,85	4.398,79	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	53.068.370,27	39.706.698,14
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.120,70	0,00	DEPÓSITOS	196.043,26	172.710,59
RESTOS A PAGAR	18.394.657,63	1.503.399,24	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	47.106,55	1.247,49
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	18.295.609,87	251.830,32	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	148.936,71	171.463,10
CANCELADO	99.047,76	1.251.568,92	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.893.024,96	4.704.728,30
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	9.125,90	15.068,98	FORNECEDORES	1.426.125,66	1.433.110,41
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.356.360,98	4.762.538,82	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.426.125,66	1.433.110,41
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	2.356.360,98	4.762.538,82	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	251.830,32	3.262.920,20
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	50.397.093,21	9.198.277,59	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	15.068,98	8.697,69
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	50.288.644,31	9.090.306,76	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	16.736.949,82	46.556.164,24
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	50.288.644,31	9.090.306,76	BAIXA DE DIREITOS	167.240,74	366.554,83
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	18.418,90	107.970,83	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	167.240,74	366.554,83
EXERCÍCIOS ANTERIORES	18.418,90	107.970,83	INCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	7.048.216,69	21.786.823,99
			OUTRAS INCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	7.048.216,69	21.786.823,99
			AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	9.521.492,39	24.402.785,42
			AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	9.521.492,39	24.402.785,42
			OUTROS DISPÊNDIOS	20.226.648,98	0,00
INGRESSOS	703.709.106,63	404.492.544,94	DISPÊNDIOS	703.709.106,63	404.492.544,94

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		255 - SUREG.MT- PRESTACAO DE CO		2008		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				25/02/2009		1	
ATIVO				PASSIVO			
TITULOS		2008	2007	TITULOS	2008	2007	
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO	18.156.114,88	1.889.088,22	
CREDITOS EM CIRCULACAO		53.101.677,31	39.706.688,14	DEPOSITOS	211.197,20	196.043,26	
CREDITOS A RECEBER		53.098.370,27	39.706.688,14	CONSIGNACOES	147,78	0,00	
LIMITE DE SAQUE CIVINC DE PAGAMENTO		3.307,04	0,00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	202.259,42	148.936,71	
ATIVO NAO FINANCEIRO		341.767.533,61	240.713.087,92	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	8.790,00	47.106,55	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		333.707.748,29	232.447.326,75	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	18.944.917,68	1.693.024,96	
CREDITOS EM CIRCULACAO		84.541.315,04	82.472.502,70	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	649.307,81	1.441.194,64	
FORNECIMENTOS A RECEBER		269.795,50	79.810,40	FONECEDORES - DO EXERCICIO	623.675,36	1.421.728,87	
DIVERSOS RESPONSABILIS		0,00	81.683.121,77	FONECEDORES - DE EXERC ANTERIORES	15.381,85	4.398,79	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		72.899,85	54.068,11	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	1.120,70	0,00	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		84.198.619,69	645.502,42	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	9.129,90	15.088,98	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		249.166.433,25	149.974.824,05	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	18.295.609,87	251.830,32	
ESTOQUES		249.166.433,25	149.974.824,05	A LIQUIDAR	18.295.609,87	251.830,32	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		2.146.034,59	2.094.487,05	PASSIVO NAO FINANCEIRO	26.100.819,69	43.780.734,00	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		202.499,76	202.499,76	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	26.100.819,69	43.780.734,00	
RECURSOS VINCULADOS		202.499,76	202.499,76	PROVISOES	334.202,72	253.107,80	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		1.943.534,83	1.891.987,29	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	192.572,65	0,00	
CREDITOS A RECEBER		1.943.534,83	1.891.987,29	OUTROS DEBITOS A PAGAR	-18.295.609,87	-251.830,32	
PERMANENTE		5.913.750,73	6.171.274,12	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	45.256.934,57	45.669.802,22	
INVESTIMENTOS		459.467,46	487.547,29	PASSIVO REAL	349.612.276,35	234.749.983,84	
OUTROS INVESTIMENTOS		459.467,46	487.547,29	PATRIMONIO LIQUIDO	0,00	0,00	
IMOBILIZADO		5.454.283,27	5.683.726,83	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	394.869.210,92	280.419.786,06	
BENS MOVEIS E IMOVEIS		12.133.579,10	11.947.206,90	RESULTADO DO PERIODO	-394.869.210,92	-280.419.786,06	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-6.679.295,83	-6.263.480,07	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	256.705.783,11	159.350.340,66	
ATIVO REAL		394.869.210,92	280.419.786,06	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	256.705.783,11	159.350.340,66	
ATIVO COMPENSADO		258.705.783,11	159.350.340,66	PASSIVO COMPENSADO	256.705.783,11	159.350.340,66	
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS		258.705.783,11	159.350.340,66	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	253.126.166,22	155.127.979,64	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B		253.126.166,22	155.127.979,64	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	253.126.166,22	155.127.979,64	
GARANTIAS DE VALORES		26.042,59	26.042,59	VALORES EM GARANTIA	26.042,59	26.042,59	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS		41.757,52	39.754,12	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	41.757,52	39.754,12	
OUTRAS COMPENSACOES		5.511.816,78	4.156.654,31	COMPENSACOES DIVERSAS	5.511.816,78	4.156.654,31	
ATIVO		653.574.994,03	439.770.126,72	PASSIVO	653.574.994,03	439.770.126,72	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	255 - SUREGIMT-PRESTAÇÃO DE CO	2008	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR		EMISSION	PAGINA
		25/02/2009	1

VARIAÇÕES ATIVAS		2007	2008	2007	TÍTULOS	2008	2007
VARIAÇÕES PASSIVAS							
ORÇAMENTARIAS		155.999.884,56	292.511.572,19	435.905.499,70	ORÇAMENTARIAS		566.715.987,80
RECEITAS CORRENTES		2.863.493,12	4.931.294,15	21.364.122,27	DESPESAS CORRENTES		19.239.496,13
RECEITA DE SERVIÇOS		1.506.848,97	1.734.145,03	6.216.372,36	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		5.210.642,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.256.644,15	3.197.150,61	13.755.128,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12.843.033,20
DEDUÇÕES DA RECEITA - EXERCÍCIO 2007		0,00	0,00	1.392.621,51	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS		1.165.820,75
RECEITAS DE CAPITAL		578.875,91	303.981,34	1.343.936,28	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.148.984,28
ALIENAÇÃO DE BENS		578.875,91	303.981,34	48.685,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		38.805,47
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		15.392.979,94	15.392.979,94	289.823.706,75	DESPESAS DE CAPITAL		136.521.211,49
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		15.392.979,94	15.392.979,94	256.473,61	INVESTIMENTOS		471.884,34
SUB-REPASSO RECEBIDO		273.576.223,22	273.576.223,22	284.724.816,96	INVERSOES FINANCEIRAS		135.379.432,30
MUTUACÕES ATIVAS		255.380.613,35	255.380.613,35	4.842.416,18	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS		668.894,85
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS		254.864.603,01	254.864.603,01	4.842.416,18	INVERSOES FINANCEIRAS		668.894,85
AQUISICÕES DE BENS		516.010,34	516.010,34	60.562,66	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		0,00
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS		18.295.609,87	18.295.609,87	60.562,66	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		743.776.764,16	743.776.764,16	80.562,66	SUB-REPASSO CONCEDIDO		0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		104.300.601,10	104.300.601,10	124.657.106,02	MUTUACÕES PASSIVAS		0,00
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		360.192.578,06	360.192.578,06	124.657.106,02	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS		413.955.260,18
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		567.851.665,33	567.851.665,33	201.124,95	ALIENAÇÃO DE BENS		413.955.260,18
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		6.423,19	6.423,19	187.918,28	LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS		52.875,07
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO		597.845.242,14	597.845.242,14	0,00	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA		0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		51.624.497,73	51.624.497,73	120.156.728,36	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT COMERCIA		410.335.691,78
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS		48.885.222,46	48.885.222,46	4.101.336,43	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		3.566.883,33
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS		80.920,00	80.920,00	485.520.544,14	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		664.404.132,54
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS		7.863.717,46	7.863.717,46	448.950.500,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO		589.350.136,14
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS		40.940.585,00	40.940.585,00	38.570.035,14	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		589.350.136,14
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS		1.485.525,53	1.485.525,53	29.370.695,68	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS		51.766.547,50
REVALIAÇÕES DE BENS		1.290.673,95	1.290.673,95	40.460,00	BAIXA DE BENS MOVEIS		825.328,62
AJUSTES DE CRÉDITOS		7.857,18	7.857,18	20.145.330,48	BAIXA DE BENS MOVEIS		37.060.169,26
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS		196.994,40	196.994,40	9.184.905,20	BENS/DIREITOS A INCORP - PELA INSCRIÇÃO D		10.726.656,56
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		1.243.746,74	1.243.746,74	52.555,68	AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS		3.154.390,86
RESULTADO PATRIMONIAL		0,00	0,00	520.305,74	DEPRECAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		506.440,43
DEFICIT		0,00	0,00	8.679.033,72	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		506.440,43
				114.862.292,51	RESULTADO PATRIMONIAL		22.781.008,47
				114.862.292,51	SUPERAVIT		0,00
VARIAÇÕES ATIVAS		1.036.288.336,35	1.036.288.336,35	1.036.288.336,35	VARIAÇÕES PASSIVAS		1.234.120.100,34

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO	MES		
SUBTITULO		255 - SUREG.MT- PRESTACAO DE CO				2008	DEZEMBRO		
ORGAO SUPERIOR						EMISSAO	PAGINA		
						10/02/2008	2		
TITULOS	PREV/SAO INICIAL	PREV/SAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCUAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA	323.566.839.63	323.566.839.63	15.810.513.85	307.756.325.78	MOVIMENTACAO DE CREDITO	0.00	298.913.679.00	7.981.995.92	290.921.683.08
SUB-REPASSE					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0.00	13.995.697.41	7.526.810.42	6.468.886.99
					DESPESAS CORRENTES	0.00	1.517.316.77	0.00	1.517.316.77
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0.00	12.478.380.64	7.526.810.42	4.951.570.22
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0.00	284.917.981.59	465.185.50	284.452.796.09
					DESPESAS DE CAPITAL	0.00	258.322.61	0.00	258.322.61
					INVESTIMENTOS	0.00	284.659.658.98	465.185.50	284.194.473.48
					INVERSOES FINANCEIRAS	0.00	1.041.323.89	1.041.323.89	0.00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0.00	1.041.323.89	1.041.323.89	0.00
					DESPESAS CORRENTES	0.00	1.041.323.89	1.041.323.89	0.00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0.00	1.041.323.89	1.041.323.89	0.00
SUBTOTAL II	323.566.839.63	323.566.839.63	15.810.513.85	307.756.325.78	SUBTOTAL II	0.00	299.955.002.89	9.033.319.81	290.921.683.08
TOTAL	323.566.839.63	323.566.839.63	15.810.513.85	307.756.325.78	TOTAL	0.00	299.955.002.89	299.955.002.89	0.00
DEFICIT TOTAL	0.00	0.00	284.144.489.04	-284.144.489.04	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	323.566.839.63	323.566.839.63	299.955.002.89	23.611.836.74	TOTAL GERAL	0.00	299.955.002.89	299.955.002.89	0.00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2008	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	255 - SUPORTE-PRÉSTAMO DE CO	MISSÃO	10/02/2009	PAGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR					

RECEITA				DESPESA			ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADADO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	290.921.683,08
					DESPESAS CORRENTES	0,00	6.468.886,99
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	1.517.316,77
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	4.951.570,22
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	284.452.796,09
					INVESTIMENTOS	0,00	258.322,61
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	284.194.473,48
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	290.921.683,08

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Superintendência Regional de Mato Grosso é parte integrante da estrutura da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, dotada de personalidade jurídica de direito privado e criada pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990.

A Superintendência Regional de Mato Grosso tem por finalidade executar as ações da Conab no âmbito do estado.

NOTA 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade e obediência aos preceitos da Legislação Comercial que rege a matéria, à Lei 6.404/1976, das Sociedades Anônimas, aos Princípios de Contabilidade geralmente aceitos, e à Lei 4.320/1964 que define as normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da União.

As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras e que merecem ser destacadas, foram as seguintes:

2.1 - Apuração do Resultado

O resultado foi apurado em obediência ao regime de competência do exercício.

2.2 - Estoques de Produtos

2.2.1 - Estoques Reguladores e Estratégicos

A formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são realizadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional e a descentralização da Matriz para as Superintendências Regionais para execução. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, excluído o ICMS recuperável, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004.

2.2.2 - Demais Estoques

Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

2.3 - Almoxarifado

Os itens existentes nos almoxarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

2.4 – Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem

Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade em armazenagem de produtos pertencentes aos estoques públicos.

2.5 - Ativo Permanente

Os investimentos e o imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes. A depreciação foi calculada pelo método linear, aplicando-se as taxas correspondentes ao tempo de vida útil das respectivas espécies de bens, e observados os limites estabelecidos pela legislação vigente.

NOTA 3 – CRÉDITOS A RECEBER

3.1 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados futuramente, no montante de R\$ 39.706.698,14.

3.2 – Fornecimentos a Receber

Os saldos da conta estão representados pelos direitos a receber decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e alienação de produtos do Estoque Regulador, conforme discriminado a seguir:

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2008	Exercício 2007
TOTAL	269.795,00	79.810,40

3.3 – Devedores – Entidades e Agentes

Correspondem aos direitos a receber relativos a perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, depositados em armazéns de terceiros, multas e juros por atraso na entrega de mercadorias e prejuízos, registrados na conta de Diversos Responsáveis Apurados, sendo registrado no exercício de 2007 um total de R\$81.693.121,77 e em 2008 este valor foi zerado.

3.4 – Adiantamentos Concedidos

Referem-se aos adiantamentos de férias e 13º salário concedidos aos servidores, no valor de R\$ 72.899,85

3.5 – Créditos Diversos a Receber

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, vendas de produtos e de créditos com servidores relativos ao Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Curto e de Longo Prazo.

3.5.1 – Créditos em Circulação - Curto prazo

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2008	Exercício 2007
Subtotal	84.198.619,69	645.502,42

3.5.2 – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Discriminação	Valores – R\$	
	Exercício 2008	Exercício 2007
Subtotal	1.943.534,83	1.891.987,29
TOTAL DOS CRÉDITOS	86.142.184,52	2.537.489,71

3.6 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra

Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CPR Alimento e CPR Alimento – Especial).

Com relação às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420, de 20 de dezembro de 2006, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322, de 13/07/2006, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei.

Por meio da Resolução nº 23, de 09/02/2007, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, autorizou a CONAB a aditar as operações, concedendo um prazo adicional de 04 (quatro) anos, para pagamento, com vencimento máximo em dezembro de 2.010, de acordo com o artigo 15-B da Lei 11.322/2006.

Descrição	Valores dos Estoques – R\$	
	31/12/08	31/12/07
Estoques de Mercadorias	243.412.064,61	145.333.885,66
Estoques de Almoxarifado	24.758,73	113.880,91
Estoques em Trânsito	0,00	0,00
Compra Antecipada - CPR Alimento e Especial	5.729.609,91	4.527.057,48
TOTAL	249.166.433,25	149.974.824,05

3.7– Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no longo prazo, totalizando R\$ 202.499,76.

NOTA 4 – DEPÓSITOS

Estão representados pelo montante de R\$ 211.197,20 correspondentes aos valores de INSS, salário educação e FGTS a recolher no exercício seguinte, além de depósitos e cauções.

NOTA 5 – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Referem-se às obrigações com fornecedores, no montante de R\$ 1.426.125,66

NOTA 6 – PROVISÕES

Em função das autuações fiscais ocorridas no Estado do Mato Grosso, foi constituída provisão para o ICMS no exercício de 2003, no valor de R\$ 43.305.994,83, referente aos Autos de Infração nºs 42.185, 42.186, 42.200 e 25.539 da Secretaria de Fazenda daquele Estado que

se encontram em discussão na esfera judicial, além do valor de R\$ 563.659,36 referente a provisão para férias e encargos sociais sobre provisão.

NOTA 7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Está representado apenas pela conta de lucros ou prejuízos acumulados. Os demais componentes do patrimônio líquidos estão registrados na Matriz.

O resultado da Superintendência Regional de Mato Grosso é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com os estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contrato de Opções, Agricultura Familiar, aquisição de alimentos para doação e as demais operações referentes às atividades de armazenagem e de administração.

Ressalte-se que o superávit do período apurado de forma desconsolidada recebe a influência das contas de movimentação interna, a saber: correspondência de créditos e débitos financeiros e não financeiros e créditos tributários. Assim sendo, torna-se necessário expurgar tais valores para apurar o resultado econômico.

Além disso, a formação e manutenção dos estoques Reguladores e Estratégicos de produtos agropecuários são realizadas pela Conab, executadas em orçamento próprio e mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional, consoante o disposto na Portaria Interministerial nº 38, de 9 de março de 2004. O retorno dos recursos ao Tesouro Nacional se dá por ocasião do recebimento das vendas, indenizações de perdas ou quaisquer outras receitas com alienação de estoques públicos. As operações deficitárias (custo efetivo do produto maior que a venda) são equalizadas pelo Tesouro Nacional. O valor da equalização é registrado contabilmente como receita extra-orçamentária na Matriz.

A seguir demonstra-se a composição do resultado:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Superavit	267.511,55
(-) Movimentação Interna	
522310000 – Corresp. de créditos-saldos não financeiros	316.306,54
622310000 – Corresp. de débitos-saldos não financeiros	4.228.626,37
522320000 - Corresp. de créditos-saldos financeiros	290.104.988,32
622320000 - Corresp. de débitos-saldos financeiros	288.730.471,12
(=) Resultado econômico ajustado	(2.270.291,08)

OVIDIO COSTA MIRANDA
SUPERINTENDENTE

Odirley Dias de Sousa
ENCARREGADO DO SETOR CONTÁBIL E FINANCEIRO
CONTADOR – CRC MT 009359008

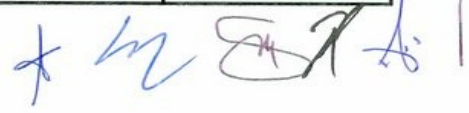
20. Demonstrações Contábeis - Conab



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

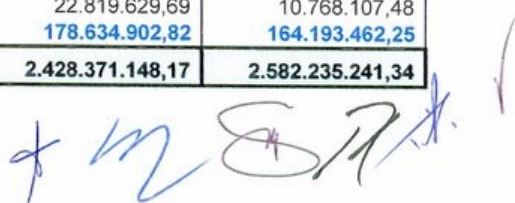
ATIVO	2008	2007
CIRCULANTE	2.005.718.354,75	2.303.024.823,05
DISPONÍVEL	64.025.791,55	65.594.023,13
Bancos Conta Movimento	10.113,12	10.113,12
Aplicações Financeiras	64.015.678,43	65.583.910,01
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	591.485.373,15	761.419.589,28
CRÉDITOS A RECEBER	516.629.992,97	423.960.870,82
Devedores por Fornecimento	27.351.450,08	18.247.372,00
Créditos Tributários	182.101.990,49	178.109.297,35
Recursos a Receber	141.356.424,50	217.057.251,88
Créditos Diversos a Receber	165.820.127,90	10.546.949,59
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	71.389.417,50	334.400.324,57
Entidades Devedoras	30.380.315,61	14.117.667,42
Créditos Parcelados	117.426,68	119.421,09
Recursos da União	9.828.836,07	27.361.701,24
Diversos Responsáveis - Apurados	31.062.839,14	292.801.534,82
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.465.962,68	3.034.442,47
Adiantamentos a Pessoal	3.447.356,00	3.034.442,47
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	18.606,68	0,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	23.951,42
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.350.174.865,96	1.475.974.638,10
Estoques para Alienação	996.369.945,63	1.184.901.094,01
Estoques Internos - Almoxarifado	1.193.902,81	952.052,52
Títulos e Valores em Circulação	154.880,40	506.939,51
Materiais em Trânsito	51.841,04	86.666,10
Compra Antecipada - Entrega Futura	352.404.296,08	289.527.885,96
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	32.324,09	36.572,54
Valores Pendentes	32.324,09	36.572,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE	422.652.793,42	279.210.418,29
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	193.617.596,82	54.473.996,39
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	34.296.602,70	32.711.376,57
Depósito Compulsório	838.265,17	838.265,17
Recursos Vinculados	33.458.337,53	31.873.111,40
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	159.320.994,12	21.762.619,82
Devedores - Entidades e Agentes	6.682.001,20	6.686.534,37
Créditos Diversos a Receber	152.638.992,92	15.076.085,45
INVESTIMENTOS	90.110.568,78	90.403.518,82
Participações Societárias	35.026.030,10	35.026.030,10
Outros Investimentos	55.084.538,68	55.377.488,72
IMOBILIZADO	138.924.627,82	134.332.903,08
Bens Imóveis	228.535.144,82	221.567.421,94
Bens Móveis	55.184.206,15	47.600.729,02
Depreciações	(144.794.723,15)	(134.835.247,88)
TOTAL	2.428.371.148,17	2.582.235.241,34



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE	1.977.015.414,84	2.157.479.033,72
DEPÓSITOS	19.665.595,93	73.033.754,65
CONSIGNAÇÕES	2.197.623,35	1.862.081,26
Pensão Alimentícia	13.824,55	329,14
Planos de Seguros	63.721,97	108.116,19
Empréstimos	146.647,60	63.813,10
Outros Tributos e Consignações	1.973.429,23	1.689.822,83
RECURSOS DA UNIÃO	11.273.127,92	11.308.994,54
Recursos Fiscais	3.839.400,46	4.188.798,34
Recursos Previdenciários	7.433.727,46	7.120.196,20
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.194.844,66	59.862.678,85
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.957.349.818,91	2.084.445.279,07
OBRIGAÇÕES A PAGAR	94.532.826,15	27.770.031,44
Fornecedores	79.015.682,58	19.623.083,45
Pessoal a Pagar	25.474,89	17.101,01
Encargos Sociais a Recolher	812.624,90	1.001.073,97
Obrigações Tributárias	1.839.277,06	38.153,75
Débitos Diversos a Pagar	6.447.969,74	3.453.243,58
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	6.391.796,98	3.637.375,68
PROVISÕES	84.091.252,89	82.229.990,85
Provisão para Férias	19.686.415,75	17.576.796,37
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
ICMS s/Mercadorias para Revenda	1.834.292,47	41,15
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão p/IRPJ e CSLL	0,00	2.806.733,77
Encargos Sociais sobre Provisões	6.850.872,68	6.126.747,57
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	457.926.343,99	411.184.743,98
Entidades Credoras	457.926.343,99	411.184.743,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.320.149.310,36	1.551.219.916,63
Operações Especiais	1.320.149.310,36	1.551.219.916,63
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	558.848,51	11.800.655,08
Adiantamentos de Clientes	558.848,51	11.800.655,08
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	7.607,35	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.714,51	239.941,09
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	72.915,15	0,00
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	451.286.313,33	424.686.787,62
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	49.470.911,66	37.312.826,52
Reservas de Capital	26.651.281,97	26.544.719,04
Reservas de Lucros	22.819.629,69	10.768.107,48
LUCROS A DESTINAR	178.634.902,82	164.193.462,25
TOTAL	2.428.371.148,17	2.582.235.241,34





BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008



WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE



LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA




ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES



SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL



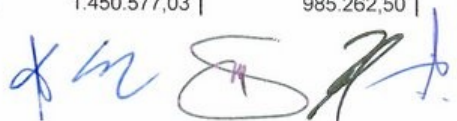
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
MODERNIZAÇÃO



RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Exercício Findo em 31 de dezembro de 2008

DETALHAMENTO	2008	2007
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	762.851.178,19	885.254.485,91
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	727.138.979,78	859.954.301,02
Vendas Estoques Estratégicos	314.229.816,34	237.614.274,29
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	417.140.985,37	622.324.472,08
Vendas Abastecimento Social	43.282,70	391.268,07
Vendas Atacado e Outros	51.480,24	34.085,56
Adição a Receita de Vendas	(4.326.584,87)	(409.798,98)
RECEITA DE SERVIÇOS	35.712.198,41	25.300.184,89
Serviços de Armazenagem	35.712.198,41	25.300.184,89
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	28.844.551,32	52.989.769,98
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	734.006.626,87	832.264.715,93
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	737.705.195,31	983.316.249,67
CMV - Estoques Estratégicos	332.439.867,90	359.055.800,44
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	405.224.801,76	624.233.004,14
CMV - Atacado e Outros	40.525,65	27.445,09
ARREDONDAMENTOS	(128.308,82)	191.547,97
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	(48.590.567,83)	(194.566.856,60)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	45.020.308,21	43.323.774,89
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	445.774.018,10	400.641.069,22
(-) DESPESAS DE PESSOAL	277.573.755,22	238.811.054,50
Vencimentos e Vantagens Fixas	186.383.952,45	161.734.199,30
Obrigações Patronais	65.850.853,38	55.838.226,62
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	10.744.157,37	9.527.397,27
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	14.594.792,02	11.711.231,31
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	168.200.262,88	161.830.014,72
Despesas/Receitas Financeiras	(7.203.525,81)	(6.016.582,33)
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	22.931.919,11	21.615.982,70
Transf.a Inst.Privada Sem Fins Lucrativos	0,00	162.942,00
Transferências ao Exterior	12.420.311,26	13.529.834,64
Material de Consumo	6.697.960,95	8.473.500,18
Diárias - Pessoal Civil	5.436.157,83	4.847.807,97
Passagens e Despesas com Locomoção	3.373.217,12	2.940.325,05
Serviços de Consultoria	126.840,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.023.358,95	1.882.815,50
Locação de Mão-de-Obra	11.832.513,80	12.316.603,77
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	69.291.864,05	63.650.250,18
Obrigações Tributárias e Contributivas	16.964.460,34	27.799.109,47
Aquisições de Bens para Revenda	33.686,72	57.167,46
Outras Despesas Operacionais	24.271.498,56	10.570.258,13
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	421.986.224,43	389.966.577,50
Transferências Financeiras	352.841.990,83	326.459.602,75
Multas e Encargos de Outras Origens	5.257.190,07	3.723.849,23
Indenizações e Restituições	37.442.091,70	48.701.158,48
Receitas Imobiliárias	4.618.788,37	4.917.546,07
Receitas de Valores Mobiliários	23.310,32	33.474,78
Receitas Diversas	21.802.853,14	6.130.946,19
RESULTADO OPERACIONAL	21.232.514,54	32.649.283,17
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	7.546.091,05	(444.856,64)
RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.455.038,81	458.068,17
Alienação de Bens Móveis	(530.884,01)	(699.632,80)
Alienação de Bens Imóveis	2.535.345,79	172.438,47
Depreciação - Reversão	1.450.577,03	985.262,50



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Exercício Findo em 31 de dezembro de 2008

DETALHAMENTO	2008	2007
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	(4.091.052,24)	902.924,81
RESULTADO ANTES DO IMP. RENDA E CONTR. SOCIAL	28.778.605,59	32.204.426,53
Provisão para Imposto de Renda	0,00	2.048.811,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	0,00	757.922,27
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO	28.778.605,59	29.397.692,76
LUCRO POR AÇÃO	15,47	15,81


WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
 DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES


SILVIO ISOPO PORTO
 DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
 MODERNIZAÇÃO


RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF:067475232-53

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
 Exercício Findo em 31 de dezembro de 2008

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONET.D.O CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	DOAÇÕES E SUBVENC.P/ INVESTIMENTO	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 01/01/2007	223.180.498,85	25.373.084,13	0,00	0,00	705.514,72	10.002.344,18	0,00	139.224.543,96	0,00	398.485.985,84
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR								(25.635,49)		(25.635,49)
RESULTADO DO EXERCÍCIO								29.397.692,76		29.397.692,76
TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			443.496,71							443.496,71
DOAÇÕES					22.623,48					22.623,48
CONSTITUIÇÃO RESERVA						765.763,30		(765.763,30)		
DIVIDENDOS PROPOSTOS								(3.637.375,66)		(3.637.375,66)
SALDO EM 31/12/2007	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	0,00	728.138,20	10.768.107,48	0,00	164.193.462,25	0,00	424.686.787,62
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR								(266.219,57)		(266.219,57)
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								(163.927.242,68)		(163.927.242,68)
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES								152.356.786,73		152.356.786,73
RESULTADO DO EXERCÍCIO									28.778.605,59	0,00
RESULT. DO EXERC. A DESTINAR									(26.278.116,09)	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								26.278.116,09		26.278.116,09
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO							11.570.455,95			11.570.455,95
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				834.701,13						834.701,13
DOAÇÕES					106.562,93					106.562,93
DOAÇÕES TRANSF.P/RES.DE CAPITAL					(834.701,13)					(834.701,13)
CONSTITUIÇÃO RESERVA						481.066,26			(434.607,74)	46.458,52
DIVIDENDOS PROPOSTOS									(2.065.621,76)	0,00
SALDO EM 31/12/2008	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	0,00	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	0,00	451.286.313,33


WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES


ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
 MODERNIZAÇÃO


LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
 DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


SÍLVIO ISOPO PORTO
 DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC DF 000252 O-8 CPF 067475252-53

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2008	2007
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	28.779	29.398
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(13.910)	10.547
Depreciações	9.959	9.563
Redução (Aumento) nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(301.936)	3.329
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	(2.227)	53.189
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	75.701	(77.803)
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	263.011	9.620
Redução (Aumento) em Pessoal e Encargos	(604)	(19.026)
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	24	(13)
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	77	19.158
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	(105.271)	(56.335)
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	62.494	(1.785)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(53.668)	33.914
Aumento nos Dividendos a Pagar	2.754	3.637
Aumento nas Provisões	1.861	2.014
Aumento nas Entidades Credoras	46.742	30.682
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(11.242)	1.937
Aumento nos Recursos Vinculados	(1.585)	(1.084)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	(450)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.869	39.945
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Participações Societárias	0	9
Desincorporação de Outros Investimentos	293	1.528
Aplicações no Imobilizado	(14.551)	(10.059)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(14.258)	(8.522)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	443
Reserva Legal	46	0
Dividendos a Pagar	(2.066)	(3.637)
Doações e Subvenções p/investimento	107	23
Resultado de Exercício Anterior	(266)	(26)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.179)	(3.197)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	(1.568)	28.226
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	(1.568)	28.226
No Início do Exercício	65.594	37.368
No Final do Exercício	64.026	65.594


WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES


ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO


LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
 DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


SÍLVIO ISOPTO PORTO
 DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF 067475232-53

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2008

DESCRIÇÃO	2008	%	2007	%
1.RECEITAS	770.397.269,24	195,71	884.937.447,16	228,95
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	762.851.178,19	193,79	885.254.482,39	229,03
1.2 - Não Operacionais	7.546.091,05	1,92	(317.035,23)	-0,08
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	794.602.415,58	201,86	874.057.450,53	226,13
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	695.034.006,19	176,56	798.480.946,31	206,58
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	99.568.409,39	25,29	75.576.504,22	19,55
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(24.205.146,34)	-6,15	10.879.996,63	2,81
4.RETENÇÕES	11.810.969,88	3,00	10.770.399,48	2,79
4.1 - Depreciação	11.810.969,88	3,00	10.770.399,48	2,79
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(36.016.116,22)	-9,15	109.597,15	0,03
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	429.659.106,81	109,15	386.415.269,95	99,97
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	429.659.106,81	109,15	386.415.269,95	99,97
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	393.642.990,59	100,00	386.524.867,10	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	393.642.990,59	100,00	386.524.867,10	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	316.356.089,43	80,37	273.515.043,51	70,76
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	46.832.488,09	11,90	79.431.679,37	20,55
8.3 - Juros e Aluguéis	1.675.807,48	0,43	1.373.717,69	0,36
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	28.778.605,59	7,31	32.204.426,53	8,33
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda e Contr. Social	0,00	0,00	2.048.811,50	0,53
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	0,00	0,00	757.922,27	0,00
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	28.778.605,59	7,31	29.397.692,76	7,61
8.8 - Dividendos	2.065.621,76	0,52	3.637.375,68	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	434.867,74	0,11	765.763,30	0,00
8.10 - Lucros Retidos	26.278.116,09	6,68	24.994.553,78	6,47


 WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


 ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES


 ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO


 LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
 DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


 SÍLVIO ISOPO PORTO
 DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


 RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC DF 009252/O-8 CPF 067475232-53



Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

21. Parecer dos Auditores Independentes



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
SCN, Quadra 1, Bloco C
Edifício Brasília Trade Center, salas 1405 a 1407
Asa Norte
Brasília - DF - Brasil
70711-902

Tel.: +55 (61) 3326-7646
Fax.: +55 (61) 3326-5381
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos 3 a 6, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.2, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia responde a processos judiciais de naturezas cíveis e trabalhistas, em função disso possui registrado no ativo não circulante o montante de R\$33.458 mil referente a depósitos judiciais e recursais. Todavia, as demonstrações contábeis não contemplam quaisquer provisões contingenciais para fazer face a possíveis perdas decorrentes dos riscos contingenciais. Ademais, a Administração da Conab encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos controles internos, dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências, visando dar conformidade ao estabelecido pela NPC 22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Dessa forma, em função do atual estágio em que se encontra esse processo, não foi possível concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como sobre a necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis relacionados a contingenciamentos, naquela data.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

4. A Companhia não realizou estudo para avaliar a existência de eventual perda por redução ao valor de recuperação do ativo imobilizado (*impairment*), cujo saldo, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$138.925 mil. Além disso, a Conab possui registrado no ativo permanente investimento o montante de R\$55.085 mil, preponderantemente referente a bens imóveis cedidos, por meio de contratos de comodato, a outros órgãos da administração pública que atualmente não estão gerando receitas à Companhia. Nesse contexto, a Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar se os referidos ativos serão recuperados em sua totalidade pela geração de resultados futuros.
5. A Companhia dispõe de sistema de custos dos estoques que demonstra as movimentações de todas as Superintendências Regionais - Sureg's, entretanto o sistema não gera relatórios consolidados com as movimentações diárias dos custos das regionais. A Administração da Conab está em fase de implementação do sistema de controle dos estoques denominado XFAC que será responsável pela integração de todas as movimentações ocorridas nos estoques das Sureg's. Como consequência, em função do atual estágio em que se encontra esse processo, encontramos-nos impossibilitados de formar uma opinião sobre a adequação do saldo dos custos das mercadorias vendidas na demonstração do resultado do exercício findo naquela data, bem como avaliar os possíveis impactos tributários decorrentes.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui registrado o montante de R\$181.160 mil referente à ICMS a compensar, decorrentes principalmente das aquisições de mercadorias destinadas às doações ao Programa Federal - Fome Zero. Todavia, a Companhia, amparada por isenção (Convênio ICMS nº 18 de 2003), não vêm promovendo um volume expressivo de saídas tributáveis, dessa forma, encontramos-nos impossibilitados de atestar quanto à realização do aproveitamento do referido crédito tributário, naquela data.



8DO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília – DF

7. A Conab é patrocinadora de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, denominada Instituto Conab e Seguridade Social – CIBRIUS. Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, a Conab possui dívida contratada com o CIBRIUS, por meio do termo de adesão firmado em 7 de outubro de 1994 e termo aditivo firmado em 12 de dezembro de 2002, referente ao equacionamento de parte da insuficiência de cobertura das provisões matemáticas a constituir, relativas ao serviço passado. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2008 é de R\$60.312 mil (R\$68.146 mil em 2007). Entretanto, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 não contemplam quaisquer obrigações referentes ao reconhecimento do referido montante. Por consequência, em 31 de dezembro de 2008, o passivo está diminuído e o resultado do exercício aumentado naquele montante.
8. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 11, a Conab possui registrado em 31 de dezembro de 2008, no ativo circulante os montantes de R\$152.350 mil e R\$31.063 mil e no ativo não circulante os montantes de R\$111.359 mil e R\$22.428 mil referentes a créditos por infrações contratuais, principalmente relacionados a perdas dos estoques em poder de terceiros. Contudo, considerando as incertezas quanto à realização desses créditos, os ativos em questão não deveriam estar registrados em sua totalidade, em conformidade com a NPC 22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que determina o registro de ativos contingentes somente quando forem considerados praticamente certos de realização. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão aumentados naqueles montantes.
9. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a Conab possui registrado, em 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$30.380 mil na rubrica Entidades Federais, dos quais R\$28.352 mil referem-se a valores a receber do Programa e Distribuição de Alimentos – PRODEA pendentes de recebimento. Entretanto, no exercício de 2000, o referido programa foi extinto. Por consequência, considerando as incertezas quanto à realização desses créditos, o ativo em questão deveria estar integralmente provisionado, em conformidade com a NPC 22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão aumentados naquele montante.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília – DF

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que possam advir dos assuntos mencionados nos parágrafos de 3 a 6 e, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos de 7 a 9, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
11. Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, o plano de benefícios administrado pelo CIBRIUS está estruturado na modalidade de benefício definido e em 31 de dezembro de 2008 possui registrado em suas demonstrações contábeis provisão matemática a constituir. Entretanto, a cobrança dessa insuficiência atuarial encontra-se em discussão judicial e o plano está em processo de modelagem para o seu saldamento. Adicionalmente, a Companhia não efetuou os cálculos a fim de determinar o passivo atuarial em consonância aos critérios previstos pela NPC 26 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Dessa forma, em função do atual estágio em que se encontram os referidos processos, não é possível determinar os eventuais efeitos desses temas nas demonstrações contábeis naquela data.



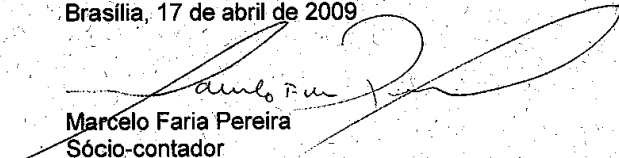
BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

12. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 25 de março de 2008, foi emitido sem ressalva. Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
13. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 12, tomadas em conjunto.

Brasília, 17 de abril de 2009



Marcelo Faria Pereira
Sócio-contador
CRC 1RJ077911/O-2 "S" DF
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" DF